

TEORIA E CULTURA

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

VOLUME 9, NÚMEROS 1
JANEIRO A JUNHO DE 2014
JUIZ DE FORA - MG, BRASIL

DOSSIÊ ORGANIZAÇÕES: DA EPISTEMOLOGIA AO (AUTO) CONTROLE DOS INDIVÍDUOS

Organizador:
Thiago Duarte Pimentel

ISSN 2318-101x (on-line)
ISSN 1809-5968 (print)

Teoria e cultura	Juiz de Fora	v. 9	n. 1	jan./jun.	p. 1 - 135	2014
------------------	--------------	------	------	-----------	------------	------

TEORIA E CULTURA é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, destinada à divulgação e disseminação de pesquisas na área de Ciências Sociais, estimulando o debate no campo científico-acadêmico. O projeto editorial contempla artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, ensaios, resenhas, entrevistas, fotografias e traduções de trabalhos inéditos em português.

Endereço eletrônico: <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/TeoriaeCultura>

E-mail: teoriaecultura@gmail.com

EDITOR / EDITOR

Raul Francisco Magalhães

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Raul Francisco Magalhães

Thiago Duarte Pimentel

Marcella Beraldo de Oliveira

João Dal Poz Neto

Rubem Barboza Filho

PROJETO GRÁFICO / GRAPHIC PROJECT

Carolina Pires Araújo

DIAGRAMAÇÃO / DIAGRAMMING

Nivea Maria Ferreira

REVISÃO / REVIEW

Stefany Vieira da Silva

CONSELHO CONSULTIVO / EDITORIAL ADVISORY BOARD

André Moysés Gaio (UFJF)

Beatriz de Basto Teixeira (UFJF)

Eduardo Antônio Salomão Condé (UFJF)

Euler David Siqueira (UFRRJ)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA) Francisco

Colom González (IFS, CSIC, Espanha)

Jessé José de Souza (UFJF)

Jorge Ruben Tapia (UNICAMP)

José Alcides Figueiredo Santos (UFJF)

Jurema Gorski Brites (UFSM)

Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)

Luiz Werneck Vianna (PUC/RJ)

Marcelo Ayres Camurça (UFJF)

Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC/RJ)

Moacir Palmeira (Museu Nacional/UFRJ)

Octavio Andrés Ramon Bonet (UFRJ)

Octavio Guilherme Velho (Museu Nacional/UFRJ)

Philippe Portier (EPHE, Paris-Sorbonne, França)

Raul Francisco Magalhães (UFJF)

Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo (PUC/RJ)

Créditos da capa:

Echo and Narcissus - John William Waterhouse (National Museums Liverpool)

Imagem extraída do site <http://www.wikiart.org>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitor
Henrique Duque de Miranda Chaves

Vice-Reitor
José Luis Rezende Pereira

Pró-Reitor de Cultura
Gerson Esteves Guedes

Pró-Reitora de Pesquisa
Marta D'Agosto

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do ICH
Altemir José Gonçalves Barbosa

Coordenador do PPGCSO
Dmitri Cerboncini Fernandes

Chefe do Departamento de Ciências Sociais
Rogéria Dutra



Editora UFJF

Diretor da Editora UFJF / Presidente do Conselho Editorial
Antenor Salzer Rodrigues

Conselho Editorial
Afonso Celso Carvalho Rodrigues
Fabrício Alvim Carvalho
Frederico Braida
Henrique Nogueira Reis
Rogerio Casagrande
Sueli Maria dos Reis Santos

<http://www.editoraufjf.com.br>
E-mail: distribuicao.editora@ufjf.edu.br

Ficha catalográfica

Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF/Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais. v. 9, n 1, jan.-jun. 2014, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

Semestral

ISSN 1809-5968 (impresso/print)

ISSN 2318-101x (on-line)

1. Ciências Sociais - Periódicos

CDU 302.01 (05)

SUMÁRIO

Apresentação	5
A marmoto do Realismo Crítico Frédéric Vandenberghe	8
Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: notas introdutórias sobre seus fundamentos filosóficos Thiago Duarte Pimentel	31
Sistemas de organización de derechos humanos. Modelo analítico para el estudio de los Ombudsman. Carolina Espinosa Luna	46
Pesquisa em teoria organizacional e administrativa: possibilidades e limites do paradigma comunicativo (Habermas) e sistêmico (Luhmann) Josep Pont Vidal	56
Possibilidades tecnológicas e a pirataria corporal: reflexão com base empírica sobre as experiências de exploração do corpo. Bárbara Nascimento Duarte	74
Tempo e Controle: Categorias Analíticas Relevantes para a Análise das Relações de Trabalho na Contemporaneidade em Instituições de Ensino Superior (IES)? Magnus Emmendoerfer	86
Passagem e gerenciamento do status sexual em uma pessoa “intersexuada” parte 1 Harold Garfinkel	94

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Apresentação

Thiago Duarte Pimentel

Caros colegas, amigos, leitores e colaboradores, é com satisfação que trazemos à lume mais um edição da revista Teoria & Cultura. Nesta edição, referente ao período de janeiro a julho de 2014, temos o prazer de lhes apresentar um número heterogêneo, cujas contribuições podem ser lidas individualmente ou seguido um fio condutor – ainda que arbitrário e artificial – que parte de uma orientação abstrata para pragmática, com discussões desde o domínio ontológico e epistemológico até chegar a pragmática (discursiva interacional) com observações antropológicas sobre o body hacking (ou a transformação corporal), voluntária, mediada por artefatos ou sobre a transformação sexual, com o caso de Agnes, a partir do clássico texto de Garfinkel. Outra opção de leitura que se abre, a partir de um fio condutor hipotético, é a orientação que vai desde a uma leitura macrossocial, com discussões sobre a teoria social e teoria sociológica, pelo nível mesossocial com contribuições sobre teoria organizações, sobre a administração pública, até chegar aos indivíduos dentro das organizações cujos tempos são controlados como se fossem máquinas ou dos indivíduos que se autocontrolam e modificam seus corpos.

Abrindo a edição temos a participação especial de Frédéric Vandenberghe, sociólogo belga radicado no Brasil, professor e pesquisador vinculado ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos/IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Com seu texto, O Maremoto Realista – versão traduzida e adaptada de uma apresentação realizada na Conferência sobre Realismo Crítico, em agosto de 2013, em Nova York (EUA) – o autor nos brinda com uma ampla, profunda e bem articulada apresentação sobre o movimento realista crítico, desde suas origens até seus desdobramentos e modificações contemporâneas. Dividindo o movimento em 3 ondas, sua apresentação evidencia – inclusive pelo título – o impacto e a importância que este movimento tem sobre a teoria social em âmbito mundial, sobretudo, pela sua ‘crítica definitiva’ ao positivismo. Com a tese de que a sociologia neoclássica, de Habermas, Giddens, Bourdieu e Luhmann convergem com o realismo crítico em sua rejeição ao positivismo. Com Habermas e Giddens, Vandenberghe propõe uma suavização das leituras mais ortodoxas do realismo crítico, através da introdução da hermenêutica, como uma versão idealista do realismo crítico, e como uma alternativa realista para o pós-estruturalismo.

O segundo texto, de Thiago Pimentel, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCSO da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Teoria Social e Teoria Social Realista: situando bases para uma sociologia realista das organizações, mantém o diálogo com o anterior, ao menos em dois pontos: um por manter a discussão sobre o realismo crítico e outra por resgatar uma proposta do próprio Frédéric Vandenberghe, sobre a teoria das subjetividades coletivas (TSC), em sua versão realista, e o expande visando a formulação de uma teoria das organizações (TO) realista. Argumentando que a TSC realista, tal como formulada por Vandenberghe, traz ao cerne da teorização social a categoria dos coletivos, enquanto estrutura social básica da sociedade, e que tal categoria pode se apresentar segundo diferentes modulações, uma sociologia realista das organizações é aquela em que consegue integrar essas diferentes modulações a partir de configurações específicas dessa estrutura social básica. Para isso, ao se contextualizar o naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea, o autor localiza os elementos centrais dentro da sociologia que possibilitam a leitura do realismo crítico na teoria social, até chegar a TSC, em sua versão realista, proposta por Frédéric Vandenberghe, a partir da qual deriva suas implicações para uma possível teorização organizacional realista.

Assim como o artigo anterior, que foi apresentado no Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia, em 2013, e continuando a discussão sobre as organizações (teoria das organizações),

o artigo *Sistemas de organización de derechos humanos: modelo analítico para el estudio de los Ombudsman*, de Carolina Espinosa Luna, do Centro de Estudios Sociológicos, do Colegio de México, propõe um modelo analítico para a compreensão dos processos decisórios sobre direitos humanos. Para tanto, a autora imprime uma crítica aos pressupostos político-normativos das pesquisas empíricas sobre os Ombudsman. Após a exposição de um modelo implícito nas pesquisas focadas na avaliação do desempenho dos Ombudsman, mesmo que se tenha uma lógica estática comparativa fundamentada nos pressupostos deterministas e legalistas. Em segundo lugar, o modelo sistêmico, que se baseia em uma conceituação dos Ombudsman como sistemas organizacionais (Luhmann) que criam estruturas dissipativas (Prigogine) destinadas a desempenhar as funções adaptativas do sistema é apresentado. Por fim, o artigo traz contribuições para o modelo sistêmico poderia oferecer para enriquecer o conhecimento das instituições públicas dedicadas à defesa dos direitos humanos.

O quarto texto desta edição, *Pesquisa em administração pública: possibilidades e limites do paradigma comunicativo (Habermas) e sistêmico (Luhmann)*, é assinado por Josep Pont Vidal, professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, da Universidade Federal do Pará/UFPA. O autor defende a utilização da noção de “autopoiesis reflexiva” como conceito capaz de sintetizar de forma dinâmica as limitações da autopoiese e da comunicação para as observações nas organizações públicas. Tal noção é gerada a partir de reflexões sobre o paradigma “entendimento comunicativo” proposto por Niklas Luhmann, e a comunicação pragmático-universal de Jürgen Habermas e suas possíveis contribuições para a aplicação empírica na administração pública. Além de trazer à baila a reflexão epistemológica aos estudos de administração pública, Vidal nos brinda com uma dissecação minuciosa de cada um dos paradigmas em questão, fornecendo uma adequada justificação para sua proposta.

Em seguida, o quinto paper, intitulado *Tempo e Controle: Categorias Analíticas Relevantes para a Análise das Relações de Trabalho na Contemporaneidade em Instituições de Ensino Superior (IES)?*, de autoria de Magnus Luiz Emmendoerfer, procura apontar o tempo e o controle como categorias de análise válidas para os estudos em gestão de pessoas e relações de trabalho, que permitem indicar sinais de comprometimento, motivação, bem-estar e satisfação dos funcionários na esfera do trabalho. A relevância deste ensaio está em compreender, por meio da categoria tempo enquanto medida e símbolo organizacional, os mecanismos de controle e dominação exercidos pelas IES's nas relações de trabalho com os seus funcionários (professores). O autor aponta que: (1) a possibilidade de compreensão de aspectos simbólicos e da subjetividade dos docentes nas suas relações de trabalho, que neste ensaio não se restringe ao tempo devotado ao trabalho, mas também fora dele, de modo que aparenta ser totalitário em IES emergentes; (2) a indicação de que as ações utilizadas pela IES emergentes se tornarão dominantes na sociedade, requisitando uma submissão mais intensa dos docentes ao mercado de educação dentro de uma lógica monetária.

Premiada pelo CNRS, França, por sua tese de doutorado, Bárbara Nascimento Duarte é a autora do artigo *Possibilidades tecnológicas e a pirataria corporal: reflexão com base empírica sobre as experiências de exploração do corpo, cujo foco é a instigante pesquisa sobre o movimento Body Hactivism*. O Body hacking (pirataria corporal) é uma rede de adeptos localizada na Europa e nos Estados Unidos, cujo objetivo é desenvolver a fusão homem-máquina, através da criação de dispositivos técnicos suplementares ao corpo visando a ampliação de suas possibilidades físicas. Partindo do pressuposto de que a “natureza/corpo” e “cultura/técnica” não são dois domínios completamente distintos, seu estudo revela a permeabilidade das fronteiras ontológicas de- unidas entre esses conceitos. Com base em um estudo qualitativo, ancorado na etnografia e em entrevistas com body hactivists norte-americanos e europeus, a autora analisa o modo como os body hactivists geram a complexidade de suas práticas associadas à transformação das fronteiras corporais. Diversas questões podem ser levantadas a respeito da adequação de várias encenações do corpo nas falas desses atores.

Por fim, fechamos a edição com a tradução do clássico texto de Garfinkel Passagem e gerenciamento do status sexual em uma pessoa “intersexuada”, capítulo 5, constituinte do seu livro *Studies in ethnomethodology*, publicado originalmente em 1967. A tradução deste texto contou com uma ampla equipe interdisciplinar, coordenada pela prof^a. Dr^a Maria Clara Castellões de Oliveira, executada por Clara Peron da Silva, Diogo Filgueiras Britto, Luy Braidá Ribeiro Braga e Bráulio de Oliveira Silveira e cuja revisão técnica foi realizada pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A todos uma ótima leitura!
Thiago Duarte Pimentel

O maremoto do Realismo Crítico^{1,2}

Frédéric Vandenberghe*

Resumo

Neste artigo propõe-se apresentar uma reconstrução sistemática do realismo crítico (parte 1) e expor os rudimentos do realismo metacrítico (parte 2). Como um tributo a Roy Bhaskar, vou primeiramente apresentar uma reconstrução sistemática do realismo crítico e seguir o deslocamento do seu sistema filosófico através de suas “três ondas”. Em minha concepção, a contribuição histórico-mundial de Bhaskar para a filosofia ocidental consiste, sobretudo, em sua crítica definitiva do positivismo. Portanto, darei mais atenção a primeira onda de realismo crítico do que às outras duas (o realismo crítico dialético e a filosofia da meta-Realidade). Em diálogo contínuo com a sociologia neo-clássica, mostrarei como Habermas, Giddens, Bourdieu e Luhmann convergem com o realismo crítico em sua rejeição ao positivismo. Com Habermas e Giddens, apresentarei a hermenêutica, como uma versão idealista do realismo crítico e introduzirei a “hermenêutica crítica” como uma alternativa realista para o pós-estruturalismo. Seguindo o sucessivo deslocamento do realismo crítico através de suas várias encarnações, irei progressivamente me afastar do realismo crítico extremista e suavemente questionar a distinção entre as dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento.

Palavras-chave: Filosofia da Ciência; Realismo Crítico; Ontologia.

Abstract

This paper aims to present a systematic reconstruction of critical realism (part 1) and expose the rudiments of metacritical realism (part 2). As a tribute to Roy Bhaskar, I will first present a systematic reconstruction of critical realism and follow the movement of your philosophical system through its “three waves”. In my view, the world-historical contribution of Bhaskar to the Western philosophy consists mainly in his definitive criticism of positivism. Therefore, I will give more attention to the first wave of critical realism than the other two (dialectical critical realism and de the philoophy of meta-Reality). In continuous dialogue with the neo-classical sociology, I will show how Habermas, Giddens, Bourdieu and Luhmann converge with critical realism in its rejection of positivism. With Habermas and Giddens will present hermeneutics, as a version critical realist and idealist, respectively, and I will introduce the “critical hermeneutics” as a realistic alternative to poststructuralism. Following the successive displacement of critical realism through its various incarnations, I will progressively move away from extremist critical realism and gently questioning the distinction between transitive and intransitive dimensions of knowledge.

Keywords: Philosophy of Science; Critical Realism; Ontology.

AS TRÊS ONDAS DO REALISMO CRÍTICO

O QUE É CRÍTICO NO REALISMO CRÍTICO?

O realismo crítico não é a invenção de um homem, Bhaskar, mas sua demolição do positivismo é tão rigorosa, radical e poderosa que nos faz pensar como os relatos padronizados da ciência têm sido capazes de manter as melhores

mentes cativas por um tempo tão longo. Como uma crítica radical das filosofias da ciência positivistas e pós-modernas, o realismo crítico oferece uma filosofia alternativa, tanto para as ciências naturais quanto para as sociais, que coloca em primeiro plano as questões ontológicas. Invertendo o idealismo de Kant, enquanto mantém-se o seu método de análise pressuposicional, ele coloca a filosofia transcendental “de volta em seus pés”. O realismo crítico reivindica a ontologia como uma teoria do ser, distinta da

* Professor de sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos/IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. frederic@iesp.uerj.br

epistemologia, e defende a forte tese que a teoria do ser não pode ser reduzida à teoria do conhecimento. Embora as essências e existências só possam ser conhecidas “por nós” sob certas descrições, elas não deixam de existir independentemente dessas descrições. Demonstrando por meio de argumentos transcendentais que a ontologia não pode ser reduzida à epistemologia, se desenvolve uma ontologia não-antropocêntrica das ciências naturais e uma praxeologia humanista para as ciências sociais.

Como um militante anti-positivista, comecei a me interessar pelo realismo crítico porque ele me ofereceu o martelo que estava procurando para esmagar os números. Através de uma análise de experimentos científicos, ele mostra que o positivismo não é sequer adequado para as ciências naturais. Se fosse o caso e Popper entendeu tudo errado, como acho que fez (VANDENBERGHE, 2010) então alguém teria trazido à luz argumentos muito fortes, de fato, para tornar a posição positivista das ciências sociais minimamente plausível. A rejeição do modelo positivista de explicação não significa, no entanto, que nas ciências sociais haja espaço apenas para a interpretação.

As críticas padrão do positivismo são parasitárias no positivismo. Elas simplesmente invertem o positivismo e o atacam onde ele é mais fraco, mas não enfrentam e o derrotam em seu próprio terreno. Mesmo quando o próprio positivismo é abertamente contestado, como na famosa controvérsia sobre o positivismo da década de 1960 (ADORNO et al., 1969), que colocou em oposição os teóricos críticos (Adorno, Habermas) aos racionalistas críticos (Popper, Albert), os concorrentes normalmente aceitavam um relato essencialmente Humeano de lei natural e das teorias científicas naturais. Por introduzir uma nova concepção de causalidade e romper com o equívoco empirista das ciências experimentais, o realismo científico derrota o realismo empirista em seu próprio terreno e oferece uma coerente abordagem transcendental-dialética da realidade, que aponta para além da “controvérsia *Erklären-Verstehen*”. Deste modo, ele traz o *Positivismusstreit* para um final adequado. Vindo após o neokantismo (Weber), o neo-positivismo (Popper), a filosofia neo-Wittgensteiniana (Winch) e a teoria crítica (Habermas), o realismo crítico é o *grand*

final, que termina com a luta contra o positivismo e acaba com ele.

Como a abordagem de Jürgen Habermas (1968) e de Karl-Otto Apel (1981, II), o realismo crítico é transcendental – [isto é, ele] pensa através das condições de possibilidade ou necessidade do conhecimento científico para fazer afirmações ontológicas sobre o mundo. E também é dialético – [isto é, ele] continua a tradição hegeliana, por meios analíticos e busca reconstruir o Marxismo. Mas, Bhaskar é mais radical em sua crítica ao positivismo, porque ao contrário de seus colegas alemães, ele não apenas questiona os limites do positivismo e da reificação do mundo social a que induz, quando ultrapassa os seus limites, mas também questiona a própria validade do positivismo nas ciências naturais.

O realismo crítico entra nas ‘guerras da ciência’ lutando em duas frentes. Esta não é uma “guerra de posição”, é uma “guerra de movimento” que está sendo travada ao mesmo tempo contra o equívoco empirista-positivista das ciências e contra as concepções convencionalistas, construtivistas e relativistas, que estão enraizadas no idealismo e caminham para o super-idealismo. Contra o naturalismo, que busca uma concepção unificada das ciências no positivismo; a hermenêutica, o estruturalismo e desconstrução têm insistido que a natureza é social e linguisticamente construída. Este é o caso, porque os fatos são sempre e inevitavelmente “sobredeterminados” pela teoria, enquanto as teorias são sempre ‘subdeterminadas’ por fatos.

A “tese de subdeterminação” afirma que para cada fato, há sempre uma variedade de explicações teóricas que são compatíveis com ela e, se mexermos o suficiente com a cláusula *ceteribus paribus*, é sempre possível “salvar os fenômenos” (Duhem-Quine). O social entra nesta imagem para diminuir a multiplicidade de teorias possíveis e para criar uma ordem, reduzindo a complexidade das proporções mais manejáveis. Como em Leibnitz, o social assume o papel de Deus e reduz o número de mundos compatíveis para um – o melhor de todos os mundos possíveis. Que teorias são, em última instância selecionadas, depende entre outras coisas, da *Weltanschauung*, que é compatível com a teoria e a distribuição das relações de poder dentro do campo científico.

Se a “tese da subdeterminação” preenche a lacuna entre a teoria e os fatos, introduzindo o social, a “tese da sobredeterminação” elimina a lacuna completamente e socializa todo o aparato da ciência, das categorias de base até as tecnologias de observação. Para mostrar que os fatos são carregados-de-teoria, vamos imaginar Johannes Kepler e Tycho Brache sentados lado a lado na colina observando o amanhecer (HANSON, 1958). Eles viram a mesma coisa? Não. Kepler se refere ao sol como fixo e vê o mundo caindo além de sua borda, enquanto que Tycho, que segue Ptolomeu, e considera a terra como fixa, vê o sol nascendo no horizonte. Os fatos não falam por si. Como eles são sempre categorizados e esquematizados por uma ou outra teoria, filosofia ou cosmologia que é sócio-historicamente determinada, não há observação que não seja uma interpretação e nenhuma interpretação que não envolva uma representação imaginária da realidade.

O que se observa é paradigmaticamente induzido e os paradigmas mudam ao longo do tempo. Assim, quando Thomas Kuhn escreve que depois de uma revolução científica, “o cientista depois trabalha em outro mundo” (KUHN, 1970, p. 121), ele está apenas afirmando o óbvio, mas sem cautela. O que mudou foi o mundo da vida, o mundo dele ou dela, o “mundo” se você quiser, mas não o mundo em si próprio. Ele estava lá antes que os cientistas entrassem em cena e vai, presumivelmente, ainda estar lá quando o último ser humano expirar (em alguns milênios à partir de agora se tivermos sorte, ou alguns séculos ou décadas, se não tivermos).

Quem sugere que o mundo muda com cada mudança de paradigma está à deriva em superidealismo e flertando com a irracionalidade. Sem a hipótese de que diferentes teorias oferecem explicações alternativas do *mesmo* mundo, nenhuma ciência é possível. No limite, chega-se a absurda proposição de que há tantos mundos como existem teorias e tantos mundos como há teóricos e, como todos são teóricos, há tantos mundos quanto indivíduos (mas se alguém está falando sobre mundos da vida, a última proposição faz muito sentido. Poderíamos até invertê-la e dizer que cada indivíduo é um mundo, uma mônada).

O realismo crítico sinceramente aceita o relativismo epistemológico, mas para evitar o irracionalismo da multiplicação dos mundos, introduz uma distinção categórica entre a dimensão *intransitiva* ou ontológica da realidade e sua dimensão *transitiva* ou epistêmica. A dimensão intransitiva refere-se a entidades no mundo que são reais e existem independentemente do que pensamos (externalismo), enquanto a dimensão transitiva refere-se a coisas que são reais, mas cuja existência é dependente do que pensamos (internalismo). Graças a esta distinção crucial entre a teoria da independência do mundo (dimensão intransitiva) e a variabilidade sócio-histórica do conhecimento científico (dimensão transitiva), o realismo crítico é capaz de evitar a “falácia epistêmica”, que reduz a ontologia à epistemologia em termos de conhecimento. Graças a esse duplo foco, o realismo crítico consegue combinar e conciliar o realismo ontológico, o relativismo epistemológico e a racionalidade crítica. Assim, é bem compatível com uma sociologia da ciência e da tecnologia, evitando os excessos do radical (des)construtivismo.

O realismo crítico não apenas destrói e desconstrói; como uma propedêutica para as ciências, ele também constrói e reconstrói. Ele atua, como Bhaskar diz citando Locke, como “o sub-trabalhador, e, ocasionalmente, como a parteira da ciência” (1978:10). Ele limpa o entulho, remove os ídolos (Bacon), ideologias (Marx) e outros “obstáculos epistemológicos” (Bachelard) que bloqueiam uma melhor compreensão das práticas científicas. Além disso, ele rompe o cordão umbilical da filosofia da ciência reinante e desenvolve uma alternativa compreensível que é Iluminista (nos sentidos Ocidental e Oriental do termo) animada por um interesse na emancipação. Como uma filosofia *para* a ciência (e contra as ideologias que a ameaçam), o realismo crítico oferece fundamentos ontológicos sólidos, não apenas para as ciências naturais, mas também para as ciências sociais. Com Bachelard, poderíamos dizer que o realismo crítico “dá as ciências a filosofia que merece”.

Nas ciências naturais, o realismo crítico conduz a um eclipse total do positivismo. Nas ciências sociais, ele conduz a uma consequente reformulação do Marxismo que é capaz de superar o velho debate da década de sessenta sobre

o *coupure* epistemológico que, supostamente, separa o jovem Dr. Marx do analista maduro de *Das Kapital* (ALTHUSSER, 1965). Em vez da oposição entre uma leitura humanista (Hegelian) e estruturalista (Espinosa) das obras de Marx, Bhaskar desenvolve uma forte concepção relacional da estrutura social que deriva de uma leitura realista de Althusser, mas que não frisa a estrutura em detrimento da agência nem sacrifica emancipação à ciência. Como todos os bons Marxistas que conhecem o seu Aristóteles e seu Hegel, Bhaskar concebe o Marxismo como uma prática filosófica de emancipação e propõe um modelo transformacional da ação social, que supera a oposição entre agência e estrutura no estilo dialético. Como um socialista confesso, nosso teórico social também se pergunta “como vamos mudar o processo social a partir de um modo primariamente reprodutivo para um modo primariamente transformador” (BHASKAR, 1989, p. 8).

Embora a praxeologia de Bhaskar tenha algumas afinidades notáveis com a teoria da estruturação de Giddens, ela evita alguns de seus problemas centrais, que são, como discutirei mais adiante, principalmente relacionadas com o teorema da “dualidade da estrutura” e a omissão de o fenômeno da emergência. Graças a uma ênfase constante sobre o fenômeno da emergência (BHASKAR, 1982) e uma implícita re-introdução do dualismo da agência e da estrutura (ARCHER, 1996), o realismo crítico oferece uma ontologia estratificada que é capaz de levar em conta a autonomia alienante dos sistemas sociais, sem negar o poder que os agentes têm de mudar o mundo e a si mesmos. Como esta ontologia estratificada não reduz os sistemas sociais às estruturas sociais, nem as estruturas sociais à agência, isso evita a dupla redução, que caracteriza a falácia da “fusão central” (ARCHER, 1988, p. 72-100; 1995, p. 87-134). Embora eu pense que o realismo crítico precisa de uma base fenomenológica mais forte e também uma maior integração com a hermenêutica do que Harré, Bhaskar ou Archer, que estão mergulhadas na filosofia Anglo-Saxã da ação e da linguagem ordinária, estou bastante confiante de que ela oferece as melhores bases para uma crítica teórica sólida da sociedade que tenta integrar a crítica da reificação e da promessa de emancipação em um sistema único.

O MAREMOTO REALISTA

Como um sistema de pensamento em evolução, que dialeticamente procede de “pensando o ser” para “sendo o ser”, o realismo crítico é uma onda filosófica que criou uma mudança permanente, de longa duração no modo como o mundo é concebido. Eu chamo isto de maremoto, por causa da terra (o realismo crítico é uma ontologia de profundidade) e também porque no interior dessa expansão, podemos distinguir três ondas: o realismo crítico (primeira onda), o realismo crítico dialético (segunda onda) e a filosofia da meta-Realidade (terceira onda). A primeira e mais forte onda pode ser subdividida, por sua vez, em três momentos: o realismo transcendental (1), o naturalismo crítico (2) e a crítica explicativa (3). À medida que a discussão não é simples, mas intercalada com várias considerações, que servem para manter a conexão entre o realismo crítico e a teoria social, as sequências serão indicadas no texto entre colchetes.

[PRIMEIRA ONDA DO REALISMO CRÍTICO – PRIMEIRO MOMENTO: REALISMO TRANSCEDENTAL]

Em um primeiro momento fundacional, que coincide com a publicação simultânea de uma “Teoria Realista da Ciência” por Bhaskar (1975/1978) e *Causal Powers* por Rom Harré e E.H. Madden (1975), Bhaskar estende a crítica precursora de Harré do conceito Humeano de lei com uma investigação conceitual das condições de possibilidade das práticas científicas. Como filósofo, ele trata o próprio mundo como as ciências naturais, mas transcendentalmente, ou seja, a partir da perspectiva de que tais práticas científicas pressupõem necessariamente que o mundo precede qualquer investigação empírica, e faz a pergunta crucial: “Como o mundo deve ser para que a ciência seja possível?” (BHASKAR, 1978, p. 23). A resposta a esta questão merece ser chamada de ontologia.

Como uma investigação na ontologia, o realismo transcendental submete o mundo dos positivistas a um escrutínio crítico e, pensando através dos pressupostos de experimentos científicos, conclui-se que o modelo hipotético-

dedutivo familiar de Mill, Popper e Hempel é mal concebido. Focando na invariância empírica entre eventos observáveis (se x , então y), os positivistas têm reduzido o mundo a um mundo de fatos atômicos – um mundo previsível de eventos planos sem estrutura que se parece com uma mesa cósmica em que bolas de bilhar (de preferência brancas e vermelhas) colidem umas com as outras, sem necessidade, sem conexão interna, sem ser incorporada dentro de um campo gravitacional.

Seguindo a análise de von Wright (1971) da intervenção causal do cientista em experimentos científicos, Bhaskar demonstra que as práticas científicas só fazem sentido se se supõe que o mundo é um sistema aberto no qual uma multiplicidade de fatores opera ao mesmo tempo. Para fechar artificialmente o sistema, as experiências são montadas. Permitindo um controle meticuloso de todos os fatores e condições antecedentes (que são de outra maneira, contrabandeadas para a cláusula *ceteris paribus*, que, sem controle, cria o caos), as experiências são uma condição essencial das explicações sociais e fazem as explicações causais e as previsões possíveis. Restringindo significativamente a validade do modelo D-N, Bhaskar (1975, p. 103) afirma que “é somente em condições de fechamento que, dá ao antecedente, a dedução de que o conseqüente evento é possível, de modo que as condições para a teoria de Popper-Hempel da explicação são satisfatórias”.

Ao contrário dos positivistas, que, seguindo Hume, pensaram em leis como constante conjunção ou invariância empírica entre eventos observáveis contingentemente relacionados (duas bolas de bilhar que se chocam) e assumem que as leis podem ser observadas na natureza, realistas críticos sabem que a constante conjunção de eventos são raras na natureza e que são o resultado de um fechamento artificial do sistema. Ao fazer abstração da intervenção causal do cientista em experimentos, os positivistas identificaram inconscientemente as leis da natureza que eles observam em circunstâncias experimentais com as leis da natureza. Conseqüentemente, eles generalizaram suas descobertas para além da configuração experimental e não percebem que através da identificação de leis causais com conjunções constantes de eventos que são produzidos artificialmente eles são levados à

conclusão absurda de que os cientistas causam e até mesmo alteram as leis da natureza!

Há uma “diferença ontológica” entre as leis científicas e sequências de eventos. Enquanto estes últimos são feitas pelo homem e pertencem à dimensão transitiva da realidade, as anteriores pertencem à dimensão intransitiva da realidade e existem independentemente dos seres humanos. Se as atividades experimentais devem ser inteligíveis, deve-se radicalmente “exumar” [ex-hume] as ciências e conceber leis como as declarações sobre “poderes causais” (Harré) ou “tendências” (Bhaskar) de mecanismos gerativos subjacentes ou abrangentes (como o campo gravitacional), que o cientista não produz, mas que operam na natureza e cuja existência presumida explica as conjunções de eventos que o cientista realmente observa e registra em laboratório como uma condição *necessária*.

Embora esses próprios mecanismos gerativos possam ser invisíveis ou só possam tornar-se visíveis através do uso de tecnologia de extensão de sentido (as fenomenotécnicas de Bachelard), a sua existência é, no entanto, pressuposta a prática da ciência para explicar a conjunção observável entre os eventos. A afirmação da existência de mecanismos gerativos que ligam internamente causas e efeitos, em conjunto, não nos leva de volta à metafísica (nem aos psicodélicos – a *virtus dormitiva* de ópio, de acordo com famoso médico de Molière).

Boa parte da construção teórica nas ciências naturais consiste na construção de modelos de mecanismos gerativos e na criação de testes para descobrir o que sua estrutura é e como eles funcionam (HARRÉ, 1970). Os eventos não são para ser tomados como a produção de outros eventos sem um mecanismo intermediário que estabelece um laço ontológico que liga causa e os efeitos juntos, não contingente, mas necessariamente. Em virtude da estrutura interna das coisas, as coisas têm a disposição para agir de uma determinada maneira, e, portanto, devem produzir o efeito que se produz, em condições favoráveis, e na ausência de restrições. Como Mao (1966, p. 235) disse: “A causa fundamental do desenvolvimento de uma coisa não é externo, mas o interno”. A conjunção contingente de papel ácido e tornassol não explica por que

o papel ácido azul fica vermelho. É porque o papel tornassol é sensível ao ácido que, em condições adequadas, o torna vermelho quando é conjugado a solução ácida. Em virtude da sua natureza intrínseca, e por causa da sua estrutura interna, o papel de tornassol muda de cor quando é mergulhado em ácido adequado. Na ciência se observa uma regularidade empírica, ela inventa uma explicação plausível para isso e, em seguida, verifica a realidade das entidades e processos postulados na explicação.

Ao contrário dos positivistas, que indevidamente privilegiam experiências empíricas, o realismo crítico é uma ontologia modal que dá prioridade a potencialidade, sobre a realidade atual, e a atualidade sobre a experiência. Colocando em primeiro plano os poderes causais de entidades e processos, salienta que as tendências de mecanismos gerativos podem ser reais e ainda não exercidas, ou exercidas e ainda não realizadas e realizadas independentemente da percepção humana ou de sua detecção. Um poder causal pode ser exercido muitas vezes ou não ser exercido em todas. Embora exercido o seu poder pode ser neutralizado por outros poderes de compensação (gás cloro fica azul em papel branco), de modo que, na verdade, nada gera resultado e efetivamente nada acontece. E quando acontece alguma coisa, pode muito bem acontecer sem que ninguém perceba, como no famoso enigma de Berkeley sobre a árvore que cai na floresta. Em qualquer caso, a situação experimental, no qual o real (o potencial), o real (o fato) e o empírico (observável) excepcionalmente coincidem e não deve ser tomado como regra.

A ciência nunca termina. Quando um mecanismo gerador hipotético que explica a relação entre os fenômenos como uma condição necessária é identificado, confirmado e descrito, a hipótese torna-se um fato que precisa não só uma maior exploração, mas também mais explicações. De fato, o que serve de explicação hoje tem que ser explicado amanhã, o *explicans* torna-se *explicandum*. Os cientistas olham mais longe e se aprofundam para encontrar um mecanismo generativo mais básico, subjacente, que explica o surgimento do fenômeno. Devido ao fenômeno da emergência, a realidade é estratificada e a ciência não tem apenas um único horizonte, mas também um transporte vertical. “A ciência

é (verticalmente) um movimento em um mundo (horizontalmente) em movimento” (BHASKAR, 1986, p. 40). Como um mineiro, a ciência sempre mergulha cada vez mais fundo, passando de um estrato da realidade para o próximo (dimensão vertical), descobrindo em cada estrato uma multiplicidade de mecanismos gerativos que explicam a relação entre eventos (dimensão horizontal). E na parte inferior, a ciência descobre o solo [fundamento] de todos os seres e desvenda o mistério do próprio ser: *Aletheia*. Nem tudo o que é, ou pode ser, pode ser objeto das ciências.

ANTI-POSITIVISMO E TEORIA SOCIAL NEO-CLÁSSICA

Bhaskar pode ser um filósofo profissional, ele tem sido principalmente lido, pensado e discutido por teóricos sociais, primeiramente no Reino Unido e, em seguida, em todo o mundo. A despeito de algumas poucas incursões, fora do mundo Anglo-Saxão (como na Itália ou Québec, por exemplo), os filósofos franceses, alemães ou latino-americanos geralmente ignoram o seu trabalho, não porque eles não concordam, mas simplesmente porque seu trabalho não chegou a eles. Ao contrário de seus colegas do departamento de filosofia, sociólogos, geógrafos, economistas políticos e psicólogos sociais com um fundo Marxista e um grande interesse em teoria social, rapidamente perceberam a importância de realismo crítico para as ciências sociais. Em meados dos anos oitenta, a primeira onda de realismo crítico tinha recebido uma recepção muito favorável. Livros de alta qualidade com um cunho realista, foram publicados por Ted Benton (1977), Russel Keat e John Urry (1982), William Outhwaite (1987), Derek Layder (1990) e Andrew Sayer (1992). No cruzamento da filosofia, sociologia e política, os teóricos sociais estavam sondando os fundamentos filosóficos da sociologia e disciplinas correlatas, atacando o “consenso ortodoxo” (evolucionismo + funcionalismo + positivismo) da sociologia do pós-guerra e reavaliando os méritos da teoria da estruturação. Graças aos bons serviços de Anthony Giddens, a teoria social tinha, entretanto, emergido como um subcampo autônomo relativo dentro da sociologia britânica, enquanto que em outros lugares, galvanizada pela etnometodologia, o estruturalismo e a teoria

de sistemas, novas sínteses teóricas ambiciosas foram publicados quase simultaneamente. Considerando o cenário atual a história do “novo movimento teórico” (ALEXANDER, 1988) e sua tentativa de superar a oposição entre agência e estrutura se tornou banal, mas de volta na década de 80 quando Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann estavam escrevendo suas principais obras, a sociologia estava em ebulição.

É nesse contexto, de efervescência teórica, que a recepção favorável da primeira onda do realismo crítico, pelos teóricos sociais, tem de ser entendida. Quando o clima intelectual mudou no final da década de 1960, a hegemonia norte-americana sobre a sociologia profissional, lentamente, chegou ao seu fim. Dentro das ciências sociais, a síntese sofisticada de Talcott Parsons, do idealismo neo-Kantiano e do empirismo positivista (MÜNCH, 1982), perdeu uma boa parte de sua atração, e foi exitosamente sendo criticada como uma forma de conservadorismo estabelecido. Embora o assassinato político deste personagem, do principal motor da sociologia Estadunidense do pós-guerra tenha sido equivocado, o eixo de poder saltou das grandes universidades privadas da Costa Leste dos EUA para as universidades públicas da Costa Oeste. Versões padrão da história recente da sociologia tendem a enfatizar como o desaparecimento do funcionalismo estrutural foi provocado por uma improvável coalizão de teóricos de ação californianos, como Blumer, Goffman e Garfinkel, que minaram os pressupostos praxeológicos da teoria de sistemas, com os teóricos europeus do conflito, como Touraine, Lockwood e Marcuse, que desmascararam o amplo consenso axiológico como uma mistificação massiva que obscurece as contradições de classe das sociedades capitalistas. O que é menos frequentemente observado, no entanto, é que os principais teóricos sociais que desafiaram a sociologia convencional o fizeram através de uma sofisticada crítica positivista. Eles refutaram ao modelo dedutivo-nomológico não apenas no âmbito social, mas também nas ciências naturais.

Através da incorporação do argumento neo-Wittgensteiniano que as observações são incorporadas a uma rede de “modelos e analogias” (Hesse) “metáforas icônicas” (Harré) que são isomórficas à realidade e que estruturam a sua

percepção, Anthony Giddens (1974, 1976: ch 4, 1977, cap. 1) avança à “hermenêutica dupla” como ponto principal de seu ataque ao positivismo para dar sentido aos fatos, cientistas os interpretaram não somente à luz de teorias explicitamente formuladas, mas também por meio de teorias implícitas do senso comum, que pré-estruturam os dados. Nas sociedades do conhecimento, estas últimas [teorias do senso comum] são cada vez mais permeadas por fragmentos de teorias científicas – com o resultado de que a fronteira entre o senso comum e as ciências torna-se bastante porosa. Esse talvez seja mais o caso das ciências humanas, cujos conceitos emanam do mundo-vivido e, eventualmente, retornam a ele, formando e transformando o mundo social que eles pretendem descrever. O positivismo, com sua ênfase na “observação dos fatos”, ofusca a carga teórica das observações, enquanto sua visão determinista negligencia o papel ativo das teorias usadas na constituição do mundo. A ideia de que alguém poderia fazer previsões em um sistema multi-nível aberto é, como Popper sabia muito bem, absurdo. Ela transforma uma falta de reflexividade em um desfile de cientificidade.

Como Giddens, mas vindo de uma tradição diferente da filosofia da ciência (neo-Kantismo, pragmatismo e dialética), Jürgen Habermas (1969 a, b e 1974) ataca o positivismo por sua incapacidade de teorizar o papel das teorias e teóricos em seus próprios termos. Intervindo na segunda rodada do famoso *Positivismusstreit* que opôs à teoria crítica da Escola de Frankfurt ao racionalismo crítico de Popper e Hans Albert, Habermas argumenta que a comunicação entre os cientistas é o ponto cego do racionalismo crítico. Pressuposta na prática, ainda negada em teoria, ela leva a uma “contradição performativa” (“uma inconsistência T/P”, como diria Bhaskar). Ao adotar uma perspectiva cientificista da ciência, Habermas defende/argumenta que Popper tem realmente clivado a razão e imunizados sua própria teoria contra a experiência e o senso comum. Apesar de sua insistência na resolução de problemas e na eliminação de erros, o modelo dedutivo-nomológico não tem os recursos conceituais adequados para compreender a atividade científica. Assim que os cientistas começam a experimentar, a falsificação é falsificada, tão logo eles começam a conversar entre si, o positivismo é superado.

Ambas as críticas tanto de Habermas quanto de Giddens em relação ao positivismo introduzem argumentos das ciências humanas na filosofia das ciências naturais, mas não questionam a própria pertinência do positivismo às ciências naturais. Se eles atacam o positivismo, eles o fazem a partir de uma posição humanista. O que eles se propõem é sobrepassar o naturalismo. A afirmação positivista da unidade das ciências reconhece erroneamente as diferenças fundamentais entre o mundo natural e o social. Para conter a colonização das ciências humanas pelas ciências naturais, eles querem claramente indicar os limites ontológicos do naturalismo. Este projeto da filosofia das ciências hermenêticamente informado é plausível. Desde que evite o relativismo que vem quando a hermenêutica desliza sobre uma desconstrução que nega o referente, é, penso eu, compatível com a defesa tripla do realismo crítico de profundidade ontológica, do relativismo epistêmico e do racionalismo crítico. Mais tarde, quando olharmos para as contribuições do realismo crítico para a teoria social. Vou defender explicitamente a hermenêutica como uma forma de realismo, embora como uma forma idealista.

Mas, por agora, o que nós queremos realmente é superar o positivismo, e para isso é preciso contestá-lo em seu próprio terreno e mostrar, de uma vez por todas, que o modelo dedutivo-nomológico nem sequer se sustenta nas ciências naturais. Isso é exatamente o que Pierre Bourdieu argumenta. Como Althusser e Foucault, ele se mantém justamente na tradição racionalista de Bachelard, Canguilhem e Cavaillès. Ao contrário de Giddens e Habermas, no entanto, ele não é nem um humanista nem um hermenêutico. Ele não ataca o positivismo por causa de seu naturalismo. Como Bhaskar, cujo trabalho ele negligenciou, ele quer recuperar o naturalismo da usurpação pelos positivistas. Ambos os positivistas e humanistas estão unidos por uma falsa representação das ciências naturais. Uma vez que esta mistificação é revelada, uma sociologia científica naturalista se torna possível. De acordo com Bourdieu, que segue Bachelard e Cassirer sobre este ponto, a tarefa das ciências é dupla: propor um modelo racional de “estruturas generativas” que produzem os fenômenos e desenvolver “fenomenotecnologias” de observação que os tornem visíveis. Isso vale tanto para as ciências naturais e sociais. Como seu homólogo nas ciências exatas, o cientista social tem de efetuar uma “ruptura

epistemológica” com o senso comum e desenvolver modelos complexos de estruturas subjacentes que geram práticas sociais.

Os leitores de Bourdieu sabem que ele sempre explica as práticas sociais por referência ao campo e ao *habitus* dos agentes e que ele usa as técnicas de “análise e correspondência” para representar a sua localização na sociedade. Enquanto o campo é construído como um espaço estrutural de relações objetivas entre posições sociais, o *habitus* é entendido como um sistema de disposições mentais e corporais para agir de acordo com a posição social de cada um. Juntos, campo e *habitus* constituem os mecanismos gerativos fora e dentro das pessoas que são necessários para explicar cientificamente as suas práticas. A condição de colocar o racionalismo “de volta em seus pés”, tudo isso é bastante compatível com o realismo crítico na minha opinião (VANDENBERGHE, 2009). Bourdieu é de fato um realista quando se trata de sociedade, mas com fortes tendências convencionalistas (estranhamente, porém, quando se trata de subjetividades coletivas, ele é absolutamente construtivista e nominalista). Para evitar a “falácia epistêmica”, que considera a realidade como uma emanção ou instanciação de uma construção teórica, e transformar a sociologia crítica em um esforço realista genuinamente, só é necessário analisar cuidadosamente as relações entre a sua teoria racionalista da ciência e a sua compreensão materialista do mundo social. Contra Bourdieu, deve-se insistir que mecanismos causais não se materializem em modelos da realidade, mas sim, com Bhaskar, deve-se afirmar o contrário e considerar os modelos teóricos como tentativas falíveis para capturar a realidade lá fora.

A teoria da complexidade de Niklas Luhmann oferece, talvez, o mais sério desafio ao realismo crítico. Enquanto a hermenêutica de Giddens e Habermas é compatível com o conjunto do realismo crítico de profundidade ontológica e o relativismo epistêmico, a epistemologia construtivista de Luhmann nun primeiro momento, até que se introduzam o observador no sistema. Enquanto permanecer no primeiro nível de observação, as pessoas podem mesmo ser levadas a pensar que a versão de Luhmann da teoria dos sistemas é mais realista do que a de Parsons. Afinal, quando ele afirma que os

sistemas, de todos os tipos, existem na realidade e que eles próprios (em vez de os cientistas) estabelecem a distinção entre sistema e ambiente que os constituem como sistemas, parece que de fato estão em terra firme. Ao contrário de Parsons, cujo realismo analítico segue Kant e Weber, Luhmann (1981: 244, e seg; 378 e seg., *passim*) argumenta que antes de ser observado por observadores científicos, os sistemas são reconhecidos como sistemas por outros sistemas em seu ambiente.

Assim que um observador científico é trazido, no entanto, o chão começa a oscilar. O ponto de vista científico sobre a realidade é apenas um ponto de vista entre outros. Sapos e elefantes constituem seu mundo em sua própria maneira e até mesmo para nós, seres humanos, o ponto de vista científico não é o único. O mundo também pode ser observado a partir de um ponto de vista religioso, literário, jurídico, educacional ou econômico. Como outras perspectivas, o ponto de vista científico pertence ao mundo e não o divulga meramente, mas sim, adiciona -se ao mundo. Um observador externo não pode observar o mundo. Seguindo a teoria da complexidade, Luhmann argumenta que o mundo só pode ser observado a partir de uma perspectiva dentro o mundo como um ponto de vista sobre esse mundo. Não há nenhuma observação que não constrói o mundo como “seu mundo”. Isso vale não só para sapos e elefantes, mas também para os teóricos sociais, incluindo os realistas.

Do ponto de vista científico, o mundo aparece como ele é - um conjunto complexo de mecanismos gerativos dotados de poderes causais. O realismo é a ontologia regional da ciência. É a visão de mundo natural dos cientistas que observam o mundo e o que acontece nele. Mas aí vem o problema: os realistas e os cientistas “veem o que eles veem, mas não pode ver o que eles não podem ver (sic)” (LUHMANN, 1990: 85). Na verdade, o problema não é o que eles não veem. Como todo mundo, os realistas e os cientistas também têm um ponto cego em seu campo de visão. Este ponto cego é uma condição da possibilidade de ver. O problema é que, ao contrário, que eles não podem ver que eles não podem ver. Eles veem o que, mas é preciso um observador de segunda ordem para ver como estas observações se constituem como observações de

primeira ordem. Operacionalmente, o realismo é a falha para permitir a variação. Ele faz descartar o loop auto-reflexivo, que analisa as condições da ciência como as suas consequências. Do ponto de vista da cibernética de segunda ordem, ele é a filosofia de uma ciência que protege suas fundações. De um ponto de vista construtivista, os pressupostos transcendentais do realismo são confirmados como pressupostos das ciências. Sem eles, as ciências não poderiam operar. O que parece óbvio e necessário para as ciências parece, no entanto, para um observador externo como altamente improvável, variável e bastante contingente. O mundo como nós o conhecemos não é necessário nem impossível. É o que é, ou melhor, como ele parece ser a partir de um determinado ponto de vista. Como a espécie humana, a ciência é um acidente. Tudo poderia ter sido diferente. Sem um observador transcendental de todos os observadores, o realismo é, na melhor das hipóteses, uma tentativa para reduzir o contingente de contingência, e, na pior, uma falta de reflexividade, que transforma a sua própria fraqueza em força. Como a serpente que morde a própria cauda, o realismo crítico e o construtivismo radical estão presos em um *loop*. No primeiro nível de observação, o realismo é confirmado, no segundo, ele é reconstruído como um pressuposto do ponto de vista científico, o que é, no entanto, relativizada como ponto de vista contingente. Repleto como no das ciências exatas, o construtivismo radical não pode ser criticado como anti-ciência. É por isso que suas provocações constituem talvez o mais sério desafio ao realismo crítico.

NATURALISMO CRÍTICO OU HERMENÊUTICA CRÍTICA?

[PRIMEIRA ONDA DO REALISMO CRÍTICO - SEGUNDO MOMENTO: CRÍTICA AO NATURALISMO]

Supondo-se que o realismo crítico oferece uma plataforma filosófica única para a síntese da profundidade ontológica, o relativismo epistêmico e o racionalismo crítico que sejam capazes de integrar as forças do naturalismo, a hermenêutica e ética do discurso, vamos agora passar das ciências naturais para as ciências sociais. A contribuição

inestimável do realismo crítico para as ciências sociais consiste em ter estabelecido, além de qualquer dúvida razoável, que o positivismo não é a única filosofia das ciências naturais. Se o positivismo não se sustenta nas ciências naturais, então, é claro, que não pode prevalecer nas ciências sociais. Derrotado nas ciências naturais, torna-se simplesmente insustentável nas ciências sociais! Não porque elas são pseudo-ciências, mas por conta da própria natureza do mundo social. Aqueles que ainda são da opinião de que as ciências sociais, são muito imaturas para ser científicas, têm, receio eu, nenhum entendimento da natureza científica, nem da sociedade. Contra o cientificismo, vou defender a hermenêutica e contra o naturalismo, vou defender o humanismo. Após a transição de Bhaskar do realismo transcendental ao naturalismo crítico e crítica explicativa, correspondendo, respectivamente, ao primeiro, segundo e terceiro momento da primeira onda do realismo crítico, agora vou explorar os limites ontológicos da abordagem naturalista nas ciências sociais.

Correndo o risco de afirmar o óbvio, não posso enfatizar o suficiente que as sociedades são sempre, necessária e inevitavelmente, construções sociais. Ao contrário de montanhas, árvores e beija-flores, que crescem naturalmente, as sociedades são feitas pelo homem. Elas são produtos sociais. Ontologicamente, todos os fatos sociais pressupõem atos e práticas sociais como condição de sua possibilidade. É analítico para a ação social que ela depende das intenções, razões, motivos, significados, causas, representações, descrições ou, em suma; corroi Bhaskar, “conceitos” dos atores que as trazem à tona. Assim, as estruturas sociais são práticas e dependentes do conceito, embora elas geralmente tenham sido mais dependentes de conceitos de atores (incluindo os cientistas) que viveram no passado do que os do presente.

No mundo social, as descrições do mundo social são reflexivamente e constitutivamente ligadas à sua reprodução e transformação. Isto é verdade para as descrições científicas, que, como diz Giddens, “círculo dentro e fora” das ciências, e também a *fortiori* para as descrições do senso comum e representações simbólicas do mundo que os atores comuns utilizam em sua vida cotidiana. Como os conceitos científicos de deslizam sobre o senso comum, as ciências sociais

são cúmplices na constituição do mundo social que descrevem. Neste sentido, cada ator competente pode ser considerado um teórico social. Consequentemente, a distinção entre o transitivo e a dimensão transitiva do conhecimento entra em colapso. Porque o transitivo está no transitivo, a dimensão hermenêutica do conhecimento social não pode e não deve ser subestimada.

Hermenêutica é mais do que um método de compreensão. É a condição ontológica da vida em sociedade como tal (GADAMER, 1993). O mundo está sempre pré-interpretado, pré-entendido e pré-estruturado pano de fundo de um contexto compartilhado que significa que a ação humana é possível. Ele é revelado para nós como um significativo que sempre faz sentido. No entanto, em outro sentido, o mundo é revelado através de nós. Como atores, nós damos significado ao mundo. Entre os atores e o mundo, os conhecimentos culturais sempre intervêm como elemento de mediação que revela ao mundo como é um mundo propriamente humano compartilhado por outros. Esta constituição coletiva do mundo como um comum é o que torna a ação social possível. Graças à sedimentação das experiências em formas culturais, os atores não só são capazes de entender pré-reflexivamente os objetos, si mesmos e os outros - os três elementos principais que compõem a situação-, mas também para dotar reflexivamente suas ações com significado e intencionalmente agir em conjunto. Juntos, o fundo macro-social dos significados compartilhados e o primeiro plano micro-intencional de práticas sociais formam uma unidade funcional. As intenções dos atores individuais e coletivas são incorporadas em uma contextura de significados que formam o fundo de suas ações intencionais; suas ações reativam a contextura de significado e mantém o “círculo hermenêutico” dinâmico e vivo. A hermenêutica da cultura, da fenomenologia e da ação intencional, se complementam todo e parte, como, fundo e figura, espírito e alma. Enquanto a fenomenologia é uma espécie de hermenêutica na primeira pessoa do singular, a hermenêutica é uma fenomenologia na primeira pessoa do plural. Em qualquer caso, o mundo das representações simbólicas e significados intencionais só pode ser acessado a partir da perspectiva do participante. A virada linguística dentro da filosofia e das ciências humanas implica, portanto, à hermenêutica.

Para Rorty, *linguistic turn marks*, na verdade, um retorno à ontologia. O realismo crítico não pode e não deve negligenciar a hermenêutica. Ela não é incompatível com o realismo. Embora o pós-modernismo tenha hermenêutica cooptada e a empurra em direção nominalista, ao contrário do pós-estruturalismo, a hermenêutica é uma forma de realismo. Ele representa o seu homólogo idealista e deve ser totalmente incorporada dentro de realismo crítico, não como seu outro, mas como o seu complemento necessário.

As ciências sociais são parte integrante das ciências humanas. No entanto, elas também são mais do que ciências humanas. Na medida em que os atos sociais se cristalizaram em formações sociais “pseudo-naturais”, mas irredutível a atos individuais e coletivos, de que precisamos, no entanto, dosar nossa afirmação ousada e falar de uma dimensão de conhecimento social “quase-intransitivos”. Afinal, quando os cientistas sociais começam a trabalhar, eles se deparam com uma sociedade cuja existência não depende de sua análise. Após Searle (1995), poderíamos dizer que a sociedade é um “fato ontologicamente objetivo”. Ao contrário de “fatos ontologicamente subjetivos”, que só existem na mente dos observadores individuais, a sociedade é extra-mental e pressupõe um sujeito coletivo, um “nós”, dotado de intencionalidade coletiva como condição prévia de seu ser observável e analisável. As estruturas sociais são, com certeza, sedimentações de atividades intencionais do passado, mas, dotadas de autonomia e de inércia, são independentes, não só das descrições do analista social, como também das práticas atuais de atores comuns. Na maior parte, o conhecimento social que os atores mobilizam em sua vida diária é em si uma herança do passado (ARCHER, 1988). A última é sedimentada no presente do mesmo modo como o presente é condicionado pelo passado. Essa dialética entre o passado e o presente, em que os últimos atos como condição para as práticas no presente contribuem, intencionalmente ou não, para a reprodução e/ou transformação de arranjos já existentes, é, idealmente, ativa. Nas sociedades complexas essa dialética parece, no entanto, ter chegado a um impasse relativo. Sistemas sociais contemporâneos estão perigosamente fora de controle. As estruturas sociais que quase ninguém quer continuar a governar a existência

de 99% da população. Se o passado e o presente estivessem sincronizados, não estaríamos na situação deplorável em que estamos hoje. Com a boa vontade de todos, como em um sonho, tudo pode ser mudado durante a noite.

Infelizmente, isso não vai acontecer. A principal razão para essa inércia pode ser encontrada na “emergência” dos sistemas sociais relativamente autônomos com as estruturas de nível superior mais complexos e diferenciados que surgem a partir da organização e interação dos mais simples, os componentes de nível mais baixo, com o primeiro sendo irredutível para o último (SAWYER, 2005). Um produto de práticas sociais, individuais e coletivas, o surgimento de sistemas sociais não é um projeto. Pelo contrário, é ainda uma consequência perversa, involuntária, inevitável e, às vezes, de um nível macro (social) de uma infinidade de práticas sociais comuns anônimas. No mundo moderno, a autonomia dos sistemas sociais e tecnológicos e seus subsistemas pode tornar-se patológica, tanto alienada de sua finalidade e alienante para aqueles que estão sujeitos a elas (VANDENBERGHE, 2014). Impermeável aos seus desejos, frustrando os seus projetos, os indivíduos enfrentam a sociedade como um mundo “pseudo-natural” que eles não entendem e não podem mudar, o que impõe suas restrições sobre eles a partir de fora e regula o seu comportamento a partir de dentro. Quando os fatos sociais são como fatos pseudo-naturais, eles têm que ser tratados como coisas, não porque elas realmente são as coisas - eles não são: “as coisas são”, como Sartre (1960, p. 246) uma vez disse, “fatos sociais “ - , mas porque quando as sociedades se tornam desumanas, a negação dos limites da hermenêutica torna-se contraproducente, beirando ao ideológico. Em paralelo com o humanismo, que busca reativar a dialética entre agência e estrutura, o naturalismo não é apenas perfeitamente legítimo no campo das ciências sociais, mas também é necessário.

A qualidade emergente estrutural, sistêmica das sociedades complexas garante a invocação do “naturalismo crítico” de Bhaskar. Para não esquecer a natureza praxeológica da sociedade, eu, no entanto, prefiro seguir os humanistas, como Habermas, Apel e Ricoeur, e pedir uma “hermenêutica crítica”. Esta hermenêutica é uma crítica, não só porque diferencia a autonomia

do mundo social de seus próprios limites ontológicos, mas também porque acredita que, por uma questão de princípios, na reativação consciente das práticas que constituem o mundo social que podem torná-lo mais humano (e, neste sentido, menos natural).

Em uma tentativa de trazer emergência à hermenêutica e a hermenêutica para o realismo crítico, vou apresentar uma leitura em *quiasma* da teoria da estruturação de Giddens (GIDDENS, 1976, 1979, 1984) e o modelo de transformação de Bhaskar da ação social (BHASKAR, 1979, 1986). Com Bhaskar, vou argumentar que o conceito de emergência é necessário quando se quer explicar o “desencaixe” estrutural dos sistemas sociais e, a *fortiori*, para a sua alienação, inversamente, com Giddens, vou salientar a importância do simbolismo para a práxis. O resultado desta dupla correção de Giddens deve ser algo semelhante a uma teoria realista de reestruturação.

O REALISMO CRÍTICO E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

No início, quando Bhaskar (1979) explorou a possibilidade do naturalismo nas ciências humanas, parecia haver uma série de semelhanças de família entre o seu modelo transformacional da ação social e a teoria da estruturação de Giddens. Giddens estava ciente do realismo crítico e simpatizava com ele, da mesma forma, Bhaskar tinha lido Giddens, e a sinergia entre a filosofia e a teoria social parecia bastante promissora. Na tentativa de casar o estruturalismo de Saussure à teoria de práticas de Wittgenstein, o mais famoso sociólogo britânico desenvolveu a teoria da estruturação como uma teoria ambiciosa de práticas sociais que seriam capazes de superar a lacuna entre a micro-análise de situações da ação e da análise macro-histórica das sociedades através da mediação da cultura. Purgada de sua parafernália, a teoria da estruturação não é, senão, uma estrutura conceitual que integra práticas, cultura e sistemas sociais, com a cultura que Giddens chama de estruturas, agindo como mediador que com as práticas que se reproduzem e transformam os sistemas sociais. A sequência dialética pode ser analiticamente decomposta em duas fases: O primeiro momento explora as conexões entre

cultura e práxis. Em sua vida cotidiana, agentes sociais coordenam espontaneamente na cultura para dar sentido às suas ações, orientar-se no mundo social, interagem com outras pessoas e coordenar suas ações. Essas ações e interações não só pressupõe a cultura como o meio que regula as suas práticas, mas também reproduzem e a transformam. A cultura é, portanto, como o teorema da dualidade da estrutura, afirma “tanto médio quanto consequência” (GIDDENS, 1984, p. 25) de práticas comuns.

Em um segundo momento, as mesmas práticas amarram o fluxo contínuo da experiência do dia-a-dia para a *longue durée* de tempo institucional. Fixando trechos curtos de ação em situações de co-presença a reprodução ou transformação através das gerações dos principais sistemas sociais das sociedades modernas, tais como o capitalismo, a burocracia, as classes e outros temas clássicos da sociologia, as práticas da vida cotidiana são o zip que agencia o intertravamento e estrutura em um único mo(vi)mento. Assim, para tornar-se um exemplo contemporâneo, quando as pessoas vão ao banco para pagar suas hipotecas ou investir em fundos de pensão privados, elas bebem das fontes de conhecimento cultural que qualquer membro competente da sociedade tem em mãos e que lhes permite fazer suas transações financeiras. Embora suas ações sejam intencionais e os atores saberem o que estão fazendo, suas ações têm, no entanto, a consequência não intencional, mas inevitável de reproduzir o capitalismo financeiro. Ao nível agregado, suas ações ainda pode provocar um colapso sistêmico. Até nova ordem, o capitalismo continua a ser a condição não reconhecida, ainda onipresente da maioria de nossas práticas comuns. Desta forma, por meio de cultura, que regula e estruturas as práticas sociais, estes últimos são unidos a sistemas sociais históricos, que, a um nível agregado, são o resultado das práticas.

A distinção entre a teoria social e sociológica, com a primeira referindo-se a processos ontológicos fundamentais que caracterizam todas as sociedades humanas com estes os mais historicamente circunscritos processos, estruturas e mecanismos que são próprios das sociedades modernas e pós-modernas, não é estanque. Mas ela nos permite identificar uma fenda na obra de Giddens entre sua ontologia de práticas e sua

sociologia histórica. A grande falha da teoria da estruturação pode ser encontrada no fato de que ele não reconhece o fenômeno da emergência. Sua ontologia de práticas é uma ontologia de processos sem emergência e, ironicamente, também sem estrutura. Em última análise, para Giddens, o mundo social é um processo contínuo de práticas sociais individuais e coletivas, sem começo nem fim. Embora seus escritos sobre a sociologia da modernidade pressupõem uma conta de emergência, Giddens não a admitiu, nem ontologicamente nem historicamente. Ontologicamente, as práticas não podem ser desarticuladas à partir de cultura (estrutura) ou das estruturas sociais (sistemas). O fato de que ela fala da “dualidade da estrutura” é sintomático neste sentido de uma “fusão central” (ARCHER, 1988, 1995) de agência e da cultura ou estrutura. Certamente, os sistemas sociais, as estruturas sociais e as culturas pressupõem práticas sociais. Sem práticas, elas deixariam de existir. Mas quando eles emergem no nível coletivo como o resultado não intencional de práticas sociais intencionais, elas têm diferentes propriedades causais irreduzíveis - maneiras características de ser que elas possuem em virtude de sua estrutura intrínseca e que geram ou previnem, habilitam ou restringem a agência de indivíduos e coletividades. Se essas propriedades emergentes de estruturas sociais (culturas e sistemas) foram redutíveis, e pudessem ser explicadas por referência das propriedades causais dos indivíduos e das coletividades, as ciências sociais seriam redundantes. Embora os sistemas sociais sejam, em última análise, o produto da ação individual e coletiva, o precedente não pode ser reduzido a este último.

Por meio de uma teoria de práticas comuns, a teoria da estruturação integra o estruturalismo e a hermenêutica. Na medida em que o estruturalismo e a hermenêutica representam formas idealistas de realismo, a ontologia de práticas de Giddens é de fato realista. Como tal, é bem adequada para explicar os elementos simbólicos e normativos que mantêm a sociedade unida. Como uma teoria hermenêutica informada de práticas simbólicas que são culturalmente reguladas, servem bem para algumas investigações que frisam a interação dialética entre cultura e agência. A insistência sobre a cultura comum como uma teia de representações

simbólicas e significações imaginárias, que orientam as práticas de dentro, é essencial quando se quer evitar a redução utilitarista da ação a uma forma de comportamento estratégico. Como uma teoria social geral com pretensões ontológicas, seus conceitos sensibilizantes se aplicam a qualquer comunidade ou sociedade sem controle social institucionalizada. Entre as práticas e a cultura, não há dualidade, porém, às vezes, indivíduos e coletivos podem ficar para trás para analisar reflexivamente a estrutura da cultura, a fim de alterá-la, pois eles podem até criar organizações específicas para institucionalizar a reflexividade e orientar as sociedades para um fim comum. No entanto, entre a ação e os sistemas sociais, não há dualismo, disjunção, ou solução de continuidade (MOUZELIS, 1989).

De fato, se reanalísarmos a teoria da estruturação não de uma perspectiva ontológica e sincrônica, mas a partir da perspectiva diacrônica e histórica que caracteriza toda a teoria sociológica de Marx, Weber e Durkheim em diante para Habermas, Luhmann e Michel Freitag (1986), podemos ver que a descrição de Giddens é de uma sociedade que funciona “como uma linguagem” que é válida para as sociedades primitivas “sem política” e “sem história” - portanto, sem “orientação social” ativa - que são estudadas pelos antropólogos. Assim que essas sociedades se tornam conscientes de si mesmas através de uma projeção idealizada de sua representação simbólica, primeiramente em mitos, mas mais tarde também na forma de religiões e ideologias políticas, o dualismo em conjunto com a cultura se torna um objeto explícito da tematização, teorização e formalização. Com o surgimento do Estado, as sociedades produzem suas próprias mediações e regulamentos na forma de instituições políticas legítimas que reflexivamente vão orientar e coordenar as práticas sociais. Quando o capitalismo liberta o mercado de normas tradicionais que continham e limita sua expansão, a economia emerge como um subsistema relativamente autônomo que é “desincaixado” do mundo da vida e segue suas próprias leis. Quando a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas é realizada, a “bela totalidade” é destruída de uma vez por todas. O dualismo entre a cultura e a agência está agora amplificado com um dualismo entre agência e estrutura social. Esta disjunção

entre o mundo da vida e o sistema é, sem dúvida, parte da condição moderna (HABERMAS, 1981, II: p. 229-293). A desdiferenciação da sociedade não é mais uma opção coletiva. A autonomia do sistema é o preço que temos que pagar para o aumento da complexidade das sociedades modernas. Mas agora foi radicalizado ao ponto de que os sistemas estão fora de controle e não mais sujeitos a orientação da sociedade; não controlado, ele pode muito bem se direcionar a um ponto de inflexão catastrófico. Segundo os especialistas, temos, no máximo, um ou dois séculos a percorrer antes de todo o ecossistema entra em colapso. O ponto crítico que quero chegar é quando a autonomia dos sistemas sociais e tecnológicos tornar-se patológica, as sociedades se tornarão reificadas e os atores ficarão alienados. Para reconhecer a existência de patologias sociais da alienação, desencantamento e impotência são manifestados e induzidos pela autonomia alienante dos sistemas sociais, temos, no entanto, que reconhecer de antemão a existência do fenômeno da emergência. Como a teoria da estruturação nega o dualismo e a emergência não podem ser reconhecidos em suas formas patológicas, nem incapacita o seu próprio potencial crítico.

A teoria crítica, muitas vezes, assume que uma análise redescritiva e uma denúncia normativa das forças de dominação, opressão e alienação que danifica a vida, é capaz de abastecer a indignação moral e de mudança social. O reconhecimento de que todo o sistema está fora de controle pode, no entanto, levar ao fatalismo, a aquiescência e desmobilização (como acontece quando os estudantes são introduzidos a *Dialética do Esclarecimento*), ou pior, ao cinismo, a falsa consciência e remobilização de *insights* críticos para a auto perpetuação do sistema de auto-mesmo/si próprio? (como acontece quando *Distinção* é ensinada em cursos de marketing ou de *Empire* e é apropriada por consultores de gestão). Para evitar o derrotismo, a análise objetiva das estruturas de dominação tem de ser ancorada em uma investigação hermenêutica da cultura de libertação e as políticas de emancipação. É apenas quando o intercâmbio dialético entre o sistema, a cultura e as práticas continuam a ser ativas que uma hermenêutica crítica que visa promover social, cultural e auto-transformação torna-se concebível.

O MODELO TRANSFORMADOR DA AÇÃO SOCIAL

[O REALISMO CRÍTICO - TERCEIRO MOMENTO: CRÍTICA EXPLICATIVA]

A extensão de Bhaskar do modelo naturalista explicativo das ciências sociais ressalta a fenômeno da emergência. Com um forte interesse no Marxismo, Bhaskar (1979) foi, desde o início convencido de que o desafio das ciências sociais era integrar um relato realista das sociedades com uma conta praxeológica da ação humana. Considerando seu realismo transcendental ele prestou um esclarecimento filosófico dos pressupostos ontológicos das ciências naturais que permaneceram neutros em relação à investigação substantivas nas áreas de física, química e biologia, seu naturalismo crítico foi bastante partidário. Em vez de simplesmente explorar os pressupostos ontológicos das ciências sociais, perguntando a si mesmo: “O que deve a sociedade/agência ser para ser possível as ciências sociais”, ele amarrou o destino do naturalismo crítico ao Marxismo. Não só assumiu uma posição determinada no campo da teoria social, o desenvolvimento do modelo transformacional da ação social (MTAS) como uma resolução dialética (*Aufhebung*) das teorias Durkhenianas de estrutura e teorias Weberianas de ação, mas, dentro do próprio Marxismo, ele claramente favoreceu as leituras althusserianas de Marx, que se tornou hegemônico dentro da *New Left Review*, evitando a sua deriva anti-hegeliana para o pós-estruturalismo e desconstrução. Levando em conta que o estruturalismo de Althusser, basicamente, propôs uma elaboração Marxista da reconstrução racionalista de Gaston Bachelard das práticas científicas, isto não é surpreendente. Como todos os Marxistas com uma inclinação de Hegel, de Korsch e Lukács a Sartre e Colletti, ele procurou, no entanto, para injetar uma teoria da práxis no materialismo histórico e desenvolver uma teoria dialética de transformação social e política.

Curiosamente, sua teoria realista da ciência permitiu-lhe fazer o que outros não conseguiram fazer, ou seja, para evitar o impasse entre os “dois Marxismos” (GOULDNER, 1980), elaborou uma teoria social que combina o rigor científico

do velho Marx com o fervor humanista do jovem Marx. Dado que poucos autores foram capazes de superar com êxito a oposição entre spinoziana e leituras de Hegel de Marx que até hoje pós-(althusseriana) estruturalismo separado da teoria crítica (pós- lukacsiana), esse é de fato um pequeno feito.

A teoria social geral deve sempre, de uma maneira ou de outra, teorizar e se inter-relacionar com as estruturas sociais, estruturas de cultura e práticas humanas em um quadro conceitual unitário. Sem um sólido conceito de estrutura e sistemas sociais, a teoria social torna-se idealista e perde a sua borda crítica (como é o caso da teoria da estruturação); sem uma concepção adequada da cultura e simbolismo, ela torna-se mecanicista e determinista (como é o caso de Althusser); sem uma teoria convincente de práticas, estruturas sociais e culturais são reificadas em processos anônimos sem sujeitos. O MTAS de Bhaskar trabalha com uma concepção Marxista da estrutura social, uma concepção neo-Wittgenstein da cultura e uma concepção humanista das práticas. Acima de tudo, preocupado com as relações dialéticas entre as estruturas sociais e culturais, de um lado e as práticas transformadoras, por outro, as conexões exatas entre estrutura social, a cultura e as práticas permanecem um pouco superficiais/incompletas. Eles serão analisados com mais detalhes por Margaret Archer (1988, 1995).

Como o conceito de campo de Bourdieu, o conceito de estrutura social de Bhaskar é rigorosamente realista, relacional e materialista. É realista, porque as estruturas são entendidas como mecanismos gerativos transfactuais com poderes causais emergentes que as *conditional practices*. Também é relacional, porque as estruturas são definidas não como substâncias, mas como sistemas de relações que mantêm as posições sociais relacionadas internamente, que os indivíduos ocupam e que, juntos, compõem o sistema social. E, finalmente, também é materialista, porque as estruturas não são idênticas à cultura, como é o caso da teoria da estruturação, para as relações “senhor-escravo” generalizadas (BHASKAR, 1993, p. 330-335; 1994, p. 229-230) que caracterizavam os sistemas de dominação e exploração das sociedades capitalistas. Como um sistema de relações objetivas entre posições sociais, a estrutura social é uma (em grande

parte não reconhecida) pré-condição (em grande parte não intencional) consequente das práticas sociais intencionais de atores sociais. Embora as estruturas sociais pressupõem as práticas sociais para a sua reprodução, a MTAS defende uma posição coletivista e emergentista: estruturas sociais não podem ser reduzida a práticas individuais e coletivas que os sustentam; analiticamente, elas sempre os precedem como seus *causa formalis*.

Quando se trata de cultura, o realismo crítico é da mesma forma uma teoria da estruturação, com a diferença notável, no entanto, de reconhecer explicitamente o fenômeno da emergência, não só no que diz respeito à estrutura social, mas também no que diz respeito às estruturas da cultura. Como Giddens, Bhaskar procura em grande parte integrar uma concepção estruturalista da cultura como um sistema de relações entre sinais, com uma insistência neo-Wittgensteiniana típica nas regras, conceitos e razões da ação. Embora Bhaskar faça menção à tradição alemã de Dilthey, Heidegger e Gadamer, a sua abordagem realista da cultura não é tanto inspirada na tradição alemã da hermenêutica como pela tradição analítica gêmea da filosofia da linguagem ordinária (Wittgenstein, Austin, Harré) e a filosofia de ação (Winch, Louch, Taylor). Como na teoria da estruturação, a ligação entre a estrutura e as práticas sociais é mediada em MTAS pelas estruturas culturais que fornecem aos atores um repertório público de motivos pessoais e razões para agir. Para qualquer teoria crítica digna de seu nome, a referência à cultura como estrutura simbólica de significações que constituem o mundo como um significativo é essencial. Sem simbolismo, a práxis é impossível.

As razões são centrais para a ação humana intencional, no mundo social elas atuam como causas (BERNSTEIN, 1971, p. 160-180). As causas são as ligações da agência de estruturas sociais e fazem isso por meio das razões. Este link de intenções e motivos, razões e causas e às estruturas é o que faz o naturalismo crítico possível. Este é o naturalismo, porque as estruturas naturais, como, materiais e estruturas ideais, agem como mecanismos causais geradores. No entanto, uma vez que reconhecemos que no mundo social, atores individuais e coletivos são as únicas causas eficientes e que as estruturas de

operar são apenas em virtude da ação intencional, é também bastante crítico do naturalismo. Dada a relação interna entre razões e causas, pode-se também considerar o naturalismo crítico uma forma de hermenêutica crítica. Isso pressupõe, no entanto, que se explora a aproximação entre o realismo crítico, a hermenêutica e a sociologia interpretativa. Embora Bhaskar reconheça que o efeito causal das estruturas sociais é sempre mediado pela cultura e enfatiza que as estruturas sociais nunca restringem ou permitem os atores de fora, mas sempre apenas a partir de dentro, como a maioria dos autores na tradição Marxista, ele ainda tende a conceber a cultura como uma espécie de reflexo superestrutural da base material da sociedade e de negligenciar a autonomia relativa da cultura. Como resultado, o poder transformador de representações simbólicas da realidade é subestimado e culturalmente apreendido, e reduzido a uma forma de “poder simbólico”, isto é, uma força ideológica que reflete o mundo existente como ele é e contribui para a sua reprodução por apresentá-lo como uma condição natural e normal. Neste caso, tudo se passa como se a estrutura social fosse diretamente determinada pelas práticas que reproduzem a sociedade. Em vez de seguir os seus interesses reais, os atores se comportam como agentes que agem de acordo com razões que a sociedade tem induzido neles, dando-lhes a impressão de que eles se movem livremente, ao passo que, de fato, as suas razões para agir são sistematicamente deformadas pela força de persuasão perlocucionário que os faz mover-se contra os seus interesses.

Atores mistificados geralmente não têm a intenção consciente de reproduzir a sociedade. Quando a “uma patricinha” vai às compras e experimenta um vestido novo, ela quer olhar bem e se sentir bem, mas a um nível agregado, a reprodução de uma sociedade de consumo com seu comercialismo vulgar é, no entanto, a consequência inevitável e não intencional de sua visita regular ao *shopping center*. Da mesma forma, quando os nossos colegas vão as livrarias acadêmicas e saem com um par de livros de Zizek ou Badiou, podem fazê-lo, porque querem mudar a sociedade, no entanto, o resultado inevitável de sua compra é a reprodução de propriedade intelectual privada. Ao chamar seu modelo um transformador, Bhaskar obviamente quer agregar

cultura a ele, mas como todos os Marxistas, ele acha que a mudança social só é possível quando o funcionamento de toda a máquina de reprodução social é cientificamente exposta como uma coisa desnecessária que pode ser alterada pelos próprios atores. Mantendo o conhecimento crítico como um fator crítico que pode quebrar o feitiço dóxica de reprodução, Bhaskar contesta a neutralidade de descrições científicas sociais da estrutura social. Sua crítica explicativa (BHASKAR, 1986), que consiste no terceiro e último momento da primeira onda de realismo crítico, formaliza o funcionamento tradicional da ideologia crítica de tal forma que se pode mostrar que uma estrutura social de dominação gera necessariamente uma falsa consciência, induz crenças erradas e faz com que os atores aceitem razões que vão contra seus interesses reais, e se pode mostrar, além disso, que as crenças estão erradas, as razões estão manipulando e os interesses são mal compreendidos, então, *ceteris paribus*, pode-se passar imediatamente do fato aos valores, justificando a transformação das estruturas sociais e pedindo a ausência de dominação como um imperativo categórico da liberdade.

DIALÉTICA, ALIENAÇÃO E RECONEXÃO

[SEGUNDA ONDA - O REALISMO CRÍTICO DIALÉTICO]

Dialétic: the pulse of freedom, o tratado que inaugura a segunda onda de realismo crítico, é um maciço, desafiador e, em última instância, como Alan Norrie (2010, p. 7) diz, também um “livro chato”. Concebido como um sistema filosófico ambicioso que continua e completa a tradição hegeliana-marxista, ele oferece uma maneira completamente nova de pensar a relação entre ser e tornar-se que coloca em primeiro plano a produtividade do “não” (ausência, diferença, negatividade) - morrer *nichtende Nichtung des Nichts* (a aniquilação aniquiladora do nada), como estou quase tentado a dizer com Heidegger para enfatizar a natureza ativa, processual e dialética da negatividade. Se a primeira onda de realismo crítico e atacou filosofias positivistas e pós-modernas da ciência por seu “actualismo ontológico” (a negação da profundidade ontológico) e seu cometimento de

“falácia ontológica” (a redução de questões sobre ser questões de conhecimento), a segunda onda crítica do realismo aprofunda sua crítica das filosofias herdadas com um ataque sustentado pela “monovalência ontológica” (a negação da negatividade, diferença e contingência), que caracteriza o pensamento de identidade. Em vez de reconhecer a importância das ausências, vazios e lacunas na realidade que levam a tensões produtivas e fendas que fazem a mudança possível, a filosofia ocidental abomina o vácuo e se recusa a “pensar o não”. Sua negação da causalidade e da diferença como um elemento da realidade é destinada a ignorar a causalidade de ausência.

O que o realismo crítico dialético (RCD) visa fazer é introduzir sistematicamente a dialética ao realismo crítico (“realismo dialeticizando o realismo”) e o realismo crítico na tradição dialética (“realizando a dialética”) com a intenção de oferecer uma meta crítica sustentada na filosofia ocidental, de Parmênides a Platão, Descartes a Hume, Kant a Hegel e Habermas a Derrida (NORRIE, 2010). Como metacrítica de toda a tradição ocidental, o RCD diagnostica falhas recorrentes no cânone, indica suas origens nas divisões da sociedade e indica caminhos para superar as antinomias, tanto no pensamento quanto na prática. Embora eu não deseje questionar, esse projeto dialético de Bhaskar é coerente, duvido que eu possa explicar isso de uma forma elegante e convincente para o leitor. Vou, portanto, limitar-me a uma breve apresentação de suas principais articulações, vou mostrar como o “cubo de quatro planar da existência” desenvolve TMSA e promete uma concepção alternativa de alienação que não só permite ligações a teoria crítica, mas também abre o caminho para a filosofia da meta Realidade.

O RCD apresenta-se como uma filosofia sistemática do vir a ser: natural, social, cultural e pessoal e cada vez que se aprofunda a análise de causalidade e se move, segue por quatro fases, que Bhaskar dubla a “MELD – circuito” (abstraindo dos numerais, a sigla se refere a sequência de momentos que conduz a estrutura e o processo de totalidade e praxis): Numa primeira fase, no chamado Momento *prime* (1M), o realismo crítico é reafirmado como uma teoria das estruturas causais que, longe de negar a não-identidade, afirma que uma série

de dualismos (tais como dimensões transitiva/intransitiva, emergência, etc). Movendo-se a partir do momento primordial para o segundo Limite [*Edge*] (2E), Bhaskar introduz a categoria de faltas que trazem movimento para o sistema e as estruturas. Neste nível de negatividade real, onde o ser é concebido como um devir (*becoming*) e um deixar ir (*begoing*), ou seja, como tornar-se ausente do que está lá, as estruturas estáveis são transformadas em processos espaço-temporais dinâmicos. Insistindo na abertura e incompletude da história, Bhaskar assume a dialética de Hegel e de Marx. Em vez de assumir que existe apenas um sistema e que todas as relações dentro do sistema são relações internas, Bhaskar “difrata” a dialética e concebe o mundo como uma multiplicidade de sistemas abertos e incompletos que podem interagir, complementar ou contradizer uns aos outros, mas cuja trajetória é indeterminada e imprevisível. Sua recusa de qualquer onto-teleologia em que as contradições conduzem o sistema para a sua conclusão e final é seguido no terceiro nível (3L) por um inquérito que investiga as tensões alienantes, contradições e divisões que detotalize a realidade e reparta o mundo em um amontoado de peças contingentemente conectadas. Onde deveria haver unidade e conexão, há dualismo, separação e alienação. As estruturas sociais tornam-se independentes das práticas que lhes deram origem, ganham uma vida própria e podem até se voltar contra seus criadores. Bhaskar reconhece plenamente o fenômeno do surgimento e o associa ao conceito de ausência. Curiosamente, ele afirma que a estrutura social pode sobreviver “(i) sem qualquer intervenção humana e mesmo a despeito de qualquer ação humana, (ii) em virtude de nossa inação, (iii) em virtude de nossa ação e/ou (4), em virtude da agência humana indireta, que reproduz” (BHASKAR, 1993, p. 158).

Generalizando a famosa investigação da relação senhor-escravo na Fenomenologia do Espírito e análise de alienação de Marx nos *Manuscritos Parisienses* de Hegel, Bhaskar afirma que no capitalismo a alienação dos poderes humanos essenciais e capacidades, manifestam-se nos quatro planos de existência e é vivida como uma forma de desconexão existencial da natureza, outros, da sociedade e do *self*. Quando o ser humano está desconectado da natureza, a divisão

cartesiana segue. Nós não nos sentimos parte da natureza, mas a tratamos como uma “reserva de pé”, nos envolvemos em transações materiais com o meio ambiente em um modo instrumental. Quando estamos assim, alienado de nossos companheiros, tanto intra e intersubjetivamente, nós experimentamos o outro como uma ameaça, retiro do mundo social e podemos até mesmo vir a perder nossas habilidades sociais completamente. Quando estamos alienados da sociedade e já não nos sentimos parte dela, nós a experimentamos como uma entidade hostil sem sentido que não podemos mudar e queremos destruí-la, por meio de violência, se necessário. Quando nós, como seres humanos não somos capazes de nos conectar a nós mesmos, nos sentimos perdidos e fragmentados. Tendo perdido a nossa narrativa ou o propósito da nossa vida, perdemos nosso poder e capacidade de não só mudar a nós mesmos pessoalmente, mas no limite mesmo de agir e trazer a mudança para nosso ambiente, para nossas relações sociais e da sociedade.

O terceiro nível (3L) não só descobre desconexões e alienações, no entanto, também explora a possibilidade de interconexão intra e entre as partes e o todo. A categoria central aqui é a das “relações internas” (ou necessárias) que ligam as partes ao todo e o todo às partes. Quando as partes não podem ser definidas, sem referência a outras partes que compõem o conjunto e para o próprio conjunto, obtém a causalidade global. Dialéticos sabem que a natureza, outros, a sociedade e a auto-forma é uma unidade viva. Eles não apenas pressupõem uns aos outros, pois eles representam diferentes aspectos de uma mesma realidade que se envolveu em outra. Quando esta unidade não é apenas teorizada e pensada, mas sentida e vivida como uma ligação viva, a alienação é superada, em primeiro lugar para o indivíduo, mas, em seguida, também cada vez mais a nível coletivo. As estruturas sociais se dissolvem em processos, a cultura se transforma, e as práticas também. A ação social transformadora se transformou pelas mudanças dialéticas de re-conexão em todos os planos da existência humana trazendo (reconexão?) para o mundo.

Quando as estruturas de dominação, repressão e alienação são analisadas do ponto de vista de uma filosofia prática, que visa reanimar

a dialética entre agência e estrutura, o eu e o outro, a natureza e a sociedade, o pulso de liberdade atinge a quarta dimensão (4D). Neste ponto, encontramos o modelo transformador da ação social do naturalismo crítico, como um caso especial de uma dialética mais geral de liberdade. Quando a liberdade vem à tona tanto como pressuposto e fim da ação, a causalidade da agência intencional é, finalmente, liberada. O RDC se transforma em uma filosofia da práxis que libera os agentes das estruturas de dominação, promove a autonomia e promete felicidade para todos, e cada um. Quando os agentes se tornam conscientes das estruturas sociais e culturais que os alienam e começam a entender que a reificação das estruturas sociais é a consequência de suas ações e não-ações, a ética e política se fundem na tentativa utópica de finalmente realizar o projeto de *eudaemonic*, o bem da sociedade em que “o florescimento livre de cada um é a condição do florescimento livre de todos” (BHASKAR, 1993, p. 202/284).

SENDO O SER

[TERCEIRA ONDA REALISMO CRÍTICO: A FILOSOFIA DA META-REALIDADE]

Desde o início do milênio, o realismo crítico tomou um rumo espiritual e entrou na sua terceira onda. Passando do transcendental para o transcendente, o fundador errático do realismo crítico começou a invocar os poderes de cura do amor e da experiência oceânico de unidade. Surpreso com o rumo espiritual, a maioria dos realistas dialéticos recusou seu Marxismo *New Age* como um desvio espiritual. Os velhos Marxistas e os jovens Hegelianos estavam esperando pelo proletariado, não por Buda, Sankara ou Krishnamurti! Quando Bhaskar publicou *Between East and West*, em 2000, e narrou a vida de suas encarnações anteriores (ele cruzou o Mar Vermelho com Moisés, juntou-se a comunidade de Pitágoras, foi batizado por São João...), a sua consternação era pelo menos tão expressiva quanto sua surpresa. Usando a retórica da luta de classes, e convencidos de que as revoluções sempre tem que ser violentas, eles quase não sabia o que fazer com Bhaskar “abraço realista” do misticismo intramundano suas

práticas espirituais, como yoga, reiki e abraço em árvore, acompanhadas de sua filosofia de plena consciência. Então, eles o rejeitaram e prenderam suas armas.

A segunda onda do realismo crítico não aconteceu sem o toque visionário - se qualquer coisa de enrolada, a natureza complicada, ambiciosa e cada vez mais apressada dos escritos de Bhaskar, que se seguiu a virada dialética, eram testemunho do fato de que ele achava que era sobre algo inédito. Isto ainda foi, em grande parte um esforço cognitivo e acadêmico. Apesar de suas pretensões para resolver todos os problemas da filosofia ocidental, o *pathos* e o ímpeto de RDC foram principalmente político. Enquanto o realismo crítico nasceu como uma filosofia da ciência que se concentrou em questões ontológicas, e acabou como uma filosofia analítica em grande estilo hegeliana de que o pensamento através da noção de causalidade e o reconectando para a ontologia. Como sucessor do realismo crítico, a filosofia da meta-realidade (FMR) não tenta superar as contradições da filosofia ocidental. Fiel à sabedoria da Índia antiga, ela tenta superar o pensamento duplo e desloca a ênfase do pensamento para “ser existimos” (BHASKAR, 2002b: xx e 224). Ser-estar, tornando-se estar, tornando-se quem se é e percebendo sua *dharma* reconectando/aterrando-se ao nível mais profundo da realidade em que todos os seres são conectados e cada coisa é um, que é o mandamento supremo do PMR.

De acordo com Bhaskar, tudo o que existe depende de um ultimato - um nível final ou básico do universo, que é ingrediente ou imanente em todos os outros níveis de realidade e os sustenta. Com a ideia de que todos os seres participam desta realidade e que todos eles têm um estado fundamental específico que os liga a um envelope cósmico (que corresponde ao que David Bohm (1980), que também é influenciado por Krishnamurti, chama de “em dobrado”), uma unidade ou a não-dualidade de todo o universo é garantida. Como tudo mais, nós, seres humanos, também temos nosso próprio “estado fundamental”. Quando estamos neste estado de passividade vigilante e conectados ao nosso ser interior, tornamo-nos conscientes de que há algo que transcende-nos de que somos parte. Ingrediente em cada ser humano,

essa transcendência é imanente. Liga-se não só aos seres humanos, a tudo o que existe em uma unidade potencialmente auto-consciente. Como em Schelling, tudo no mundo, incluindo o assunto, é implicitamente consciente e tem consciência envolvida em seu núcleo. Quando esta consciência implícita desperta e se torna explícita em mim, por implicação, cada objeto no universo está envolvido em minha consciência. Quando eu me tornar consciente de todo o universo envolvido dentro de mim (= Deus), eu estou no meu estado fundamental de ser e sem esforço ligo o “envelope cósmico” (que é cada vez mais consciente de si mesmo). Eu vejo o mundo de uma maneira diferente, sinto o outro de uma forma mais intensa e por ter mudado o jeito que sou, também começo a agir de uma maneira diferente - com amor, carinho e compaixão. Através de um link hiperconsciente estou ligado a você, aos peixes nos oceanos e as estrelas no céu. A consciência dessa transcendência imanente é tanto a consciência da-como-na transcendência. Como tal, ela transcende o pensamento e a dualidade. Na verdade, não é suficiente para pensar esta unidade. A pessoa também tem que sentir e experimentar a unidade, ser sua testemunha e praticá-la, através da meditação, yoga, uso de drogas ou outras técnicas de expansão da mente que ligam o interior ao exterior, a alma ao mundo, o saber ao ser.

A filosofia da meta-realidade não anula o realismo crítico, mas o questiona a sério e transcendentemente. “Realismo sobre transcendência exige a transcendência da dualidade, do realismo e até mesmo do próprio pensamento” (BHASKAR, 2002a, p. 166). Bhaskar afirma que o realismo crítico continua a ser a melhor filosofia disponível para o mundo comum da ciência e da vida cotidiana. Mas a partir da perspectiva mais elevada de uma realidade mais profunda, mais sutil e mais abrangente, este mundo é apenas um “mundo demi”, uma ilusão de que é coberto pelo véu de Maya. Esta ilusão é real (causalmente eficaz e real em suas consequências), mas, no entanto, falso. Na medida em que o realismo crítico permanece apegado a sua análise, ele oferece uma conta válida de um mundo falso - o mundo em que vivemos e do qual um dia vamos nos livrar. Enquanto a verdadeira filosofia de um mundo

falso, o realismo crítico, tem de ser superada - se ele vai ser superado ou não, é, no entanto, uma questão não teórica, mas eminentemente prática. Alguém realmente tem que trabalhar para isso. Só quando chegamos a compreender que este mundo demi, sustentado por um outro mundo de não-dualidade, é que podemos decidir cortar a linha da vida que o reproduz e transformá-lo de dentro e de fora. Isso, no entanto, pressupõe que paremos para nos identificar com nosso ego e realizarmos nosso verdadeiro self.

Do ponto de vista da FMR, as premissas básicas do realismo crítico revelam-se falsas: em última análise, a distinção entre o intransitivo e a dimensão transitiva do conhecimento tem que ir. Toda a distinção cheira a dualidade. Como se pudéssemos, por um mero ato de vontade, separar o intransitivo da dimensão transitiva. A distinção mesmo é, com certeza, transitiva. Da mesma forma como eu estou nas estrelas e as estrelas estão em mim, o transitivo está no intransitivo e o transitivo no intransitivo. Ao nível da existência fundamental, estamos no in/transitivo - em transe e em transição para além do dualismo. Nós só chegamos à verdade, quando estamos na Verdade. Além da consciência e além do pensamento, nós nos tornamos o que somos, verdadeiros ao nosso ser interior. Quando estamos na verdade, a realidade simplesmente se desintegra. Não existe mais um eu ou um ego que tenta entender um mundo. Não é-tem mais *res intensa* nem *extensa*. A realidade se desintegra em uma dança de partículas. O eu é dissolvido e se dispersa em uma chuva de diamantes. Tudo está em fluxo. Todo mundo está em paz. O resto é silêncio.

A virada para a espiritualidade não significa, necessariamente, que o realismo crítico se afasta da sociedade. Ao contrário, liga um Iluminismo ao outro, Bhaskar afirma ter radicalizado o projeto de emancipação da *Aufklärung* com um projeto humanista de auto-transformação universal. Sua mística é prática e intramundana. Temos que nos retirar do mundo, a fim de mudá-lo. Os iluminados estão no mundo, mas não são do mundo, para variar outra fórmula weberiana. A realização de uma boa sociedade só é possível se nós nos libertar de estruturas de opressão e alienação. A causa final de todo o sofrimento é a alienação de nosso verdadeiro eu. Quando desconectamos do mundo para nos conectar

ao nível mais profundo de *Dasein* (existência-alemão), tornamo-nos livres e paramos de alimentar o sistema que nos aliena. Começamos a mudar o sistema heterônomo quando cortamos as linhas de abastecimento dos quais dependemos. Bhaskar argumenta que de fato, já estamos essencialmente livres. As estruturas de opressão e exploração só persistem porque as pessoas não estão conscientes do que os liga, o sistema depende parcialmente das atividades de liberdade, espontaneidade, criatividade, generosidade e também das amorosas. Os Marxistas, sem dúvida, se recusam a sua sugestão de que a base da sociedade é, em última instância, espiritual, e não material: “Há uma subestrutura espiritual dentro da sociedade, sem esta infra-estrutura a sociedade não poderia funcionar” (BHASKAR, 2012, p. 191). Eles também ficaram perplexos com sua afirmação de que a guerra é sustentada pelo amor (solidariedade dos soldados na frente) e a exploração pela criatividade. “É o amor que sustenta todas as emoções negativas e todas as formas de opressão e violência. Da mesma forma, é a criatividade que mantém a exploração. [...] Quanto mais você cavar, mais você vai achar que ela subsiste em um nível de alegria, felicidade, amor e criatividade” (BHASKAR, 2002b, p. 41).

Nós agora temos um círculo completo. A primeira onda do realismo crítico começou como uma tentativa de recuperar a realidade das filosofias convencionalistas e superidealistas da ciência (de Kuhn até Rorty e o pós-modernismo). A segunda onda do realismo aprofundou o realismo crítico e tentou ancorar o transitivo na dimensão intransitiva do conhecimento, o transitivo aparecendo agora como uma manifestação do intransitivo. Enquanto a segunda onda aprofundou o realismo crítico, a terceira onda se elevou completamente para outra dimensão. Do realismo dialético ao idealismo e além, esta é a trajetória que temos seguido nesta introdução. Considerando que o realismo era inicialmente uma filosofia materialista da ciência que insistiu na existência de uma realidade que existe independente de nossos pensamentos, FMR é definitivamente mais idealista (e, talvez, até mesmo surrealista) em sua sugestão de que a verdade está além do pensamento, da dualidade e da realidade. A posição da filosofia final de Bhaskar é ontologicamente idealista, enquanto

que inicialmente era materialista. Se o idealismo transcendental realmente ameaça o realismo transcendental é um ponto discutível. Em qualquer caso, ao contrário do realismo crítico que permanece intensamente focado nas ciências, FMR procura uma fonte de conhecimento para além das ciências e está preocupada com a verdade mais profunda da realidade em si que todas as ciências pressupõem necessariamente, mas que dificilmente podem ser capturados em proposições científicas: a- letheia - a experiência vivida da verdade além do esquecimento do Ser e do véu de Maya. A partir de experiências científicas com a natureza, para a experiência estática de unidade na natureza e, a partir deste “sentimento oceânico” de volta para a dialética da mudança social e da hermenêutica da auto-transformação, este é o caminho do realismo meta-crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, JC. The new theoretical movement. In: SMELSER, N. *Handbook of sociology*. Londres: Sage, 1988.
- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. MASPERO, 1965.
- APEL, K. O. *Transformation der Philosophie*. 2Bde. Frankfurt am Maim: Suhrkamp, 1981.
- ARCHER, M. *Culture and agency: the place of cultura in social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- ARCHER, M. *Realist social theory: the morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ARCHER, M. *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BENTON, T. *Philosophical foundations of the three Sociologies*. London: Routledge, 1977.
- BERNSTEIN, R. *Praxis and action*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1971.
- BHASKAR, R. *A realist theory of science*. 2. ed. Brighton: Harvester, 1975.
- BHASKAR, R. *The possibility de Naturalism*. 2. ed. Brighton: Harvester, 1979.
- BHASKAR, R. *Scientific realism and the human emancipation*. Londres: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. London: Verso, 1989.
- BHASKAR, R. *Dialectics: the pulse of the freedom*. London: Routledge, 1993.
- BHASKAR, R. *From east to west: Odyssey of a soul*. London: Routledge, 2000.
- BHASKAR, R. *Reflections on meta-reality. Transcendence, Emancipation and everyday life*. Newa Deli: Sage, 2002a.
- BHASKAR, R. The philosophy of meta-reality. vol. 1 In: _____. *meta-reality: creativity, love and freedom*. New Deli: Sage, v. 1, 2002b.
- BOHM, D. *Wholeness and the implicate order*. London: Routledge, 1980.
- DILTHEY, W. Der Aufbau der Welt geschichtlichen em den Geisteswissenschaften. In: _____. *Gesammelte Schriften*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, v. 7, 1958.
- FREITAG, M. *Dialectique et societe*. In: _____. Introduction a une theorie generale Du symbolique. vol.2: Culture, pouvoir, controle: les modes de reproduction formelle de la société. Lausanne: L'âge d'homme, 1986.
- GADAMER, HG. Hermeneutik I. Wahrheit und Methode. In: _____. *Gesammelte werke*. Tubingen: Mohr, v.2, 1999.
- GIDDENS, A. (Ed.). *Positivism and sociology*. London. Heinemann, 1974.
- GIDDENS, A. *New rules of sociological methode: a positive critique of interpretative sociologies*. London: Hutchinson, 1976.

- GIDDENS, A. *Studies in social and political theory*. Londres: Hutchinson, 1977.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity, 1979.
- GIDDENS, A. *Central Problems in Social Theory*. Cambridge: Polity, 1979.
- GOULDNER, A. *The Two Marxisms. Contradictions and Anomalies in the Development of Theory*. Londres: Macmillan, 1980.
- HABERMAS, J. Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik. Ein Nachtrag zur Kontroverse zwischen Popper und Adorno. In: ADORNO, T. W. *et al. Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Neuwied: Luchterhand, p. 155-191, 1969a.
- HABERMAS, J. Gegen einen positivistically halbierten Rationalismus. In: ADORNO, T. W. *et al. Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Neuwied: Luchterhand, p. 235-266, 1969b.
- HABERMAS, J. Dogmatismus, Vernunft und Entscheidung. Zu Theorie und Praxis in der verwissenschaftlichten Zivilisation. In: _____. *Theorie und Praxis*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 231-257, 1974.
- HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- HANSON, N. *Patterns of Discovery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- HARRÉ, R. *The Principles of Scientific Thinking*. Londres: Macmillan, 1970.
- HARRÉ, R; MADDEN, E. H. *Causal Powers*. Oxford: Blackwell, 1975.
- KEAT, J; URRY, J. *Social Theory as Science*. Londres: Routledge, 1982.
- LAYDER, D. *The Realist Image in Social Science*. Londres: Macmillan, 1990.
- LUHMANN, N. *Soziale Systeme. Grundriss einer allgemeinen Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- LUHMANN, N. *Die Wissenschaft der Gesellschaft. Frankfurt am Main: Suhrkamp*, 1990.
- MAO TSE TUNG. *Citations du Président*. Mao Tse-Toung. Peking, 1965.
- MOUZELIS, N. Restructuring Structuration Theory. *Sociological Review.*, 37, 4, pp. 613-635, 1989.
- NORRIE, A. *Dialectic and Difference: Dialectical Critical Realism and the Grounds of Justice*. Londres: Routledge, 2010.
- OUTHWAITE, W. *New Philosophies of Social Science. Realism, Hermeneutics and Critical Theory*. London: Macmillan, 1987.
- SARTRE, J. P. *Critique de La raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.
- SAYER, A. *Method in social science: a realist Approach*. London: Routledge, 1992.
- SAWYER, R. K. *Social Emergence: Societies as Complex Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SEARLE, J. *The Construction of Social Reality*. New York: Simon and Schuster, 1995.
- VANDERBERGHE, F. Falsification Falsified. A Swansong for Lord Karl. pp. 73-77 in Valentini, C. (ed.): *On objective Knowledge in Social Sciences and Humanities: Karl Popper and Beyond*. Florence: European University Institute (WMP 37), 2010.
- _____. *Uma história da filosofia e da sociologia alemã*. vol. 1. São Paulo: Anablume, 2013.
- _____. *Uma história da filosofia e da sociologia alemã*. vol. 2. São Paulo: Anablume, 2014.
- WRIGHT, G. H (von). *Explanation and understanding*. Ithaca: Cornell University Press, 1971.

Notas

1 Este texto apresenta uma versão parcial e traduzida de um trabalho mais amplo apresentado inicialmente na Conferência sobre Realismo Crítico, NYU, Agosto

de 2013, sob o título “Além da crítica? Reconstruindo Realismo Crítico, Hermenêutica e Anti-utilitarismo.”

2 Créditos da tradução: a realização desta tradução foi feita pela bolsista Priscila Souza e pelo prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel (PPGCSO/UFJF), que também se incumbiu da revisão técnica do mesmo, até sua disposição final.

Teoria Social e Teoria Social Realista: situando bases para para uma sociologia realista das organizações

Thiago Duarte Pimentel*

Resumo:

O objetivo deste trabalho é explorar as interfaces e possibilidades de diálogo e fundamentação da teoria das subjetividades coletivas (TSC) para a teoria das organizações (TO). Para isso contextualizamos o naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea. Localizamos os elementos centrais dentro da sociologia que possibilitam a leitura do realismo crítico na teoria social. Depois, apresentamos a TSC, em sua versão realista, proposta por Frédéric Vandenberghe. Concluimos com considerações preliminares de como ambas, a teoria social realista e a TSC realista, podem fornecer as bases para uma possível teorização organizacional realista.

Palavras-chave: realismo crítico; teoria social; teoria das subjetividades coletivas; teoria das organizações; teoria organizacional realista.

Critical Realism in Organizational Studies: preliminary remarks on its philosophical foundations

Abstract:

This study aims to explore the interfaces and possibilities of dialogue and reasoning in the theory of collective subjectivity (TSC) to organization theory. For this we contextualize the critical naturalism in contemporary social theory. We locate the core elements within sociology that enable reading of critical realism in social theory. Then we present the realist TSC proposed by Frédéric Vandenberghe. We conclude with some preliminary considerations of how both social theory and realistic TSC may provide the basis for a possible realist organizational theorizing.

Keywords: critical realism, social theory; theory of collective subjectivities; organizational theory; realist organizational theory.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é localizar a teoria das subjetividades (TSC) coletivas dentro da teoria social, em geral, e da teoria social realista, em particular, e explorar suas interfaces e possibilidades de diálogo e fundamentação para a teoria das organizações (TO), a partir de seu quadro teórico de análise da ação coletiva organizada.

Para isso pretende-se sistematizar e caracterizar a aplicação dos principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental¹ (denominação original do realismo crítico / RC) na teoria social contemporânea, cujo resultado é a geração de uma nova vertente: a teoria social realista, e suas implicações para a TO. Tal procedimento é necessário a fim de se delimitar, de forma mais precisa e adequada, as categorias

teóricas e as bases sobre as quais a sociologia das organizações (e a teoria organizacional²) retomam dentro da teoria social³, com o intuito de elaborar o seu próprio discurso sobre as organizações.

Dado que a discurso filosófico é distinto do discurso sociológico, no sentido de que aquele carece de objetos materiais (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2009; 2010g), as teses filosóficas propostas no seio do movimento do realismo transcendental situam-se no plano geral do nível abstrato da filosofia e, portanto, ao serem transpostas para os níveis fenomênico e empírico do mundo real precisam revestir-se de camadas conceituais mais densas que, por sua vez, traduzem a expressão de categorias de objetos reais, independentes do seu nível de concretude, mas todos compartilhando o mesmo ponto comum: a necessária eficácia causal sobre a realidade (FLEETWOOD, 2005).

* Professor do Departamento de Turismo e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Doutor em Ciências Sociais/UFJF. Mestre em Administração pelo Cepead/UFMG. Bacharel em turismo pela UFMG. thiagopimentel@gmail.com

Assim, a elaboração e o desenvolvimento sistemáticos de uma teoria social realista situam-se em um plano diferente daquele do discurso filosófico proposto inicialmente pelo movimento filosófico do realismo transcendental. Para isso, uma série de esforços forma empregados, diretamente pelo próprio Bhaskar, assim como pelos seus seguidores, para a transposição do realismo transcendental para as ciências humanas, como a criação da *International Association for Critical Realism / IACR*, o *Centre for Critical Realism*, o *Journal of Critical Realism* (inicialmente denominado *Aléthia*, e dedicado exclusivamente ao assunto, etc).

Realizando pesquisas e trabalhos independentes, como os de Margaret Archer, ou explicitamente continuando, sistematizando e aprofundando o veio explorado por Bhaskar, como Steve Fleetwood, Peter Manicas, Douglas Porpora, entre outros; estes seguidores contribuíram também para dispersão e aplicação do realismo transcendental em vários (sub)campos científicos, dentre eles especialmente nas ciências humanas e, com mais ênfase, no campo da sociologia. Ao fim desse processo, culminava-se assim na emergência de um novo movimento dentro da teoria social, a teoria social realista, que no cenário atual da sociologia contemporânea tornar-se-ia um marco incontornável.

Além dos esforços deliberadamente empreendidos para a concretização do movimento realista crítico nas ciências humanas e sociais, fatores contextuais, como o esgotamento do novo movimento teórico, identificado por Jeffrey Alexander (1987), parecem ter contribuído para a emergência da teoria social realista, visto que ela passou a se constituir numa alternativa viável para a então estagnação teórica que se apresentava à sociologia, em suas diferentes facetas de confluência (ARCHER, 2000), falácias subjacentes (BHASKAR, 1998[1979]), assim como a crescente desintegração teórica e fragmentação identitária do campo (BRANTE, 2001).

Diante desse cenário, a aplicação dos princípios da ontologia estratificada, proposta pelo RC, bem como da comensurabilidade paradigmática entre as ciências – possibilitada pelo compartilhamento do nível intransitivo da realidade – natural e social e, a conseqüente

visualização da sociologia em níveis (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2006; 2007; 2010), tornam possível localizar as instituições e organizações num nível intermediário da relação entre agência e estrutura (ARCHER, 2000; ACKROYD; FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010; VANDENBERGHE, 2010) como uma entidade real com existência própria e poderes causais capazes de interferir na realidade, sendo, portanto, uma instância legítima de estudos no âmbito da teoria social – e, por extensão, no âmbito da TO – e um nível supostamente adequado para se aprofundar no conhecimento sobre os processos de constituição da sociedade (ACKROYD, 2000).

Assim, especificamente, considerando as premissas identificadas até o momento:

- (1) a partir da possibilidade de convergência teórica e síntese dada pela ontologia estratificada em níveis, onde as organizações se encontram no nível meso de análise do mundo social;
- (2) aliada ao fato de que as organizações serem empreendimentos racionais deliberadamente criados para por em marcha uma ação coletiva; e
- (3) as tentativas de explicação da questão central da teoria social – a saber o debate acerca da relação agência-estrutura, enquanto mecanismo de constituição da sociedade, e os diferentes tipos de confluência, ascendente, descendente e central, (ARCHER, 2000);

Então, pretende-se argumentar aqui que a convergência teórica entre teoria organizacional e sociologia da ação coletiva, identificada por Friedberg (1993), pode ser explorada, dentro de uma perspectiva realista crítica, pela TSC, já que está parece reunir num mesmo plano os elementos fundamentais – aqui defendidos – da: ontologia (epistemologia e metodologia) realista crítica, da ação coletiva e de seu caráter organizado.

Por outro lado, focalização do debate a partir da análise das organizações pode ser frutífero para a própria teoria social, na medida em que a abertura da “caixa preta” das organizações pode revelar processos e mecanismos relacionados à questão da agência-estrutura, já que esta é uma categoria intermediária na relação entre agência e estrutura (FLEETWOOD, 2008b; ELDER-VASS, 2010), e que até o momento não tem sido observada com a devida atenção pela teoria social (ACKROYD, 2000).

Isso pode ocorrer justamente pelo fato da organização se situar enquanto categoria analítica sociológica no meio dessa relação, no nível meso da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010g). Sendo necessariamente uma categoria (e um objeto social real) intermediário, supostamente relacionada a essa passagem das ações individuais para o coletivo, bem como dos constrangimentos coletivos sobre os corpos individuais. Assim, concordando com e retomando a proposição inicial lançada por Ackroyd (2004) é que se considera necessário e potencialmente útil, tanto para a TO, em particular, quanto para a teoria social, em geral, abrir a “caixa preta” do processo de estruturação das entidades coletivas (ou organizações).

De partida, argumentamos com Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c), que a sociologia realista crítica, apesar de enraizada em solo sócio-filosófico anglo saxão, possui bases imanentes que podem ser derivadas da era dos epígonos – em especial dos monumentos *giddensiano* e *bourdieusiano* – já que em ambos os casos buscava-se produzir uma nova síntese na teoria social (PETERS, 2005; 2006; VANDENBERGHE, 2009; 2010c), superando as dicotomias entre ação e estrutura. E, é a partir deste e contra este pano de fundo que ela se posiciona enquanto um projeto próprio, solidamente fundamentado.

Tanto Giddens quanto Bourdieu geraram modelos teórico-empíricos de análise do processo de estruturação da relação agência-estrutura, culminando com modelos de estruturação, mais ou menos influenciados pela agência ou estrutura (PETERS, 2005; 2006). Porém, ambos falham em sua tentativa de solução do problema agência-estrutura, já que tendem, em seus modelos, ao tipo de confluência central (ARCHER, 2000). Visando superá-los, a teoria social realista propõe uma releitura da questão a partir das bases ontologicamente fundamentadas pelo realismo transcendental. Enquanto Archer (2000) realiza uma releitura crítica da teoria da estruturação de Giddens, à luz do realismo transcendental, portanto, num contexto de teoria social *pós-giddensiana* na Inglaterra; Vandenberghe (2010) opta por uma releitura crítica de, simultaneamente com e contra, Bourdieu introduzindo em seu esquema analítico uma maior margem para a

ação, também à luz do realismo transcendental e cuja ênfase pode ser localizada no quadro da teoria social francesa *pós-bourdieusiana*.

Assim, seguindo a trilha aberta por Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c) pretende-se seguir aqui a visão da teoria social realista como um “cruzamento” da teoria social inglesa *pós-giddensiana* com a teoria social francesa *pós-bourdieusiana*, a partir das bases do movimento realista crítico, onde admitir-se-á que esta conferirá maior potencial explicativo e enquadramento teórico-metodológico para a noção de estrutura – a partir da teoria dos campos sociais –; e, àquela, aportará maior potencial explicativo à teoria social a partir da noção de agência – tal qual como formulada por Archer (2000), onde se visualiza o espaço suficiente para a ação social a partir da noção de conversações internas, que pode preencher as possíveis lacunas no quadro *bourdieusiano*.

Assim, ao situar a teoria social realista como um “híbrido” derivado do cruzamento da sociologia de Bourdieu com a de Giddens – partindo de uma releitura do ponto comum de ambos que é a elaboração de um modelo *praxiológico-estruturacionista* (PETERS, 2005; 2006) –, à luz do realismo transcendental, pretende-se acentuar aqui o processo de estruturação⁴ social, o qual abrirá – seja pela forma como é obtido seja por seu resultado final – uma questão central para discussão, no âmbito da TO (e de sua conseqüente teorização organizacional), que é a identificação e a discussão da organização como uma entidade real e um ator coletivo capaz de exercer uma influência eficazmente causal na realidade, tal como proposta por Vandenberghe (2010g).

Ao replicar esse processo de estruturação da realidade social no plano das organizações – e vê-las como elos centrais na relação agência-estrutura – pretendemos analisar, de forma específica, o seu processo de estruturação como construção de atores coletivos (ACKROYD, 2000) e, portanto, como entidades coletivas dotadas de uma subjetividade coletiva (VANDENBERGHE, 2010), partindo do pressuposto de sua centralidade na ligação, estruturação e hierarquização dos níveis da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010), e, portanto, como elo necessário, embora não suficiente, para a estruturação da sociedade (ACKROYD;

FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010). Isso permitiria se compreender e explicar o processo de estruturação social da realidade, para além da falácia conflacionista (ELDER-VASS, 2010).

Assim, pretendo adicionar e defender aqui, numa posição próxima e semelhante à de Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), que a estruturação dos coletivos é o que permite integrar a ação individual a estrutura social. Dessa forma, para compreender e fornecer uma explicação adequada para o problema da relação estrutura-agência é uma condição necessária, embora não suficiente, a estruturação da ação social via ação coletiva. Ou seja, o foco aqui ao situarmos nossa análise nas organizações será tomá-la um microcosmo para a realidade social. Assim, poderíamos dizer que, situadas dessa forma, as organizações são níveis/instâncias da realidade privilegiadas para se estudar a passagem da ação individual para a coletiva, sendo, portanto, mecanismos estruturadores da sociedade.

Para alcançar o objetivo aqui delineado (de sistematizar e caracterizar a aplicação dos principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental na teoria social contemporânea), recorro a seguir – conforme nos instrui Vandenberghe (2009; 2010c) – apenas propedeuticamente, a uma síntese da trajetória histórica do campo da teoria social no momento precedente à emergência do RC, para contextualizarmos temporal e espacialmente a localização deste movimento filosófico, e desta feita, compreendermos de forma mais precisa, sua inserção neste (sub)campo filosófico – das filosofias da ciências (HARRÉ, 1988).

O NATURALISMO CRÍTICO E A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIAL REALISTA NA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

A teoria social realista é uma vertente da teoria social contemporânea. Ela emerge aproximadamente na década de 1980, quando a teoria social neoclássica – ou os clássicos modernos (VANDENBERGHE, 2009) – começa a dar sinais de seu esgotamento diante das tentativas de síntese e superação dos antigos problemas, dentre eles, a relação entre agência-estrutura.

Se, nas palavras de Alexander (1987), o novo movimento teórico – ou a sociologia neoclássica, para usar a expressão de Vandenberghe (2009) – foi caracterizado pelo desenvolvimento de três relatos alternativos para lidar com as grandes questões do universo social, realizados por Bourdieu, Giddens e Habermas; é a partir do esgotamento da sua capacidade de renovação e avanço que se irão emergir as novas ramificações ou vertentes da teoria social contemporânea. Todas marcadamente caracterizadas pelo sufixo *pós* (pós-bourdieuianas, pós-giddensianas e pós-habermasianas), tanto em sentido histórico-cronológico quanto devido ao fato de necessariamente dialogarem necessariamente com esses três grandes pensadores, seja continuando suas ideias seja reconstruindo-as criticamente, mas sempre se posicionando em relação a elas (VANDENBERGHE, 2010).

Traçando um mapeamento da sociologia contemporânea no cenário mundial, Vandenberghe (2009; 2010c; 2011) identifica que após o esgotamento da sociologia neoclássica, várias correntes surgiram na tentativa de resgatar os espólios daquelas correntes tradicionais anteriores, cada uma delas associada à tradição de seu contexto de origem. Assim, o autor identifica e associa os desenvolvimentos contemporâneos na teoria social a partir das tradições francesa, inglesa e alemã onde:

- a) Na França, a sociologia *pós-bourdieuiana* tem sido dominada pelos seus ex-discípulos, e duas vertentes bastante distintas entre si e que mantêm, ambas guardam certa distância em relação à obra de Bourdieu. De um lado, a sociologia francesa é liderada pelas inovações teóricas de Bruno Latour, com a sua sociologia do ator-rede, que prega a naturalização das relações sociais e a socialização dos objetos; e, de outro, Luc Boltanski e Laurent Thévenot, com a sua sociologia pragmática, cuja ênfase reside no nível interacional das relações sociais, focalizando as disputas não violentas acerca da legitimidade e justiça da resolução de conflitos e suas justificativas. Aqui é importante ressaltar que os autores identificam diferentes domínios (ou enclaves) sociais e que a transposição da situação (e dos objetos) de disputa de um domínio para o outro conferem, em última instância, o *status* de justiça ou injustiça social.
- b) Na Alemanha, também duas correntes

sociológicas atualmente têm se destacado: uma considerada por Vandenberghe como a 3ª geração da teoria crítica e outra, não exatamente filiada a teoria crítica, trata da teoria da modernidade reflexiva. A primeira delas é encabeçada por Axel Honneth, visto como o sucessor de Habermas, que desenvolve a partir dos trabalhos deste último uma sociologia do reconhecimento (que se dá em três esferas: do amor, do direito e da solidariedade), argüindo que todos anseiam e buscam o reconhecimento social, cuja importância reside no desenvolvimento da subjetividade. A segunda vertente, liderada por Ulrich Beck, busca pensar a política na vida cotidiana a partir da categoria do risco, da sociedade do risco, onde a crise ecológica cria problemas de legitimação da política dentro das sociedades ocidentais, fazendo com que as antigas tradições do passado não sejam mais referências válidas, sendo necessário que os indivíduos construam sua própria história num cenário fragmentado e sem referências, num tipo de tentativa e erro, como se a vida fosse um experimento.

c) Na Inglaterra, a sociologia pós-giddensiana foi sucedida por duas correntes: os estudos de governamentalidade e o RC. A primeira se dedica a releitura do trabalho de Foucault do final da década de 1970, sobre a *Gouvernementalité*, ou seja, Governo de si, dos outros e da sociedade. Esta vertente inicia-se pelo diagnóstico da crise de 1968, da crítica feita ao sistema capitalista e de como este sistema, ao invés de romper, muda e incorpora os problemas e as questões que estavam fora de sua concepção inicial (atrelada a utilidade), como o lazer a criação, a moda etc. Assim nesta perspectiva focaliza-se o poder agindo não contra ou sobre o indivíduo, mas a partir dele de sua motivação e sua aderência “espontânea” ou consentida ao sistema, tentando não cerceá-lo, mas motivá-lo e assim, usar suas capacidades controladamente. Ela parte sempre de um problema empírico (ex. AIDS) e busca ver como diferentes agentes interessados em lidar com ele se relacionarão e, com isso, produzirão modulações e farão o poder e o sistema funcionar a través deles. Já a segunda corrente faz uma passagem dos princípios ontológicos e epistemológicos do RC proposto por Bhaskar para a teoria social, sobretudo, através dos trabalhos do próprio Bhaskar e de Margaret Archer. Estes, fazendo uma crítica aberta a Giddens e sua teoria da estruturação, imputam a ela o pressuposto de aceitação da daquilo que consideram como

“falácia epistêmica” e, conseqüentemente, tornam-na incapaz de lidar adequadamente com o problema da relação agência-estrutura. Ao fazerem isso propõem uma nova e própria versão teórica para o problema, relendo criticamente Giddens (e Bourdieu) a partir do realismo transcendental.

Diante dessa nova fase da sociologia no cenário mundial, surge uma nova fragmentação e divisão, não distintiva em termos da classificação em micro-macro abordagens, mas sim seguindo uma especialização temática. Cada qual dessas correntes, com sua especificidade e propondo uma teorização seletiva, micro centrada, sem conexão ou preocupação com uma integração mais ampla das questões mais amplas da sociologia. É justamente nesta paisagem teórica que se destaca a perspectiva do RC na teoria social, cuja ideia central consiste em pensar e envidar esforços no sentido de promover uma teoria social unificada, a partir da proposta de convergência teórica das micro-correntes num todo maior, tomando-as como estratos diferentes da realidade (ELDERVASS, 2004; VANDENBERGHE, 2010).

Tal possibilidade só pode ser concebida a partir de uma adequada perspectiva filosófica que se sustente numa categoria de totalidade – a realidade – cuja decomposição permite enxergar os diferentes estratos ou camadas que se agrupam, e, de certo modo, se sobrepõe para formar o todo (BHASKAR, 1998[1979]). E, de modo inverso, quando não conhecemos o todo, supomos a sua existência e partimos das diferentes camadas que conseguimos enxergar a fim de reconstruir, coerentemente e de forma plausível, a sua interligação e suas conexões até chegar ao todo (supondo a existência de um todo, i.e., no caso a realidade).

O REALISMO CRÍTICO NA TEORIA SOCIAL

Num primeiro momento o relato realista crítica da ciência, desenvolvido por Bhaskar em *A Realist Theory of Science*, o argumento central da obra residia em demonstrar, dentre outras coisas, que

“[...] não só [o argumento de que] uma conjunção constante de eventos não é uma condição suficiente para uma lei científica, mas que não constitui sequer uma condição necessária; e que apenas se pudermos demonstrar esta última [a(s)]

condição(ões) necessária(s)] é que poderemos fornecer uma justificação adequada para a primeira. Embora tenha sido freqüentemente sustentado que uma conjunção constante de eventos é insuficiente, até o momento não foi sistematicamente argumentando [que esta] não é [uma condição] necessária. Isto, no entanto, pode ser demonstrado através do argumento transcendental da natureza da atividade experimental” (BHASKAR, 2008[1975], p.1 – tradução livre).

O argumento transcendental de que Bhaskar se utiliza prova a falseabilidade das premissas positivistas-humenianas das leis científicas inclusive para as ciências naturais, baseado na refutação transfactual de sua ocorrência em sistemas fechados. Tendo feito isso, e em seu lugar, proposto uma versão realista da ciência, que supostamente, crê-se como mitigadora deste problema.

Tendo demonstrado o argumento transcendental, Bhaskar (1998[1979]) e as formas pelas quais sua proposta pode fundacionar as ciências humanas, em seguida, a atenção de Bhaskar (1998[1979]) se volta para a discussão da *Possibilidade do Naturalismo* [*The Possibility of Naturalism*], partindo da conexão entre as ciências sociais, e de forma mais ampla as ciências humanas e a filosofia. Essa perspectiva foi desenvolvida no âmbito das ciências sociais a partir de um relato específico e propriamente orientado para tal discussão: o *naturalismo crítico*, naturalismo crítico, não positivista e não reducionista, para as ciências humanas e sociais – que irá começar a ecoar na teoria social década de 1980 e, daí em diante de forma cada vez mais robusta. Portanto, justamente numa fase em que se opera o esgotamento do novo movimento teórico e se iniciam os relatos alternativos, como uma busca para a continuidade da teoria social em fins do século XX.

Assim, o naturalismo crítico emerge como um relato cuja pretensão é a de fornecer uma solução supostamente superior às demais tradições, para as ciências humanas e, inclusive, as ciências sociais, justamente por partir de bases filosóficas mais amplas que permitem e pressupõe uma comensurabilidade paradigmática de diferentes perspectivas sociais, radicada no ponto comum da ontologia das

estruturas (no caso) sociais.

Elaborando suas ideias a partir dos argumentos estabelecidos por Hodgson (2004), no campo da economia, e de Archer *et al.* (1998), no campo da sociologia, a fim de construir/produzir um refinamento teórico e, desta forma, avançando na delimitação mais clara e precisa dos conceitos teóricos erigidos sobre a perspectiva realista crítica nas ciências humanas, Steve Fleetwood (2008a, p. 243-245) produz uma síntese, em 08 (oito) asserções, dos axiomas centrais estabelecidos pelo RC, que fundamentam e estruturam o projeto do RC nas ciências humanas, a saber:

- 1) *Diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições.*
- 2) *Diferenciação ôntica entre propriedades dos agentes e das estruturas sociais e das instituições.*
- 3) *A dependência das estruturas sociais e instituições em relação aos agentes.*
- 4) *A dependência dos agentes em relação a estruturas sociais e instituições.*
- 5) *A rejeição do individualismo metodológico e ontológico.*
- 6) *Rejeição do coletivismo metodológico e ontológico.*
- 7) *A prioridade das estruturas sociais e instituições sobre qualquer agente individual.*
- 8) *Similaridade ôntica entre estruturas sociais e instituições.*

Considerando a síntese realizada acima sobre as principais “adaptações” conceituais específicas que a ontologia realista implica para a teoria social, observa-se que tais proposições da teoria social realista é erigida a partir dos pressupostos da filosofia do realismo transcendental como um todo, onde 3 categorias teóricas centrais são recorrentes, devido a sua necessidade causal: o conceito de estrutura, o conceito de estratificação e o conceito de emergência. Uma vez identificadas as estruturas (indivíduos e entidades coletivas) para que essas asserções façam sentido e sejam concordantes com a realidade, o RC pressupõe uma estratificação da realidade, que é seguida do conceito de emergência dos poderes causais das estruturas gerativas.

Tentando sintetizar a trajetória percorrida pelo RC em solo filosófico até chegar às ciências sociais e humanas, talvez uma forma adequada

seria sugerir a realização de três passos: a asserção da dimensão ontológica; as implicações derivadas dessa dimensão precedente para as formas de conhecimento (epistemologia) do mundo e, num terceiro momento, as implicações epistemológicas do realismo segundo o conjunto de objetos reais a serem estudados cientificamente, suas características estruturais intrínsecas e as formas específicas da emergência de seus poderes causais e de ativação dos mesmos.

DIFERENCIAÇÃO ONTOLÓGICA, ESTRATIFICAÇÃO E EMERGÊNCIA

Mas, para que esta distinção entre domínios da realidade, e a sua correspondente crítica da relato humeniano-positivista da ciência, seja possível, Bhaskar precisa ser capaz de fornecer um modelo explicativo alternativo que seja capaz de fornecer um relato adequado (ou pelo menos, plausível) da existência da realidade extra (ou além de) empírica, ou seja, transcendental. É isso o que ele faz inicialmente com a tese da distinção entre os domínios ontológico (intransitivo) e epistemológico (transitivo) e, seu conceito subordinado, adjacente, extensivo e necessário de estratificação.

Em sua obra *A Realist Theory of Science* Bhaskar argui, a partir da inteligibilidade da atividade experimental, que “há uma distinção *ontológica* entre leis científicas e padrões de eventos” (BHASKAR, 1978, p.12). Tais leis dependem da existência de ‘mecanismos naturais’, e “somente se nós fizermos a assunção da independência real de tais mecanismos em relação aos eventos que eles geram é que nós estaremos justificados em assumir que eles perduram e vão agindo em seu caminho norma fora das condições experimentais dos sistemas fechados, que nos capacitam a identificá-los empiricamente” (BHASKAR, 1978, p.13).

De modo similar, “[...] os eventos obrigatoriamente precisam ocorrer de modo independente das experiências nas quais eles são apreendidos. Estruturas e mecanismos, então, são reais e distintos do padrão de eventos que eles geram; do mesmo modo como os eventos são reais e distintos das experiências em que eles são apreendidos. Mecanismos, eventos e experiências assim constituem três domínios sobrepostos da realidade, nomeadamente, os

domínios do *real*, do *actual*, e do *empírico*.” (BHASKAR, 1978, p.56). Assim, Bhaskar (1994) pressupõe a partir da diferenciação dos domínios, os fenômenos de estratificação e de emergência como condição necessária para a integração dos três níveis da realidade.

O conceito de estratificação refere-se à disposição do domínio intransitivo da realidade (i.e., da ontologia) nos níveis do real, o atual, e o empírico e remete à eficácia causal simultânea desses diferentes níveis (ou estratos da realidade) emergentes (IRWIN, 1997). Elder-Vass (2004) aborda a estratificação do mundo intransitivo em níveis – o atômico, o molecular, o biológico, etc. Esta estratificação depende do fenômeno de emergência, que é mais simplesmente descrito como “o relacionamento que torna possível para um todo ser mais do que a simples soma das partes.” (ELDER-VASS, 2004, p. 3). Isso é o que tornaria possível o funcionamento do mundo, através de padrões e conformações verificadas empiricamente, da regularidade de eventos e, sobretudo, da existência de “leis” ou tendências inerentes as propriedades e estruturas de cada substância que são emanadas e adquirem certa regularidade no mundo natural, devido a ausência de tendências contrárias capazes de impedir a manifestação daquela.

A estratificação implica a ideia de diferenciação, que diz respeito à existência de sistemas abertos e fechados e suas implicações. Diferenciação implica que as leis e as ações não têm efeitos uniformes, daí a origem do termo. A distinção entre os mecanismos e os eventos que eles geram (ou podem gerar), que diz respeito à estratificação, é necessária para explicar por que o mundo é diferenciado em sistemas abertos e fechados (BHASKAR, 2008[1975], p. 19).

Como correlato ao fenômeno da estratificação, o fenômeno da emergência é uma condição necessária para a integração dos níveis da realidade dentro da perspectiva filosófica do realismo transcendental. Bhaskar (1994, p. 73) define emergência como “o relacionamento entre dois termos de tal sorte que um diacronicamente, ou talvez sincronicamente, levanta/suspende/eleva ao outro, mas é capaz de reagir de volta no primeiro e é em qualquer evento causalmente e taxonomicamente irreduzível a ele (esse evento), como a sociedade é à natureza ou a mente em relação à matéria”.

Buscando refinar o argumento bhaskariano acerca da natureza de uma realidade estratificada baseada na emergência (de poderes causais), mas que segundo Collier (1994, p. 130 citado por Elder-Vass, 2004, p. 4) é relativamente pouco desenvolvido no que tange a questão da estratificação, Elder-Vass (2004) propõe uma versão ligeiramente diferente, não contrária, e sim corroborativa ao argumento de Bhaskar e de outros realistas críticos, e em sua visão, mais precisa e refinada.

Partindo da questão inicial de “como o fenômeno da emergência é possível?”, Elder-Vass (2004, p. 4) levanta uma nova questão: “se nós aceitarmos que as totalidades emergentes são mais do que a simples soma das partes, então de onde é que esse “maior do que” surge?” Seu argumento é o de que a emergência surge da organização das partes [em uma disposição ou arranjo novo, diferente e particular em relação ao estado anterior e, que ao fazer assim, torna possível uma nova entidade] da manutenção de um estável conjunto de relações entre as partes que as constitui dentro de um tipo particular e específico de [nova] totalidade.

Assim, é o fato de que uma entidade de mais alto-nível é composta de uma *organização particular estável* de entidades de mais baixo-nível, que confere a ela a possibilidade de exercer uma influência causal em seu direito próprio (ELDER-VASS, 2004). Em outras palavras, é o conjunto de relações entre entidades de baixo-nível que torna possível o fenômeno de emergência de uma totalidade “maior do que a soma das partes”. Somente quando este tipo particular de partes está presente em num conjunto específico de relações entre si é que torna possível a existência de uma entidade de alto-nível; e somente quando este tipo particular de partes está presente num conjunto de relações entre si específico é que esta tem o impacto causal que caracteriza as entidades de alto-nível (estrato mais elevado).

A origem das coisas com um grau de autonomia causal forma o nível causal existente a partir do qual se originaram. Autonomia causal impede as entidades emergentes de serem redutíveis a que a partir do qual surgiu. As propriedades de uma “coisa”/entidade emergente não são previsíveis a partir das propriedades do nível inferior (BHASKAR, SRHE, p. 104). Por exemplo, em geral, as propriedades sociais

só podem ser explicadas em termos de outras propriedades sociais. Pode haver leis sobre a biologia que não são redutíveis às leis da física. Isso não exige alguma substância especial mental ou espiritual que tenha propriedades sobre ou acima das propriedades físicas. A autonomia causal exige apenas que entidades biológicas têm propriedades que não pode ser inteiramente reduzida a propriedades mecânicas, nem propriedades eletromagnéticas, nem às propriedades gravitacionais, etc, mas são formadas a partir de interações complexas destas.

Segundo Irwin (1997), todos esses fenômenos físicos podem interferir com os efeitos dos outros, por exemplo, como quando um ímã impede de cair alguma coisa. Do mesmo modo, as entidades biológicas podem ser capazes de explorar possibilidades reais na natureza que não estão disponíveis para as entidades sujeitas apenas às propriedades da mecânica, ou apenas às do eletromagnetismo, etc. As propriedades complexas a partir de todos os fenômenos físicos separados podem conspirar de uma maneira que transcende os efeitos de qualquer um ou vários deles, sem ter que postular qualquer outra força misteriosa.

As propriedades emergentes exploram as possibilidades na natureza, que não estavam sendo explorados no nível inferior, do qual essas propriedades emergiram. Da mesma forma, a estrutura atômica envolve a atualização de forças da natureza (as forças fraca e forte no núcleo) que não estavam envolvidos nos componentes dos prótons e nêutrons antes da formação dos átomos. Novos poderes que surgem só são possíveis em virtude do maior nível de organização da matéria que evolui (BHASKAR, DPF, p. 51).

Segundo Bhaskar (citado em IRWIN, 1997), um argumento transcendental de nossa experiência mostra que isso é correto no que diz respeito à irreducibilidade de atividade social. Esta é a condição para a existência dos nossos produtos sociais dos quais somos agentes causais e cujas razões são causas autônomas. As origens das ações humanas podem ser explicadas apenas por referência a formas sociais; os efeitos das ações humanas podem ser explicados apenas por referência aos efeitos causais das crenças.

TEORIA DAS SUBJETIVIDADES COLETIVAS (TSC)

A sobre a TSC, proposta por Frédéric Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g), tem seu mote central na provisão de um arcabouço teórico sobre os coletivos – ou grupos estruturados – enquanto agentes capazes de desempenhar ação social e, portanto, mediadores da relação estrutura-agência. Em um trabalho recente e seminal, Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010) se propõe a preencher o que considera um hiato entre às categorias sociais (ou coletivos taxonômicos) e a conceito de redes, a partir da introdução dos grupos estruturados como entidades coletivas, reais, dotadas de eficácia causal e, portanto, como elementos centrais para a teoria da ação coletiva.

Para isso, ele propõe a tese de que a estruturação dos coletivos segue um processo morfogênico triplo: de *identificação simbólica*, *mediação tecnológica* e *representação política*, como diferentes momentos que estruturam e transformam dialeticamente o coletivo taxonômico em uma comunidade imaginada (pela emergência da identificação simbólica), a comunidade imaginada ao quase grupo mobilizável (via mediação tecnológica), e este último em um grupo organizado (por meio da representação política), capaz de representar seus membros ausentes.

Seguindo a linha de raciocínio do RC, ele defende

“a tese coletivista de que a sociedade existe em todos os níveis da realidade social e que as ordens sociais representam ordens emergentes e, portanto, relativamente irreduzíveis umas às outras. Como sistema de relações interna entre posições e ideias, a sociedade existe e subsiste como ordem social e cultural, ordens macrosociais que formam condições de possibilidade necessárias mas não suficientes das ordens institucionais, interacionais e individuais que mediatizam e atualizam, recunduzem ou transformam os efeitos sistêmicos no âmbito do mundo da vida” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 211-212).

Para tratar do primeiro momento do processo morfogênico triplo da TSC, Vandenberghe (2010g) recorre à diferenciação que Harré elabora entre aquilo que ele considera como coletivos taxonômicos e os grupos. Harré (citado

por VANDENBERGHE, 2010g), partindo de uma ontologia construtivista-realista, considera que os poderes causais da sociedade devem ser analisados em última instância em relação aos indivíduos e, portanto, nega a possibilidade de existência de qualquer entidade coletiva, acreditando estas serem um ‘mito’ e uma ficção teórica. Partindo desse prisma, Harré distingue aqueles que são constituídos por uma estrutura de relações pelas quais os indivíduos vêm a possuir suas próprias propriedades definidoras, o que ele denomina de grupos relacionais estruturados; e, aqueles em que os indivíduos que formam um grupo porque cada membro tem uma propriedade que é semelhante à de cada um dos outros membros, o que ele chama de coletivos taxonômicos (ou categorias).

Harré considera então que os agrupamentos humanos ou coletivos são constituídos de duas formas distintas (mas, sempre redutíveis aos indivíduos, não existindo *per se*, enquanto entidades próprias): de um lado, os agregados (ou coletivos taxonômicos) que, em sua visão, seriam aquelas categorias teóricas formadas *a priori* pelo pesquisador e que, portanto, não encontram necessariamente respaldo na realidade, sendo provavelmente mais aquilo que o pesquisador quer ver (ou projeta de si) do que um dado empiricamente concreto. Do outro lado, haveria os grupos empiricamente observados (ou entidades empíricas) como as organizações, instituições, etc.

Porém, Vandenberghe (2010g) considera que esta análise é falha ao confundir grupos relacionais com redes, reduzindo estas aos primeiros. Isso porque o critério de categorização utilizado por Harré, ao fazer sua diferenciação dos coletivos, pauta-se no grau de estruturação das relações entre os membros do grupo. Assim, ele é levado a se comprometer com uma posição restrita acerca dos coletivos enquanto grupos relacionais estruturados, que o impele a descartar as redes e às categorias, já que estas possuem (ou podem possuir) graus de estruturação mais flexíveis ou frouxos.

Assim, é justamente neste ponto que reside a crítica de Vandenberghe a Harré, pois o primeiro visa inserir os coletivos taxonômicos (categorias), onde há efetivamente um baixo grau de estruturação e relação direta, como ‘grupos potenciais’ mas que estão em estado latente. Assim, o seu argumento vai no sentido de tornar mais

flexível a análise de Harré, a fim de dialeticamente considerar os distintos graus de estruturação dos coletivos como passagens, realizadas através da ativação dos poderes causais emergentes em cada um dos níveis ou estados (que correspondem a dialética dos momentos: *identificação simbólica, mediação tecnológica e representação política*), de um estado de menor estruturação para um estado de maior estruturação (de suas relações) (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2010g).

A análise de redes⁵ em que se inspira insiste nas relações estruturais, mas não define sua estrutura. Estas são concebidas como estruturas abertas que podem se expandir no espaço. Assim, o grupo apareceria como um tipo especial de redes fortemente demarcado. Segundo o autor, Harré levanta uma questão real, mas que precisa ser flexibilizada. Vandenberghe, então, propõe retomá-la nos seguintes termos, reformulando a questão e mantendo as teses de que: a) os coletivos são reais; e b) existem como grupos virtuais cujo poder causal se manifesta progressivamente conforme são estruturados em grupos capazes de produzir movimento social, gerando impactos em toda a sociedade⁶. Assim, ele argumenta que:

“1) que categorias devem ser entendidas como grupos potenciais que podem ser organizar e atualizar a si mesmos; 2) que essas categorias se manifestam, de fato, no mundo da vida; 3) e que devemos investigar essa passagem da potencia ao actus – a passage à l’acte – como um processo praxiológico de estruturação por meio do qual categorias sociais são progressivamente organizadas em grupos (Giddens, 1980: 105-117). Tal como os pássaros, os coletivos assumem múltiplas listras e cores, de povos, nações, raças, gêneros, classes, partidos e grupos de status até a humanidade (e, talvez mais além, até as associações cósmicas interestelares de espíritos). Minha entrada na questão se dá via classe e movimentos sociais.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 215).

Assim, o autor evidencia que uma ontologia realista dos coletivos poderia facilmente integrar ontologias performativas dos construtivistas, como a teoria do ator-rede, em uma análise dinâmica e processual da estruturação dos coletivos. Em sua opinião, devemos conceder aos construtivistas que estes coletivos não são dados como entidades acabadas, mas como produtos

sociais que são sempre social e localmente construídos em situações concretas de ação; que eles não são coisas mas processos; não reificações, mas realizações.

Uma vez definido que os “[...] coletivos tornam-se grupos ao serem construídos como categorias, bem como de que as categorias taxonômicas referem-se a grupos potenciais que podem transformar ou ser transformados, por meio da pressão externa, em grupos estruturados e organizados, imbuídos de uma consciência coletiva e de uma vontade de agir distribuída entre os membros do grupo.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 232), então, os grupos emergem como fruto de um processo de categorização, identificação e a constituição de uma comunidade simbólica, gerando assim, uma pessoas de ordem superior. A partir daí chega-se ao primeiro momento, que é a análise dos coletivos como uma comunidade simbólica através da implicação mútua das descrições performativas do coletivo na primeira pessoa do plural.

Na perspectiva realista-construtivista os coletivos possuem uma existência dupla: a) existem objetiva e virtualmente como categorias que abarcam os membros de um conjunto em função da posição social que ocupam na estrutura social; b) existem subjetivamente e intencionalmente como comunidades simbólicas nas quais os membros estão conectados através de uma ligação mental ou espiritual.

Coletivos taxonômicos são constituídos por categorizações alterfenomenológicas; já os grupos o são por categorizações autofenomenológicas, i.e., autoidentificação. O *nos* é uma personalidade supraindividual social constituída intencional e politicamente como um coletivo vivo, sendo experienciada como tal por todos os membros do grupo. Isso ocorre devido à consciência mútua de reciprocidade. Os atores podem unificar suas vontades e coordenar reciprocamente suas ações em uma única ação coletiva. Uma vez identificados, interna e externamente, os indivíduos de um coletivo taxonômico passariam, via uma interação comunicativa e numa situação de copresença, espacial ou virtual, que ocorre nos rituais de interação realizados pelos sujeitos plurais, emergem componentes como as emoções, a cinestesia, um sentimento de pertencimento, e uma necessária delimitação do grupo cujo

resultado último desse caldeirão será a geração de uma comunidade simbólica.

Um coletivo se constitui como uma comunidade simbólica frente a outra da qual quer se diferenciar. Assim, “[p]ara consolidar o processo de construção do coletivo como um grupo autofenomenológico, a identificação necessita de um ‘outro’, um ‘exterior’, que é ‘constitutivo’ da identidade do grupo.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 227). Por serem sempre constituídas em referência a um outro exterior – que está incluído no interior do coletivo afetando a sua identidade a partir de dentro – as fronteiras simbólicas entre os grupos são necessariamente permeáveis.

Deste modo, os fechamentos dos grupos só podem ser provisórios, sendo, portanto, necessária uma permanente reconstrução dessas fronteiras para a demarcação dessa comunidade simbólica. Para evitar um fechamento total, duas estratégias são utilizadas para isso: de um lado, uma política de alargamento das fronteiras da comunidade simbólica a fim de permitir cada vez mais o acesso de pessoas de pessoas diferentes, através da flexibilização dos critérios de entrada e participação na comunidade; e, de outro, uma permissão mais livre do fluxo de pessoas por essas fronteiras, desde que obedeçam os critérios impostos (o que implica a manutenção dos critérios de demarcação).

Em síntese, este primeiro momento apresenta a estruturação de uma categoria (ou coletivo taxonômico) a partir da emergência de seus poderes causais até o ponto de se formar uma comunidade simbólica, cuja principal característica é a identidade como traço da organização social.

O segundo momento da dialética proposta por Vandenberghe refere-se às mediações do coletivo, em que as comunidades imaginadas, via mediação tecnológica, são elevadas a um grau maior de estruturação e culminam na construção do *quase-grupo*. Isso porque

“a autoidentificação dos membros é uma condição necessária, mas não suficiente da estruturação dos coletivos. Um coletivo que deseje agir e intervir no mundo da vida para transformar o sistema (ou se opor à sua transformação) necessita da intervenção e de uma ‘mediação tecnológica’ que transforme

a comunidade simbólica em um quase-grupo, bem como de uma ‘representação política’ que transforme o quase-grupo em um grupo organizado” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 234).

O processo de mediação é duplo: ele possui um lado logístico, relativo à organização tecnológica da matéria e que é expresso por todo tipo de meio físico (estradas, portos, tecnologias de informação e comunicação, internet, etc.) passível de transmitir uma comunicação; e um lado estratégico, relativo à organização das pessoas em uma rede, à forma como elas pessoas se dispõem.

Como a identidade do grupo é em larga medida imaginária, ela pressupõe sua representação simbólica por meio de uma linguagem que projete a sua unidade. Para isso, ela é composta de colagens de diversas imagens retiradas dos seus membros, mas cujo resultado final representa um mosaico que transcende qualquer imagem individual de cada membro; mas que, ao mesmo tempo, é capaz de assegurar que eles individualmente se reconheçam nessa imagem maior, a do mosaico.

Assim, os meios de comunicação servem para a mediação simbólica, mas também são maquinarias de mediação sociotécnica. Mídias funcionam como sistema sociotécnico de integração social. Os meios de comunicação tem poder e impõe certas possibilidades e restrições aos seus donos/usuários e aos outros. Em sua análise, do mesmo modo que a imprensa no século XVIII foi instrumental na superação do carácter episódico e localizado do protesto popular, facilitando a formação de coalizações em escala nacional. Um exemplo é dado pelo autor tomando como referência a internet. Meio este cujas novas possibilidades e restrições conferem novas opções de interação social, favorecendo, por exemplo, a construção de redes mais amplas, extensas e capazes de serem estruturadas e organizadas no sentido de produzir ações efetivas na realidade. Assim, quando as redes estão interligadas em coalizões e a ação coletiva destas coalizões é, por sua vez, coordenada num nível mais alto, uma mudança de escala ocorre.

O terceiro momento morfogênico refere-se à passagem do quase grupo mobilizável (estado atingido pela emergência do poder causal da mediação tecnológica) ao grupo estruturado, que é fruto da emergência do poder causal da

expressão política. Para se tornar um grupo com “triplo I” – identidade, ideia e interesse o quase grupo precisa de uma estrutura organizacional que transforme o grupo mobilizável em um grupo mobilizado, capaz de agir como um único homem (VANDENBERGHE, 2010).

Seu argumento é o de que, ao se organizar o grupo se estabiliza, canaliza e externaliza suas energias. O coletivo cria uma inércia artificial que o protege da ameaça do prático-inerte. Essa inércia artificial é a organização. Vandenberghe lembra que Sartre a pensa como entidade, mas ele sugere que se pode pensá-la como processo que reforça a identidade comum ao mesmo tempo que unifica a sua estrutura.

Assim, segundo o autor, a organização soluciona e dissolve o problema de Harré: ela efetivamente transforma categorias de pessoas que compartilham alguma característica em comum em redes de pessoas ligadas umas às outras, direta ou indiretamente, por um tipo específico de ligação interpessoal. Se no momento primeiro momento a identidade das categorias (coletivos taxonômicos) tem como elemento subjacente uma alta categoricidade; e no segundo momento o quase-grupo mobilizável já possui uma estrutura de integração, via mediação, em rede, esta ainda é de baixa ou média densidade. É, portanto no terceiro momento, quando da emergência do porta voz coletivo que surge transformação do quase grupo em um grupo do triplo I, fortemente organizado ou empiricamente existente com uma instituição, organização, ou corporação nos níveis meso e macro da sociedade é resultado do trabalho de representação política. É aqui que será possível a realização performativa do coletivo.

A representação é em larga medida metonímica. Ela condensa a rede na pessoa que a corporifica. Ela apresenta forte efeito performativo que acrescenta seu próprio poder simbólico ao grupo. Por delegação ela torna o coletivo visível, quase tangível, e afirma e defende suas ideias, interesses e identidades em público. Da a ele visibilidade permanente e o traz a existência empírica permanente. A visibilidade da formação de um coletivo é o resultado final de um longo e paciente trabalho de objetivação que finalmente canaliza as representações mentais, sociais e legais do

grupo para a sua representação política, fazendo-o através da delegação.

As organizações existem no espaço e perduram no tempo. Se os coletivos existem em potencia em nível macro, as organizações existem em *actu* em nível meso. A organização é personificada e mediada na figura do porta voz, que age como se fosse um mega ator. Como individuo corporativo ele pode mobilizar recursos organizacionais importantes e cujas decisões localmente situadas transcendem as situações locais de ação. “É devido ao fato de que a porta-voz é uma intermediária entre o grupo e seus membros que ela pode funcionar como mediadora entre os níveis micro e macro da sociedade” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 250).

Em síntese, a TSC traz elementos importantes a serem considerados, dentro da perspectiva do RC, sobre o debate da relação estrutura-agência, em geral, assim como sobre a teoria da ação coletiva e também sobre as próprias organizações.

DAS RAZÕES PELAS QUAIS A TSC PODE FUNDAMENTAR A SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES OU À GUIA DE CONCLUSÃO

Retomando o objetivo deste artigo – de localizar a teoria das subjetividades (TSC) coletivas dentro da teoria social, em geral, e da teoria social realista, em particular, e explorar suas interfaces e possibilidades de diálogo e fundamentação para a sociologia das organizações, a partir de seu *framework* da ação coletiva organizada – pode-se observar que a teoria social realista se coloca como um projeto significativamente particular de teoria social, fornecendo as bases solidamente fundamentadas tanto para o desenvolvimento de um projeto próprio e original de sociologia – o que já vem sendo feito ao longo das últimas duas ou três décadas – como traz implicações profundas para as ciências humanas e sociais.

Uma dessas implicações, talvez a principal delas, no plano da teoria social, é a possibilidade advogada e devidamente justificada, fornecida pelo naturalismo crítico, de desenvolver uma teoria social integrada – como defendem, por exemplo, Brante (2001) e Vandenberghe (2010) – que ultrapasse as atuais teorizações segmentadas e sectárias, integrando-as através de uma ponto

comum (uma ontologia social) em um metarrelato constituído de diferentes níveis e com capacidade de sustentar as diferenças específicas entre cada um deles, asseguradas pela autonomia relativas e pelas propriedades emergentes relativas as suas estruturas intrínsecas de organização da matéria.

Do ponto de vista específico das organizações, a estratificação da realidade social em níveis e a consideração explícita das organizações como um nível próprio dessa realidade fornece o reconhecimento adequado e necessário para a investigação dessa estrutura ôntica enquanto objeto legítimo no campo da teoria social, em geral, e da sociologia das organizações, em particular. E, ao fazê-lo, abre as condições necessárias ao desenvolvimento da explicação realista crítica para as propriedades emergentes deste tipo de estrutura real, com suas tendências, seus mecanismos causais e, acima de tudo, a sua irreduzibilidade às interações humanas dos níveis inferiores. O que requer e implica, necessariamente, a teorização e explicação dos fenômenos coletivos de ação social por referência própria a sua organização coletiva. E, deste modo, recai-se na necessidade de investigação sobre a estruturação das organizações (ou coletivos), como já identificado por Ackroyd (2004), e evidenciado neste capítulo pela teorização seminal recentemente elaborada por Vandenberghe.

Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g) tem o mérito de trazer à tona o debate sobre a ação coletiva dentro da perspectiva do realismo crítico, complementando assim esforços já endereçados por outros estudiosos – e inclusive, por ele mesmo – nas extremidades dos níveis da realidade social, seja no nível micro (cf. ARCHER, 2000; 2002) seja no nível macro (cf. BHASKAR, 1998[1979]). Além de endereçar esforços no nível meso de análise da realidade social, que parece ser o mais subdesenvolvido teoricamente até o momento, ele toca numa questão verdadeiramente pouco discutida que é a estruturação deste nível intermediário, conforme observou Ackroyd (2004).

Porém, apesar de sua contribuição ao relacionar os coletivos taxonômicos (agregados coletivos) aos grupos estruturados, via o que considera como processo morfogênético triplo; e, com isso, tocar direta e insistentemente na questão das organizações, o próprio autor parece

estar menos preocupado com o papel delas e as implicações de sua proposta teórica sobre as mesmas, do que com a relação que este nível meso estabelece com o nível macrosociológico, onde reside sua preocupação central.

Além disso, resgatando a observação crítica que Jessop (2005) dirige ao RC em geral, podemos observar que, também no caso particular da teoria proposta por Vandenberghe, há uma desconsideração em relação à dimensão espaço-temporal da atividade humana nos coletivos taxonômicos, em geral, e da sua interação seja nas comunidades imaginadas seja nos quase-grupos ou mesmo nos grupos estruturados (ou organizações). Assim, apesar das dimensões temporal, simbólica, tecnológica serem razoavelmente /adequadamente teorizadas, parece haver uma lacuna no que tange a dimensão espacial, que é subteorizada, como se todo esse processo ocorresse no vácuo, e também quanto à dimensão política, já que o autor restringe sua análise à delegação do poder do grupo para o porta voz, não adentrando questões mais específicas como as relações entre os agentes.

Adicionalmente sua proposta teórica carece de investigação a fim de ser testada e analisada contrafactual e retroductivamente face sua operação na dinâmica dos sistemas abertos, o que demanda investigações empíricas seja sobre sua proposta analítica como um todo, seja para verificar partes de seu esquema teórico, mas que de todo modo dirijam a atenção a ação social coletiva, especificamente desempenhada no nível meso social a partir da análise da estruturação dos coletivos e das organizações. Assim, estudos futuros precisam lapidar e evoluir esta proposição teórica, especialmente, no tocante às organizações, na medida em que abre a possibilidade para se alargar e aprofundar a teorização da área.

REFERÊNCIAS

ACRKOYD, S. Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: ACRKOYD, S.; FLEETWOOD, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London: Routledge, 2000.

ARCHER, M. S. Realism and the problem of agency. *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5(1), 11-20, 2002.

- ARCHER, M. S. *Being Human: the problem of agency*. Cambirdge (UK): Cambridge University Press, 2000.
- BHASKAR, R. *Dialectic: the Pulse of Freedom*. New York (USA): Routledge / Taylor & Francis Group, 2008 [1993]. 403p.
- BHASKAR, R. R. On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 8 (1), 1978.
- BHASKAR, R. R. *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3rd Edition. Routledge: London/ New York, 1998[1979].
- BRANTE, T. Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. *Sociologia*, set. 2001, no.36, p.9-38.
- ELDER-VASS, D. Re-Examining Bhaskar three ontological domains: the lessons from emergence. *Paper presented at IACR Conference*, Cambridge, 2004.
- _____. *The Causal Power of Social Structures: Emergence, Structure and Agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FLEETWOOD, S. Institutions and social structures. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, V. 38, N. 3, 2008. p.241-265.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, V. 12, N. 2, 2005.
- FLEETWOOD, S. Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, V. 4, N. 2, 2008b.
- FLEETWOOD, S. The ontology of things, properties and powers. *Journal of Critical Realism*, V. 8, N. 3, 2008a.
- FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la regle: dynamiques de l'action organisee*. Paris: Ed. du Seuil, 1993. 404p.
- HARRÉ, R. *As Filosofias da ciência*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formantions*, vol.56, s/n, pp.40-53, 2005.
- PETERS, G.M. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Universidade de Brasília (UnB). Brasília (DF), 2006.
- VANDENBERGHE, F. Avatars of the Collective. A Realist Theory of Collective Subjectivities, *Sociological Theory*, 25 (4), pp. 295-324, 2007a.
- VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010.
- VANDENBERGHE, F. Uma ontologia realista para a sociologia: morfogênese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. In: VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010g. pp.183-256.
- VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pou La sociologie: système, morphogenèse et collectifs. *Social Science Information*, 46 (3), pp.487-542, 2007b.
- VANDENBERGHE, F. *O esgotamento do novo movimento teórico e a era dos epígonos*. In: *Invenção do Contemporâneo*, 2009, Campinas. CPFL. Palestra publicada em vídeo em: 09/10/2009 às 22:45:05. Disponível em: <http://www.cpflcultura.com.br/site/2009/11/30/integra-o-esgotamento-do-%E2%80%9Cnovo-movimento-teorico%E2%80%9D-e-a-era-de-epigonos-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 25 agosto 2011.

Notas

1 Vale destacar que a concepção da filosofia para a ciência proposta inicialmente por Bhaskar é denominada "realismo transcendental" e cuja orientação específica para as ciências humanas é denominada de "naturalismo crítico". Assim, a elisão dos dois termos (realismo transcendental + naturalismo crítico), sugerida pelos

seus seguidores, produziu a 3ª nomenclatura: o “realismo crítico”. Porém, esta síntese tem sido usada para classificar tanto o seu relato filosófico da ciência, em geral, quanto o das ciências humanas, em particular. Assim, neste capítulo a fim de demarcar claramente tal distinção, utilizarei aqui a classificação original proposta por Bhaskar.

2 Apesar de distintas, tomamos aqui como referência a concepção de Friedberg (1993) que trata da ação social coletiva, como um continuum entre seus variados graus de estruturação, indo de um pólo mais fluido e assistemático até outro pólo mais organizado e sistemático, mas sempre pressupondo algum grau de organização /estruturação (ambos os termos são utilizados como sinônimos neste contexto).

3 Peters (2006, p.27-28) sintetiza uma distinção entre teoria social e teoria sociológica, onde a primeira é designada para tratar da reflexão intelectual, interdisciplinar dentro das ciências humanas, sobre problemas, explícita ou implicitamente, relacionados à: a) ontologia; b) à metodologia; e c) ao caráter normativo do conhecimento no campo das ciências humanas. Já a teoria sociológica é direcionada ao sistemático dos marcos estruturais e processos de reprodução do e transformação da modernidade, não no sentido histórico-cronológico, mas de identidade situacional e tipo específico de arranjo social e institucional.

4 Assumimos aqui, conforme verificado na literatura, que este processo corresponde ao problema da relação estrutura-agência. Para uma recente e adequada colocação deste problema, ver, no plano nacional, Peters (2006, p. 1-35); no plano internacional, Elder-Vass (2010).

5 Vandenberghe (2010g) define redes como conjunto de laços ligando os membros (membros chamados de nós para evitar identificação com indivíduos) de sistemas sociais ao longo ou através de categorias sociais ou grupos demarcados. Esta definição, ao enfatizar o conjunto de nós, deixa em aberto a sua morfologia, a natureza de seus laços e suas fronteiras, o que permite, segundo o autor, a sua argumentação no sentido proposto em seu trabalho.

6 Segundo Vandenberghe (2010g), mesmo que não sejam ativos ou mobilizados, os coletivos possuem influência real no mundo da vida em virtude de sua mera existência. Só pelo fato de existirem os outros são obrigados a levá-los em consideração. E também porque são coletivos potenciais, já que oferecem esboços e aparições antecipatórios de grupos em formação. Nesse sentido, exercem eficácia causal na realidade, sendo, portanto, reais.

Sistemas de organización de derechos humanos: modelo analítico para el estudio de los Ombudsman¹

Carolina Espinosa Luna**

Resumen

Partiendo de una crítica los supuestos político-normativos de las investigaciones empíricas sobre los Ombudsman, se propone un modelo analítico que busca ofrecer insumos teóricos para la comprensión de la complejidad de los procesos decisionales en materia de derechos humanos. En primer lugar se expone el modelo implícito en las investigaciones enfocadas en la evaluación del desempeño de los Ombudsman, mismo que tiene una lógica de estática comparativa basada en supuestos deterministas y legalistas. En segundo lugar se presenta el modelo sistémico, que descansa en una conceptualización de los Ombudsman como sistemas de organización (Luhmann) que crean estructuras disipativas (Prigogine) dirigidas a desempeñar las funciones adaptativas del sistema. Finalmente se concluye con algunas aportaciones que el modelo sistémico podría ofrecer para enriquecer el conocimiento de las instituciones públicas dedicadas a defender los derechos humanos.

Palabras clave: Ombudsman, decisiones organizacionales, derechos humanos, sistemas de organización, estructuras disipativas.

Abstract:

From the standing point of a critical review on the assumptions of the political normative researches about the Ombudsman, in this paper we propose an analytical model that seeks to provide inputs for the theoretical understanding of the complexity of the decision making processes in human rights. First, the implicit model is specified in research focused on the evaluation the performance of the Ombudsman, it has a logic of comparative statics based on deterministic and legalistic assumptions. Secondly, the systemic model, which relies on a conceptualization of the Ombudsman is presented as organizational systems (Luhmann) that create dissipative structures (Prigogine) aimed at performing the functions adaptive system. Finally we conclude with some contributions to the systemic model could offer to enrich knowledge of public institutions dedicated to defending human rights.

Keywords: Ombudsman, organizational decisions, human rights, organizational systems, dissipative structures.

El de los Ombudsman es un área de investigación que se ha desarrollado en las últimas dos o tres décadas. A finales de los años setenta del siglo pasado la Organización de Naciones Unidas (ONU) comenzó a promover la idea de instituciones nacionales dedicadas a defender y promover los derechos humanos. A partir de entonces, y con mayor énfasis en los años noventa, dichas instituciones se comenzaron a expandir en el mundo bajo la influencia de la ONU y de organizaciones internacionales (DONGWOOK, 2008; CARDENAS, 2003). De tal suerte, para el año 2000 los Ombudsman existían en alrededor de 100 países (CARDENAS;

FLIBBERT, 2005:412). Muchos estados que buscaban adquirir credenciales como países democráticos, incluyendo México (ACKERMAN, 2007), comenzaron a instalar en sus países este tipo de instituciones.

En este contexto, la mayoría de los estudios sobre Ombudsman se podría ubicar en un campo de investigación que busca la manera de evaluar los mecanismos institucionales de rendición de cuentas de las democracias contemporáneas. Desde esta perspectiva, los Ombudsman serían pilares fundamentales en el equilibrio de pesos y contrapesos en el ejercicio del poder debido a su encomienda de velar por un escenario en

* Candidata a doctora en Ciencia Social con especialidad en Sociología, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, A.C. Camino al Ajusco No. 20, col. Pedregal de Sta. Teresa, C.P. 10740, México, D.F. Correo electrónico: cluna@colmex.mx

** Para Graciela y Aidé

donde los derechos humanos cobren estabilidad y vigencia. El punto de partida de los estudios sobre Ombudsman es, entonces, una preocupación teórica y política sobre la democracia.

Este documento surge como una crítica a dichas investigaciones. En lo particular, parte de un cuestionamiento a sus expectativas normativas asociadas a ideales democráticos, que derivan en una inquietud sobre el papel de los Ombudsman como garantes de los derechos humanos. A diferencia de dichas investigaciones, aquí se sostiene que antes de ser instituciones dedicadas a la defensa y promoción de los derechos humanos, los Ombudsman son organizaciones formales; es decir, una forma específica de configuración u ordenación social en las sociedades contemporáneas. Desde Henri Fayol (*Principios generales de dirección*, 1916) Frederick Winslow Taylor, (*Los principios de la dirección científica*, 1916) y Max Weber (*¿Qué es la burocracia?*, 1922) las ciencias sociales han desarrollado todo un campo de estudio dedicado a comprender y explicar la génesis, funcionamiento y desarrollo de las organizaciones formales. Pese a la abundancia de modelos analíticos para el estudio de las organizaciones formales, es notable la indiferencia de buena parte de las investigaciones empíricas sobre Ombudsman hacia estas teorías.

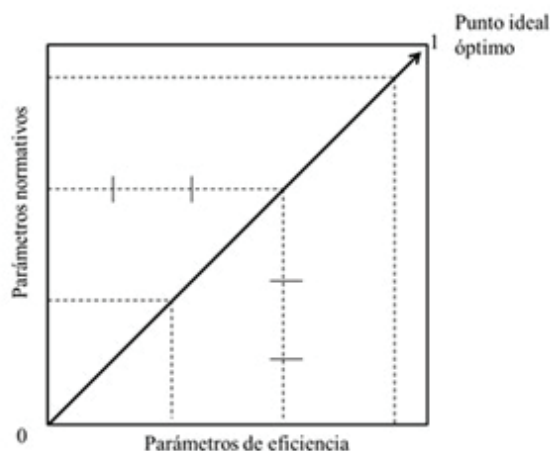
Entonces, a partir de una propuesta descentrada del análisis de objetivos formales, en este trabajo se bosqueja un modelo analítico basado en los supuestos de la complejidad que tiene el propósito de comprender, en última instancia, las formas de pervivencia de los Ombudsman a través de sus procesos organizacionales de toma de decisiones. En la primera parte de este trabajo se expone el modelo de investigación implícito en las investigaciones empíricas sobre el desempeño de los Ombudsman, en la segunda parte se propone un modelo analítico alternativo que se apoya en teorías sistémicas. Finalmente, se concluye con una consideración de los beneficios que podría aportar el modelo sistémico frente al modelo normativo para el estudio de las instituciones públicas de derechos humanos.

MODELO NORMATIVO EN EL ESTUDIO DE LOS OMBUDSMAN

Debido a sus objetivos normativos, los estudios sobre Ombudsman realizados en los

últimos años toman como punto de partida, explícita o implícitamente, la siguiente pregunta: ¿Los Ombudsman hacen una defensa efectiva de los derechos humanos? Esta pregunta general supone dos estados en el espacio, uno ideal que satisface los parámetros que se requieren para hacer dicha defensa, y uno real que se aleja o se aproxima, en distintos grados, al punto ideal óptimo. Tomando este elemento central como el común denominador de los estudios empíricos sobre el desempeño de los Ombudsman, el modelo analítico que subyace a dichos estudios tendría la forma del diagrama 1.

Diagrama 1. Modelo normativo en el estudio de los Ombudsman



Fuente: Adaptación de García Jiménez, 2013

Agradezco a Humberto García Jiménez la sugerencia de incluir este diagrama.

Este modelo corresponde a una estructura lógica de estática comparativa con supuestos deterministas y legalistas. Esto es, primero se establecen una serie de parámetros en términos de teorías democráticas sobre la rendición de cuentas (v.g. DODSON; JACKSON, 2004; REIF, 2005; DODSON, 2006; MONSIVÁIS, 2007; PEGRAM, 2008; MONSIVAIS; BRENA, 2011) o de acuerdo con criterios normativos establecidos por Naciones Unidas (v.g. LINDSNAES, LINDHOLT; YIGEN, 2001; CARDENAS; FLIBBERT, 2005;). Posteriormente se mide, cuantitativa o cualitativamente, la distancia que hay entre la realidad observada y la trayectoria que se dirige hacia el punto ideal óptimo. Bajo este modelo de observación, la defensa de los derechos humanos podría ser entendida, en términos físicos, como una función de estado, es decir, como una función que no depende más que del valor de ciertos parámetros (p. ej., autonomía

formal, consejo ciudadano, servicio profesional) para describir el estado del sistema (PRIGOGINE; STENGERS, 2004). Los estudiosos y estudiosas en este campo comparte la expectativa de que las decisiones de los Ombudsman sigan el curso de principios universales, como la defensa integral de los derechos humanos, atendiendo a estándares internacionales en la materia.

El modelo normativo en el estudio de los Ombudsman presenta la principal ventaja que permite conocer en qué medida los Ombudsman se acercan o se alejan de las condiciones que les permiten cumplir con el objetivo para el cual fueron creadas; a saber, la defensa de los derechos humanos. En clave de políticas públicas, el conocimiento científico social generado a este respecto, es necesario para la evaluación del desempeño y para tomar decisiones que tengan el propósito de fortalecer la estructura institucional de los Ombudsman. No obstante, haciendo a un lado las aportaciones políticas e institucionales que estas investigaciones han realizado al conocimiento de los Ombudsman, el modelo que he llamado normativo se enfrenta al hecho de que los resultados más genéricos de sus conclusiones son por demás predecibles.

Como lo había señalado Amitai Etzioni (1964) evaluar el desempeño de una organización formal en función de sus objetivos formales entraña algunas trampas potenciales. Las teorías de organizaciones formales (v.g. SIMON, 1946; BLAU; SCOTT, 1966; ETZIONI, 1964; MARCH; SIMON, 1981) han señalado que estas organizaciones desempeñan numerosas tareas que no necesariamente son aquellas para las cuales fueron creadas. De acuerdo con Etzioni (1964), los análisis centrados en objetivos tienden a darle a los estudios organizacionales un tono de crítica social más que de análisis científico. Etzioni observa que debido a que la mayoría de las organizaciones no alcanza sus objetivos, las monografías organizacionales están frecuentemente enfrascadas en largas discusiones sobre su falta de éxito y, de este modo, excluyen otro tipo de análisis que permita una comprensión más profunda del devenir organizacional. Esta es una tendencia general en los estudios sobre Ombudsman¹.

Con el propósito de sortear dicho obstáculo, en este trabajo propongo pasar de la pregunta

¿Los Ombudsman hacen una defensa efectiva de los derechos humanos?, a la pregunta ¿Cómo se construyen las decisiones en materia derechos humanos? Este cambio implica modificar los supuestos epistemológicos, el enfoque teórico y el modelo analítico de la investigación. A ello se refiere la siguiente sección.

MODELO SISTÉMICO: PROCESOS DISIPATIVOS EN MATERIA DE DERECHOS HUMANOS.

Considerando las aportaciones que han realizado las teorías sobre toma de decisiones organizacionales a lo largo de su evolución histórica², en esta sección esbozo un modelo analítico para guiar el estudio de las decisiones organizacionales de los Ombudsman en materia de violaciones y no violaciones a derechos humanos. El modelo que aquí se presenta tiene el propósito de formular los supuestos, conceptos, y relaciones entre conceptos, que permitan comprender e integrar, en términos teóricos, el quehacer cotidiano de las y los defensores de derechos humanos.

El primer elemento de este modelo, por elemental que parezca, son las decisiones³. Los procesos organizacionales son, antes que nada, procesos decisionales. Las decisiones son operaciones de selección entre alternativas. De acuerdo con el planteamiento de Luhmann (2005)“cada decisión tiene una doble unidad, es decir: 1) la relación de las diferencia de las alternativas y 2) la misma alternativa ecogida. La decisión es ejecutada como sustitución de una unidad por la otra, como sustición de 2) por 1)” (Luhmann, 2005:10, el resaltado es del original). Esta sustitución, asegura Luhmann, sólo se puede pensar temporalmente, pero temporalidad no significa linealidad sino que las decisiones pasadas y las alternativas excluidas permanecen “como historia y contingencia” en la decisión tomada. Las decisiones organizacionales no son analizables en sí mismas, ni en función de su contenido, sino en términos relacionales, a la luz de las alternativas excluidas, las decisiones precedentes y las decisiones futuras.

Partiendo de lo anterior, el segundo elemento de este modelo analítico es la flecha del tiempo (PRIGOGINE; STENGERS, 2004).

La incorporación del tiempo en este modelo no obedece a supuestos deterministas. Es decir, no se quiere decir que dados ciertos parámetros, en cualquier momento, la organización decidirá de un modo específico, sino que el tiempo es irreversible (PRIGOGINE; STEINGERS, 2004). Aunque este supuesto epistemológico pudiera parecer evidente, numerosos estudios organizacionales sobre Ombudsman suponen que siempre que se tengan determinadas cualidades (autonomía formal, consejo ciudadano, servicio profesional, etcétera) los Ombudsman estarán mejor preparados para una defensa efectiva de los derechos humanos. Aquí se parte de un punto distinto. Las organizaciones son sistemas históricos, no trabajan sobre reglas fijas sino que se orientan según el estado en el que se encuentran (LUHMANN, 2010:42). Las condiciones iniciales no determinan, de una vez por todas, el curso de los procesos.

Lo anterior conduce al tercer elemento de este modelo analítico, me refiero a las fases de estabilidad e inestabilidad del proceso organizacional. Como lo han señalado las teorías organizacionales desde Simon, March y Cyert, los procesos de toma de decisiones no establecen una continuidad lineal entre problemas-alternativas-soluciones, sino que constantemente transitan de fases estables, en donde las alternativas de decisión son claras, aproblemáticas y toman la forma de rutinas casi mecánicas, a fases inestables, en donde las alternativas de decisión no están del todo delimitadas y la incertidumbre es mayor. La incorporación de estas fases descansa en el segundo supuesto epistemológico de este modelo, la racionalidad limitada. La incapacidad de conocer y controlar las consecuencias de cada alternativa, como lo había señalado inicialmente Herbert Simon, conduce a la discontinuidad de las decisiones, generando fases de inestabilidad al interior de la organización.

Dichas fases de inestabilidad se agudizan con el tercer elemento de este modelo analítico, me refiero a las variables presentes en el entorno organizacional. Como lo señalan las teorías organizacionales, las organizaciones no son sistemas cerrados, sino sistemas abiertos a las perturbaciones de su entorno organizacional. Las variables del entorno pueden producir irritaciones que minen certezas, amplíen las alternativas de

decisión y propicien las fases de inestabilidad de los procesos. La incorporación de estas variables obedece al tercer supuesto epistemológico de este modelo, me refiero a la incertidumbre del entorno. La información incompleta sobre las condiciones del entorno organizacional propicia que sus variables generen inestabilidad al interior del sistema.

Las posibilidades de que ocurra todo lo anterior no están abiertas en un horizonte ilimitado. Lo que distingue a una organización de otros sistemas son los criterios de sus decisiones. Con esto introduzco el cuarto y último elemento básico de mi modelo analítico, me refiero a los parámetros dentro de los cuales se toman las decisiones organizacionales; saber, los programas, roles y jerarquías. Los programas de decisión son los “criterios de rectitud objetual de las decisiones” (LUHMANN, 2010:300). Esto es, sirven para definir y evaluar las decisiones al interior de una organización. Los roles organizacionales, por su parte, se refieren a un conjunto de expectativas atribuidas al personal y predefinidas por la organización. Los roles son premisas de las decisiones durante los procesos organizacionales y son, al mismo tiempo, una condición para el acoplamiento de la organización con las condiciones de su entorno. Mientras la categoría “persona” se refiere al acoplamiento entre conciencia individual y sistema social por medio del lenguaje (GUERRA BLANCO, 2012), el “rol” se refiere a las expectativas de la organización sobre el desempeño de su personal, a fin de que éste resulte funcional para la ejecución de sus procesos internos. Finalmente, las jerarquías se refieren a las competencias para la toma de decisiones en función del cargo. El término de jerarquía hace alusión a la diferenciación funcional al interior de organización; esto es, no todos pueden decidir sobre todos los asuntos.

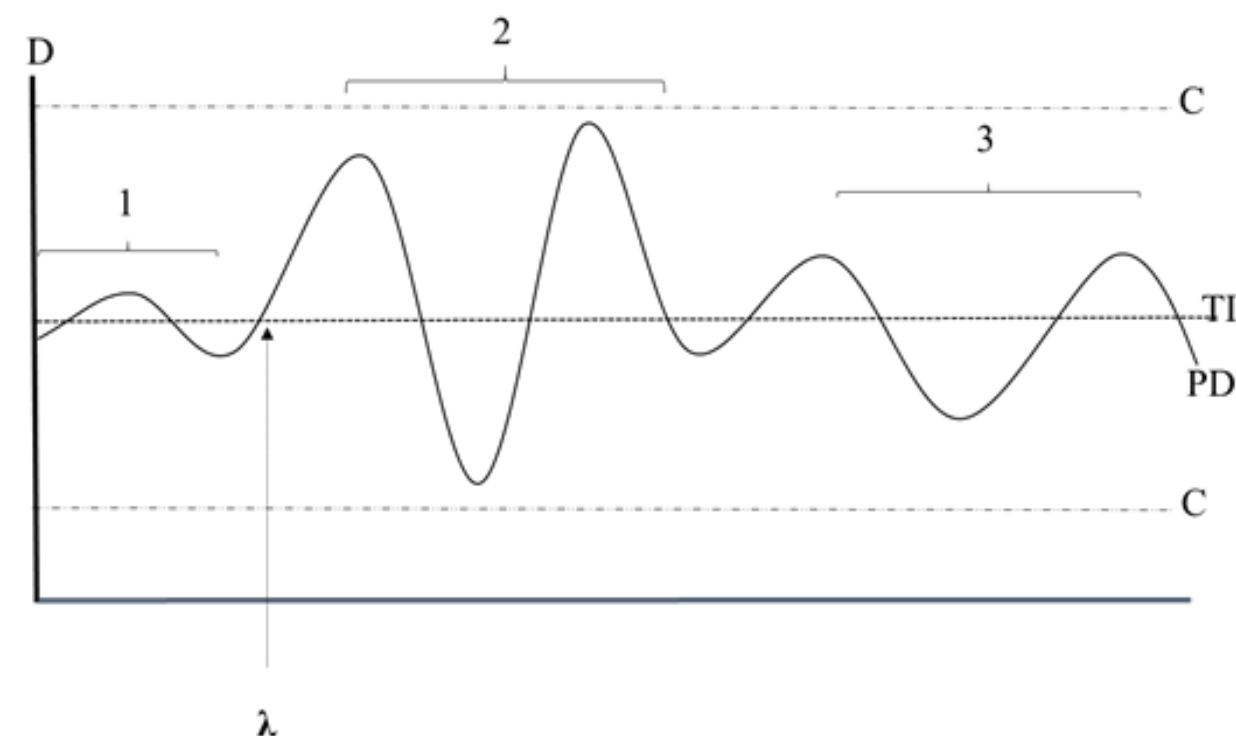
Siendo un elemento estructural de las organizaciones, los programas, roles y jerarquías tienen un rol funcional, que consiste en proporcionar criterios comunes a los miembros de la organización para la definición de los problemas, alternativas y soluciones de los procesos decisionales. En otras palabras, “definen y sostienen sus propios límites” (ARNOLD-CATHALIFAUD, 2008). Todas las decisiones generadas al interior del proceso decisional

obedecen a uno o más de los criterios señalados. Ya sea que se decida en función de programas, roles o jerarquías, todas las decisiones son remitidas, en distintos grados, a cualquiera de estos parámetros. No hay decisiones organizacionales fuera de la organización.

Los elementos señalados constituyen la pieza primaria o núcleo básico del modelo analítico de este trabajo. En términos abstractos, estos elementos adquieren la forma del diagrama 2.

corta; es decir, no son decisiones radicales que acudan al extremo de los límites organizacionales. Por el contrario, en las fases de inestabilidad las distancias entre decisiones son más grandes porque se flexibilizan los parámetros de las decisiones, rebasan los umbrales previamente establecidos, y se extienden hacia posiciones extremas que le permiten a la organización responder a las perturbaciones presentadas por las variables del entorno organizacional (λ).

Diagrama 2. Elemento microscópico del proceso organizacional



D: Decisiones
 λ : Variables del entorno organizacional
 TI: Trayectoria ideal del proceso
 PD: Proceso decisional
 C: Criterios o parámetros decisionales: programas, roles y jerarquías
 1, 2, 3: Fases del proceso de las decisiones

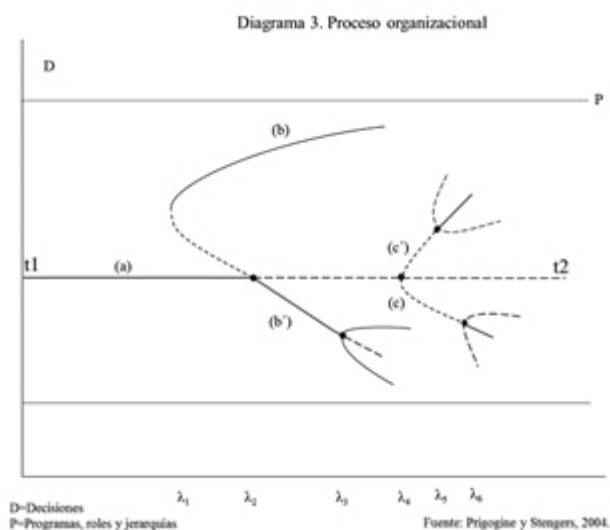
Fuente: Adaptación de García Jiménez, 2013.

Los puntos de las decisiones que se mueven hacia arriba o hacia abajo en el eje de la y, y a lo largo del eje de las x, se realizan al interior de los criterios organizacionales (programas, roles y jerarquías), esto no quiere decir que dichos programas sean inmutables, sino que establecen el horizonte del decidir organizacional. A lo largo del proceso, cada decisión puede apelar en mayor o menor grado a uno, dos o los tres criterios. En las fases de estabilidad, la distancia entre una decisión y otra con relación a los criterios es más

Por último, el tercer momento, o la tercera fase de estabilidad tiene una forma distinta a las dos fases anteriores debido a que el proceso no vuelve a ser el mismo una vez iniciado (supuesto de irreversibilidad del tiempo). La tercera es una fase de estabilidad que incorpora, en su forma, las decisiones precedentes y las alternativas excluidas.

Ahora bien, si compactamos el diagrama anterior y lo colocamos repetidamente desde un tiempo inicial (t_1) hasta un tiempo final (t_2), tendremos la imagen general de un proceso

organizacional. Para el caso de nuestro objeto de estudio, t1 sería el momento en el que ingresa una queja calificada como presunta violación a derechos humanos, y t2 sería el momento en el que se acredita la violación o no violación a dichos derechos. La imagen de este proceso corresponde al diagrama 3.⁵



En este diagrama, la línea que va directamente de t1 a t2 representa todas las decisiones que van encaminadas al objetivo final del proceso; esto es, acreditar o no la violación a derechos humanos. De λ_1 a λ_6 , como lo hemos señalado, son las variables del entorno organizacional. Estas variables funcionan como catalizadoras que modifican el flujo (velocidad) y el curso (dirección) del proceso. Ello lo realizan generando bifurcaciones de alternativas (b o b', y c o c'). Cada punto a partir del cual se distinguen dichas alternativas es un punto de bifurcación, es decir, "un punto crítico a partir del cual se hace posible un nuevo estado" (Prigogine y Stengers, 2004:192). En este sentido, los puntos de bifurcación son puntos de inestabilidad en donde una perturbación, por pequeña que sea, es suficiente para modificar el régimen de funcionamiento de un sistema (PRIGOGINE; STENGERS, 2004).

Debido a que la organización debe responder a las perturbaciones de su entorno (necesidad) y debido al carácter contingente del decidir (azar), los procesos organizacionales generan numerosas decisiones (b,b'; c,c') que no van dirigidas de manera unívoca hacia la satisfacción de un solo objetivo. Los intercambios de la organización con su entorno producen numerosas transformaciones al interior del

sistema (PRIGOGINE Y STEINGERS, 2004), transformaciones que adquieren la forma de decisiones que se alejan de una trayectoria lineal y se dirigen hacia destinos distintos a los previamente establecidos. En otros términos -como es sabido en los estudios organizacionales- las organizaciones hacen muchas cosas que no guardan relación alguna con su objetivo último.

Por ejemplo, las y los visitantes de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal en México (me refiero al personal que trabaja como defensores de derechos humanos) gestionan citas en hospitales para los peticionarios, compran medicamentos con sus propios recursos para personas en reclusión, hacen trabajo de contención con los familiares de las víctimas, entablan negociaciones entre particulares o ayudan a los peticionarios a redactar solicitudes a las autoridades.

Ninguna de estas decisiones se refiere a investigar presuntas violaciones a derechos humanos. Desde una perspectiva normativa, como las teorías democráticas sobre la rendición de cuentas, esas decisiones adyacentes a la función de investigar presuntas violaciones a derechos humanos serían consideradas como irrelevantes o como indicadores de la disminución del rendimiento organizacional.

Esta atribución a numerosas decisiones organizacionales, como ya se ha señalado, condujo a autores como Cohen, March y Olsen (1972) a conceptualizar a las organizaciones como botes de basura en donde se depositan, de manera desordenada, problemas, alternativas y soluciones. Sin embargo, asumiendo un enfoque teórico sistémico (Luhmann y con más énfasis Prigogine) es posible tratar de comprender el rol funcional de dichas decisiones.

Si bien las decisiones adyacentes son producto de situaciones azarosas, eso no significa que sean arbitrarias. Todas las decisiones al interior de una organización son tomadas, evaluadas y comunicadas en el horizonte de criterios organizacionales definidos. Partiendo de este punto, si reunimos numerosas observaciones sobre las situaciones que generan esas decisiones, las alternativas que fueron excluidas y los criterios de selección, entonces podremos reconocer regularidades que permitan identificar, en términos empíricos, los puntos de acoplamiento

estructural que se generan entre la organización y su entorno mediante dichas decisiones.

En este punto cabe la clásica distinción de Robert Merton entre funciones manifiestas y funciones latentes. Las primeras van dirigidas a fines deseados, reconocibles y previamente establecidos, mientras las segundas no son buscadas, deseadas ni reconocibles pero contribuyen a la adaptación social. En este sentido, las decisiones que se derivan de los puntos de bifurcación puedan ser comprendidas, en términos funcionales, como fuente de orden que en condiciones de desequilibrio, dota de coherencia y sentido al sistema organizacional en circunstancias históricamente situadas de su entorno organizacional. En síntesis, se trata de conceptualizar a los Ombudsman como sistemas complejos cuyos procesos decisionales desempeñan funciones adaptativas en distintos puntos de comunicación con su entorno organizacional.

CONCLUSIONES. PERTINENCIA DEL MODELO SISTÉMICO FRENTE AL MODELO NORMATIVO.

Las líneas generales del modelo sistémico que he esbozado, presentan algunas ventajas frente al modelo normativo, descrito en la primera parte de este trabajo. En principio la propuesta sistémica permitiría superar la añeja discusión entre formalidad e informalidad.⁶ Si asumimos que las organizaciones son sistemas históricos y no máquinas simples, dicha discusión carece de sentido. La distinción entre lo formal y lo informal es un esquema de observación que ha servido de guía para evaluar el desempeño de las organizaciones, pero estimo que debe ser sustituida por esquemas más complejos que integren ambos lados del quehacer organizacional en la distinción de las operaciones del sistema que permiten su acoplamiento estructural. Asimismo, el modelo sistémico permite identificar las funciones latentes que despliegan los Ombudsman frente a las declaradas condiciones de incertidumbre en las sociedades contemporáneas. Finalmente, comprender la complejidad de los procesos organizacionales en materia de derechos humanos permitiría enriquecer los diagnósticos institucionales dirigidos a mejorar la toma de decisiones en clave de política pública. Si en lugar de desdeñar las decisiones adyacentes de

los Ombudsman, se le analizan como funciones emergentes de sistemas adaptativos, se obtendrán más elementos para comprender los motivos que subyacen a las decisiones organizacionales y los obstáculos que enfrentan los tomadores de decisiones en situaciones complejas.

BIBLIOGRAFÍA

ACKERMAN, John M. *Organismos autónomos y democracia*. El caso de México, México, Siglo XXI, 2007.

ARNOLD-CATHALIFAUD, Marcelo. Las organizaciones desde la teoría de los sistemas sociopoiéticos, *en Cinta Moebio*, no. 32, septiembre, pp. 80-108, 2008.

AXELSSON, Runo; LENNART, Rosenberg. Decision-Making and Organizational Turbulence, *en Acta Sociologica*, vol. 22, no. 1, pp. 45-62, 1979.

BERGQUIST, William. From the Pendulum to the Fire: Coming to terms with Irreversible Change en Gill Robinson Hickman (Ed.) *Leading organizations*. Perspectives for a new era, SAGE, Estados Unidos, pp. 19-25, 1998.

BLAU, Peter M.; SCOTT, W. Richard. *Formal organizations*. A Comparative Approach. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1966.

BUERGELMAN, Robert A. Prigogine's Theory of the Dynamics of Far-From-Equilibrium Systems Informs the Role of Strategy-Making in Organizational Evolution. Research Paper No. 2040, *Research Paper Series*, Stanford Graduate School of Business, 2009.

CARDENAS, Sonia. "Emerging Global Actors: The United Nations and National Human Rights Institutions", *en Global Governance*, vol. 9, no. 1, pp. 23-42, 2003.

Cardenas, Sonia y Andrew Flibbert, "National Human Rights Institutions in the Middle East", *en Middle East Journal*, vol. 59, no. 3, pp. 411-436, 2005.

COHEN, Michael D.; JAMES G. March and Johan P. Olsen. "A Garbage Can Model of Organizational Choice", *en Administrative Science Quarterly*,

vol. 17, no. 1, marzo, pp. 1-25, 1972.

CONRATH, David W. Organizational Decision Making Behavior Under Varying Conditions of Uncertainty, en *Management Science*, vol. 13. no. 8, serie B, pp. B487-B500, 1967.

CYERT, Richard M.; JAMES G. March. *A Behavioral Theory of the Firm*, Estados Unidos, Prentice-Hall, 1963.

DODSON, Michael; DONALD Jackson. Horizontal Accountability in Transitional Democracies: The Human Rights Ombudsman in El Salvador and Guatemala, en *Latin American Politics & Society*, vol. 46, no. 4, pp. 1-27, 2004.

DODSON, Michael. The Human Rights Ombudsman in Central America: Honduras and El Salvador Case Studies en *Essex Human Rights Review*, vol. 3, no. 1, pp. 29-45, 2006.

FRANCO PARELLADA, Raimundo J. Modeling of Social Organizations: Necessity and Possibility en *Emergence*, Vol. 4, 1-2, pp. 131-146, 2002.

GAVETTI, Giovanni; DANIEL Levinthal; WILLIAM Ocasio. Perspective—Neo-Carnegie: The Carnegie School's Past, Present, and Reconstructing for the Future en *Organization Science*, Vol. 18, No. 3, Mayo-Junio, pp. 523-536, 2007.

HODGE, Bob; GABRIELA Coronado. Understanding change in organizations in a far-from-equilibrium world en *Emergence: Complexity and Organization*, Vol. 9 Núm. 3, Julio, pp. 3-15, 2007.

EISENHARDT, Kathleen M.; BOURGEOIS III. L. J. Politics of Strategic Decision Making in High-Velocity Environments: Toward a Midrange Theory, en *The Academy of Management Journal*, vol. 31, no. 4, diciembre, pp. 737-770, 1988.

ETZIONI, Amitai. *Modern organizations*, Estados Unidos, Prentice Hall, 1964.

DONGWOOK, Kim. Assenting Teachers of Norms: The UN, Human Rights Nongovernmental Organizations and Global Diffusion of National Human Rights Institutions. *Conference Papers*,

International Studies Association; 2008, Annual Meeting, 2008.

GARCÍA JIMÉNEZ, Humberto. Estudios Interdisciplinarios desde la ciencia económica: Elementos para su discusión. *Inédito*. 2013.

GARCÍA JIMÉNEZ, Humberto. El proceso formativo de la acción económica y teoría de los sistemas complejos: ¿propiedad emergente de un nuevo enfoque de estudio?. *Estudios sociológicos*, Vol. 28, Núm. 84, septiembre-diciembre, pp. 869-902, 2010.

GAVETTI, Giovanni; DANIEL Levinthal y WILLIAM Ocasio. Perspective—Neo-Carnegie: The Carnegie School's Past, Present, and Reconstructing for the Future. *Organization Science*, Vol. 18, No. 3, Mayo-Junio, pp. 523-536, 2007.

GONZÁLEZ VOLIO, Lorena. The Institution of the Ombudsman. The Latin American Experience. *Revista IIDH*, vol. 37, pp. 219-248, 2003.

GUERRA BLANCO, Edgar Everardo. Protesta a marchas forzadas: el caso del Frente Popular Francisco Villa en la Ciudad de México, 1983-2010. Marco Estrada Saavedra (edit.) *Protesta social*. Tres estudios sobre movimientos sociales en clave de la teoría de sistemas de Niklas Luhmann, México, El Colegio de México, pp, 2012.

KOO, Jeong-Woo and FRANCISCO O. Ramirez. National Incorporation of Global Human Rights: Worldwide Adoptions of National Human Rights Institutions, 1966-2004. *Social Forces* 87: 1321-54, 2009.

JAMISON, David B. Organizational Versus Environmental Sources of Influence in Strategic Decision Making. *Strategic Management Journal*, vol. 2, no. 1, enero-marzo, pp. 77-89, 1981.

LINDSNAES, Birgit; LONE Lindholt. National Human Rights Institutions: Standard-setting and Achievements. Birgit Lindsnaes, Lone Lindholt y Kristine Yigen, National Human Rights Institutions. *Articles and working papers*, Dinamarca, The Danish Center for Human Rights, pp. 1-48, 2001.

LINDSNAES, Lindholt; YIGEN. National

- Human Rights Institutions. *Articles and working papers*, Dinamarca, The Danish Center for Human Rights, 2001.
- LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión*. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo, México, Universidad Iberoamericana, Anthropos, 2005.
- LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión*, México, Universidad Iberoamericana, Herder, 2010.
- MARCH, James G.; HERBERT A. Simon. *Teoría de la organización*, España, Ariel, 1981.
- Monsiváis Carrillo, Alejandro. *El desempeño de los organismos públicos autónomos y la rendición de cuentas en México: Un análisis de la Comisión de Derechos Humanos del Distrito Federal 1993-2006*, México, CIESAS, Instituto de Investigaciones Histórico Sociales Universidad Veracruzana, 2007.
- MONSIVÁIS CARRILLO, Alejandro; RÍOS, Lena Alejandra Brena. “Los ombudsmen en las entidades federativas en México: ¿cómo explicar su desempeño?”, *Estudios Sociológicos*, vol. XXIX, no. 86, mayo-agosto, pp. 463-496, 2011.
- PEGRAM, Thomas. Accountability in Hostile Times: the Case of the Peruvian Human Rights Ombudsman 1996-2001, *Journal of Latin American Studies*, vol. 40, núm. 1, febrero, pp. 51-82, 2008.
- PFEFFER, Jeffrey; GERALD R. Salancik y HUSEYIN Leblebici. The Effect of Uncertainty on the Use of Social Influence in Organizational Decision Making. *Administrative Science Quarterly*, vol. 21, no. 2, junio, pp. 227-245, 1976.
- PRIGOGINE, Ilya; SETENGER, Isabella. *La nueva alianza: metamorfosis de la ciencia*, España, Alianza Universidad, 2004.
- REGALADO Santillán, Jorge; MOLOEZNİK, Marcos Pablo. *Derechos humanos y alternancia política (1993-2006): El caso de la Comisión Estatal de Derechos Humanos de Jalisco*, México, CIESAS, Instituto de Investigaciones Histórico Sociales Universidad Veracruzana, 2007.
- REIF, Linda C. Building Democratic Institutions: The Role of National Human Rights Institutions in Good Governance and Human Rights Protection. *Harvard Human Rights Journal*, vol. 13, pp. 1-69, 2000.
- SIMON, Herbert A. “Decision-Making and Administrative Organization,” en *Public Administration Review*, vol. 4, no. 1, invierno, pp. 16-30, 1944.
- SIMON, Herbert A. The Proverbs of Administration en *Public Administration Review* Vol. 6, No. 1, invierno, pp. 53-67, 1946.
- SIMON, Herbert A. *Models of man: social and rational; mathematical essays on rational human behavior in society setting*, Wiley, Nueva York, 1957.
- SIMON, Herbert A. *Administrative Behavior*. A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations, Paperback, Estados Unidos, 1965[1947].
- ZAVALETA BETANCOURT, José Alfredo. *Los derechos humanos en Veracruz 1991-2006*, México, CIESAS, Instituto de Investigaciones Histórico Sociales Universidad Veracruzana, 2007.

Notas

1 Cárdenas y Flibbert, en su artículo sobre las instituciones públicas de derechos humanos en Medio Oriente, señalan que el Alto Comisionado para los Derechos Humanos de Túnez ha sido acusado de no ser más que un portavoz de la defensa de los abusos del gobierno (2005:417). En el caso del Consejo Nacional de Derechos Humanos de Egipto, los autores señalan que esta institución “está demasiado vinculada con el régimen para lograr ser eficaz” (Cárdenas y Flibbert, 2005: 428). Cárdenas y Flibbert arriban a resultados parecidos en los casos de los Ombudsmen de Marruecos, Palestina, Yemen, Jordania y Arabia Saudita. Al finalizar su exposición, reflexionan en torno a si el ejercicio de los derechos humanos en Medio Oriente ha mejorado con este tipo de organizaciones, concluyendo que si bien los Ombudsmen fueron creados en la región únicamente como gestos simbólicos, pueden contribuir a reconfigurar un discurso de derechos humanos. (Cárdenas y Flibbert, 2005:436).

En otra investigación, Michael Dodson y Donald Jackson (2004), quienes estudian a los Ombudsmen de El Salvador y Guatemala, concluyen que “la oficina del Ombudsman no ha tenido un impacto muy visible en promover la rendición de cuentas en ambos países” (Dodson y Jackson, 2004:23). En el caso de la Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos de El Salvador, los autores observan que “la institución no ha logrado adquirir a nivel

nacional el estatus que habían visionado los reformadores de derechos humanos” (Dodson y Jackson, 2004:23). Por otro lado, los estudios realizados sobre el desempeño de las Comisiones de Derechos Humanos en México (Zavaleta, 2007:12; Regalado y Moloeznik, 2007: 87; y Ackerman, 2007:183) llegan a conclusiones similares. En síntesis, las investigaciones citadas insisten en señalar las deficiencias de los Ombudsmen en el cumplimiento de sus metas.

Siguiendo a Amitai Etzioni, los objetivos iniciales de una organización son unidades simbólicas e imágenes de un futuro deseado. Esta imagen siempre resultará más atractiva que la realidad conseguida por la organización. Por esta razón, cuando se estudie a las organizaciones en función de su objetivo formal, serán evaluadas en términos de su fracaso.

2 Me refiero a la escuela en estudios organizacionales generada a partir de Herbert Simon, James March y Richard Cyert (Simon, 1944, 1946, 1957, 1965; Cyert y March, 1963; March y Simon, 1981)

3 Desde la época de Herbert Simon, explicar a las organizaciones significa explicar cómo toman decisiones (Gavetti, Levinthal y Ocasio, 2007:526).

4 Desde la época de Herbert Simon, explicar a las organizaciones significa explicar cómo toman decisiones (Gavetti, Levinthal y Ocasio, 2007:526).

5 Algunos estudios previos que han incorporado la propuesta de Prigogine para el análisis organizacional son las siguientes: Bergquist, 1998; Franco, 2002; Buergelman, 2009; Hodge y Coronado, 2007; García Jiménez, 2010; Villalba, 2012.

6 De acuerdo con Gavetti, Levinthal y Ocasio, la manera en que las rutinas y reglas organizacionales interactúan las decisiones formales e informales es un tema capital que aún no tiene respuesta y que debe ser resuelta para desarrollar teorías organizacionales más integradas (Gavetti, Levinthal y Ocasio, 2007:532).

Pesquisa em teoria organizacional e administrativa: possibilidades e limites do paradigma comunicativo (Habermas) e sistêmico (Luhmann)

Josep Pont Vidal *

Resumo

A pesquisa qualitativa na ciência da administração, especificamente no âmbito público, tem conseguido normalizar-se e explorar as possibilidades de diferentes paradigmas e metodologias. Contudo, são raras as pesquisas e observações que fundamentam os paradigmas comunicativos. Na base, a pergunta teórica: Qual pode ser sua contribuição operacional para as observações na administração pública? Exploram-se as possibilidades e limites e a sua aplicação nas observações empíricas na administração pública do paradigma “entendimento comunicativo” proposto por Niklas Luhmann, e a comunicação pragmático-universal de Jürgen Habermas. De acordo com a descrição dos limites dos paradigmas, se propõe a utilização da noção de “autopoiesis reflexiva” como conceito capaz de sintetizar de forma dinâmica as limitações da autopoiesis e da comunicação para as observações nas organizações públicas. **Palavras-chave:** ação comunicativa; entendimento comunicativo; “autopoiesis reflexiva”; administração pública.

Research in Organizational and Administrative Theory: Possibilities and Limits of Paradigms Communicative (Habermas) and Systemic Paradigms (Luhmann)

Abstract

Qualitative research in management science specifically in public management, has managed to normalize and explore the possibilities of different paradigms and methodologies. However, there are few studies and observations that underpin the communicative paradigms. At the base, the theoretical question: What can be your contribution to the operational observations in public administration? We explore the possibilities and limits its application in empirical observations in public administration understanding communicative paradigm proposed by Niklas Luhmann and the pragmatic universal communication paradigm of Jürgen Habermas. According to the description of the boundaries of the paradigms, proposes to use the concept of “autopoiesis reflective” as a concept capable of dynamically synthesize the limitations of autopoiesis and communication for the observations in public organizations.

Keywords: Communicative action, Communicative understanding; “Reflexive autopoiesis”; Public administration; Methodology.

Para iniciar um debate teórico entre diversos paradigmas, é necessário explicar a finalidade, as premissas, os critérios de seleção dos correspondentes conceitos e a contribuição teórica para a administração pública.

Em primeiro lugar, nos referiremos à utilização da metodologia qualitativa na Administração pública. Apesar da desconfiança inicial, não fundamentada, a pesquisa qualitativa nos estudos de administração e organizações têm conseguido nos últimos anos estabelecer-se como

uma metodologia confiável e necessária, neste tipo de observação tão vasta, além de adquirir uma ampla repercussão na qual que se exploram as possibilidades de aplicação de diversos paradigmas, metodologias e técnicas (COOPER; SCHINDLER, 2003; VIEIRA; ZOUAIN, 2006; GODOI; BANDEIRA-DE-MELO; SILVA, 2006). Também se tem perfilado o objeto de análise que compreende a partir da análise e observação do Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização, o Public Management e o “espaço

* Graduação e Mestrado na Universidade de Bielefeld (Alemanha). Doutorado na Universidade de Barcelona. Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento na UFPA. NAEA-UFPA. Rua Augusto Corrêa, 1. Campus Universitário do Guamá. 66075-900. Belém, Pará. E-mail: josevidal@ufpa.br

organizacional e sua dinâmica: o trabalho societário” (Matins, 2007, p. 11). A produção científica com metodologia qualitativa também tem alcançado um número similar à pesquisa baseada em metodologia estritamente quantitativa e estatística. Nos estudos de administração pública e gestão social baseados em metodologia qualitativa, o percentual que descreve diretamente a análise dos dados qualitativos chega a 40 por cento, embora nos estudos organizacionais chegue a 72 por cento (TEIXEIRA; NASCIMENTO; CARRIERI, 2011).

Em segundo lugar, conquanto se constata este aumento de pesquisas baseado na metodologia qualitativa, porém não ocorre o mesmo com publicações que geram um debate teórico. A administração pública encontra-se imersa em um nível prático, epistemológico e metodológico, influenciada pela transformação de seus componentes e por um entorno oscilante, ou seja, por dinâmicas marcadas pela complexidade. Requer oferecer respostas que enriqueçam o debate teórico. Neste contexto, surgem algumas questões: qual a contribuição dos marcos teóricos baseados nos denominados paradigmas comunicativos de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann? Estes paradigmas oferecem o instrumental conceitual necessário para a compreensão da complexidade na área aqui referida? Na ciência da administração, nos acordos e documentos, são raras as referências teóricas e as observações empíricas que se fundamentam nos paradigmas comunicativos no nível linguístico desenvolvidos por Habermas, e na comunicação sistêmica, especificamente no paradigma de sistemas autorreferenciais ou autopoieticos proposto por Luhmann. Ainda que nenhum deles possua formação específica em administração, os dois cientistas têm realizado contribuições decisivas em diversas teorias que compõem a ciência da administração. Partindo da ideia de que as administrações públicas são sistemas que se relacionam com o entorno, entende-se que as modificações e adequações que ocorrem no entorno afetam a administração pública. Na maioria das publicações não se entra no debate epistemológico ou não se responde satisfatoriamente às questões teóricas: como se produzem as comunicações nas organizações públicas? Como é possível observá-las? Especificamente na teoria de sistemas

autorreferenciais surge a questão: quais são as possibilidades e limites da observação?

Neste ensaio se expõem e exploram as possibilidades e limites dos paradigmas baseados na comunicação, ainda que com pressupostos de partida totalmente diferentes: o conceito de “entendimento comunicativo” de Niklas Luhmann, e o conceito de “ação comunicativa” de Jürgen Habermas. Analisam-se as possibilidades práticas da observação dos sistemas autorreferenciais especificamente a observação de “segundo grau” e os fundamentos da comunicação intersubjetiva. Sem a pretensão de um debate epistemológico conclusivo, como consideração final se propõe a noção de “autopoiesis reflexiva” como proposta de utilização operativa para as observações nas organizações públicas e nas teorias organizacionais.

Os conceitos sociológicos se destacam nas possíveis formas de responder às questões vinculadas à comunicação, e em última instância de responder à questões epistemológicas surgidas na teoria da administração pública. Consideram-se a teoria de sistemas autorreferenciais, e da teoria da ação comunicativa, como opções que oferecem respostas às questões levantadas e que trazem o conhecimento necessário sobre a comunicação, o entendimento e a interpretação sistêmica entre a administração, entendida como um sistema, e o entorno. Os dois paradigmas têm influenciado o pensamento e as escolas sociológicas e a teoria administrativa e organizacional até hoje. O primeiro, e possivelmente o menos conhecido, se insere no contexto de Sistemas sociais. *Lineamientos para una Teoria general* de Luhmann, (1984), e o segundo na *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas (1981). Ambos tem influenciado decisivamente a teoria situacional (HERSEY; BLANCHARD, 1989) e a teoria contingencial (LAURENCE; LORSCH, 1967), aplicadas nos estudos da administração pública. No âmbito específico da ação da administração pública, esta possui uma dinâmica própria independentemente da ação humana, ou se trata de um processo resultado das comunicações e consenso entre indivíduos?

É evidente que com esta exposição teórica não é possível, nem se pretende expor a complexidade epistemológica de ambos autores, mas conhecer de uma forma meramente descritiva, as possibilidades de observações e

pesquisas empíricas, assim como os seus limites. O artigo tem o objetivo de formular uma série de questões teóricas que possam abrir um debate para futuras observações, e propor a ideia de utilização da “autopoiesis reflexiva”, no complexo campo de estudo da administração pública. De acordo com este ponto de vista, se propõe uma leitura antropológica da autoreferencialidade. Se organiza basicamente no entorno a dois eixos. Os conceitos e ideias que compõem o “entendimento comunicativo”, com o qual se descrevem três conceitos-chave da teoria luhmanniana como são complexidade, a delimitação sistema e entorno e a autopoiesis, (desenvolvido no item 3), e a “ação comunicativa” em base a descrição de quatro conceitos-chave para sua aplicação nas observações da administração pública e sua relação com os sujeitos sociais: ação, linguagem, consenso e sistema (exposto no item 4).

PARADIGMAS E PESQUISA NA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

A formação e desenvolvimento da disciplina administração pública no Brasil, tem sido estudada de forma exaustiva em seus aspectos históricos, teóricos e práticos (KEINERT, 1994; VAZ, 1994; FARAH, 2011). Também seu desenvolvimento paralelo à história dos negócios empresariais, história da gestão, e a história organizacional (COSTA; BARROS; MARTINS, 2009; FISCHER; WAIANDT; FONSECA, 2011). Não é o objetivo deste artigo entrar no debate sobre a composição epistemológica que delimitam as áreas do saber, ainda que nem por isso seja possível evitar o debate sobre se a administração é uma “ciência” ou uma “prática”. Entre estes últimos (MOREIRA, 2000; EMORY, 1980) referindo-se à administração privada, argumentam que se trata de uma “prática”, posto que “orienta-se para uma situação de diagnóstico”, sendo seu objetivo “a busca do conhecimento é a solução de problemas práticos pré-existentes” (MOREIRA, 2000). A pesar dos acertados argumentos referidos à administração de empresa, concordamos com Thompson ao considerá-la como uma “ciência social” (THOMPSON, 2008:490; NASCIMENTO, 2010:10), que possui diversos objetos de estudo tão amplos como são o Estado, o governo, o poder, a burocracia, a organização, Public Management,

principalmente. Não se restringe a um objeto de estudo, senão constitui como convergência de paradigmas procedentes de outras ciências, de tal forma que se trata de uma ciência que “mais que uma disciplina, é um ‘campo multidisciplinar’ ou uma ‘ciência interdisciplinar’” (GONZÁLES SALAS, 1997 apud OSPINA BOZZI, 1998, cit. in FARAH, 2011:832) ou inclusive “transdisciplinar” (CARDOSO; SERRALVO, 2009).

Estas considerações induzem a realizar algumas reflexões. Por um lado, partir da delimitação da disciplina se caracteriza por: 1) ser predominantemente aplicada; 2) não tratar-se de um conhecimento acumulativo; 3) carecer de um adequado suporte institucional (PERRY; KRAEMER, 1989). A pesquisa da administração pública está dirigida basicamente à aplicação e em raras ocasiões se trata de pesquisa básica, e como uma prática, se orienta para uma situação de diagnóstico. O objetivo prioriza menos a busca de conhecimento e mais a solução de problemas práticos existentes nas administrações. A prática metodológica, as questões de investigação, porem ser realizadas sem uma metodologia “rígida” ou inclusive “sem metodologia” (PERRY; KRAEMER, 1989) ao ser a finalidade o desenho de ferramentas para ser aplicadas nas organizações públicas. Por outro lado, ao tratar-se de uma área de conhecimento que se alimenta principalmente da ciência política, da sociologia, da economia e da psicologia social, formula questões epistemológicas básicas e com isso contribui para o conhecimento científico na administração pública como se manifesta em recentes trabalhos (MOTTA; ALCADIPANI, 2004; BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCEMO, 2010).

A maioria dos artigos publicados baseiam-se em observações, buscam delimitar o problema em forma de estudo de caso e a identificar as respectivas variáveis. Autores constataam a existência de ao menos três métodos para a administração pública: o positivismo, como “método natural” das ciências sociais, ademais do interpretativo e do crítico, ainda que recentemente se destaquem também o clínico e o interacionista (THOMPSON, 2008). Alguns destes diagnósticos, realizados a partir do contexto dos EUA estão mudando, enquanto que outros têm mantido a tendência,

levando em consideração “a proximidade com programas de mestrado nos EUA e a influência do movimento de políticas públicas daquele país” de tal forma que “a própria estrutura do curso de mestrado revela semelhança com programas norte-americanos” (FARAH, 2011:827). Na última década são cada vez mais numerosos os estudos fundamentados e contribuições teóricas e empíricas com o paradigma estruturalista (MOTTA; ALCADIPANI, 2004), crítico e reflexivo (BATISTA-DOS-SANTOS; ALLOUFA; NEPOMUCEMO, 2010), sistêmico (VELOSO; MONASTERIO; VIEIRA; MIRANDA, 2011), compreensivo interpretativo (CARVALHO; VERGARA, 2002; MASCARENHAS, 2002) embora estes últimos refiram-se à administração de empresas, além de outros métodos como a pesquisa-ação e a *Grounded theory*, ou Teoria fundamentada em dados.

Como todo conceito, não existe uma definição unânime no momento de classificar as pesquisas, ao existir diversas formas. Na base, às reflexões expostas se propõe a um tipo de classificação útil para a observação dos fenômenos na administração. Se propõe o ponto de vista segundo a finalidade entre três grandes blocos, que se podem classificar como exploratória–descritiva, propositiva, e explicativa–preditiva. A classificação proposta permite estabelecer uma continuidade epistemológica entre os níveis segundo a finalidade, produtos, metodologia e conceitos e Teorias nas observações organizacionais (Figura 1).

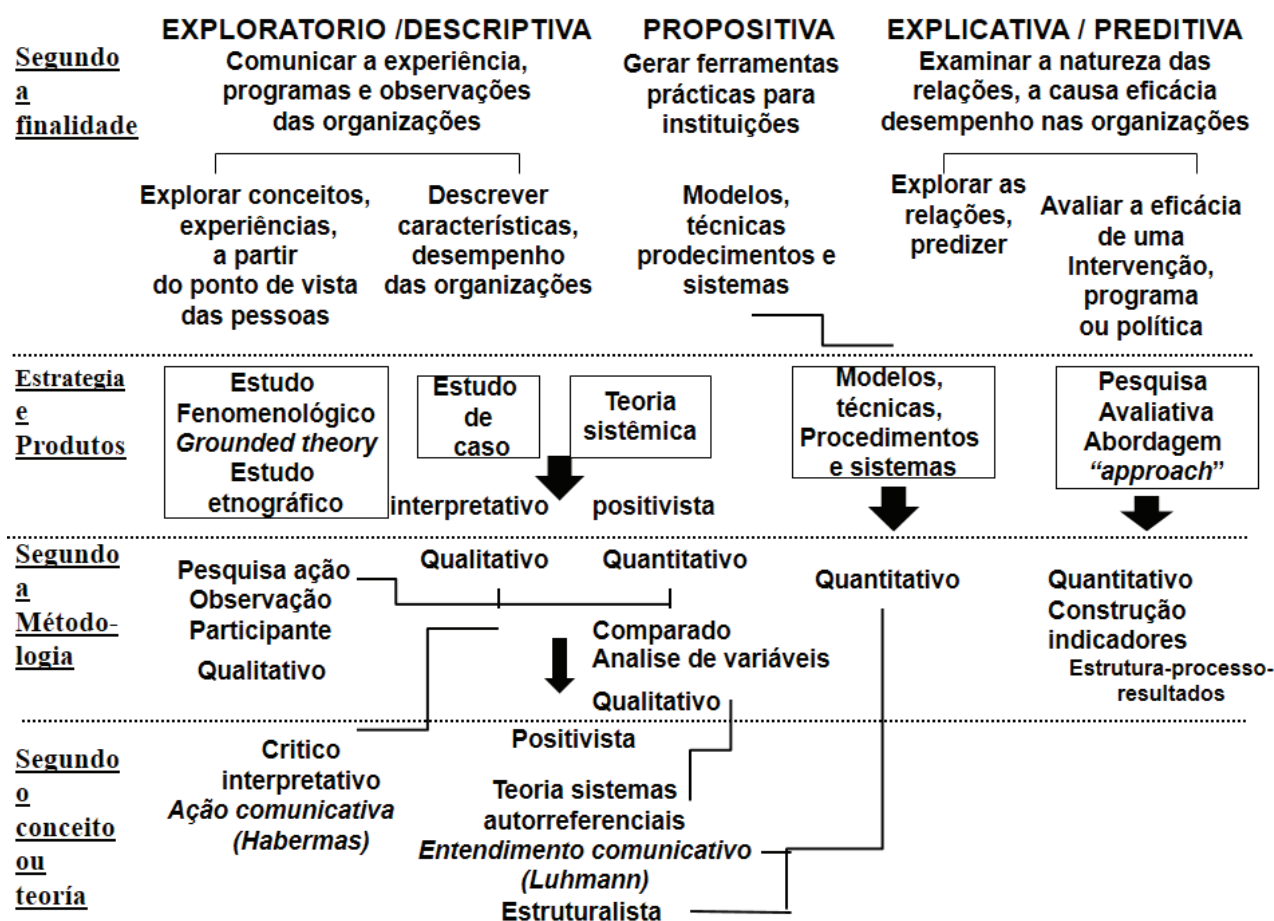


Figura 1. Proposta de classificação das pesquisas em administração pública e estudos organizacionais a partir do ponto de vista dos objetivos, metodologia e paradigmas

COMUNICAÇÃO PRAGMÁTICO-UNIVERSAL E "ENTENDIMENTO COMUNICATIVO"

A sociedade está constituída por comunicações. As comunicações constituem o elo mais importante nas organizações, pois de seu bom ou mal funcionamento dependerá a ação da organização e os resultados esperados de tal ação. Esta ideia sugere que dois conceitos sociológicos sobressaem nas possíveis formas de responder às questões vinculadas com a comunicação: o "entendimento comunicativo" e a "ação comunicativa". Ainda que ambos contêm ideias procedentes do funcionalismo sistêmico, no entanto é necessário estabelecer algumas diferenças básicas. As raízes epistemológicas do "entendimento comunicativo", encontram-se em Durkheim e em Spencer, enquanto que na "ação comunicativa" tem que buscá-las em Max

Weber. Habitualmente, são postas como teorias excludentes uma da outra, como se manifesta nos citados debates entorno dos conceitos de ator e ação entre os seguidores de Habermas e Luhmann (HABERMAS: 1987:309)¹. A intensidade do debate exercido por Habermas aos postulados sistêmicos luhmannianos, motivou posteriormente outros cientistas a fazê-lo também sem conseguir chegar a um consenso (SRUBAR, 1998).

A relação sistêmica administração pública-sociedade, se configura como um objeto da observação. A operacionalização luhmanniana do entendimento comunicativo se configura com os tipos de observação elementar e observação de segundo grau. A primeira se baseia em códigos binários (fundamentados basicamente, ainda que não exclusivamente em dados estatísticos), enquanto que a segunda, pode estabelecer-se a partir de códigos emergentes que surgem da análise das entrevistas na unidade de informação. A observação de segundo grau se fundamenta no papel do observador e a pergunta autoreferencial: o que é a administração pública para a sociedade? O fim último da observação não é a mudança, senão a descrição. Por outro lado, o paradigma de "ação comunicativa" de Habermas, parte de

conceitos previamente construídos, baseados fundamentalmente em conceitos historicamente e dialeticamente formulados. O fim último, é a análise crítica de uma relação de dominação e sua superação por meio da emancipação e a mudança, na qual participam os sujeitos observados e o próprio observador (Figura 2).

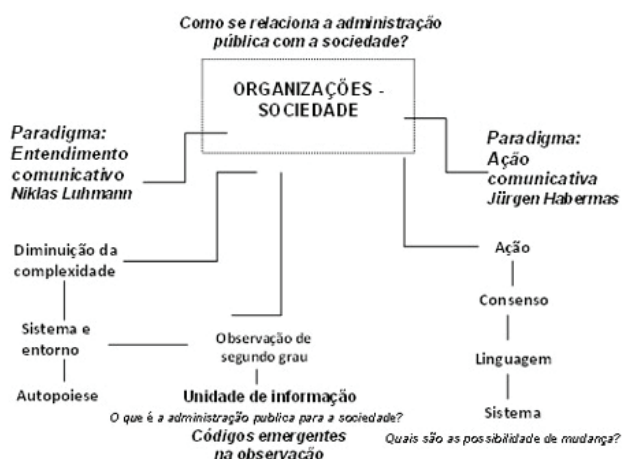


Figura 2. Códigos e conceitos baseados no “entendimento comunicativo” e na “ação comunicativa” para a administração pública.

NIKLAS LUHMANN: “ENTENDIMENTO COMUNICATIVO”

A complexidade condiciona a tomada de decisões das organizações, ademais de constituir seu entorno (NEVES; NEVES, 2006). Na teoria luhmaniana, a complexidade não é entendida como um aumento de demandas e de interesses de atores, ou como a aparição de problemas que requerem uma análise detalhada, senão como a existência de uma série de possibilidades, as quais exigem um tipo de seleção entre elas, a partir de opções destinadas à ação. A ideia de complexidade em Luhmann, está vinculada aos conceitos de explicação (*Aufklärung*), ação, finalidade/função (*Zweck/Funktion*), sentido e sistema/entorno unida ao termo contingência. O termo, se refere à existência de outras possibilidades não contempladas na ação e portanto consideradas como alternativas funcionais para reagir a uma realidade dada, cada vez mais complexa. Nas organizações, a contingência se refere à necessidade de ajustar-

se sistematicamente às mudanças e condições ambientais. Estes dois conceitos, permitem compreender, porque umas organizações tomam determinadas atitudes e posições – e priorizam uma série de decisões – frente a determinados problemas que se lhes apresentam. Conquanto os conceitos de complexidade e entendimento comunicativo da teoria de Luhmann, ajudam a compreender e explicar o processo de tomada de decisões das organizações, este último conceito se restringe unicamente a um tipo de ação baseada nas comunicações impessoais, nas quais as pessoas formam parte do entorno da sociedade.

Por sua parte, Habermas entende a complexidade sistêmica com a formulação da hipótese da colonização do “mundo de vida”. Estabelece a existência da estrutura composta pelo sistema, que compreende o âmbito econômico e político administrativo, e que “coloniza” o “mundo de vida”, que por sua vez, compreende aspectos culturais, subjetivos e psicológicos. A hipótese em que se fundamenta, é que nos países do tipo de capitalismo regulado pelo Estado – como é o caso dos países ocidentais ou mesmo o Brasil – aparece já no final dos anos 70, uma “crise de legitimação”, cujas primeiras manifestações aparecem no Brasil já no início da primeira década do século XXI, que compreendendo o sistema político e também a configuração do Estado e seu sistema de justiça (FGV; IBRE, 2009; Associação dos Magistrados Brasileiros, *Índice Confiança Judiciário*, 2008). A crise se manifesta ao estar em jogo os processos de “integração social” e “integração sistêmica”, ainda que estejam de diferentes formas e derivem de tradições teóricas diferentes (HEITMEYER, 1997).² Os aspectos estruturais da vida social são basicamente reduzidos à socialização entendida a partir de uma perspectiva socio-psicológica. Em definitivo, Habermas entende que a complexidade não se dá no sentido de seleção de possibilidades, senão como um observador não implicado que observa a estrutura do âmbito político-econômico à qual coloniza a partir de uma perspectiva de dominação tecnocrática, a subjetividade.

COMUNICAÇÕES SISTÊMICAS

Nikas Luhmann adota uma posição radical frente ao funcionalismo, distanciando-se dos postulados de Talcott Parsons

radicalizando-os e opta pela necessidade de realizar uma “Ilustração da Ilustração” na Sociologia e no pensamento. Se propõe iniciar a criação de uma teoria que contemple e descreva as sociedades atuais e que ofereça alguns instrumentos conceituais que sejam capazes de reduzir sua complexidade. Aparece a questão sobre se é possível ignorar marcos teóricos centrados na ação - considerados como clássicos-, e que portanto, segundo Luhmann, não possuem instrumental conceitual suficientemente desenvolvido para dar resposta aos desafios epistemológicos atuais. A teoria de sistemas autoreferenciais de Luhmann pode ser definida como uma teoria construtivista baseada em diferenças.

A partir deste princípio sua teoria mostra um entendimento positivista, ao mesmo tempo em que se afasta de concepções subjetivistas tradicionais nas quais estamos acostumados: “o que vale para o mundo da física e o físico, ... vale para a comunicação” (LUHMANN, 1998:427). Não menos importante é também seu afastamento dos pressupostos antropológicos tradicionais do sujeito tal, ao afirmar: “Não é o homem quem pode comunicar-se; somente a comunicação pode comunicar”. Com isso, se percebe o claro distanciamento dos postulados subjetivistas e humanistas tradicionais e o papel predominante que adquire a comunicação pessoal em seu entendimento da sociedade e que constitui uma realidade emergente *sui generis*.

Sua obra se reconstrói a partir de quatro grandes problemas: 1) a complexidade, desdobrada em três diferenciações: finalidade, ação e sistema-entorno; 2) a autopoiesis de sistemas, caracterizada pela diferença entre evolução, comunicação e diferenciação; 3) o acoplamento, ou as relações entre os sistemas; 4) a observação, que significa o ponto de partida da forma teórica de pensar sistema.

As comunicações como configuradoras da realidade social, se realizam a partir da substituições das teorias sociais da ação, por uma teoria da comunicação. A comunicação não é entendida como uma ação humana - no sentido outorgado por Habermas, entre um emissor e um receptor, tampouco um intercâmbio de informação no sentido literal da palavra, senão como um processo autoreferencial. Para Luhmann, os seres humanos,

como pessoas não podem se comunicar, posto que somente e exclusivamente “somente a comunicação comunica”. Com isso, a comunicação adquire um nível abstrato e teórico posto que: “se desliga de seus efeitos sociais a partir do momento de sua primeira aparição e formulação” (LUHMANN, 1998:100) e amplia: “Toda comunicação supõe comunicações - estimulada pela mesma e ante às quais reage de seu mesmo tipo” (ibid:145). Os sistemas sociais cumprem uma série de requisitos, emergem, se fundamentam e conformam em comunicações como elemento. No entanto, para que cumpram estas funções é preciso: “sempre que se estabeleça uma relação comunicativa autopoética, que limite sua comunicação e se diferencie assim de um meio ambiente. Portanto, os sistemas sociais não estão conformados nem por homens nem por ações, senão por comunicações”. Para compreendê-las e operacionalizá-las a partir de contingência, a comunicação “é a síntese resultante de três seleções: “informação/dá-la-a-conhecer/entendê-la” (LUHMANN, 2007:145), sendo cada um destes três componentes um “acontecimento contingente”, ou seja, uma tomada de decisões entre múltiplas possibilidades, existentes na comunicação. Nestas dimensões têm lugar uma série de seleções. A primeira seleção, a informação, não pressupõe “identidades últimas” - como podem ser os átomos -, que não estão formadas por ela mediante “distinções próprias”. A posse desta contingência - a informação - constitui uma diferença que pode transformar o Estado de um sistema, que por sua vez, “produz” uma diferença.

Aparece no entendimento da comunicação uma certa ambiguidade, já que por um lado, se subtrai de todo elemento subjetivo pessoal, enquanto que por outro lado, reforça a suposição baseada na biologia, segundo a qual a comunicação sempre tem lugar entre os organismos vivos. Para Luhmann, a forma de comprovar que existe comunicação é através de “sua função: aligeração e ampliação das capacidades cognitivas dos organismos vivos” (ibid:146). Neste sentido, a comunicação é entendida como unidade de “três seleções” que se sintetizam da forma seguinte: seletividade da informação; seleção do conteúdo; e a expectativa do êxito “comunicação como processo autoreferencial” (LUHMANN, 1998:144).

Uma transmissão pode ser ou interrompida

ou descuidada ou pode adquirir diversas formas (gesticulares, orais, escritas), enquanto que entre a informação e a compreensão existe uma diferença, ao tratar-se de uma diferença que pode adquirir diferentes significados. Uma comunicação específica pode ser observada quando se produz a citada diferenciação descrita. Neste momento se encerra o ato da Compreensão. Por sua vez, é observável no momento da unificação de um sistema social, não qual uma comunicação é constantemente capaz de criar unidade, como elemento de um processo comunicativo, posto que no tempo se criam diversas comunicações e sistemas sociais. Consequentemente se estabilizam comunicações e se vinculam com a operação do sistema. Num documento posterior (LUHMANN, 1997:103) amplia as seções ao configurar a comunicação com componentes. A comunicação está composta pelos seguintes componentes: 1) Informação; 2) Mensagem (*Mitteilung*); 3) Expectativa (*Erwartung*); 4) *Adressante Ego* (substitui a noção clássica de emissor); 5) *Mitteileiden Alter* (alter que é informado, substitui a noção clássica de receptor); Compreensão (*verstehen*) constitui o processo em seu conjunto. A comunicação está estritamente vinculada com a organização na busca de resultados, de tal forma que se diagnostica a “organização comunicante” (BARTOLI, 1992). Este tipo de organização apresenta a comunicação aberta com o entorno. Luhmann aporta uma série de reflexões teóricas para a compreensão da autoreferencialidade, ou seja, a capacidade de contingência para criar por si mesma potencialidades internas que possam ser levadas à prática.

SISTEMA E ENTORNO

A lógica de sistema e entorno é utilizada consciente o inconscientemente em observações da administração. Embora, a maioria de estes estudos baseiam-se na lógica de sistemas abertos, nos referiremos à lógica dos sistemas autopoieticos ou autorreferenciais. O centro da abstração é o sistema, interpretado como um conjunto organizado de relação técnico-estrutural e dotada de propriedade, capacidade de sobrevivência e autogoverno –autoreferencial- (autopoéticas). O conceito de sistema é uma

abstração para simplificar a realidade e remete a um conjunto de elementos que interacionam entre si. Todo sistema está situado num entorno, ainda que se questione se o entorno é pré-existente ao sistema. Luhmann aprofunda estes aspectos procedentes da teoria de sistemas e estabelece uma diferença entre sistemas biológicos, psíquicos e sociais. Para Luhmann, estes últimos não se originam a partir de interlocutores ou atores, senão a partir de comunicações. Inspirado nos neurobiólogos Humberto Maturana e Francisco Valera (1980), Luhmann incorpora o conceito de autopoiesis aos sistemas sociais. Com isso, estes sistemas adquirem um carácter autoreferencial, não restringindo a sua estrutura senão a seus elementos, de tal forma, que o mesmo sistema constrói os elementos, buscando oferecer uma solução à autorganização e autoreprodução social no contexto da contingência e o risco. Cada sistema é autopoético ou autoreferencial, quer dizer, operativamente arriscado. Neste sentido, um sistema autopoeticamente fechado –“operativamente fechado”- é aquele tipo de sistema que produz comunicação a partir de sua própria comunicação, e que somente permite a influência de comunicações, segundo Luhmann “irritações comunicativas”, do entorno ambiente canais de acoplamento estrutural, posto que a comunicação de um sistema somente pode dar-se através de seu próprio meio simbólico. Com isso, cada sistema se autoreproduz, com o qual se distingue de seu entorno. Também o entorno tem suas próprias operações que interagem mediante o acoplamento estrutural com o sistema, ainda que se trate de uma operação de carácter não causal, ao ser o único tipo de relação possível entre ambos. Ao tratar-se de sistemas autopoéticos, significa que não tem competências mais além de si mesmos. Surge a questão da coexistência com o entorno. Apesar da clausura operativa os sistemas estão interrelacionados entre si, posto que sem a participação dos sistemas psíquicos, os sistemas sociais não podem formar-se. Como sistema, sua “clausura operativa” descreve a forma que tem os sistemas de gerar-se, reproduzir-se e comunicar-se, e impede a ingerencia com o entorno, com o que não pode alterá-lo. No entanto, o entorno permite a evolução do sistema, posto que sem entorno prévio, não existiria tal organização.

Os sistemas sociais, correspondem aos

sistemas que realizam a autopoiesis baseando-se na comunicação, Luhmann diferencia três níveis: sistemas funcionais, sistemas de interação e sistemas organizacionais.

Sistemas funcionais parciais diferenciados, formados pelo direito, a formação, a ciência, a economia, a política ou a religião. Tratam-se de sistemas especiais que na sociedade cumprem funções específicas, e correspondem aos sistemas através da operação de um código binário. Com o passar do tempo tem conseguido gerar estruturas próprias, dando impulso a operações autopoéticas. Luhmann não contempla especificamente aos movimentos sociais ou as ações coletivas, como sistemas funcionais.

Sistemas de interação. Os sistemas de interação correspondem a enlace comunicativos e se mantém por um espaço de tempo curto, desaparecendo quando os enlaces acabam. Aparecem em toda a sociedade, ainda que não se especializem funcionalmente. Possuem uma série de características que se enumeram a continuação: 1) se trata de sistemas próprios aparelhados à diferenciação funcional, conformados por interações, como são as relações íntimas ou o amor; 2) trata-se de sistemas na fronteira dos sistemas funcionais e organizativos já existentes. Luhmann coloca como exemplo as sessões de um Tribunal, os congressos científicos, ou grupos de projetos em uma empresa; 3) como sistema transversais, como podem ser a colaboração nos círculos de trabalho e projetos; 4) se trata de interações fora dos sistemas funcionais e organizacionais (movimentos espontâneos, grupos de autoajuda).

Sistemas organizacionais ou organizações – e também os sistemas de interações – surgem da complexidade social das sociedades atuais. Correspondem à soma de sistemas de interação, e orientam sua comunicação a um fim específico. Desenvolvem atividades para satisfazer metas específicas e muitas das necessidades humanas. Cumprem também determinadas funções na sociedade. Os sistemas organizacionais (a partir de uma visão integrativa) assumem funções especiais (diferente alcance) e se manifestam principalmente nos dos sistemas parciais sociais com funções específicas, tais como os Tribunais de justiça, associações de pais de alunos, ou também as fundações ou agrupamentos específicos, como

pode ser uma instituição de longa permanência para pessoas da terceira idade.³ Os sistemas organizacionais também se manifestam de forma transversal, correspondendo a diferentes sistemas do conflito.

AUTOPOIESIS

Com o conceito autopoiesis se refere a uma condição de existência dos sistemas para a contínua produção de si mesmos. Nos sistemas sociais, comporta um caráter autoreferencial ao não restringir-se somente às estruturas, senão que inclui os elementos e seus componentes. O entendimento da autopoiesis de sistemas, se destaca na diferença entre evolução, comunicação e diferenciação “esta autopoiesis não se garante por uma meta de entendimento senão por um código binário” (Ibid.,:153). Estes códigos binários servem também para manter a autopoiesis, ao não ser possível garanti-la através do entendimento interno. Para ilustrar este aspecto, Luhmann se baseia no código deontológico de direito – neste sentido similar ao sentido dado por Habermas – ou interpreta como um subsistema social que atua pelo código binário direito/não direito, excluindo desta forma possíveis graus de valor. Enquanto que o sistema jurídico – visto por Luhmann como sistema – o código binário é legal-ilegal, na organização pública da Defensoria Pública, como subsistema do sistema político, também atua a partir de comunicações, neste caso o código binário poderia se reduzir a: caso resolvido extra judiciário – caso resolvido no judiciário. Pode se afirmar que os sistemas e os subsistemas que conformam a sociedade, funcionam apenas com códigos de comunicação binários? Consideramos que efetivamente as respostas ou *ouputs* dos sistemas aparecem sempre em forma de códigos binários, o que não significa que deva transferir este princípio ao entendimento da ação subjetiva da consciência dos seres humanos, ao existir situações e respostas que ultrapassam a estreita lógica de pensamento do código binário.

É evidente que o conceito de comunicação é múltiplo, haja vista que é a conexão entre uma ação diferencial entre emissor e receptor, e a forma como este último processa e entende a informação. Luhmann parte de pressuposto da participação neste processo do sistema psíquico, com o qual

nos indica a existência de uma contingência dupla. No entorno operam e participam sistemas psíquicos, ainda que não formem parte do sistema social, os quais exigem a manutenção de suas operações baseando-se no conhecimento da seleção própria de comunicações dos sistemas sociais, ainda que não formem parte do sistema social. Com a comunicação, trata-se de um conceito que em qualquer momento da conexão se diferencia de uma comunicação a outra comunicação, aspecto que reduz drasticamente sua possibilidade de observação, pelo que é necessário observar os elementos que a compõem. Também uma comunicação conecta a outra comunicação, sendo este processo outra forma de denominar a autopoiesis de um sistema, no qual as comunicações são episódios elementares.

JÜRGEN HABERMAS: A “AÇÃO COMUNICATIVA”

Habermas toma como ponto de partida premissas radicalmente diferentes. As metas permitem entrever a cosmovisão e alcance, ao preservar a origem da teoria crítica ao: “Introduzir uma Teoria da ação comunicativa que dá razão dos fundamentos normativos de uma teoria crítica da sociedade”. Especifica e detalha esta meta subdividindo-a como “ação racional intencional” e “ação comunicativa”. Para alguns estudos de sua obra, esta premissa tem significado que sua produção sociológica e filosófica, tem sido um “extraordinário esforço por relançar o princípio emancipatório do homem e do sujeito”. Nas linhas que seguem nos centraremos no conceito desenvolvido no início da década dos anos 80, denominado por Habermas de “ação comunicativa”. O conceito não somente está composto a partir de um consenso normativo entre os participantes, senão que também comporta um entendimento comum referente à concepção da linguagem.

Habermas atribui ao conceito um significado simbólico: “Entendo por ação comunicativa uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento” (HABERMAS, 1993:57) e acrescenta: “está apoiado numa determinada concepção de linguagem e de entendimento”

(HABERMAS, 1990: 76). Não se limita a um tipo de análise da linguagem que inclui uma teoria da linguagem afastada do sujeito, ou de caráter técnico, senão que ao contrário, toma como ponto de partida a ação. Com isso, se afasta claramente das teorias comunicativas que focalizam o papel da linguagem nos meios de comunicação. É claro quando declara que a ação comunicativa “deve” comprovar-se através da teoria sociológica da ação. A “ação comunicativa”, pode ser considerada como uma interação mediada por símbolos. A ação é o fundamento da vida sociocultural, na qual o trabalho é situado no reino da ação comunicativa. O ponto de referência o constitui uma comunicação livre de distorções, isenta de elementos que possam manipulá-la. Como objetivo, Habermas, se propõe a análise crítica da comunicação distorcida pelos meios de comunicação, ao problematizar as estruturas sociais que a distorcem (poder político não ético, tecnocracia, corrupção). O objetivo final do conceito *habermasiano*, é uma sociedade de comunicação livre, não distorcida, sem a ingerência dos interesses técnico-instrumentais próprios do sistema, constituída a partir de ação comunicativa.

As raízes do conceito “comunicação livre”, não que buscá-las na psicanálise e na obra de Freud, a psicanálise e os conceitos desenvolvidos por este, como instrumentos para analisar as fontes da distorção individual. A psicanálise constitui uma fonte de análise da comunicação distorcida, de tal forma que Habermas outorga a esta área do conhecimento criada por Freud, o papel de uma comunicação entre indivíduos não distorcida. Não obstante, se bem a Teoria a um nível abstrato permite este exercício de procurar comunicação não distorcida, a realidade mostra disfunção na comunicação entre os sujeitos. Para explicar esta distorção, recorre à racionalização da comunicação que conduz por sua vez, a um sistema normativo menos distorcido (Habermas, 1987:198). A ação comunicativa, conduz para que o homem se libere da dominação da comunicação imposta externamente pelo sistema para constituir-se em uma comunicação livre.

Para Habermas, a racionalização adquire uma dimensão libertadora frente ao “sistema”, e que implica uma emancipação, ou seja, a destruição das barreiras de comunicação formadas por legitimação do poder e da ideologia. Estas são as causas principais da distorção da comunicação, e que

portanto devem eliminar-se para alcançar o futuro processo emancipatório do sujeito. Os participantes deste processo, não são livres em suas ações, senão que se encontram submetidos a uma série de ações constantes para alcançar a compreensão. Estas ações são entendidas como um constante compromisso de consenso para harmonizar a ação: “os participantes não se orientam principalmente para seu êxito; perseguem suas metas individuais com a condição de que sejam capazes de harmonizar seus planos de ação sobre a base de definição comum das situações” (HABERMAS, 1984:286).

O conceito de “ação” é introduzido na lingüística, que serve por sua vez, para que se efetivem as pretensões de intersubjetividade, estabelecendo-se um papel simbólico no qual participam intersubjetivamente os participantes da ação: “Enquanto os atos comunicativos cobram a forma de fala gramatical, a estrutura simbólica penetra todos os compontes da interação, tanto na apreensão cognitivo-instrumental da realidade como no mecanismo de controle que harmoniza o comportamento dos distintos participantes na interação” (HABERMAS, 1987:531). Os sistemas sociais podem manter-se frente à natureza externa por meio de “ações instrumentais”, segundo regras técnicas pré-estabelecidas, ou manter-se frente à natureza interna através de “ações comunicativas”, segundo as normas válidas. A manutenção e reorganização se efetua mediante “pretensão de validade” mútuas, e se efetiva em estruturas de intersubjetividade, produzida de forma lingüística. Estas estruturas não se limitam tão somente a um intercâmbio de conteúdos entre as pessoas, senão que tem ademais a função de ser um instrumento para construir significados comuns. A este tipo de comunicação lingüística, Habermas atribui uma dupla estrutura, que somente pode ter lugar a partir da interação humana, entre o consenso de mais de uma pessoa. Neste ato aparecem em primeira linha, os processos psíquicos tais como “sensação, necessidade ou sentido” adaptados às estruturas da intersubjetividade lingüística.

A LINGUAGEM

Adquire um papel decisivo na teoria de Habermas: “A linguagem não se entende como um instrumento para a transmissão de conteúdos

subjetivos, senão como o meio no qual as implicações podem compartilhar subjetivamente a compreensão de uma coisa” (HABERMAS, 1990:136). A procura de significados constituídos de forma intersubjetiva, possibilita a linguagem em “situação comum”. Destas metas derivam suas origens no interacionismo simbólico (HABERMAS, 1990:136). Com esta interpretação dos significados, adota uma Teoria consensual da verdade, sendo esta verdade uma parte essencial da comunicação. No contexto da observação da Defensoria Pública como instituição que forma parte do Estado e da administração pública, a análise da estrutura simbólica da linguagem adquire um nível específico de análise. Por um lado, a construção de significados comuns, e por outro, as possíveis distorções que surgem. Habermas, seguindo ao psicólogo e psiquiatra Karl Bühler, estabelece três funções originárias da linguagem: primeira, “expressar intenção” (ou experiências); segunda, representar estados de coisas (ou algo que aparece no mundo); terceira, contrair relação com um destinatário. Estas três funções sintetizam e refletem os aspectos fundamentais no ato da fala entre os sujeitos.

O CONSENSO

O consenso, segundo Habermas (1999), teoricamente surge a partir do discurso dos participantes e “pré-teoricamente” na ação comunicativa entre eles. A hipótese se baseia em quatro requisitos ou condições hipotéticas: 1) a exposição do falante tem de ser aceita e compreensível; 2) as premissas do falante têm que ser verdadeiras; 3) o falante tem que dispor do direito de expressar estas premissas. Amplia estas metas, com considerações genealógicas – a origem histórica – do conteúdo cognitivo da moral da linguagem sobre os emunciados de quem participam deles. “Não é possível isolar, de um lado, a questão fundamental da Teoria do significado (...) compreender o significado de uma expressão lingüística, e, de outro lado, a questão referente ao contexto em que essa expressão pode ser aceita como válida” (HABERMAS, 1990:77). Somente se possuem um conteúdo cognitivo são válidas as regras e normas morais para os membros de uma comunidade como um ”jogo de linguagem

moral”, como fato social.

No entanto, acrescenta Habermas sobre a necessidade de aprofundar fenomenologicamente as disputas morais para “descobrir” – como algo diferente pode simplesmente “compreender” a expressão – o que fazem os integrantes de uma comunidade, quando fundamentam algo no nível moral (HABERMAS, 1999:31). Neste contexto comunicativo, no consenso comunicativo surge a questão: Que condição tem que possuir uma comunicação para que seja exitosa? Para responder a esta pergunta Habermas retoma os fundamentos funcionalistas: “Uma comunicação bem-sucedida pressupõe que as partes apresentam informações reciprocamente relevantes, de tal maneira que possam ser ‘lidas’, isto é, entendidas também em contextos onde imperam critérios diferentes de regulação. O desafio consiste em produzir compatibilidade entre ‘jogos de linguagem diferentes’, uma vez que a ‘linguagem’ se vincula a diferentes realidades e projetos de mundo. Por isso, tem que admitir que a estrutura profunda da ordem das sociedades complexas também está vinculada à gramática de informações compreensíveis” (WILLKE, 1992:165-166, cit. in: HABERMAS, 1997:79)⁴.

No ato comunicativo, todo o processo se transforma em conteúdos intencionais, cuja transformação produz por sua vez, uma série de consequências. Por um lado, a “subjetividade de opinião, desejo, prazer e dor” (HABERMAS, 1997:22), por outro lado, expressão e normas que aparecem como uma “pretensão de generalidade”, e que vem a significar a objetividade de conhecimento e legitimidade das normas. Ambos aspectos – subjetividade e generalidade – garantem um significado comunitário ou “compartilhado”, que é o fundamento do mundo socio-cultural. Por outro lado, o sistema possui uma ampla autonomia baseada em dimensões, tais como “o desenvolvimento das forças produtivas” (Ibid.:23), e na “alteração de estruturas normativas” (Ibid.:23). Estas dimensões se fundamentam e seguem padrões historicamente constituídos e interdependentes entre si. Com estas metas, desvela o papel e a função do sistema como “colonizador” do “mundo de vida”. O “mundo de vida”, é uma característica dos fenômenos humanos, é o “fundo modelador e contextual dos processos

pelo qual se alcança a compreensão mediante a ação comunicativa” (HABERMAS, 1987:204), enquanto que no sistema, o mundo de vida se encontra sob constante ameaça, ao que tem que oferecer resistência, haja visto que este último “coloniza” mediante a técnica legitimada pelo poder o mundo de vida.

SISTEMA

Para Habermas, em seu construto teórico os sistemas econômico e cultural estão expostos a sofrer uma crise. O sistema econômico, coloca em questão a distribuição dos valores, de tal forma que a “incorformidade com o sistema” significa que todos os modos de distribuição de encargos e recompensas estão expostos a esta crise e reestruturação sistêmica. No caso de que a crise econômica, significa que as ações governamentais “obedecem” aos processos de intercâmbio, e em consequência estão sujeitas à lógica da crise econômica. O Estado – e as instituições que o compõem – não se situa nesta Teoria como um ente neutro, senão como um agente capitalista coletivo que “torna a acumulação do capital a substância do planejamento político” (HABERMAS, 1987:63). As tendências de crise política e administrativa, se manifestam basicamente pela falta de impulsos na lealdade das massas e aparecem com a emergência dos movimentos sociais e ações coletivas de protesto à margem dos canais tradicionais de participação ou no absenteísmo político. A crise adquire uma “crise de racionalidade” (Ibid.:64), na qual o sistema político-administrativo não tem êxito em cumprir “os imperativos” recebidos do sistema econômico, manifestando-se como uma “crise de legitimação”.

A construção teórica não apenas tem de mostrar a sociedade, senão pode oferecer um aspecto normativo fundamentado na consciência do observador e na produção de consciência com o objetivo da procura de utopias e modos não é errada: “pode servir para interpretar hipoteticamente as condições de luta” (HABERMAS, 1998:47). As ações possibilitam que a teoria incorpore o elemento subjetivo e de possibilidade de mudança social. A teoria não é neutra, senão que ademais pode produzir, oferecer alternativas a partir da interação e comunicação consequente

entre seres humanos: “a Teoria produtora de consciência pode produzir as condições sob as quais pode dissolver-se a deformação sistemática da comunicação e realizar-se por vez primeiro um discurso prático” (Ibid.,: 47). A sociedade está composta por objetos observáveis, ou seja, sistemas parciais autônomos: “A Teoria dos sistemas abandona o nível dos sujeitos da ação, sejam os indivíduos ou coletividade, e, amparada na densificação dos complexos organizatórios, chega à conclusão de que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos, que se fecham uns em relação aos outros através de semânticas próprias, formando ambientes uns para os outros (HABERMAS, 1997:63).

Habermas atribui à construção teórica não apenas a observação e compreensão do fenômeno, senão como criadora de consciência tanto para o observador como para o observado e a partir de uma interação dialética criar as condições que questionam a deformação da comunicação, ou seja, a proposição da utopia. Neste caso, o pesquisador assume o papel de mero acompanhante e de contribuir no processo de mudança como implicado o mesmo tem de transformar a comunicação e a si mesmo: “porém não contém nenhuma informação que julge previamente a ação futura dos conteúdos” (Ibid.,: 47). Neste contexto argumentativo é de supor que o observador como membro inserido na sociedade tem uma ingerência direta na formulação de utopias: “Tampoco o analista tem direito a dar prospectivamente indicação para a ação” (Ibid.,:47).

Entende que o analista, o observador, como sujeito imerso na ação mesma se transforma no ato de pesquisar a partir da análise comunicativa da ação. Este fato não pressupõe que o pesquisador assuma um papel de liderança discursivo e a ação investigadora que está levando à conclusão, posto que implicaria uma manipulação direta e ingerência ao oferecer indicação para a ação. A ação e a construção conjunta da utopia, não pode dar-se a partir das propostas que surgem na esfera do sistema e sua comunicação funcional de planejar a ação. Neste sentido, realiza uma incisiva crítica à área de conhecimento do planejamento administrativo, já que habitualmente é levada a cabo e direcionada pelo poder tecnocrático e tecnócratas para assegurar o domínio futuro, tendo em vista que funcionalmente não

estabelece diferenciação entre a ética e a administração. No processo, a ciência perde por sua vez a autonomia, ao ser sujeitada às funções e imperativos do sistema. O sistema representa o poder no sentido amplo sujeito por sua vez, ao poder político e das elites no sistema capitalista. Como resultado emergem as diferenças entre a “verdade” e o poder do sistema. A ideia central se baseia na intenção de reivindicar as exigências da vida – “mundo de vida” frente ao “sistema”. Esta ideia central é questionada por Luhmann, ao propor o registro do progresso deste sistema no mundo atual com o conseguinte retrocesso da dimensão vital, uma vez que o conceito de “mundo de vida” se trata de uma “moda” que “apenas serve como formas conclusivas que ocupam um lugar no que deveriam formar-se questionamentos teóricos” (LUHMANN, 1998:432).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A IDEIA DE “AUTOPOIESE REFLEXIVA” COMO PROPOSTA DE INCLUSÃO ONTOLÓGICA

A noção de “autopoiese reflexiva” se desvincula da ideia original da semântica biológica da autopoiese, e da proposta, em termos de “fenomenologia biológica” de Maturana e Valera, que estabelece a diferenciação entre os sistemas vivos em geral e os seres humanos, dotados estes de capacidade de pensamento e, como consequência, de ação subjetiva. Na ideia de autopoiese reflexiva que sugerimos, o ser humano é compreendido não apenas como um sistema vivo, mas como um ser capaz de pensar, e que realiza suas ações intersubjetivamente, isto é, com base na ação e nas expectativas dos outros sujeitos. Esta ação contém um sentido e, portanto, dotada de consciência, o que o diferencia do restante dos seres vivos.

A questão que se coloca é a da bicompreensão da realidade através do “self”. Não negamos a possibilidade de observação de um mundo que chamamos de objetivo ou real, isto é, um mundo que pode ser objetivamente observado, numericamente medido e objetivado através do consenso de observadores. Semelhante à tese de Maturana, em que o mundo no qual o sujeito vive se configura através da interação com outros seres, aparecem claras as semelhanças com a ideia de intersubjetividade fenomenológica e interiorização da realidade através do processo de “socialização primária” e “socialização

secundária” (BERGER; LUCKMANN 1988:183-194). A semelhança epistemológica com o interacionismo simbólico, com a descrição da sociedade em termos de um processo dialético permanente baseado no processo de externalização, objetivação e interiorização, quando descrevem a sociedade como uma realidade subjetiva. Finalmente, e seguindo a mesma linha de argumentação anterior, sociólogos afirmam: “que o mundo que o homem vive é muito mais fluido do que parece” (Ibid.:31), podendo estabelecer novamente uma continuação com a interação social na vida cotidiana de Berger e Luckman (1988).

No entanto, a “determinação estrutural” de Maturana e Valera fica ultrapassada ao adquirir e acrescentar um novo significado subjetivo. Nesse sentido, também se distancia, teoricamente, da noção de “autopoiese” ou “autorreferencialidade”, formulada por Luhmann, ao assumir, a autopoiese reflexiva, claramente, uma perspectiva histórica no sentido atribuído pelos interacionistas Peter Berger e Thomas Luckmann: “Os seres humanos são produtores e produtos das instituições” (1966). Este pressuposto ontológico é um dos fundamentos do interacionismo simbólico, corrente que, a partir de Herbert Mead e, mais tarde, por Berger e Luckmann, se distancia definitivamente das possíveis raízes condutivistas. Com isso, admitimos, inequivocadamente, o sentido histórico do ser humano. A ação que o sujeito realiza não se trata tão somente de uma comunicação abstrata realizada mediante um acoplamento estrutural sistêmico, senão que se trata de uma comunicação no sentido dado por Habermas (1987), isto é, a existência de um emissor, uma mensagem e um receptor.

A observação do que podemos entender como realidade vai depender, como já foi dito, do observador, mais especificamente, da existência social do observador, ou seja, o observador imerso em uma realidade de uma vida cotidiana. Esta influenciará e determinará a perspectiva observacional, não num sentido técnico, mas num sentido sócio-cultural da realidade, cujas raízes vêm da explicação dada por Alfred Schütz sobre a vida cotidiana: “a estrutura do mundo do senso comum da vida cotidiana” (SCHÜTZ 1962:149).

Essa explicação nos oferece uma série de

pistas para a compreensão do papel do observador no entendimento da dinâmica da observação, fazendo uma distinção “bicompreensão”, isto é, uma biconfiguração dinâmica, operada subjetivamente pelo observador, como uma medida das coisas cujas diferenças são claras e que implica: por um lado, a subjetividade, o “mundo da vida”, (ou segundo Maturana, “a minha experiência é o meu ponto de referência”) que o observador previamente realiza e, e por outro, com base na observação, a os componentes objetivos da realidade. Esta última é construída com base nos domínios hegemônicos dominantes e socialmente consensuados. De acordo com esta proposta, não se estabelece uma divisão assimétrica entre um plano subjetivo e um plano objetivo como tradicionalmente tem acontecido na teoria da estruturação ou em diversas propostas de integração-ação-estrutura (GIDDENS, ARCHER), ou na agência-sujeito. A noção de mundo da vida, manifesta-se na tomada de decisões e no sentido dado à ação, enquanto que a noção de construção social da realidade, significa o reconhecimento da existência de comunicações sistêmicas emanadas pelos sistemas.

Para diferenciar as noções de mundo da vida e construção social da realidade, nós nos remetemos à semelhança com a ideia da teoria da comunicação pragmática-universal de Jürgen Habermas (1987), na que expõe a ideia de “mundo de vida” e “sistema” sendo esta a perspectiva externa da sociedade, ou seja, a perspectiva do observador e que Habermas especifica como: “de alguém não envolvido” (HABERMAS, 1987:117) . Para o segundo conceito que propomos, componentes objetivos da realidade, nossos pressupostos ontológicos são fortemente influenciados pela sociologia interacionista Berger e Luckmann.

No universo da “bicompreensão”, o mundo da vida é onde encontramos a capacidade de pensar, ou seja, a mente. A ideia da capacidade de pensar nos remonta ao sociólogo Herbert Mead e à descrição que nos oferece em *Mind, Self and Society (Mente, Pessoa e Sociedade, 1972)*. A hipótese de Mead é a seguinte: “Os indivíduos na sociedade humana não são considerados como unidades impulsionadas por forças internas ou externas fora de seu controle, ou localizadas dentro dos limites de uma estrutura mais ou menos

estabelecida. Ao contrário, eles são vistos como unidades reflexivas ou interativas que compõem a entidade social”. O indivíduo dispõe da capacidade de pensar de forma reflexiva. Esta capacidade está na mente e com isso, surge uma nova questão: Como entender a mente? De acordo com Mead, a ideia da mente é radicalmente diferente da descrição dada por Maturana, que se baseia na existência de um cérebro fisiológico e cognitivo⁵. Da perspectiva ontológica, o interacionismo simbólico abre um debate epistemológico sobre essa descrição reducionista, e concebe a mente como um processo que, por sua vez, faz parte de outro mais amplo e complexo, composto de estímulos e respostas, constituído pelo self e pela interação com a sociedade.

Levando em conta essas ideias, a noção de autopoiese reflexiva que propomos para o caso específico da observação das organizações e instituições, abre a possibilidade de a observação de maneira dinâmica e complementar, em seus aspectos dialéticos subjetivos e de comunicação com o entorno, sabendo que este último constitui uma representação “objetiva” e consensuada pelo poder. No mundo da vida, cujas raízes epistemológicas as encontramos na sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, especificamente no significado semântico do conceito de intersubjetividade e na noção de consciência, e trata de questões ontológicas, no sentido de reconhecer a autopoiese não só como uma estrutura nervosa dos seres vivos, em um sentido biológico, ou de “fenomenologia de vida”, mas de uma forma que permite a diferenciação interna entre seres vivos e seres vivos dotados da capacidade de pensamento racional e consciência. Viver no mundo da vida, significa participar da dialética da sociedade, no sentido escrito por Berger e Luckmann (1988:186), e cujas raízes estão na “intersubjetividade” descrita por Alfred Schütz.

A noção de componentes objetivos da realidade originalmente faz referência ao sistêmico funcional e autorreferente, no sentido Luhmanniano, para a observação da diferenciação dos processos de comunicação e de acoplamento estrutural dos sistemas e subsistemas. A ideia é de usar a autopoiese reflexiva, entendida como o processo auto-referencial de todo ser humano que interage com outro ser humano a partir da

linguagem. A definição, por sua vez, tem um paralelo na compreensão da “infra-estrutura”, no sentido dado por Marx, referindo-se à atividade humana: “a consciência do homem é determinada por sua existência social”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *Índice Confiança Judiciário*. Brasília: AMB, 2008.

AZEVEDO, J.J.; SCROFERNEKER, C.M., A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin, *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.

BARTOLI, Annie. *Comunicación y organización*. Barcelona: Paídos editorial, 1992.

BATISTA-DOS-SANTOS, Ana-Cristina; ALLOUFA, Jomária; NEPOMUCENO, Luciana. Epistemologia e Metodologia para as Pesquisas Críticas em Administração: Leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno, *Revista Administração de Empresas*, vol. 50, n. 3, jul-set 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Un tractat de sociología del coneixement. Barcelona: Herder, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A social critique of the Judgment of Taste*, Cambridge: Harvard University Press, 1984.

CARDOSO, Onésimo; SERRALVO, Francisco. Pluralismo metodológico e transdisciplinariedade na complexidade: uma reflexão para a administração, *Revista Administração Pública*, 43(1):49-66, jan/fev. 2009.

CARVALHO, Jose Luis; VERGARA, Sylvia. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços, *Revista de Administração de Empresas*, p. 78-91, Jul/Set, 2002.

- CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, V. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*, p. 27-42, São Paulo: Atlas, 1999.
- CREUTZBERG, Marion; TAKASE, Hisako; SOBOTTKA Emil. Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece, *Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 17(2), p. 273-279, Abr-Jun, 2008.
Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/08.pdf>. Acesso em: 10 junho. 2013.
- ESCOLA DE DIREITO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). *Índice Confiança na Justiça*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- EMORY, William. *Business Research Methods*, Homewood: Richard Irwin, 1980.
- FARAH, Marta. Administração pública e políticas públicas, *Revista Administração Pública*, 45(3), p.813-836, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *The construction of Society: Outline of Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C., K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Ed.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*, São Paulo: Saraiva, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *The Theory of Communicative Action. Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*, vol. 2, 1987.
- _____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. (tradução Artur Morão), Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Teoria de la Acción Comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social*, vol II, Madrid: Taurus, 1987.
- _____. *Nachmetaphysisches Denken*, Frankfurt: Suhrkamp Verlag, (tradução português Pensamento pós-metafísico. Estudos filosóficos, Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *La inclusión del otro*, Barcelona: Paidós, 1999.
- _____. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade, Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *Communication and the evolution of society*, Londres: Heinemann, 1979.
- HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth. *Psicologia para Administradores. A Teoria e as Técnicas da Liderança Situacional*, São Paulo: EPU, 1986.
- PAIVA JÚNIOR, Fernando; SOUZALEÃO, André; DE MELLO, Sérgio. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração, *Revista de Ciências da Administração*, v.13 n.31, p. 190-209, set/dez, 2011.
- KEINERT, Tânia. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92), *Revista de Administração de Empresas*, v.34, n. 3, p. 41-48, 1994.
- LAWRENCE, Paul; LORSCH, Jay. *Organization and Environment. Managing Differentiation and Integration*. Versión castellana: Organización y Ambiente. Labor: Barcelona, 1967.
- LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B.; VIEIRA, R. S. G. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração, *Revista Organizações em Contexto*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2009.
- LOPEZ-HERRERA, Francisco; SALAS-HARMS, Héctor. Investigación cualitativa em administración, *Cinta de Moebio*, n. 35, Universidad de Chile, p. 128-145, 2009. Disponibilidade: <<http://www.revistas.uchile.cl/>

- index.php/CDM> Acesso im: 22 outubro, 2012.
- LUHMANN, Niklas. *Soziale Systeme*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag. Trad. Castelhano: Sistemas sociais. Lineamentos para uma teoria general. Barcelona: Universidad Iberoamericana/Anthropos Editorial, 1998.
- _____. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*, Frankfurt a.M. Suhrkamp. 1997.
- _____. *Organización y decisión*. Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. (tradução Darío Rodríguez Mansilla). Barcelona: Anthropos, 1997.
- MASCARENHAS, André. Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas, *Revista de Administração de Empresas*, p.88-94, Abr/Jun, 2000.
- MATURANA, Humberto; VALERA, Francisco. Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living, Boston Studies in the *Philosophy of Science*, vol. 42, Reidel Publishing Company, 1980.
- MEAD, Herbert. *Espírito, Persona y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.
- MOTTA, Prestes; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações, *Revista Administração*, v. 39, n.2, p.117-128, 2004.
- MOREIRA, Daniel. *Natureza e fontes do conhecimento em administração* (Acesso im: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/daniel.htm> Consulta im: 23 de julho, 2005.
- NASCIMENTO, Edson. *Gestão Pública*, São Paulo: Saraiva, 2010.
- NEVES, Clarissa; NEVES, Fabrício. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais, *Sociologias*, n. 15, p. 182-207, jan/jun. 2006.
- PERONA, Angeles. Comprensión, objetividad y universalidad. Sobre como la epistemología se enraiza con la filosofía práctica, *Anales del Seminario de Metafísica*, n. 30, 1996.
- PERRY, Jams; KRAEMER, Kenneth. Research Methodology in the “Public Administration Review, 1975-1984, *Public Administration Review*, vol. 46, no. 3, p. 215-226, may – jun. 1986.
- SANTOS, D. F. L. Possibilidades da hermenêutica na Administração, *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 113-133, jan./abr. 2009.
- SRUBAR, Ilja. Akteure und Semiosis. Kommentar zu Rainer Greshoffs Kritik der Luhmannschen Systemtheorie, *Zeitschrift für Soziologie*, Jg. 37, Heft 6, p. 480-488, Dezember 1998.
- SCHÜTZ, Alfred. *The Phanemenology of the Social World*, Evanston: Northwestern University Press, 1967.
- _____. *Collected papers*, La Haya, vol. 1, 1962.
- TEIXEIRA, Juliana; RIBEIRO NASCIMENTO, Marco; CARRIERI, Alexandre. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações “convergentes”? *Revista Administração Pública*, 46(1):191-220, jan./fev. 2012.
- THOMPSON, Fred. Las tres caras de la gestión pública, *Gestión y Política Pública*, vol, XVII, n. 2, p. 487-509, 2008.
- VAZ, José Carlos. Histórico da RSP: a Revista do Serviço Público no pensamento administrativo brasileiro (1937-1989), *Revista do Serviço Público*, v. 118, n. 45, p. 9-42, 1994.
- VELOSO, João; MONASTERIO, Leonardo; VIEIRA, Roberta; MIRANDA, Rogério (org.). *Gestão Municipal no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.
- VIEIRA, Marcelo; ZOUAIN, Deborah (org.), *Pesquisa qualitativa em administração, Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- VIDAL, Josep Pont. A Defensoria Pública do estado do Pará: uma observação sistêmica da

capacidade institucional. *Revista Administração Pública*. Rio Janeiro, vol. 48, n. 3, p. 667-694, 2014.

VIDAL, Josep Pont. *Para uma autopoiese reflexiva*. No prelo, 2014.

Notas

1 O debate não é novo, ao iniciar-se no ano 1971 por ocasião da publicação do livro *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie* (Teoria da Sociedade ou Tecnologia social) no qual participam Jürgen Habermas e Niklas Luhmann.

2 Refere-se à integração social em relação aos sistemas e instituições nos quais os sujeitos estejam socialmente relacionados. Neste sentido, se manifestam as raízes procedentes do interacionismo simbólico de Peter Berger e Thomas Luckmann (1969), ao assumir que os mundos vitais estão conformados por interações cuja origem estão no processo de socialização.

3 Ver a respeito: Marion CREUTZBERG, Lucia Hisako TAKASE GONÇALVES, Emil Albert SOBOTTKA, Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. In: *Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Abr-Jun; 17(2): 273-9. João José AZEVEDO CURVELLO e Cleusa Maria Andrade SCROFERNEKER, “A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin”, in: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, vol. 11, n. 3, set/dez. 2008.

4 Se mantém o sublinhado segundo o original.

5 Maturana distingue entre sistema autopoietico “de primeira ordem”, as células e o sistema autopoietico “de segunda ordem”, os seres humanos, mantendo ao longo de seus escritos, a tese de que a autopoiese se refere estritamente à definição do vivo, enquanto as entidades que são algo diferentes delas mesmas constituem os sistemas “alorreferenciais”. In: *Del ser al hacer*, 2010, p.116.

6 Marx, Karl, escreve: “O homem faz de sua própria atividade vital, objeto de sua vontade e de sua consciência”, em: *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, O Trabalho Alienado, Primeiro Manuscrito*.

Possibilidades tecnológicas e a pirataria corporal: reflexão com base empírica sobre as experiências de exploração do corpo.

Bárbara Nascimento Duarte*

Resumo

O foco de investigação nesse trabalho é o movimento definido como *Body Hactivism*. Sua ambição é unir pirataria, modificação corporal e ativismo. O *Body hacking* (ou piratagem do corpo) pode ser definido como uma corrente cujos adeptos são encontrados em diferentes lugares na Europa e nos Estados Unidos, estando conectados através de uma rede. Seu objetivo é desenvolver empiricamente a fusão homem-máquina. A abordagem experimental e voluntária do *Body Hactivism* tem por extensão a criação de dispositivos técnicos suplementares ao corpo visando a ampliação de suas possibilidades físicas. As entrevistas apresentadas parcialmente nesse artigo resultam de uma pesquisa etnográfica com *body hactivists* norte-americanos e europeus. Através dos discursos selecionados sobre o *Body Hactivism* e a relação corpo e a técnica, este artigo vai tentar lançar luz sobre o modo como os *body hactivists* geram a complexidade de suas práticas associadas à transformação das fronteiras corporais. Diversas questões podem ser levantadas a respeito da adequação de várias encenações do corpo nas falas desses atores. Partimos do pressuposto de que “natureza/corpo” e “cultura/técnica” não são dois domínios completamente distintos; por conseguinte, esta pesquisa é construída através da incorporação das fronteiras ontológicas definidas entre esses conceitos.

Palavras-chave: Body Hactivism, Corpo, Modificação, Implantes, Tecnologia, Cultura, Natureza.

Possibilidades tecnológicas e a pirataria corporal: reflexão com base empírica sobre as experiências de exploração do corpo.

Abstract

The investigation focus in this paper is the movement defined as *Body Hactivism*. Their ambition is to unite hacking, body modification and activism. The *Body Hactivism* (or body hacking) is a current whose enthusiasts are found in different places in Europe and the Americas, and are connected through a network. Their goal is to develop empirically and advance man-machine immersion. The voluntary and experimental approach of the *Body Hactivism* has as extension the creation of new devices that can be added and interacted with the body. The interviews presented partially alongside this paper are the fruits of ethnographic research with *body hactivists* from the United States and Europe. In their speech about *Body Hactivism* and the body this paper will try to shed light on the way they manage the complexity of their speech associated with body transformation and its social borders. Diverse questions can be raised regarding the appropriateness of various body enactments in the actors' speeches. Starting from the assumption that “nature/body” and “culture/technique” are not two completely distinct domains, this research is built by incorporating the issues of the ontological border set between these concepts.

Keywords: Body Hactivism, Modification, Implants, Technology, Culture, Nature.

Lukas Zpira sonhava com um implante que fosse capaz de modificar sua “interface de recepção” - sua pele - percebida como meio de conexão com o mundo. Ele gostaria de ter um dispositivo que fosse ao mesmo tempo recreacional e funcional, e que pudesse usá-lo em qualquer momento sem a necessidade de carregá-lo dentro do bolso. Melhor do que levá-lo com ele, seria

* Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora-Brasil. Universidade de Strasbourg-França. E-mail: duarte.n.barbara@gmail.com

mais tê-lo dentro dele. Mas seria realmente possível ter um dispositivo eletrônico de áudio, por exemplo, dentro do corpo, e que pudesse interagir com o ambiente? Muitos pensariam que se trata simplesmente de mais um conto de ficção-científica. Zpira, contudo, deu um passo além em direção à concretização de um projeto que mais se parece imaginação. Ele iniciou o desenvolvimento de um receptáculo que tem por objetivo confinar componentes eletrônicos, tal como um ipod. Nessa ilustração nos referimos ao projeto M.A.T.S.I, do inglês Multi Application Titanium Skin Interface. Trata-se do desenvolvimento de uma placa de titânio circular de duas polegadas que foi concebida para substituir parte da pele. Poderíamos falar na criação de uma pele de titânio. Se o projeto for bem sucedido, Zpira será o primeiro a ter uma pele de titânio que serve de suporte a inúmeros componentes. Quanto à operacionalização do projeto, seria semelhante a um implante transdermal em sentido inverso, criando um orifício que penetra na pele ao invés de ser visível. Oriundo da cultura pop, ele se encanta com a idéia de ter um ipod em seu antebraço e ser capaz de ouvir suas músicas a partir de algo que está em seu interior.

A ilustração inicial é representante de um fenômeno mais amplo e está associado, em partes, ao movimento definido como *Body Hacktivism*, criado no ano de 2000 por Lukas Zpira, artista e modificador corporal francês muito popular no contexto da modificação corporal extrema. Os entusiastas dessa corrente são definidos como *body hacktivists* ou *body hackers*. Eles têm por objetivo trabalhar empiricamente e *conceptualmente* em torno da possibilidade de um corpo modificado pela tecnologia. Lukas Zpira introduziu o *Body Hacktivism* como uma filosofia que engloba artistas independentes, pesquisadores e pensadores que trabalham com o tema da modificação corporal com base tecnológica, prospectiva e funcional. A fonte de inspiração do fundador desse movimento são as histórias em quadrinhos, os mangás, os filmes de ficção científica e literatura análoga.

Para ganharmos um sentido de ordem, vamos começar pela definição de certos termos, ao invés de tomá-los como dados. Iniciaremos pela expressão *hacking*. Na cibernética este termo se refere a uma pessoa, *hacker*, que deseja dominar as

ferramentas da informática bem como seu sistema operacional. O *hacker* faz uso de ferramentas tecnológicas e também adapta suas operações após uma pesquisa extensa. Uma vez que ele descobre o funcionamento dessas ferramentas, o *hacker* não hesita em fazer modificações de acordo com a necessidade ou interesse. O comportamento dos *hackers* é transponível conceitualmente ao corpo humano, neste caso Fiévet¹ define como *body hacking* ou “pirataria do corpo”. Fiévet afirma que o *body hacking* consiste em uma iniciativa voluntária realizada por indivíduos que estão dispostos a alterar o próprio corpo conectando a ele componentes artificiais assim como dispositivos tecnológicos suplementares. Os *body hackers* tentam transformar o comportamento natural através do desenvolvimento de novos sentidos e obter novas experiências corporais. Eles consideram o corpo um material flexível no qual podem atuar: uma entidade transformável e aperfeiçoável. Fiévet caracteriza o *body hacking* como uma tendência híbrida situada entre *hacking* previamente definido e o *bio-hacking*². Um fato particularmente importante é que esta tendência de exploração corporal é também representativa nas abordagens artísticas e corporais extremas. É aqui onde situamos nosso foco, o movimento *Body Hacktivism*. A piratagem do corpo já foi realizada há muito tempo pelos entusiastas mais consagrados da modificação corporal extrema, entre eles Lukas Zpira, que afirma ter sido o primeiro modificador e artista corporal a ter um microchip RFID³ implantado sob a pele.

Vamos adiante para a próxima definição: *hacktivism*. Este termo se popularizou após ter sido usado publicamente pela primeira vez em 1996 por Omega, membro do grupo de *hackers* chamado *Cult of the Dead Cow* (CDC). Omega utilizou esta expressão para descrever a pirataria com propósito político. Atualmente *hacktivism* é comumente usado para definir a união entre ativismo político e *hackers* da informática. E o movimento *Body Hacktivism*, de acordo com Lukas, toma emprestado as mesmas tendências e preocupações ativistas. Este elemento se articula nas linhas compõem o *Body Hacktivism*: a manifesto. Através de um olhar crítico lançado quanto à generalização da tecnologia e sua utilização indevida, eles sugerem que esta poderia ser empregada contra os interesses individuais.

Paradoxalmente, os *body hacktivists* são usuários da tecnologia em função de seu próprio deleite. O *Body Hacktivism* nos leva a interrogar atos de imaginação. A visão da fusão do homem com a máquina abunda no imaginário social popular por meio dos filmes e literatura de ficção científica. Não obstante, esse imaginário é alimentado pelas pesquisas científicas ligadas à robótica, biomecânica, biotecnologia, entre outros, cujo pleno desenvolvimento nos permite contemplar as possibilidades de constituição corporal. Os *body hacktivists* emanam de horizontes muito diferentes, mas todos são atraídos pela possibilidade do aumento das capacidades corporais e compartilham outros pontos em comum. Em geral, eles são bem informados sobre a evolução científica e técnica, possuem um gosto pronunciado pela tecnologia, são atraídos pelo risco, reivindicam uma liberdade total em relação ao que se refere a sua pessoa e ao seu corpo, e sobretudo, se recusam a ver o corpo como uma entidade “sagrada” que por consequência seria proibida de ser modificada.

COMO FAZER UMA REFLEXÃO APROPRIADA SOBRE O CORPO?

Ao longo dos últimos trinta anos houve um grande esforço de reflexão sobre a articulação de práticas sociais e a antropologia simbólica, cujo objetivo consistia em examinar a fronteira ontológica baseada na oposição entre natureza e cultura. O antropólogo e etnólogo francês, Philippe Descola⁴, apontou o caminho para a libertação das dicotomias ocidentais baseadas nessa distinção clássica que teria dado origem às outras separações. Descola expõe diversas ontologias e seus relacionamentos, tomando como referência as principais teorias antropológicas sobre as relações heterogêneas entre humanos e não-humanos. Depois de sua experiência etnográfica na Amazônia com índios chamado Jivaros (que, no entanto, costumavam se definir como Achuar) ele começou a levantar questões sobre o que parecia ir além das diferenças entre os seres humanos e não-humanos, e o que pertencia ao domínio da natureza e ao da cultura. Esta divisão, que parece tão natural na nossa percepção “moderna” é ignorada não só entre os Achuar, como também em outros lugares, por exemplo, os aborígenes da Oceania. Por natural entendemos

aquilo que é produzido independentemente da vontade e ação humana, que existia antes da humanidade e continuará a existir após. Por outro lado, por cultural evidenciamos aquilo que é produzido pela nossa atuação, tais como objetos, idéias e instituições. E por mais de um século a antropologia cultural e social tem sido definida como a ciência da mediação natureza-cultura. Todavia, esse dualismo com o qual temos nos associado desde o último terço do século XIX teve lugar na Europa. Foi saldo da organização epistemológica que produziu distinções simultâneas de diferentes ordens e as diversas formas de aprender sobre os fenômenos.

Uma vasta gama de estudiosos reconhece que a divisão entre o que é amplamente percebido como natural e cultural além de ser construído é em grande parte arbitrário. Assim sendo, a experiência humana deve ser entendida como o resultado de dois campos distintos e regida por princípios díspares, porém coexistentes. Esta mudança teórica afeta diretamente a concepção tradicional do ser humano, seus componentes, sua identidade individual e coletiva. Esse dualismo também gerou consequências concretas na forma como a antropologia é praticada, nomeadamente: 1) na caracterização de seu objeto, 2) na definição de seus métodos e, finalmente, 3) nos princípios produzidos. Tendo essas considerações em vista, quando usamos as palavras “corpo” e “técnica” colocamos em operação uma variedade de significados a priori. Entre eles a de que o corpo pertence à natureza, enquanto a técnica refere-se à cultura. Isto quer dizer que apesar da diversidade cultural o corpo é geralmente visto como um material natural por causa de sua universalidade pré-concebida. Nós concordamos em negar a pureza desses pólos. Fazemos uso das palavras anteriores por não encontrarmos termos mais apropriados, no entanto ambos os termos não carregam essa exaustiva dicotomia nem seus significados para o movimento do *Body Hacktivism*. Pelo menos essa é nossa hipótese.

Ao refletirmos sobre o corpo entendemos que este produz uma trajetória dinâmica na qual aprende a registrar várias entidades e torna-se mais sensível as características do mundo. É através do corpo que adquirimos conhecimento na medida em que este é afetado por diferentes estímulos e sensações. Uma conceitualização

fixa do corpo é desnecessária, tendo em vista que o corpo não é algo com o qual partimos, mas algo que adquirimos ao longo de nossa existência. Para compreender como obtemos um corpo, conjecturamos em termos de “aprender a ser afetado”. Nas ilustrações que mostraremos ao longo desse artigo, veremos que aquilo que permite adquirir um corpo são as próteses, os implantes, os dispositivos eletrônicos, as modificações corporais. Estes não fazem parte da definição geral do corpo, mas se tornam uma de suas partes na medida em que aprende a ser afetado⁵. Isto significa que o corpo está sempre envolvido em um aprendizado e desenvolve a sua sensibilidade por meio de sua relação com o mundo e os elementos que o constitui. Assim sendo é compreensível que o corpo se torne cada vez mais descritível quando aprende a ser afetado pelas diferenças, logo, quanto mais diversidade, mais complexidades, mais rica será a definição de um corpo.

TRABALHO DE CAMPO: DANDO VOZ AOS ATORES

Este é um estudo empírico. As histórias que vamos apresentar fazem parte de um trabalho de campo etnográfico mais amplo situado em diversos lugares, tais como lojas de tatuagem e piercing, hotéis, eventos e seminários de modificação corporal, que ocorreram em vários países Europeus e nos Estados Unidos. Através da observação de alguns casos particulares e tentativas individuais que serão mencionadas aqui, desejamos transparecer que estes fazem parte de uma mesma tendência, a piratagem do corpo humano. O objetivo desses atores é tentar ampliar as possibilidades corporais por eles mesmos, tendo em consideração as possibilidades tecnológicas. Além disso, através dessas práticas muitos alegam vivenciar uma metamorfose pessoal. É importante ressaltar o valor da experiência nessas ilustrações. Por meio dessas iniciativas práticas esses indivíduos adquirem conhecimento, conhecem sensações específicas e adquirem conhecimento de forma sensível.

Este trabalho de campo começou em novembro de 2011, quando David Le Bretonnos apresentou ao líder do *Body Hactivism*, Lukas Zpira. Por termos sido respaldados por Le Breton, este plano de pesquisa particular resultou num

interesse da parte de Zpira. Ele viaja regularmente em todo o mundo para realizar modificações e performances corporais. No dia 17 de novembro nos encontramos no TOTEM⁶, Nancy, França. Este é um espaço dedicado à criação artística, espetáculos e festivais relacionados ao *body art*, música alternativa, dança e teatro. Durante nossa conversa ele expressou sua satisfação com a pesquisa, afirmando que esta vinha ao encontro de uma necessidade: uma melhor definição do que consiste o *Body Hactivism*. Ele contou que muitos artistas corporais não estão cientes do que ele deseja dizer através de seus escritos, e por isso falta uma compreensão adequada de seus objetivos e da diferenciação do que ele faz em relação a outros movimentos corporais, sobretudo os do *body art*.

A história que Lukas Zpira conta sobre modificação corporal começou muito antes de criar o *Body Hactivism*. Sua *démarche* se iniciou devido a seu desejo de trabalhar artisticamente em seu próprio corpo, passando, posteriormente a atender uma clientela interessada em suas modificações. Ele se refere a diversos trabalhos, tais como tatuagem, escarificação e suspensão. Depois de algum tempo ele começou a se questionar sobre o que desejava expressar por meio do seu trabalho. Isso o levou a se questionar em qual categoria poderia ser efetivamente inserido. Não por escolha, mas devido às performances corporais realizadas por ele, acabou sendo indiretamente inserido no movimento do *body art*. No entanto, ele diz que seu trabalho tinha outra perspectiva, ele se situava numa visão prospectiva:

Eu comecei a levantar algumas questões sobre o trabalho que estava fazendo. O que eu quero dizer com o que eu faço? E enquanto eu estava refletindo sobre isso, eu tive a idéia de criar um manifesto. Eu já tinha usado o termo *body hacking* antes, porque para mim isto é uma evidência sobre o corpo, o corpo como máquina, um computador, assim, por isso a idéia de agir e trabalhar com os limites. Alargar os limites de qualquer coisa. Então este termo veio rapidamente⁷.

Zpira tenta articular algumas distinções entre as pessoas que modificam seus corpos. Para isso ele diferencia entre o que ele faz em termos de transformação corporal e o que outros movimentos fazem. A questão inerente que ele

ênfatisa concerne à reflexividade sobre o corpo, isto é, evolução física, o conceito de humanidade, o desejo de pertencer a grupos específicos, busca da estética ou expressão política. Para ele a questão-chave do *Body Hactivism* é o desejo de transformar o corpo permeado da noção de pirataria e ativismo. A dimensão ativista diz respeito à exploração das possibilidades tecnológicas cujas mudanças podem afetar a esfera social e inclusive interferir na evolução humana. As transformações que o corpo pode sofrer estão associadas ao discurso socialmente legitimado da tecnociência e da biotecnologia. Devido às amplas possibilidades de transformação que irão interferir no futuro da humanidade, o papel desempenhado pelo *Body Hactivism* é demonstrar como “proteger o corpo, ou como proceder para ter o direito de se fazer o que quiser com nossos próprios corpos. Assim, podemos desfrutar do livre arbítrio e sermos capazes de escolher, ter o controle e decidir por nós mesmos nossa evolução.”

Lukas Zpira também enfatiza a categoria relacionada com a natureza, colocando de outra forma a pretendida “pureza” dicotômica moderna, “O corpo não é à imagem de Deus como nos primeiros dias, ela não existe em seu estado puro. Temos manipulado e substituído tudo, por isso o corpo segundo a imagem de Deus não existe mais”. Para Lukas Zpira a tecnologia se apropria da natureza, abrindo a possibilidade de trabalhar com o corpo, manipulando, substituindo os elementos necessários para a nossa adaptação e evolução, portanto o corpo não existe num “estado puro”, como Zpira enfatizou. Turner⁸ assinala que a tecnologia e seus artefatos foram cruciais para fornecer a sociedade ocidental algum controle ou domínio sobre a natureza, incluindo o controle do corpo humano, mas muitas vezes ainda se pensa que isto é uma forma de arrogância contra os deuses e ameaça à vida humana. Se persistirmos na divisão dicotômica e considerar o corpo como parte da natureza, percebemos que as mudanças tecnológicas envolvem o controle sobre a definição do “natural”, logo, sobre o corpo. Enquanto para Turner a cultura poderia alimentar a natureza, por exemplo, através do cultivo moral, a tecnologia poderia também ameaçar destruí-la. Através da modificação ou substituição de partes naturais do corpo supomos que o parece mais

presumível é a hibridização e não a supremacia de um dos pólos.

A propósito da relação entre as modificações corporais, o *Body Hactivism* e a tecnologia, Lukas Zpira acrescenta que “no *Body Hactivism* é necessário ter essa noção de ‘prospectiva’, essa noção relacionada à tecnologia.” Ele acredita que mudar o corpo possui um significado poderoso, pois possibilita a conexão com o interior do indivíduo, conseqüentemente ocasionando uma metamorfose pessoal. Em referência aos dispositivos tecnológicos atuais, ele insiste que estes são rapidamente substituídos por novos, portanto é necessário considerar a evolução tecnológica de modo a criar dispositivos suplementares facilmente alteráveis. Há alguns anos ele trabalha no projeto mencionado na introdução desse artigo, o M.A.T.S.I. Sobre o assunto ele expõe:

Nesta nova interface eu vou colocar o meu Ipod. Esta interface é apenas uma placa de titânio e você pode substituir esta interface. Neste sentido, eu gostaria de colocar meu Ipod, mas na ficção científica a ideia é de que seria possível inserir qualquer outro dispositivo tecnológico pretendido. No caso de se tornar obsoleto você pode jogá-lo fora, ou se você quiser você pode tirá-lo para recarregar. E sua função é a função que você desejar. Para mim, com o exemplo do Ipod, é porque é algo divertido. Eu não quero nada estético, eu quero algo realmente recreativo.

Vale a pena chamar a atenção para um ponto. Ele afirma que ter uma tecnologia implantada em seu corpo ou tê-la fora “não faz muita diferença”. Para ele, a demarcação do problema situa-se em uma “questão moral”. Ele argumenta: “Não há muita diferença entre as pessoas que já estão ligadas a tecnologia ou ter algo dentro delas. A conexão já está lá, essas coisas já estão integradas na minha vida, nesse sentido, não há muita diferença, é uma questão moral.” Há muitas controvérsias nessa afirmação. Apenas para elucidar, quando ele afirma que se trata “somente” de uma questão moral, os problemas associados às fronteiras corporais e posse do corpo surgem. A tensão entre o corpo-objeto e corpo-sujeito reaparece. Os avanços na biotecnologia e da tecnociência têm complicado a questão da posse do corpo humano, produzindo uma extraordinária variedade de possibilidades para

este⁹. A reflexão filosófica sobre a responsabilidade moral tem uma longa história. Este tópico está ligado a concepções amplamente compartilhadas sobre indivíduos como “pessoas” e agentes moralmente responsáveis. Isto implica que além de serem responsáveis por suas ações, o indivíduo é constituído como objetos de atribuição de responsabilidade. Outra problemática que surge se situa no campo jurídico. Na França, só para citar, a Lei garante o direito a integridade física, incluindo o dever de respeitar o próprio corpo. Isto é, apesar do corpo pertencer ao indivíduo a Lei não permite que este atente contra o próprio corpo, ainda que seja de livre vontade. Por isso, diante de tantas possibilidades de exploração corporal, o direito ao corpo e a sua sã preservação se torna um debate moral, ético e Legal.

Ainda que o princípio do *Body Hactivism* espante num primeiro momento, esse movimento destaca uma problemática central relacionada à tecnologia e aos indivíduos. Interagir com dispositivos tecnológicos faz parte do cotidiano da Geração Y, caracterizada pela facilidade que possuem em se relacionar com o computador portátil, vídeo game, internet e o smartphone. É uma geração desinibida diante da técnica e cada um reivindica sinais de distinção; para estes a inserção de dispositivos tecnológicos não parece uma ideia absurda, mas no mínimo funcional. Concretamente, como veremos um pouco mais adiante, a *démarche* do *Body Hactivism* demonstra como os indivíduos são capazes de apropriar-se de seu corpo, modificando tanto seus aspectos sensoriais bem como funcionais.

O BODY HACKTIVIST URD

Outro *body hacktivist* é Sebastien, conhecido por Urd. Encontramos-nos pela primeira vez em Paris, na França. Ele é modificador corporal e proprietário da loja de tatuagem *Body-revolution*, localizado em Chelles, Île-de-France. Em 1996 Urd conheceu Zpira, que naquela época trabalhava na produção do manifesto sobre o *Body Hactivism*. Zpira forneceu outra dimensão quanto às possibilidades de desenvolvimento das modificações corporais. Após compreender em que consistia o *Body Hactivism* ele se proclamou um *body hacktivist*. Segundo ele, o *body hacktivist* é o profissional da modificação corporal responsável por modificar outras pessoas.

Divergindo da versão de Zpira, o *body hacktivism* não deve ser exclusivamente vinculado ao uso da tecnologia como um fim em si, mas o foco deve estar numa relação com o que ele chama de tecnologia funcional. Esta articulação é orientada em direção a um homem ou corpo melhorado (*enhanced body*) em suas possibilidades:

Com o *body hacking* estamos tentando melhorar o corpo até que este nos ajuda diariamente. Nós olhamos para os implantes que podem ser extremamente funcionais, úteis na vida diária. Por outro lado, não estamos no domínio da biotecnologia, no entanto, é o avanço da biotecnologia que nos permite fazer este tipo de coisas, com certeza!

O corpo melhorado permitiria o indivíduo ir além do limite corporal atual, bem como do limite da mente. Se definirmos a humanidade em termos de adaptação corporal tecnológica ao ambiente, seremos levados a fazer perguntas importantes sobre o que interessa como humanidade. A transformação radical da natureza humana através da tecnologia e da biotecnologia, como mencionado por Urd, sublinha pontos sobre a continuidade da espécie. Em relação à forma que a humanidade assumirá. Turner assinala que “as alterações biotecnológicas colocam, em princípio, a questão de saber se a humanidade pode se tornar uma nova ordem de seres, isto é se uma sociedade pós-humana é possível.” Então, nossa provocação consiste na reflexão do que é o ser humano e o que ele deveria ser no que diz respeito às idéias dos *Body Hacktivists*? Ao apontar que a sociedade tem sido contestada com diversas possibilidades de evolução endossadas pela tecnociência e da biomedicina, os *body hacktivists* argumentam que cada pessoa deveria ter o direito de governar seu próprio corpo.

Urd salienta que o aumento do corpo humano através dos implantes funcionais pode se articular com políticas Estatais conexas com desenvolvimento tecnológico. O uso da tecnologia na assistência médica e na segurança torna-se cada vez mais popular e aceitável por parte dos governos e inclusive dos cidadãos. Muitos conflitos em torno deste assunto apareceram especialmente nos Estados Unidos. Um deles está vinculado ao chip eletrônico subcutâneo designado pela *Applied Digital*

Society como *Verichip*. Seu uso em seres humanos para fins médicos foi liberado pela *Food and Drug Administration* em 2004. Através da simples inserção de uma seringa o chip pode ser inserido em qualquer parte do corpo num procedimento que leva menos de 20 minutos e que não deixa cicatrizes. Entretanto a possibilidade da dupla utilização do chip para rastrear os movimentos individuais gerou alarme. Urd afirma que isso não deve ser considerado *Hacktivism*:

Poderíamos considerá-lo *Body Hacktivism*? Neste caso, não se trata do desejo de ter o implante, mas uma obrigação. Isso não quer dizer que iremos agir contra a corrente, mas precisamos fazer as pessoas reagirem contra isto. Na verdade, o conceito de *Body Hacktivism* carrega a noção de ação. Esta ação diz respeito às pessoas que estão dispostas a ter a modificação, portanto, no *Body Hacktivism* há a dimensão voluntária e não há nenhuma obrigação.

Urd enfatiza a dificuldade existente para definir quem é um *body hacktivist*, especialmente no cenário de modificação corporal. Segundo a definição de Zpira, é possível ser um *body hacktivist* sem passar pela modificação física, porque “o *Body Hacktivism* é mais um estado de espírito.” Dentro deste conjunto ele insere “as pessoas que fazem suspensões, que possuem a mente ‘mais aberta’, ‘corpos livres’, e que não serão necessariamente modificadas; estas pessoas estão apenas nas práticas de suspensão corporal, e eu acho que eles fazem parte do *Body Hacktivism*.” Isto porque o *Body Hacktivism* estaria relacionado à evolução e/ou metamorfose pessoal. E esta poderia ocorrer de diferentes modos. De acordo com a Urd é possível que uma mudança interna aconteça quando alguém corta a língua (*tongue splitting*), e para outros ela pode vir através do implante do microchip. Outros irão modificar a aparência a fim de se assemelharem mais a répteis e ainda outros irão implantar ímãs nos dedos¹⁰. Aqui Urd sugere uma possibilidade diferente para o *Body Hacktivism*. Para Urd tendo em consideração que a própria modificação toca as razões mais íntimas ao tocar as fronteiras corporais, é possível definir um sujeito como um *body hacktivist* ainda que este se transforme sem a perspectiva futurista; para ele há outros atributos que devem ser pesados para a metamorfose individual.

Inicialmente o *Body Hacktivism* não apresenta limites. Urd e Zpira destacam que “o objetivo é manter o nosso caminho em um mundo onde a imaginação é o limite.” A única fronteira está relacionada ao desenvolvimento tecnológico que permite a criação de dispositivos específicos mais avançados. Poderíamos citar mais uma vez o implante do tipo RFID; a substituição de partes da pele por meio de placas de titânio que pode ser usado como receptáculo para múltiplos componentes; os implantes magnéticos subcutâneos e a exploração da sexualidade pela criação de uma realidade virtual e física que convergem no metaverso. O que é efetivamente relevante é que se para alguns o *Body Hacktivism* está relacionado ao trabalho sobre si através das experiências, para outros esta *démarche* pode ser inscrita em um processo quase evolutivo que acompanha a rota estabelecida pelo desenvolvimento tecnológico, robótico e biônico.

A BODY HACKTIVIST LISSETTE OLIVARES

“Darei fim a todos os seres humanos, porque a terra encheu-se de violência por causa deles. Eu os destruirei com a terra. Você, porém, fará uma arca de madeira de cipreste (...). Faça entrar na Arca um casal de cada um dos seres vivos, macho e fêmea, para conservá-los vivos com você¹¹.”

A Arca de Noé é uma famosa narrativa do livro de Gênesis na qual o patriarca Noé salva a si mesmo, sua família e um remanescente de todos os animais do mundo quando Deus decide destruir a terra por causa da perversidade humana. A narrativa do dilúvio está intimamente ligada com a história da criação da humanidade na qual a arca desempenha um papel fundamental. Uma antiga história poderia encontrar uma releitura contemporânea?

A norte-americana Lissette Olivares teria muito a dizer sobre isso, mas principalmente que os *body hacktivists* podem fornecer as técnicas para levar a cabo tal iniciativa. Nós a conhecemos em Nova York, seguindo a indicação de Lukas Zpira. No momento ela trabalhava como professora assistente na *Gallatin School of Individualized Study*. Ela se define como *body hacktivist* e *performer*. Poucos dias depois de nosso primeiro encontro fomos apresentados a seu companheiro também *body hacktivist* e *performer*, o chileno Cheto Castellano.

A Arca de Noé contemporânea é um projeto desenhado por Olivares e se chama *Ten Thousand*

Generations Later: A Subdermal Co-Evolutionary Archive. Sua inspiração veio de uma história sobre coevolução entre espécies no qual Butler encontra nos alienígenas Ooankali um arquivo coevolutivo de raças. O objetivo de Olivares através deste projeto é construir um arquivo subdermal composto de criaturas com as quais ela gostaria de coevoluir. Esse processo começaria com a doação voluntária do DNA de certas pessoas e animais, que a *posteriori* seriam armazenados em moldes de silicone para serem implantados em seu corpo. Ela explica que a concepção desse projeto surgiu após uma experiência pessoal traumática de perda e frustração de seu cachorro. Esta foi ressentida como uma amputação corporal. Disposta a manter vivo seu cão, Olivares e Castellano decidiram fazer uma tatuagem usando uma tinta preparada com suas cinzas. Essa incorporação permitiria que eles pudessem sentir sua presença. Ela definiu o momento de tatuagem como um ritual comemorativo. Os rituais comemorativos servem a várias funções. Eles permitem que o indivíduo marque a ausência e crie a “presença” na medida em que ele acessa e remodela a memória pessoal. Esta experiência de “exploração corporal”, como ela caracteriza, incentivou a investigar sobre as novas potencialidades para o corpo no futuro. Diante de suas descobertas, começou a se colocar questões ligadas inclusive a sua imaginação: “E se eu pretender que em dez mil anos a partir de agora haverá tecnologia para fazer algo diferente com o corpo que eu quero. Então o que eu vou fazer agora é começar esse processo de arquivamento (...) para no caso dessa potencialidade efetivamente incidir”.

Assim como a Arca de Noé que fornece um exemplo de “civilização tecnológica” projetado para salvar um conjunto de indivíduos da mesma família e os casais de animais de todas as espécies, este projeto conjectura os mesmos termos para todos os seres humanos. É uma extensão da humanidade anterior, humanidade *in extremis*. Olivares não pretende transformar a humanidade tal como é, mas fabricar através da coevolução um ser humano original, que nunca existiu na Terra. Embora ela tenha encontrado *body hackers* para colaborar na execução dessa proposta, ela insiste no fato de se tratar mais de uma questão conceitual do que o implante em si e as chances de seu efetivo funcionamento em longo prazo. De qualquer

forma, este empreendimento tem o significado que ela delineia para o futuro da humanidade, sentindo-se inspirada a encontrar uma maneira de realizá-lo. A evolução que ela prevê não é por excelência biológica e inconsciente, ao contrário, ela é cultural, esquematizada e motivada. A passagem de um tipo de humanidade para outra surge em grande medida do imaginário da ficção científica que poderíamos definir como a mitologia contemporânea e que começa a se tornar um repertório de referência essencial¹². Além disso, Olivares entende que as preocupações do *Body Hacktivism* estão mais ligadas ao futuro do que ao presente. Ela ressalta que o *Body Hacktivism* ambiciona pensar nas tecnologias do futuro e como elas podem ser apropriadas pelas pessoas e governos. Ela define o *Body Hacktivism* como o desenvolvimento *underground* da tecnologia, isto é, suas experiências não são realizadas de acordo com principais instituições médicas e a ciência. Seria um método de modificar o próprio corpo sem o auxílio de especialistas.

O *Body Hacktivism* é uma caminhada individual que pode ser definida como *do it yourself*, na qual estão engajadas pessoas interessadas na tecnologia, biotecnologia e nas modificações corporais. Essas práticas baseiam-se na experiência e na possibilidade de explorar as fronteiras do corpo. Olivares argumenta que ativismo e agência são duas características desse movimento. Em um sentido *hacktivism* é político em várias dimensões, “por causa da desconstrução do que o corpo, do corpo ideal e das ideias de possibilidades de trabalho neste corpo.” É também a possibilidade de atuar no mundo através das mudanças feitas na carne, antes que sejam impostas pelo Estado. Sobre a perspectiva de Zpira, ela complementa: “Lukas tenta entender como poderíamos ter agência sobre o nosso corpo antes que poderes políticos e econômicos tenham mais agência sobre ele.”

Quanto as suas próprias modificações corporais ela afirma ter sido introduzida a um mundo de possibilidades corporais através de seu parceiro, e foi quando ela decidiu ter seu primeiro implante. A história que ela apresenta nos fornece uma ideia sobre os eventos que aconteceram com alguém que teve modificações corporais extremas. O que ela disse na entrevista não revela apenas o seu ponto de vista, mas também informa sobre os eventos que vivenciou.

Eu estava no programa do *Whitney Museum of American Art* e estava muito feliz com meus novos implantes enquanto várias pessoas ficaram revoltadas. Eles não podiam sequer olhar para a minha mão e uma menina, que era da Bélgica e também minha amiga, não conseguia nem olhar para eles, muito menos tocá-los, porque era repugnante para ela (...). Para essas pessoas eu estava sendo completamente violenta com a noção de corpo que elas possuíam. Mas, por exemplo, quando eu conheci Donna Haraway (...) eu disse para ela sobre meus implantes. E ela ficou fascinada, era uma relação muito diferente (...). Algumas pessoas acham que é legal, os outros vão dizer que isso assusta. Algumas pessoas irão gostar, outras como meus pais vão perguntar “por quê?”, “Por que você quer fazer isso? Não faz nenhum sentido”.

Através de sua narrativa ela apresenta mais o que grades de significados; ela nos conta como é viver em um corpo modificado na prática e quais são os desafios, dificuldades, preconceitos, e adaptações necessárias. Já um híbrido humano, ela está agora equipada com objetos artificiais e suplementares que cultivam sua heterogeneidade na medida em novos formatos corporais são produzidos; uma maneira não usual de estar-no-mundo e estabelecer um relacionamento com o eu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *body hacktivists* adotam uma postura baseada no “faça você mesmo”, “tudo é possível” e “por que não?”. Eles se definem como ativistas que vão ao encontro das normas contemporâneas da construção da aparência e do corpo na sociedade ocidental. Não obstante, eles encorajam o desenvolvimento de novas possibilidades corporais colocando à prova a normatividade do corpo por meio de múltiplas intervenções cuja inspiração vem, de um lado, do forte imaginário coletivo construído em torno de obras de ficção científica, de outro, das pesquisas científicas extremamente avançadas em matéria de tecnologia. Sobre o segundo aspecto, a ciência de certa forma parece ter legitimado o aumento do corpo humano. Nós temos presenciado o avanço nas pesquisas da informática, biônica medical, que conduziram a explorar vias novas e promissoras para resolver problemas funcionais graves, corrigir deficiências, melhorar a vida

cotidiana de pessoas profundamente feridas em sua integridade física, e inclusive tecnologias utilizadas em conexão estreita com o corpo permitindo simplesmente viver melhor.

Paralelamente, a utilização das tecnologias e suas aplicações fora dos limites da disciplina médica e acadêmica é apresentada como uma forma subversiva de auto-emancipação por certos praticantes. Trata-se de identificar as possibilidades de escapar aos determinismos sociais sem sucumbir às normas sociais. Outra particularidade dessas novas modificações está em sua não institucionalização, e sua realização por novos “especialistas do corpo”, ou *bricoleurs* da carne. Ainda que estes artesões do corpo tenham, por vezes, razões bem distintas para se engajarem em suas *démarches* de modificação, eles possuem, contudo, a mesma ambição: trabalhar o caráter funcional da tecnologia através das experiências corporais.

Estaremos nós um dia equipados de leitores de áudio que não carregaremos mais no bolso, e sim no interior de nossos corpos? E se ao acrescentarmos ao corpo humano componentes artificiais suplementares, serão eles puramente internos ou eles irão se enxertar à nossos membros? Alguns já evocam uma “estética *ciborgue*”¹³, segundo a qual a aparição de elementos externos ao humano, mais que lhe são indissociáveis, se tornaram “naturais”.

Não há dúvidas de que na contemporaneidade o corpo e a técnica estabelecem um profundo desafio para as Ciências Sociais. Temos que nos posicionar diante de uma conectividade global sem precedentes que tem criado novos motivos para a associação desses elementos. O *Body Hacktivism* se situa na intersecção dessas dimensões e aponta para uma tendência que consiste na maior interação – mesmo fusão- dos indivíduos à técnica. O *Body Hacktivism* indica algumas práticas criativas que estão localizadas nessa intersecção aliado ao ativismo, demonstrando a capacidade individual de reapropriação corporal.

Entre as muitas abordagens teóricas, este artigo poderia refletir em termos do uso tático da biopolítica. Esta terminologia tem por inspiração o conjunto de práticas culturais resistentes e o desenvolvimento intelectual em torno da história da biopolítica. Este enfoque abrange

inúmeros cruzamentos que são geralmente analisados em uma única rúbrica acadêmica¹⁴, no entanto, não usaremos a lente do discurso biopolítico. Nossa investigação sobre o *Body Hactivism* é uma introdução, um “espaço experimental” de discussão no qual tentamos envolver diferentes discursos, significados, histórias e práticas vividas com entusiasmo pelos *body hactivists*. Nossa ênfase está no estudo dessas novas formas contemporâneas de modificação. Portanto, nesse conciso artigo, nossa abordagem baseia-se essencialmente no processo de “política ontológica¹⁵”. Isto significa que produzimos considerações sobre como variadas práticas são realizadas pelos *body hactivists*, reconceitualizando o corpo em termos de conjuntos, relações e práticas, capaz de distribuir agência e conhecimento através de materiais heterogêneos.

Gostaríamos de avançar na descrição do *Body Hactivism* e explicar como esses atores se envolvem na “construção de mundo”, e como articulam suas práticas em relação ao discurso, e as fronteiras entre a técnica e o corpo, tema evidente nessa pesquisa. Brevemente, podemos afirmar que este fenômeno e movimento possui alguns paradoxos além de formas complexas de relação. De acordo com a ideia de extensão relacional¹⁶, o corpo pode ser teorizado em termos de relações e práticas, tal como essas são extraídas em cada momento nos discursos manipulados pelos atores. Esses discursos não convergem em uma definição simples do que é o corpo. Esses “corpos” possuem “conhecimentos” que são estritamente limitados e dependentes do mundo individual que está constantemente em construção; podemos dizer que existem “mais mundos” assim como existe mais do que “um corpo”. O corpo, além de ser a única possibilidade de estar-no-mundo, nos dizeres de Merleau-Ponty, é também um meio para mudança de mundos¹⁷.

Como as experiências apresentadas constituem o “corpo”? Tentamos apresentar alguns atores cuja postura vis-à-vis dos componentes tecnológicos externos e internos – ou de interação- parece particularmente significativa para o desempenho do corpo. Ao nos aproximarmos do conceito de “produção corporal” de Donna Haraway¹⁸ compreendemos que os organismos são incorporações biológicas

que emergem do processo discursivo. Isso significa que estes organismos, o corpo e a natureza, são ao mesmo tempo ficção e realidade, “Se os organismos são objetos naturais, é fundamental lembrar que os organismos não nascem. Eles são feitos nas práticas tecnocientíficas por atores coletivos específicos, no tempo e no espaço determinado¹⁹”. Ela também aponta que o corpo individual é inseparável do corpo técnico através da sua alegoria com o *ciborgue*, isto é, não existe uma fronteira corporal bem definida. Os elementos de nossa cultura material integram a construção do sujeito de forma dinâmica através da incorporação e desincorporação. Isto dito, a formação do sujeito faz parte de um constante processo no qual ele não é separável de sua relação aos objetos. Para concluir, ao reconhecermos a variedade de possibilidades para a experiência corporal, é necessário pensarmos nas associações entre o corpo e vários mundos corporais possíveis, e o *Body Hactivism* é sem dúvidas o objeto ideal para essa reflexão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CUIR, R. *La sculpture post-humaine de soi. Corps*, n. 1, p. 61-66, 2006. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-corps-2006-1-page-61.htm>

DA COSTA, B. & PHILIP, K. *Tactical Biopolitics: art, activism and technoscience*. Cambridge: The Mit Press, 2008.

DENNING, E. *Activism, Hactivism, and Cyberterrorism: The Internet as a Tool for Influencing Foreign Policy*. In: _____. Paper read at The Internet and International Systems: Information Technology and American Foreign Policy Decision making, San Francisco, December 10, 1999.

DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard., 2006.

_____. *Diversité des natures, diversité des cultures*. Montrouge: Bayard Éditions, 2010.

_____. *L'écologie des autres: l'anthropologie et la question de la nature*. Versailles: Éditions Quae, 2011.

FERONE, G. *Bienvenue en Transhumanie – sur l'homme de demain*. Paris: Bernard Grasset, 2011.

- FIEVET, C. *Body Hacking: pirater son corps et redéfinir l'humain* France: FYP Éditions, 2012.
- GEERTZ, C. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. California: University of California Press, 1986.
- HARAWAY, D. The promise of monsters: a regenerative politics for innapropriate/d others. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P.A. (Eds.). *Cultural Studies*. Nova Iorque, Routledge, p. 295-337, 1992.
- LATOURE, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- _____. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. *Body and Society*, v. ou n. 10, p. 205-229, 2004.
- _____. *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network-Theory*. New York, NY: Oxford University Press, 2005.
- LATIMER, J. Introduction: Body, Knowledge, worlds. *Sociological Review*, p. 1-22. Oxford: Blackwell publishing, 2009.
- LE BRETON, D. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: PUF, 2001.
- _____. *La sociologia del cuerpo*. Buenos Aires, Argentina: Nueva Vision, 2002.
- _____. *Sinais de identidade: tatuagens, piercing e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótis, 2004.
- _____. *Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham and London: Duke University Press, 2002.
- NATIONAL INFRASTRUCTURE PROTECTION CENTER. *Cyber Protests: The Threat to the U.S. Information Infrastructure*, 2001. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/nipc/cyberprotests.pdf>>.
- RENDER, M. The law of the body. *Emory Law Journal*, n. 62, março, p. 549-605, 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2019152>>.
- TURNER, B. Culture, Technologies and bodies: the technological utopia of living forever. *Sociological Review*. Oxford: Blackwell publishing, p. 21-36, 2007.
- VALE, V.; JUNO, A. *Re/Search#12: Modern Primitives. An investigation of contemporary adornment and ritual*. San Francisco: Re/Search Publications, 1989.
- ZPIRA, L. (2010). *Hacking the future*. Abril 11, 2012. Disponível em: <<http://www.hackingthefuture.org>>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

Notas

1 Cyril Fiévet, *Body Hacking: pirater son corps et redéfinir l'humain*, France: FYP Éditions, 2012.

2 Bio-hacking é uma corrente composta de amadores interessados nas possibilidades de funcionamento celular e aprendizado do DNA, e outros experimentos relacionados à biologia e biotecnologia.

3 Radio-Frequency Identification

4 Sua abordagem teórica pode ser encontrada especialmente nos seguintes trabalhos: Par-delà nature et culture, *L'écologie des autres: l'anthropologie et la question de la nature e Diversité des natures, diversité des cultures*.

5 Bruno Latour, "How to talk about the body? The normative dimension of science studies," In *Body and Society*, no 10 (2004): 205- 229.

6 Palavra sem tradução literal, que se refere a um espaço de criação artística e que pretence ao grupo de teatro e performance *Materia Prima Art Factory*.

7 Todos os discursos analisados e apresentados nesse artigo são frutos de entrevistas realizadas no trabalho de campo. Os entrevistados autorizaram a publicação de todas as entrevistas. Quando não usarmos dados das entrevistas, chamaremos a atenção do leitor ao longo do texto.

8 Brian Turner, "Culture, Technologies and bodies: the technological utopia of living forever," in *Sociological Review*, (Oxford: Blackwell publishing, 2007): 21-36.

9 Meredith Render, "The law of the body," in *Emory Law Journal*, no 62 (March, 2013): 549-605. <http://ssrn.com/abstract=2019152>

10 O implante de magnéticos é uma prática que assume grande dimensão entre os indivíduos que buscam aumentar

os sentidos corporais. Estes magnéticos foram criados em 2004 por Steve Haworth and Jesse Jarrel, personagens que também colaboraram em nossa pesquisa. Os magnéticos se tornaram muito populares na mídia. Ele consiste em um pequeno disco de metal em neodímio (metal raro, geralmente utilizado na indústria) que é inserido através de um breve procedimento cirúrgico numa loja de tatuagem ou mesmo em casa (é possível comprar kits para realizar esse procedimento. Todavia, a maior parte destes são rejeitados pelo corpo, provavelmente por causa do manuseio incorreto). Seu principal resultado consiste na reação a campos e ondas eletromagnéticas. Outra utilização desses magnéticos pode ser segurar um Ipod ou um relógio sem corrente.

11 Genesis 6, New International Version.

12 Raphaël Cuir, “La sculpture post-humaine de soi” [The self posthuman sculpture] in *Corps*, no 1 (2006): 61-6. <http://www.cairn.info/revue-corps-2006-1-page-61.htm>

13 Como título de ilustração poderíamos citar o engenheiro e biofísico Hugh Herr.

14 Beatriz da Costa and Kavita Philip, *Tactical Biopolitics: art, activism and technoscience* (Cambridge: The Mit Press, 2008).

15 Annemarie Mol. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham and London: Duke University Press, 2002.

16 Joanna Latimer. Introduction: Body, Knowledge, worlds. *Sociological Review*, 1-22. Oxford: Blackwell publishing, 2009.

17 Ibid.

18 Donna Haraway, “The promise of monsters: a regenerative politics for innappropriate/d others,” in *Cultural Studies*, ed. Lawrence Grossberg, L., Cary Nelson and Paula A. Treichler (New York: Routledge, 2009), 295.

19 Ibid 207.

Tempo e Controle: Categorias Analíticas Relevantes para a Análise das Relações de Trabalho na Contemporaneidade em Instituições de Ensino Superior (IES)?

Magnus Emmendoerfer*

Resumo

A relevância deste ensaio é compreender, por meio da categoria tempo, enquanto medida e símbolo organizacional, os mecanismos de controle e dominação exercidos pelas IES's nas relações de trabalho com os seus funcionários (professores). Assim, procurar-se-á apontar o tempo e o controle como categorias de análise válidas para os estudos em gestão de pessoas e relações de trabalho, que permitem indicar sinais de comprometimento, motivação, bem-estar e satisfação dos funcionários na esfera do trabalho. Como contribuições, destacam-se: (1) a possibilidade de compreensão de aspectos simbólicos e da subjetividade dos docentes nas suas relações de trabalho, que neste ensaio não se restringe ao tempo devotado ao trabalho, mas também fora dele, de modo que aparenta ser totalitário em IES emergentes; (2) a indicação de que as ações utilizadas pela IES emergentes se tornarão dominantes na sociedade, requisitando uma submissão mais intensa dos docentes ao mercado de educação dentro de uma lógica monetária.

Palavras-chave: Temporalidades; Gestão de Pessoas; Organização do Trabalho Docente.

Time and Control: Are these Relevant Analytical Categories for the Analysis of Labor Relations in Contemporary Higher Education Institutions (HEI)?

Abstract

The relevance of this essay is to understand the mechanisms of control and domination exercised by HEI's in labor relations with its employees (teachers) through of the time how a measure and a symbol in the organizations. In this sense, efforts will be the time and the control as valid categories of analysis for studies in people management and labor relations, which allow to indicate signs of commitment, motivation, wellness and employee satisfaction in the work sphere. Among the contributions in this essay, the highlights are: (1) the possibility of understanding the symbolic aspects and the subjectivity of teachers in their working relationships, in which essay is not restricted to time devoted to work, but also outside it, so it appears to be emerging totalitarian in the Higher Education Institutions (HEI); (2) the indication that the actions used by emergent HEI will become dominant in society, requiring a stronger allegiance to the teachers' education market within a logical monetary.

Keywords: Temporalities; People Management; Organization of Lecturer work.

No Brasil, os estudos organizacionais, em especial, na área de gestão de pessoas e relações de trabalho sob a ótica da análise sociológica têm negligenciado pesquisas mais amplas sobre as categorias tempo e controle na esfera do trabalho. Nota-se um espaço expressivo e oportuno para pesquisas qualitativas que possibilitem discussões sobre o controle do tempo em esferas de produção e formação de conhecimento como as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.

Uma possível hipótese que sustentaria o fato da baixa produção sobre esta temática, de acordo com Guerreiro Ramos (1989, p.172-173) seria devido à sociedade centrada no mercado privar o indivíduo da "variedade de experiências de tempo que ele sempre encontrou à sua disposição, até o surgimento dessa sociedade. No passado, as pessoas tinham numerosas oportunidades de se entregar as formas genuínas de convivência de qualquer relação com o mercado".

* Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Professor Adjunto, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade, Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos, CEP 36570-000, Viçosa, MG, Brasil, magnus@ufv.br / Home-page: <http://lattes.cnpq.br/0919407313173824> . Endereço de correspondência institucional: Universidade Federal de Viçosa, DAD/CCH, Av. P.H. Rolfs, s/n. Campus Universitário, CEP 36570-000, Viçosa, MG, Brasil.

Os cientistas sociais estão inseridos neste contexto, dificultando, em sua maioria, uma concepção que fosse além da metáfora linear do tempo em estudos organizacionais.

Entende-se que a abertura de centenas de faculdades privadas no espaço brasileiro para atender uma demanda excluída da possibilidade de cursar o nível superior público seja algo positivo como tentativa de minimizar a desigualdade social. Entretanto, a presença das faculdades privadas neste contexto gera uma concorrência entre as mesmas. Frente a isso, as IES privadas procuram utilizar diferentes estratégias para atraírem a população com segundo grau completo, divulgando como um de seus diferenciais os seus colaboradores chave, no caso os professores que compõem o seu quadro docente.

Acredita-se como pressuposto deste ensaio que o “relógio” e o “velocímetro” da IES’s privadas emergentes são mais intensos e cobrados, com prolongamento e aceleração das horas de trabalho para cumprimento das tarefas docentes, procurando ao mesmo tempo manter e melhorar a qualidade oferecida aos seus alunos. Os professores estão sendo cada vez mais exigidos e cobrados, chegando ao ponto que os mesmos precisam se “dedicar mais” a atividade docente intra e extra sala de aula ou procurarem outra IES privada para trabalhar. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível vislumbrar uma sofisticação de uma dominação que privilegia o comprometimento e a dedicação de seus empregados, condicionando talvez aos docentes agirem como “máquinas de ensinar” (EMMENDOERFER; SKACKAUSAS, 2007) para atenderem os objetivos organizacionais.

É importante reconhecer que este fenômeno, que implica maior devoção ao trabalho por docentes não é exclusividade de professores de IES’s privada, até porque os professores que trabalham nas IES’s públicas também vivenciam situações semelhantes, porém, não tão apegados as atividades de ensino como nas IES’s privadas, *locus* deste ensaio, por causa de atividades de pesquisa e de extensão, comumente mais presentes e intensificadas em IES’s públicas.

Frente a essas considerações, surgem questões importantes como ponto de partida desta discussão na área de Gestão de Pessoas: Será esta uma postura organizacional adequada

para uma finalidade educacional? De formação de ensino superior? Em cursos de graduação, espaço para discussão e reflexão da atuação profissional, organizacional e societal? Será esta uma tendência a ser considerada e pesquisada com mais profundidade nas análises sociológicas sobre o tempo de trabalho? Enfim, o tempo e o controle podem ser categorias analíticas relevantes para a análise das relações de trabalho nas instituições de ensino superior?

A importância desta pesquisa reside na tentativa de compreender, por meio da categoria tempo enquanto medida e símbolo organizacional, os mecanismos de controle e dominação exercidos pelas organizações (IES) nas relações de trabalho com os seus funcionários (professores). Somado a isso, procurar-se-á apontar o tempo e o controle como categorias de análise válidas para os estudos em gestão de pessoas e relações de trabalho. Acredita-se que tais categorias possam propiciar uma reflexão mais ampla sobre as percepções e usos do tempo pelos indivíduos nas organizações, que potencialmente podem indicar sinais de comprometimento, motivação, bem-estar e satisfação na esfera do trabalho. Acredita-se, neste ensaio, que “uma das dificuldades com que deparamos em nossas investigações decorre do fato de os seres humanos ainda não haverem adquirido uma consciência clara da natureza e do modo de funcionamento dos símbolos que eles mesmos aperfeiçoaram e constantemente utilizam” (ELIAS, 1998, p.27).

Neste sentido, a contribuição deste ensaio está na tentativa de discutir os mecanismos de controle e dominação do tempo de trabalho dos docentes, trazendo à tona evidências que possibilitam uma compreensão mais ampla das relações de trabalho na contemporaneidade em IES’s. Assim, com apoio do marco teórico utilizado, que apontam para o que chamaremos¹ de controle do tempo. Este controle do tempo será explorado neste ensaio como sendo um processo socialmente construído na esfera organizacional, em que o “símbolo ‘tempo’ desempenha o papel de instrumentos de orientação, regulação da conduta e da sensibilidade humana” (ELIAS, 1998, p.30), através da duração, sincronização, ritmo e distribuição do tempo (GASPARINI, 1993), podendo ser percebido pelos indivíduos de maneira homogênea (composta por unidades de

tempo equivalentes) e/ou heterogênea (composto por unidades de tempos experimentadas diferentemente), de modo singular ou plural, dentro e fora das IES (ELIAS, 1998; HASSARD, 2001). Transparecendo aspectos de percepção homogênea, heterogênea e fragmentada (estruturas temporais individuais) do tempo e dos mecanismos de controle que atuam sobre ele.

TEMPO, CONTROLE, TRABALHO E ORGANIZAÇÕES

Não é recente, e sim de longa data, o entendimento de que o tempo nas organizações seja um recurso importante, cobiçado e até mesmo estratégico. Entretanto, ao longo da história da sociedade, a concepção do tempo sofreu mudanças em suas imagens e sentidos predominantes (HARVEY, 2001).

Durante séculos, as organizações procuraram disciplinar o tempo, o ritmo e as atividades regulares, buscando garantir a qualidade do tempo empregado, através de: “controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair; trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (FOUCAULT, 2000, p.128).

Na idéia de Hassard (2001), o controle do tempo foi se tornando sofisticado nas organizações com o escopo de tornar eficiente a sua coordenação, com redução da incerteza temporal, dos conflitos de interesse entre os indivíduos envolvidos e a própria escassez do tempo.

Para Foucault (2000, p.129-130) o controle não versa simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos, “impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil”, assim “é proibido perder tempo que é contado por Deus e pago pelos homens” (FOUCAULT, 2000, p.131).

Na organização do tempo de trabalho, a colocação em série das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo controle, marcado aos poucos pelo ritmo das máquinas e pelos limites da jornada de trabalho, que a organização fixa de modo rígido. Isso possibilita “um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada

momento do tempo” (FOUCAULT, 2000, p.136).

Para Foucault (2000) o controle se articula diretamente sobre o tempo, garantindo a sua utilização. Segundo Landes apud Gasparini (1993, p.114), “A fábrica é um novo gênero de prisão; e o relógio um novo gênero de carcereiro”. Além disso, a sirene da fábrica representa um “sincronizador sonoro fundamental ao qual deve-se adaptar os outros tempos sociais, não somente o do trabalhador assalariado, mas também o tempo de sua família e da comunidade local” (GASPARINI, 1993, p.115).

Observa-se com a discussão desses autores uma exposição que aponta para um tempo de trabalho nas organizações cuja primazia que conduz para uma razão automática, atribuída pela organização, seguindo uma lógica técnica (eficiência) que se impõe como necessidade para as pessoas (MARZAL, 1983).

O TEMPO COMO MEDIDA E SÍMBOLO NAS ORGANIZAÇÕES

Guerreiro Ramos (1966) e Lauer (1981) apresentam um estudo sociológico do tempo de Pitirim Sorokin que defende a significativa correlação entre o tempo social e o tempo do relógio na vida moderna. Para Sorokin, visto que numa sociedade tiranizada pelo relógio, as atividades humanas são realizadas compelidas pelas unidades mecanicamente impostas do relógio, o tempo do relógio é imposto sobre todas as atividades humanas: trabalhar, dormir, comer, amar ou até brigar. Para ele, somos obcecados pelo tempo mecanizado (LAUER, 1981).

Esta construção da concepção do tempo nas organizações, instituindo-o como algo objetivo, linear, homogêneo, gera nos indivíduos a sensação de que o tempo é algo “natural”, como se fosse sempre assim. Para Elias (1998, p.98) isso revela que a consciência do tempo nas organizações encontra-se em uma condição de tamanha síntese simbólica que a maioria dos indivíduos “não se perguntam como e por que a experiência do tempo pôde adquirir tamanho poder sobre os homens”.

Esse controle do tempo sobre os indivíduos transparece quando concebem a noção e a instituição do tempo como “uma coisa dada, como um componente da armadura simbólica comumente usada em sua sociedade, como um meio

de orientação e de comunicação, mas não fornecem nenhuma explicação para elas” (ELIAS, 1998, p.98).

Esta “armadura simbólica” mencionada por Elias é representada pela disseminação dos relógios, o uso do calendário, a sirene das fábricas, bem como pela possibilidade de melhor marcar e controlar o tempo influenciaram e influenciam diretamente as nossas práticas sociais. Se isto, por um lado, explica a idéia distorcida de que o tempo do relógio é algo natural, por outro, aponta para a necessidade de seu estudo e da delimitação do que é da ordem da natureza e o que é da ordem das construções sociais (MELLO; TONELLI, 2002, p.2).

Lauer (1981), ao enfatizar o tempo como uma construção social, afirma que o tempo não é algo que existe independentemente das relações humanas. E, portanto, tempo social não se limita ao tempo do relógio, muito embora estejam em profunda relação e a nossa experiência social de tempo seja influenciada pelo último.

Neste sentido, entender a realidade como uma construção social, como também propuseram Berger e Luckmann (2002), permite-nos observar adventos tais como o tempo do relógio e o calendário ocidental como construções que foram objetivadas. A idéia defendida por Berger e Luckmann (2002) de que a realidade é objetivada, e não objetiva, e que, sendo assim, é socialmente construída, demonstra que ela pode até parecer objetiva e natural, mas sabemos que pode ser alterada e assumir diferentes concepções e significados. Para Marzal (1983), esta perspectiva traz uma nova compreensão sobre a instabilidade nas organizações e sobre o potencial das mudanças sociais, por envolver uma razão emocional e envolver julgamento de valor e sentimento de propriedade sobre as ações a serem realizadas na organização. Entender o mundo como uma construção social traz-nos a idéia de que nós reconstruímos as construções sociais continuamente e, caso fôssemos conscientes deste processo, poderíamos reconstruí-las quando desejássemos. Porém, neste processo, quem aprende, como comentam Berger e Luckmann (2002), nem sempre tem a percepção da construção que lhe foi apresentada como verdade.

Atualmente, observa-se que a forma de interação acerca do tempo nas organizações é estabelecida na permuta entre duração e distribuição do tempo de trabalho, conforme Gasparini (1993, p.118) ocorre uma redução

da duração do trabalho, “por uma flexibilidade quanto a distribuição do tempo de trabalho, porque é sobretudo esta flexibilidade que define a produtividade e algumas vezes a capacidade de sobrevivência da organização produtiva”. Esta permuta envolvendo o tempo de trabalho conduz, seguindo as discussões de Marzal (1983), ao uso de uma razão mediadora como uma possível solução para o problema da racionalidade nas organizações modernas, ao propiciar mais legitimidade, como forma de sustentação do poder, nas organizações. Neste sentido, as pessoas incorporariam em seus atos com mais facilidade, menos resistência, as normas de conduta nas organizações de trabalho e na sociedade.

Elias (1998, p.112) menciona que, uma vez adquirida a consciência do tempo, esta exerce um poder coercitivo, “que se afigura numa predisposição natural àqueles a quem a concerne”. Isso permite observar correlações entre, por um lado, o desenvolvimento da determinação do tempo como capacidade social e instância reguladora da sensibilidade e do comportamento humano, e, por outro, a construção e estruturação do espaço no qual os indivíduos se encontram, ou seja, nas organizações. Ainda Elias (1998) reitera que a determinação do tempo desenvolve-se também devido às particularidades estruturais das sociedades. Tal menção não seria diferente nas organizações, as quais estruturam seus recursos: humanos, físicos e financeiros para uma determinada finalidade. Elias (1998) atribui a cada indivíduo e a cada tipo de organização, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço.

TEMPO E CONTROLE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Em pesquisa recente sobre tempo e controle nas Instituições de Ensino Superior (IES), desenvolvida germinalmente na área de ciências administrativas por Emmendoerfer e Skackausas (2007), observa-se que as organizações mais recentes desta natureza estão introjetando uma racionalidade instrumental (GUERREIRO RAMOS, 1989) que privilegia o melhor uso do tempo em virtude de sua escassez (HASSARD, 2001), estabelecendo ritmos de trabalho mais intensos. O tempo de trabalho comprimido de “semestres” (forma tradicional de organização

temporal na educação) se tornam “trimestral”, passando atender um público maior em um menor espaço de tempo durante o ano. Somado a isso, foram percebidas com base nos dados da pesquisa de Emmendoerfer e Skackausas (2007), mais diferenças significativas sobre o controle do tempo entre IES tradicionais (com décadas de existência na sociedade) e as IES emergentes (com poucos anos de existência) que não foram suficientemente tratados por estes autores, conforme Quadro 1:

Ação do controle sobre	IES “Tradicional”	IES “Emergente”
Duração do tempo	Existe um prolongamento das horas de trabalho, às vezes, relacionada com a sua auto-realização atrelada ao compromisso de fazer um bom trabalho em sala-de-aula.	Existe uma submissão de um controle normativo expresso pela direção da IES no sentido de que “todas as atividades devem ser feitas com o mínimo de tempo para manter a qualidade do serviço”.
Ritmo do tempo	Calendários de provas intermediárias e finais definidas pelo docente permite que o mesmo possa conduzir as aulas de acordo com o seu ritmo interno e o da turma.	Existência de dois termos num semestre na IES Emergente impõe um ritmo de trabalho mais intenso já que o período para início e término das disciplinas são mais curtos (nove semanas), o que torna a lógica do tempo “fazendo rápido, será melhor” compreensível para os docentes desta IES. Provas agendadas pela IES faz com que os docentes se “adequem” aos prazos e ao ritmo de trabalho.
Distribuição do tempo	Semestralmente existe a flexibilidade de se negociar e readequar os horários dos professores possibilitando-os a realização de outros trabalhos em outras IES, dando preferência para professores com mais tempo de serviço, problemas de saúde e gravidez/com filhos recém nascidos.	O quadro de horários das disciplinas é “engessado”, no sentido de padronização do tempo de trabalho em sala de aula, não existe flexibilidade de negociação de outros horários. Os docentes precisam se adequar a esta rigidez, impõe uma exclusividade relativa a esta IES.
Sincronização e frequência do tempo	Existe uma sirene para “avisar” o corpo docente e discente do início e término das aulas, funcionando assim como um sincronizador sonoro do tempo de trabalho dos docentes. Existe também no turno matutino do curso pesquisado, uma pessoa caracterizada como um “vigia do tempo”, controle por supervisão direta, que monitora os atrasos e saídas antecipadas do professor.	Não existe sincronizador sonoro, impera-se uma convenção (ou um contrato psicológico) entre os docentes e os discentes para a realização das aulas, sem deixar de ter como base as normas da própria IES.

Quadro 1 – Comparação do Controle do tempo de trabalho entre a IES “tradicional” e a IES “emergente”.

Fonte: Adaptado de Emmendoerfer e Skackausas (2007). Elaboração própria.

Em relação a duração do trabalho apresentado no Quadro 1 os docentes das IES apresentadas um compartilhamento do sentido da extensão do tempo de trabalho que não se limita exclusivamente às horas contratadas, isso vale segundo os docentes nas ações extra sala de aula realizadas na própria IES (atendimento

ao aluno sobre a disciplinas, orientações, etc), e principalmente no trabalho de preparação das aulas (conteúdo, atividades, provas) em casa. Além disso, existe uma relação entre a duração do tempo de trabalho e o comprometimento em ambas IES, um prolongamento das horas de trabalho, às vezes, relacionada com a sua auto-realização atrelada ao compromisso de fazer um bom trabalho em sala-de-aula (IES Tradicional). A relação da duração do tempo de trabalho e o comprometimento dos docentes é também percebida na IES Emergente, porém com a submissão de um controle normativo expresso

pela direção. Vale destacar também que o uso do sistema on-line da IES para coordenação das atividades docentes como sendo algo que facilita o trabalho do professor, ao mesmo tempo que os colocam a disposição “24 horas” dos alunos e dos coordenadores da IES via e-mail e por outros meios de comunicação possibilitados através da tecnologia de informação.

Observa-se também uma relação entre o ritmo de trabalho e a exigência de qualidade e eficiência na IES Emergente, porém diferente da IES Consolidada, com um discurso de que “fazendo rápido, será melhor”, como as máquinas em uma indústria para um ganho de produtividade (GRISCI, 2002), só que diferentemente de muitos bens de consumo, estamos falando de educação. No Quadro 1, nota-se que em ambas as IES pesquisadas, existe uma aceleração do tempo de trabalho devido a programação das atividades de avaliação. Os docentes percebem que o trabalho intensifica-se durante e, principalmente, ao final do semestre letivo, com as provas ou com a própria definição do período letivo.

Quanto a distribuição do tempo para a realização das tarefas do docente, verifica-se que semestralmente o quadro de horários das disciplinas na IES emergente é “engessado”, no sentido de padronização do tempo de trabalho em sala de aula, não existe flexibilidade de negociação de outros horários. Os docentes precisam se adequar a esta rigidez, impõe uma exclusividade relativa, dificultando a realização de outros trabalhos em outras IES. Ao contrário da IES Emergente, semestralmente existe a flexibilidade de se negociar e readequar os horários dos professores da IES Consolidada, dando preferência para professores com mais tempo de serviço, problemas de saúde e gravidez/ com filhos recém nascidos.

A sincronização e a frequência foram aspectos do controle do tempo pouco representativos, talvez pouco aprofundados durante a coleta de dados, na investigação em questão. Contudo, os pesquisadores observaram também que na IES Consolidada existe uma sirene para “avisar” o corpo docente e discente do início e término das aulas, funcionando assim como um sincronizador sonoro do tempo de trabalho dos docentes. Somado a isso, na IES consolidada existe também no turno matutino

do curso pesquisado, uma pessoa caracterizada como um “vigia do tempo”, fazendo uma alusão a discussão sobre controle de Foucault (2000), controle por supervisão direta, que monitora os atrasos e saídas antecipadas do professor, para que o mesmo possa repor tais minutos ou horas em forma de novas aulas a serem programadas durante o calendário acadêmico. O “vigia do tempo” funciona como um “banco de horas” do professor que desvia-se das recomendações institucionais. Já, na IES emergente, não existe sincronizador sonoro, impera-se uma convenção (ou um contrato psicológico) entre os docentes e os discentes para a realização das aulas, sem deixar de ter como base as normas da própria IES. O controle do tempo está atribuído ao próprio professor, por meio de suas responsabilidades, comprometimento a sua IES.

Observamos nesta discussão que as ações do controle organizacional que agem sobre os elementos constituintes do tempo na esfera do trabalho em IES’s permitem uma compreensão de aspectos simbólicos e da subjetividade dos docentes nas suas relações de trabalho, que no caso não se restringe ao tempo devotado ao trabalho em sala de aula ou a IES, mas também fora dela, de modo que aparenta ser totalitário em IES’s emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou, principalmente, sem o intuito de construir uma generalização teórica, de instigar o conhecimento, a compreensão e futuras pesquisas sobre tempo e controle em IES’s. A discussão realizada permite-nos indagar se as ações utilizadas pela IES emergentes se tornarão dominantes na sociedade, requisitando uma submissão mais intensa dos docentes ao “mercado de educação” dentro de uma lógica calculista e monetária.

Será esta racionalidade, algo a vir a ser dominante, no processo de ensino e aprendizagem humana? Nas relações de trabalho das organizações de ensino na contemporaneidade? Podem o tempo e o controle serem elementos estratégicos para uma gestão mais sofisticada da área de gestão de pessoas? A discussão realizada neste ensaio aponta que sim, logo considerar as categorias tempo e controle na análise em estudos sobre gestão de pessoas e relações de trabalho

aparenta ser uma diretriz de pesquisa relevante.

Os resultados apresentados na seção anterior, provocaram-nos no sentido de revisitar a teoria institucional e refletir sobre a noção de isomorfismo institucional, discutida por Powell e DiMaggio (1999). Questionamento este válido para futuras investigações na área de gestão de pessoas e relações de trabalho transcenderem o seu campo e desenvolverem discussões interdisciplinares envolvendo as áreas de teoria das organizações, comportamento organizacional e sociologia das organizações. Eis a questão: Será o isomorfismo institucional a razão dominante na área de educação, tornando as IES's com a burocratização, "uma jaula de ferro" em que seus funcionários (docentes) se vêem confinados ou com vistas a confinamento num futuro próximo? Entende-se que o isomorfismo é um conjunto de restrições que forçam uma unidade de uma população a parecer-se com outras unidades que se colocam em um mesmo conjunto de condições ambientais. Logo, nota-se a relevância desta discussão sobre o "futuro do trabalho" dos docentes nas IES em um mercado que está se tornando cada vez mais competitivo e, em algumas discussões, questionável (devido a sua forma de atuação) sobre o efetivo retorno que a educação superior possa oferecer aos indivíduos que buscam uma condição de vida melhor.

Por fim, acreditamos que a discussão realizada neste ensaio serve para apontar que a oportunidade, bem como a própria necessidade de aprimoramento do conhecimento na área de ciências administrativas, se faz com pesquisas empíricas, mas também com a revisão, reflexão e debates construtivos sobre temas debatidos em trabalhos apresentados em seções anteriores de eventos científicos e de periódicos técnicos da área. Assim, a construção e o posicionamento do conhecimento na área de gestão de pessoas e relações de trabalho poderiam fazer uso do percurso metodológico utilizado neste ensaio como possibilidade de estudo e de refinamento deste em pesquisas qualitativas na área de administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, P. L. LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 21.ed. Petrópolis : Vozes, 2002.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1998.

EMMENDOERFER, M. L. SKACKAUSAS, F. Máquinas de Ensinar ?: Um Estudo Comparativo do Controle Simbólico do Tempo com Docentes de Cursos de Administração em duas IES de Belo Horizonte – MG. *Revista Alcance*, v.14, n.3, 2007, p. 385-404, 2007. Disponível on-line em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/95/74>>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 22ed. Petrópolis : Vozes, 2000.

GASPARINI, G. Tempo e trabalho no ocidente. In: _____ *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993. v.3. p.112-126.

GUERREIRO RAMOS, A. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

GUERREIRO RAMOS, A. *A nova ciência das organizações*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GRISCI, C. L. I. Tempos modernos, tempos mutantes: produção de subjetividade na reestruturação do trabalho bancário. *Socius Working Papers*. Lisboa: ICCTI/CAPE; ISEG; UFRGS, 2002. n.3. 19p. Disponível on-line em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp302.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HASSARD, J. Imagens do tempo no trabalho e na organização. In: CALDAS, M. FACHIN, R. FISCHER, T. (org. ed. bras.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUER, R. H. *Temporal man*. New York : Praeger, 1981.

MARZAL, A. *Análisis político de la empresa*. Barcelona: Ariel, 1983. p.9-86.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (orgs.) *El nuevo*

institucionalismo en el análisis organizacional. México: Fondo de Cultura Econômica, 1999. p.79-125.

MELLO, H. D. A.; TONELLI, M. J. O tempo e as organizações: concepções do tempo em periódicos de estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. *Anais...* Recife : Observatório da Realidade Organizacional : PROPAD/UFPE : ANPAD, 2002. 1 Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2002/2002_ENEO3.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

Notas

1 Permite-nos, neste ensaio, a utilização da primeira pessoa do plural, em congruência com os pressupostos construtivistas e críticos que orientam meu trabalho. Essas correntes partilham de uma tradição interpretativa segundo a qual não se deve desconsiderar o ponto de vista do pesquisador na construção do objeto pesquisado nem pressupor seu distanciamento em favor de uma neutralidade impossível de ser alcançada no paradigma qualitativo (BERGER e LUCKMANN, 2002).

TRADUÇÃO

GARFINKEL, H. Passagem e gerenciamento do status sexual em uma pessoa “intersexuada” In: _____. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967]. Cap. 5. P. 116-185 e Apêndice P. 285-288.

CRÉDITOS DA TRADUÇÃO

A tradução deste texto foi coordenada pela prof^a. Dr^a Maria Clara Castellões de Oliveira, e executada por Clara Peron Da Silva, Diogo Filgueiras Britto, Luy Braida Ribeiro Braga e Bráulio de Oliveira Silveira. A revisão técnica e o estabelecimento do texto final foram realizados pelos professores Dr. Paulo Cortes Gago (Departamento de Letras) e Dr. Raul Francisco Magalhães (Departamento de Ciências Sociais), da Universidade Federal de Juiz de Fora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à prof^a Dra. Anne W. Rawls da Bentley University que gentilmente permitiu a publicação sem custos do presente capítulo e ao prof. Dr. Frédéric Vandenberghe do IESP/UERJ, que mediou essa solicitação. Agradecemos especialmente à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, representada à época pela prof^a. Dra. Maria Cristina Lobo Name, por ter-nos disponibilizado os recursos públicos necessários para viabilizar a tradução. Pela mesma razão, cabe-nos agradecer ao prof. Jessé Souza, que fomentou parte desse projeto com recursos do Pronex-FAPEMIG. Agradecemos à prof^a. Maria Clara Castellões de Oliveira por ter acolhido o nosso projeto de tradução no âmbito de seu curso de bacharelado de tradução da UFJF e tê-lo levado a cabo com tanto profissionalismo e cuidado. Agradecemos também ao prof. Dr. Berthold Öelze, da Universidade de Passau (Alemanha), como um dos incentivadores iniciais do projeto de traduzir para o Português textos essenciais em Etnometodologia por ocasião de sua vinda à UFJF, como professor visitante do Departamento de Ciências Sociais, em 2008.

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

Apresentamos ao público brasileiro a tradução do capítulo cinco da obra seminal *Studies in Ethnomethodology* (Estudos de Etnometodologia), escrita pelo sociólogo Harlod Garfinkel (1917-2011) e publicada pela primeira vez em 1967. Garfinkel já era então professor da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), onde desenvolveu a maior parte de sua carreira e tornou-se professor emérito.

No capítulo em questão – “Passagem e gerenciamento do *status* sexual em uma pessoa “intersexuada” parte 1.” – Garfinkel conta-nos um caso específico, a saber o da “passagem” de Agnes, uma moça de 19 anos à época, que, apesar ter nascido e sido criada como um menino, conseguiu, em 1958, realizar uma cirurgia de mudança de sexo e “gerenciou” com muita habilidade a construção do seu próprio caso como o de uma “mulher natural, normal”, que sempre tivera o direito a esse tratamento. O capítulo é um ensaio empírico em torno da ideia de que as pessoas são “metodólogas práticas”, com capacidade reflexiva para constituir e manipular a normalidade de uma identidade de gênero como uma “incessante realização prática”, atendendo a necessidades situadas. Agnes é um interessante caso de aprendizado e gerenciamento da ordem social por um indivíduo não nascido e nem criado como mulher, que queria e precisava sublinhar a absoluta naturalidade de se separar o mundo entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que convencia a todos de que, nessa ordem natural, ele era, e sempre fora, uma mulher, não obstante ser portadora, até os 19 anos, de um pênis e uma biografia de menino. Passar de menino a mulher era, para Agnes e para um grupo de médicos e cientistas com os quais ela lidou e convenceu, usando histórias cuidadosamente gerenciadas, recolocar o mundo social na ordem dada e natural das coisas, na qual mulheres obviamente portam vaginas e homens, pênis. É uma leitura intrigante e talvez um dos textos mais exemplares da etnometodologia, no qual é possível mostrar, no plano da ação prática, o jogo das estruturas pressupostas pelos membros, como elas são acionadas para referendar o mundo da ordem normal, mesmo quando se trata de afirmar que há mulheres naturais que precisam, por isso mesmo,

de remover um pênis e uma biografia que só causam confusão e mal entendidos à ordem que todos pressupõem.

Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães

PASSAGEM E GERENCIAMENTO DO STATUS SEXUAL EM UMA PESSOA “INTERSEXUADA” PARTE 1¹

Toda sociedade exerce controles rígidos sobre as transferências de pessoas de um *status* para outro. No que diz respeito às transferências de status sexuais, esses controles são particularmente restritivos e rigorosamente aplicados. Apenas em ocasiões altamente ritualizadas são permitidas mudanças e, então, tais transferências são caracteristicamente consideradas como variações “temporárias” e “de brincadeira” sobre o que a pessoa “apesar de tudo”, e “realmente” é. Portanto, as sociedades exercem controles rígidos sobre as maneiras pelas quais a composição sexual das próprias populações são constituídas e alteradas.

Do ponto de vista de pessoas que se consideram como normalmente sexuadas, o ambiente tem uma composição sexual perceptivelmente normal. Essa composição é rigorosamente dicotomizada nas entidades “naturais”, i.e., morais de homem e mulher. A dicotomia prevê pessoas que são “naturalmente”, “originalmente”, “em primeiro lugar”, “no princípio”, “desde sempre” e “para sempre” uma ou outra. Mudanças na frequência dessas entidades morais podem ocorrer apenas através de três caminhos legítimos: nascimento, morte, e migração.

Exceto por uma mudança legal na certidão de nascimento, nenhum caminho legítimo existe entre os status de homem e mulher. Mesmo a mudança legal é vista com reserva considerável pelos membros da sociedade que tomam, bona fide, como dado seu status sexual.

A composição sexual normativa, i.e., legítima, da população, tal como é observada na perspectiva de membros que se consideram parte da população percebida como normalmente sexuada, pode ser descrita na seguinte tabela de probabilidades de transição:

		No tempo 1	
		Homem	Mulher
No tempo 1	Homem	1.0	0.0
	Mulher	0.00	1.0

Este estudo relata um entre uma série de casos que se encaixam dentro das células inferior esquerda e superior direita, normativamente proibidas. Essas pessoas estão sendo estudadas nos Departamentos de Psiquiatria, Urologia, e Endocrinologia no Centro Médico da Universidade da Califórnia em Los Angeles. Essas pessoas têm irregularidades anatômicas severas. Em cada caso a transferência ocorreu tarde no ciclo de desenvolvimento da vida e foi realizada como uma questão mais ou menos clara de escolha pessoal. Anomalias anatômicas severas — por exemplo, o caso a ser abordado aqui é o de uma garota de dezenove anos criada como um garoto, cujas medidas femininas de 38-25-38 (polegadas) eram acompanhadas de um pênis e de um escroto plenamente desenvolvidos — eram contraditórias com as aparências, que seriam, de outro modo, apropriadas aos direitos reivindicados de viver em status sexuais fornecidos culturalmente. As transferências foram acompanhadas pela adesão, por cada uma dessas pessoas, à concepção cultural de uma composição sexual dicotomizada, na qual, com insistência veemente, elas se incluíram. Tal insistência não foi acompanhada por deficiências de ego interessantes clinicamente. Essas pessoas contrastam, de muitas maneiras interessantes, com os travestis, transexuais e homossexuais.

Em cada caso, as pessoas gerenciavam a aquisição de seus direitos de viver no status sexual escolhido, ao mesmo tempo em que operavam com as convicções realistas de que a revelação de seus segredos traria ruína, rápida e certa, na forma de degradação de status, trauma psicológico, e perda de vantagens materiais. Cada uma teve como uma tarefa prática permanente adquirir os direitos de serem tratadas e de tratar os outros de acordo com as prerrogativas obrigatórias do status sexual eleito. Elas tiveram como recursos sua consciência notável e o senso de conhecimento incomum da organização e da operação das estruturas sociais que eram, para aquelas pessoas que são capazes de tomar como dado seus status sexuais rotinizados, fundamentos “vistos, mas não notados” dos afazeres cotidianos.

Elas tiveram, também, grandes habilidades nas manipulações interpessoais. Embora seus conhecimentos e suas habilidades interpessoais fossem de caráter marcadamente instrumental, de maneira nenhuma eram exclusivamente assim.

Chamarei de “passagem” o trabalho de adquirir e tornar seguros os seus direitos de viver no status de sexo escolhido, ao mesmo tempo em que se fornece a possibilidade de detecção e ruína realizadas dentro das condições socialmente estruturadas, nas quais este trabalho ocorreu.

Nas vidas dessas pessoas, o trabalho e as ocasiões socialmente estruturadas de passagem sexual foram obstinadamente resistentes às suas tentativas de rotinizar os ciclos das atividades cotidianas. Essa obstinação aponta para a importância do status sexual nos afazeres da vida cotidiana como um fundamento invariável, mas não notado, na trama de relevâncias que constituem as cenas reais em mutação da vida cotidiana. As experiências dessas pessoas intersexuadas permitem uma apreciação desses fundamentos relevantes, que são, de outro modo, facilmente negligenciados, ou difíceis de capturar, por causa do caráter rotinizado e porque estão tão imbricados em um fundamento de relevâncias que estão simplesmente “lá” e que são tomados como dados.

Irei limitar minha atenção neste artigo à discussão de um caso. Gostaria de contar o que essa pessoa teve especificamente de esconder, a relevância estrutural de seus segredos, as situações socialmente estruturadas de crise, as estratégias de gerenciamento e justificativas que ela empregou, e a relevância dessas considerações para a tarefa de tratar as circunstâncias práticas como um fenômeno sociológico.

AGNES

Agnes apareceu no Departamento de Psiquiatria da U.C.L.A. em outubro de 1958, onde ela havia sido encaminhada para o Dr. Robert J. Stoller por um médico particular de Los Angeles, para o qual Agnes havia, por sua vez, sido encaminhada pelo seu médico de sua cidade natal, Northwestern City. Agnes era uma garota de dezenove anos, branca, solteira, que na época era independente financeiramente e trabalhava

como datilógrafa para uma companhia de seguros local. Seu pai era um maquinista, que morreu quando Agnes era uma criança. Sua mãe sustentou uma família de quatro filhos, dos quais Agnes era a mais nova, com trabalhos ocasionais e semi-especializados em uma fábrica de aviões. Agnes disse que foi criada como católica, mas não havia comungado nos últimos três anos. Ela disse que não mais acreditava em Deus.

A aparência de Agnes era convincentemente feminina. Ela era alta, magra, com uma silhueta muito feminina. Suas medidas eram de 38-25-38 (polegadas). Tinha cabelo louro escuro, longo e fino e, um rosto jovem com feições bonitas, pele clara e rosada, tom de pêssego, nenhum pelo facial, sobrancelhas sutilmente cuidadas, e nenhuma maquiagem, exceto batom. Na primeira vez em que ela apareceu, estava vestida com um suéter apertado, que marcava seus ombros magros, seios grandes, e cintura fina. Seus pés e mãos, embora um pouco maiores do que o normal para uma mulher, não chamavam atenção de maneira alguma. Sua maneira normal de vestir-se não a distinguia de uma garota típica de sua idade e classe. Não havia coisa alguma de extravagante ou exibicionista em seu traje, nem havia qualquer indício de mau gosto, ou de que ela se sentisse pouco à vontade com suas roupas, como é visto tão frequentemente em travestis e em mulheres com distúrbios na identificação sexual. Sua voz, afinada como contralto, era macia, e, quando falava, ela ocasionalmente colocava a língua entre os dentes, de forma similar a homossexuais masculinos querendo parecer com mulheres. Seu comportamento era apropriadamente feminino, um pouco desengonçado, como é típico dos meados da adolescência.

Detalhes de suas características médicas, físicas e endocrinológicas foram reportados alhures¹. Para resumir suas características médicas, físicas e endocrinológicas, anteriores a quaisquer procedimentos cirúrgicos, ela parecia como uma pessoa com contornos de corpo e padrão de cabelo femininos. Tinha seios grandes, bem desenvolvidos, coexistindo com a genitália externa normal de um homem. Uma laparotomia abdominal e o exame pélvico e suprarrenal, realizados dois anos antes de ela ter sido examinada pela primeira vez na U.C.L.A., não revelaram nem útero ou ovários, nenhuma

evidência de algum vestígio de aparato feminino nem qualquer massa de tecido anormal no abdômen, na área retroperitoneal, ou pélvis. Uma biópsia testicular bilateral mostrou um pouco de atrofia nos testículos. Um grande número de exames de laboratório no sangue e urina, assim como exames de raios-X do tórax e crânio, estavam todos dentro dos limites normais. Um esfregaço bucal e uma biópsia da pele revelaram um padrão cromático (masculino) negativo. Havia evidências de uma amostra uretral que mostrava cornificação celular sugestiva de atividade estrogênica (hormônio feminino) moderadamente alta.

Agnes nasceu menino com genitais masculinos aparentemente normais. Uma certidão de nascimento para um homem foi emitida e ela foi apropriadamente nomeada. Até a idade de dezessete anos, foi reconhecida por todos como um garoto. Na biografia fornecida a nós durante muitas horas de conversas, o papel masculino foi, tanto, consistentemente, quanto insistentemente, descrito como difícil e pobremente gerenciado. Seus relatos exageraram as evidências de sua feminilidade natural e suprimiram as evidências de masculinidade. As características secundárias do sexo feminino se desenvolveram na puberdade. De acordo com seus relatos, os anos relativos ao ensino fundamental foram, pelo menos, toleráveis, enquanto que os três anos de ensino médio foram estressantes ao extremo. Aos dezessete anos, ao fim da segunda série do ensino médio, ela se recusou a voltar para completar a última série. Isso foi em junho de 1956. Depois de planejamento considerável, ensaios, dietas para “me tornar bonita” e preparações similares, ela deixou sua cidade natal em agosto de 1956 para uma visita de um mês a uma avó em Midwest City. No fim da visita de um mês, de acordo com o planejado, ela saiu da casa da avó sem deixar notícias de seu paradeiro, e em um hotel do centro da cidade mudou suas roupas para trajes femininos com a esperança de encontrar um emprego naquela cidade. Por várias razões se sentiu incapaz de completar o plano de permanecer em Midwest City e, depois de ligar para sua mãe, retornou para casa na noite da mudança. No outono de 1956, deu entrada em um hospital em sua cidade natal para fazer exames e a laparotomia exploratória, que foi feita sob a

supervisão de seu médico particular. Durante o outono de 1956, e após sua hospitalização, continuou sua escolarização com a ajuda de um tutor, que havia sido providenciado por meio de um acordo entre sua mãe e o sistema público de educação. Ela se desgastou com isso, se ressentindo do confinamento. Em dezembro de 1956, o tutor foi dispensado, e Agnes conseguiu um emprego como datilógrafa em uma pequena fábrica nos arredores da cidade. Continuou em seu emprego até agosto de 1957, quando, acompanhada por amigas, veio para Los Angeles. Morou em Long Beach com uma amiga e trabalhou no centro de Los Angeles, em um pequeno escritório de seguros. Em dezembro de 1957, ela e a colega de quarto mudaram-se para o centro de Los Angeles “para ficarmos mais perto do nosso trabalho”. Em fevereiro de 1958, encontrou seu namorado, Bill, e em abril de 1958, para ficar mais perto dele, mudou-se para San Fernando Valley. Deixou o emprego em março de 1958 e ficou sem emprego na época em que mudou-se para o Vale. Depois de uma sucessão de crises com seu namorado, retornou para sua cidade natal em abril de 1958, para consultar seu médico anterior, a fim de obter uma carta dele “explicando” a sua condição para o namorado. Essa carta foi deliberadamente escrita pelo seu médico de uma maneira geral para, assim, mascarar o caráter real da dificuldade. O namorado achou isso apenas temporariamente satisfatório. A crescente insistência dele em ter relação sexual e em planos para casamento, os quais Agnes frustrava, produziram uma série de brigas cada vez mais severas. Em junho de 1958, Agnes revelou sua condição real para o namorado e o romance continuou nessas bases. Em novembro de 1958, Agnes foi vista pela primeira vez na U.C.L.A. Conversas regulares a intervalos semanais foram realizadas até agosto de 1959. Em março de 1959, uma operação de castração foi executada na U.C.L.A., na qual foram retiradas as peles do pênis e do escroto, o pênis e os testículos, amputados, e a pele do pênis amputado foi usada para construir uma vagina, já os lábios foram construídos da pele do escroto.

Durante esse período, Agnes foi vista regularmente pelo Dr. Robert J. Stoller, psiquiatra e psicanalista, Dr. Alexander Rosen, psicólogo, e por mim. Aproximadamente trinta e cinco horas de conversas que tive com ela foram registradas

em fita. Minhas observações neste artigo são baseadas nas transcrições desse material e nos materiais coletados por Stoller e Rosen, com os quais o artigo foi feito de forma colaborativa.

AGNES, A MULHER NATURAL, NORMAL

Agnes tinha uma preocupação prática permanente com a sexualidade feminina competente. A natureza de suas inquietações, assim como a incongruência que tal inquietação permanente representa para o “senso comum”, nos permite descrever, pelo menos preliminarmente, os aspectos estranhos que a população de pessoas legitimamente sexuadas exibe como características objetivas do ponto de vista de pessoas que são capazes de tomar como dado seu próprio status normalmente sexuado. Para esses membros, ambientes percebidos de pessoas sexuadas são povoados com homens naturais, mulheres naturais, e pessoas que permanecem em contraste moral com elas, i.e., incompetentes, criminosas, doentes e pecadoras. *Agnes concordava com os normais em sua adesão a essa definição de um mundo real de pessoas sexuadas, e tratava isso, assim como eles, como uma questão de fatos objetivos, institucionalizados, i.e., fatos morais.*

Agnes insistia veementemente que era, e deveria ser tratada como, uma mulher natural, normal. O que se segue é uma lista preliminar de propriedades de “pessoas naturais, normalmente sexuadas” como objetos culturais. Vislumbradas como uma paráfrase antropológica da crença dos membros, essas propriedades devem ser lidas com o uso do prefixo invariável, “Do ponto de vista de um membro adulto de nossa sociedade, ...”. Os exemplos são fornecidos a respeito das duas primeiras propriedades.

1. Do ponto de vista de um membro adulto da nossa sociedade, o ambiente percebido de “pessoas normalmente sexuadas” é povoado por dois sexos e apenas dois sexos, “masculino” e “feminino”.

2. Do ponto de vista de um membro adulto da nossa sociedade, a população de pessoas normais é uma população moralmente dicotomizada. A questão de sua existência é decidida como uma questão de concordância

motivada com essa população como uma ordem legítima. Não é decidida como uma questão de fato biológico, médico, urológico, sociológico, psiquiátrico ou psicológico. A questão de sua existência é, ao contrário, decidida consultando tanto as probabilidades de que a concordância com essa ordem legítima possa ser obrigatória, quanto as condições que determinam essas probabilidades.

3. O membro adulto se inclui nesse ambiente e se considera como um ou outro, não apenas como uma condição de autorrespeito, mas como uma condição, por meio da qual o exercício de seus direitos a viver sem riscos excessivos e interferência de outros é rotineiramente obrigatória.

4. Os membros da população normal, para ele os membros bona fide dessa população, são essencialmente, originalmente, em primeiro lugar, sempre foram, e sempre serão, de uma vez por todas, na análise final, ou “homens” ou “mulheres”.

5. Certas insígnias são consideradas pelas pessoas normais como essenciais em sua função identificadora, enquanto que, outras qualidades, ações, relacionamentos, e coisas semelhantes, são tratados como transitórios, temporários, acidentais, circunstanciais, e todo o resto. Para os normais, a posse de um pênis por um homem e uma vagina por uma mulher são insígnias essenciais. Sentimentos apropriados, atividades, obrigações de afiliação e similares por diante, são atribuídos a pessoas que possuem pênis e vaginas. (No entanto, a posse de um pênis ou uma vagina como um evento biológico deve ser distinguida da posse de um ou outro, ou ambos, como um evento cultural. As diferenças entre pênis e vaginas culturais e biológicas como evidências socialmente empregadas de “sexualidade natural” serão comentadas mais detalhadamente posteriormente).

6. As pessoas normais reconhecem o novo membro como homem ou mulher, não apenas na ocasião em que aparecem pela primeira vez, por exemplo, o neonato, mas também antes disso. Estende-se também a toda a ascendência e para

a posteridade. O reconhecimento não é alterado pela morte de um membro .

7. Para as pessoas normais, a presença no ambiente de objetos sexuais tem o aspecto de “uma questão de fato natural”. Essa naturalidade carrega junto com ela, como uma parte constituinte de seu significado, o sentido de estar certo e correto, i.e., apropriado moralmente que seja dessa maneira, porque é uma questão de fato natural, para os membros da nossa sociedade que existem apenas homens naturais e mulheres naturais. A boa sociedade, para o membro, é composta apenas de pessoas que são, ou um sexo ou o outro. Portanto, o membro *bona fide* da sociedade, dentro daquilo a que ele adere assim como espera que os outros venham a aderir como crenças comprometidas com “questões de fato naturais”, em relação às distribuições de pessoas sexuais na sociedade, acha as afirmações de ciências como a zoologia, a biologia e a psiquiatria estranhas. Essas ciências argumentam que as decisões sobre sexualidade são questões problemáticas. A pessoa normal acha estranho e difícil dar crédito às distribuições “científicas” de ambas características, masculinas e femininas, entre as pessoas, ou a um procedimento para decidir a sexualidade que adicione listas de características masculinas e femininas e tome o seu excesso como o critério do sexo do membro, ou à prática de usar os primeiros três anos de formação para decidir a sexualidade, ou ao fato de haver na sociedade familiar a presença de homens que têm vaginas e mulheres que têm pênis.

Essa caracterização do “senso comum” não é, de maneira alguma, limitada à opinião não profissional. Por exemplo, um membro de destaque de um proeminente Departamento de Psiquiatria neste país comentou, depois de ouvir sobre o caso, “eu não entendo porque alguém precisa ter tanto interesse em casos como esse. Ela é, no fim das contas, uma ocorrência muito rara. Essas pessoas são, no fim das contas, aberrações da natureza”. Não poderíamos ter solicitado uma fórmula mais de senso comum. Uma medida da extensão do comprometimento do membro com a ordem moral de tipos sexuais consistiria na relutância em dar crédito à caracterização que se afasta dos “fatos reais da

vida”. Como veremos depois Agnes também nos ensinou, de muitas maneiras diferentes, embora involuntariamente, o caráter institucionalmente motivado dessa relutância.

Enfatizei várias vezes que, para o membro *bona fide*, “normal” significa “de acordo com os costumes”. A sexualidade como fato natural da vida significa, portanto, sexualidade como um fato natural e moral da vida. A vontade do membro, portanto, de tratar a sexualidade normal como um objeto de interesse teórico requer, ao decidir por si mesmo a natureza real de pessoas sexuais, que ele suspenda a relevância de suas circunstâncias práticas rotinizadas institucionalmente. Descobrimos, no entanto, que o membro normal não trata a sexualidade, sua própria ou a de outros, como uma questão de mero interesse teórico, considerando que esse é, em princípio, o limite de nosso interesse investigativo no fenômeno de sexualidade normal como também o é em outras ciências. A pessoa normal também trata o caráter sexual de pessoas que povoam seu ambiente cotidiano como uma qualidade que é “decidida pela natureza”. Essa qualidade, uma vez que a “natureza” do membro a decide, se mantém, conseqüentemente, independente de tempo, ocasião, circunstância, ou considerações de vantagem prática. A afiliação da pessoa como um membro normalmente sexual, homem ou mulher, tem a característica de, e é tratada pela pessoa normal como permanecendo invariável durante toda a biografia dessa pessoa e através de toda sua vida futura e além. Sua afiliação sexual permanece imutável através de qualquer tempo de vida real e potencial imputado. Para usar as palavras de Parsons, é “invariável a todas as exigências”.

8. Do ponto de vista de um membro normal, se alguém examina a população de pessoas sexuais a um dado tempo, contando a presença de homens e mulheres, e um tempo mais tarde examina a população de novo, nenhuma transferência terá ocorrido de um status sexual a outro, exceto para aquelas transferências que são ritualmente permitidas.

Nossa sociedade proíbe movimentos voluntários ou aleatórios de um status sexual para outro. Insiste que tais transferências sejam acompanhadas por controles bem conhecidos,

que acompanham fingimentos, encenações, comportamento em festas, comportamento em reuniões, espionagem e outras situações semelhantes. Tais mudanças são tratadas, tanto por aqueles que fazem as mudanças, como por aqueles que as observam nos outros, como limitadas, tanto pelo relógio, como pelas ocasiões e circunstâncias práticas. Espera-se que essa pessoa “depois da peça” “pare de encenar”. A caminho de casa depois da festa, a pessoa pode ser lembrada de que a festa “acabou”, e que deveria se comportar como a pessoa que “realmente é”. Tais admoestações, como uma “primeira linha de controle social”, constituem sanções comumente encontradas, por meio das quais as pessoas são lembradas de encenar de acordo com as atitudes, aparências, afiliações, roupas, estilo de vida, ciclo de vida esperadas e coisas similares, que são determinadas pelas instituições principais. Em nossa sociedade, essas sanções constituem-se proeminentemente de grupos ocupacionais e de relações de parentesco com seus respectivos status pretensamente obrigatórios. Sua importância é essa: as pessoas são obrigadas a aceitá-las, independente de seus desejos, i.e., “gostando ou não”. Do ponto de vista da pessoa normal, as mudanças na composição da população podem ser realizadas apenas pelos caminhos de nascimento, morte e migração.

Agnes estava totalmente consciente de que um caminho alternativo havia sido percorrido, de que foi percorrido raramente, e de que a transferência era severamente passível de punição. Tal como Agnes, a pessoa normal sabe que há aqueles que fazem a mudança, mas a pessoa normal, assim como ela, considera tais indivíduos como aberrações, incomuns, ou bizarras. Caracteristicamente, a pessoa normal acha a mudança em si difícil de “entender” e clama por punição, ou solução médica. Agnes não se afastou desse ponto de vista embora seu sexo fosse para ela uma questão de escolha voluntária entre as alternativas disponíveis. Esse conhecimento era acompanhado por uma pesada necessidade de justificar a escolha. A escolha consistia em preferir viver como a pessoa normalmente sexuada que ela sempre havia sido.

Agnes aderiu a essa descrição de um mundo real, embora houvesse para ela pessoas nesse mundo, entre as quais ela se incluía, que haviam

feito a mudança de um sexo para outro. Mesmo assim, sua história anterior contrastava, para ela, com aquilo que ela havia sido convencida a respeito de sua sexualidade normal. Buscando uma mudança de certidão de nascimento, Agnes tratou a mudança como a correção de um erro original cometido pelas pessoas que eram ignorantes dos “fatos reais”.

Agnes manteve a convicção de que não há muitas pessoas a quem se poderia contar o que havia feito e que “realmente entenderão”. Consequentemente, para Agnes um entendimento comum, de outra forma importante, dentre outros tinha a característica problemática que não ocorre às pessoas normais, particularmente no que diz respeito à dicotomia de tipos de sexo, a saber, Agnes era incapaz de exercer a suposição de que suas circunstâncias, como pareciam para ela, pareceriam de uma maneira mais ou menos idêntica para seus parceiros interacionais, caso trocassem de lugar. Podemos nos referir a isso como a existência de uma “comunidade de entendimento” problemática para e sobre pessoas sexuadas tratando o sexo umas das outras como conhecido em comum e dado como certo por eles.

9. Nos ambientes culturais de pessoas normalmente sexuadas, homens têm pênis e mulheres têm vaginas. Do ponto de vista de um membro normal, onde quer que haja casos de homens com vaginas e mulheres com pênis, há pessoas que, embora possam ser difíceis de se classificar, devem, contudo, ser a princípio classificáveis e consideradas como membros de um campo ou outro. Agnes também aderiu a essa visão como um fato natural da vida, embora essa mesma população incluísse pelo menos uma mulher com pênis, i.e., ela mesma, e depois da operação incluísse uma mulher com uma vagina feita pelo homem. Incluía outros, também, de quem ela tinha tomado conhecimento através de suas leituras e contatos com médicos, tanto em sua cidade natal, quanto em Los Angeles. De acordo com sua explicação, todos os outros além dela mesma eram pessoalmente desconhecidos por ela.

10. Que Agnes poderia insistir em seu pertencimento à população natural de pessoas sexuadas, embora fosse, anteriormente à

operação, uma mulher com um pênis e, depois da operação, uma mulher com uma vagina feita pelo homem, sugere uma outra propriedade importante de uma pessoa naturalmente sexuada. Quando comparamos as crenças de Agnes, não apenas com aquelas dos normais, mas com a que as pessoas normais acreditam sobre as pessoas cujos genitais, por uma razão ou outra, mudam de aparência, ou sofrem danos ou perdas, através do envelhecimento, doença, lesões ou cirurgia, observamos que isso não significa que as pessoas normais e Agnes insistam sobre a posse de uma vagina pelas mulheres (consideramos agora apenas o caso da mulher normal; o argumento idêntico permanece para os homens). Eles insistem sobre a posse de ou uma vagina que a natureza fez ou uma vagina que deveria ter estado sempre lá, i.e., a posse legítima. A vagina legitimamente possuída é o objeto de interesse. É a vagina a que a pessoa tem direito. Embora a “natureza” seja uma fonte preferida e bona fide de direito, os cirurgiões também o são se reparam o erro natural, i.e., se eles servem como agentes da natureza para fornecer “o que a natureza esperava que estivesse lá”. Não apenas essa vagina, mas apenas essa vagina como o caso da coisa de verdade. De maneira idêntica àquela que, para um membro de uma comunidade de linguagem, uma elocução linguística é o caso de uma-palavra-na-língua, ou, para um jogador, um movimento é um movimento-no-jogo, os genitais que servem ao membro normal como insígnia de afiliação normalmente sexuada consiste em pênis-e-vaginas-na-ordem-moral-de-pessoas-sexuadas. (Estou falando descritivamente. Proponho essas “essências” como atribuições que os membros encontram em seus ambientes. Para evitar qualquer mal-entendido, gostaria de enfatizar que estou lidando com dados. Não estou defendendo o realismo platônico como uma filosofia de ciência social).

As experiências de Agnes com uma prima, uma cunhada e uma tia podem esclarecer essa propriedade. Comentando sobre o que ela caracterizava como “ciúme” de sua prima quando um visitante do sexo masculino na casa de seu irmão, que não conhecia nenhuma das duas, claramente preferiu Agnes à sua prima, que era aproximadamente da mesma idade, Agnes comentou sobre a mudança de atitude

da prima de uma que era favorável a Agnes antes da viagem para Midwest City, mas que mostrou forte desaprovação posteriormente. De acordo com os comentários de Agnes, ela sentia que a prima pensava nela como uma mulher falsificada, não uma mulher real. Agnes falou que sua prima a sentia como uma rival. (A rivalidade retratada era reciprocamente sentida, pois Agnes disse que achava difícil “tirá-la da minha cabeça”). Semelhantemente, para a cunhada de Agnes, uma branda desaprovação por parte da cunhada anteriormente à viagem a Midwest City se transformou em uma hostilidade declarada após o retorno de Agnes. Agnes atribuiu isso ao ressentimento da cunhada de que Agnes era dificilmente a pessoa para se comparar à cunhada em afazeres de conduta doméstica e conjugal apropriada. Em comparação com essas rivais, Agnes comentou sobre a mudança dramática por parte da tia idosa, que acompanhou sua mãe à Los Angeles para cuidar de Agnes durante sua convalescença da operação de castração. Agnes caracterizou a tia como uma mulher natural sem problemas com isso. A tia, disse Agnes, refletia a atitude de outros membros da família. Essa atitude, disse Agnes, foi de uma aceitação geral anterior à viagem a Midwest City, consternação e desaprovação severa depois do retorno, e aceitação aliviada e tratamento dela como uma “mulher de verdade depois de tudo” (citação de Agnes da observação da tia) depois da operação e durante nossas conversas enquanto a tia estava em Los Angeles. O ponto: em cada caso o objeto de interesse não era a posse do pênis ou da vagina feita pelo homem, mas, no caso da prima e da cunhada, o pênis de Agnes era prima facie contraditório às alegações de Agnes, por suas outras aparências, de possuir a coisa de verdade. No caso da tia, embora a vagina fosse feita pelo homem, ela era um caso da coisa de verdade, uma vez que era algo a que se considerava que ela tivera direito o tempo todo. Tanto a tia quanto a mãe ficaram fortemente impressionadas pelo fato de que a operação havia sido mesmo feita “neste país”. Deve é claro ser enfatizado, que os médicos no Centro Médico da U.C.L.A., por meio de suas ações, reconstruíram e validaram a pretensão de Agnes ao seu status como uma mulher natural.

Algumas características adicionais de Agnes como uma mulher natural requerem menção.

Não apenas Agnes expressou diretamente a reivindicação “eu sempre fui uma garota”, como também isso foi levado adiante pelo recurso a uma biografia notavelmente idealizada, na qual evidências de sua feminilidade original foram exageradas, enquanto que evidências de uma mistura de características, sem falar em evidências claramente definidas de uma educação masculina, foram rigorosamente suprimidas. A criança Agnes em seus relatos não gostava de participar de jogos brutos como baseball; seu “maior” problema era ter que jogar jogos de meninos; Agnes era mais ou menos considerada um maricas; Agnes sempre foi a menor; Agnes brincava com bonecas e cozinhava bolinhos de barro para o irmão; Agnes ajudava a mãe com as tarefas domésticas; Agnes não lembra que tipos de presentes recebeu de seu pai quando era criança. Perguntei uma vez para Agnes, se ela tinha que fazer fila com os meninos na escola pública. Sua resposta assustada e zangada foi, “fazer fila com os meninos para quê!”. Quando contei a ela que estava pensando em fazer fila em uma aula de dança ou fazer fila para exames físicos na escola, Agnes disse, “fazer fila nunca aconteceu”. Perguntei a ela se exames médicos com os meninos nunca aconteceram. Ela concordou “isso mesmo, eles nunca aconteceram”. Passamos a nos referir à sua representação como 120% feminina. Não apenas em seus relatos, mas às vezes nas suas conversas comigo, Agnes era a “coisinha” recatada, sexualmente inocente, animada, passiva e receptiva. Como um tipo de contraparte dialética para os 120% femininos, Agnes retratou seu namorado como 120% masculino, ela disse, quando nós começamos a conversar pela primeira vez, e repetiu por oito semanas estressantes após a operação, quando as complicações pós-operatórias haviam diminuído e a vagina recalcitrante estava finalmente se transformando na coisa que os médicos haviam prometido, “não teria se interessado por mim, absolutamente, se eu fosse anormal”. O pênis que foi possuído pela mulher natural era, repetidamente e sob questionamento recorrente, um apêndice acidental usado para o único propósito de passagem de urina. O pênis dos relatos de Agnes nunca havia estado ereto; ela nunca ficou curiosa sobre ele; ele nunca foi examinado por ela ou por outros; nunca entrou em brincadeiras com outras crianças; nunca

se moveu “voluntariamente”, nunca foi uma fonte de sentimentos prazerosos; sempre foi um apêndice acidental colado por uma peça cruel do destino. Quando ele foi amputado e perguntaram a Agnes agora que seu pênis e escroto haviam sido retirados o que ela pensava do pênis e do escroto que haviam sido retirados, sua resposta foi que ela não sentia que era necessário pensar mais neles do que alguém pensaria por ter uma verruga dolorosa removida.

Agnes frequentemente chamava minha atenção para a falta de uma biografia que era apropriada ao fato de que ela era aceita por outros e mais particularmente pelo seu namorado como uma garota. Agnes falou do intervalo de dezessete anos em sua vida e indicou que seu caráter feminino presente era visto pelos outros como uma história contínua como uma mulher, que se estendia desde a hora de seu nascimento. Salientou que apenas desde a época em que fez a mudança tem sido capaz de estabelecer uma biografia feminina de experiências que ela e outros poderiam traçar como um precedente para administrar aparências e circunstâncias presentes. Faltava a ela uma biografia própria para servir como um contexto histórico-prospectivo para administrar situações atuais. Para os outros, e mais particularmente para seu namorado, uma Agnes sempre mulher correspondia às expectativas que ela estimulava nele. Dois anos de memórias acumuladas apresentaram a ela uma fonte crônica para uma série de crises sobre as quais mais será dito posteriormente quando eu discutir suas ocasiões de passagem e os seus recursos de administração.

Outra característica de mulher natural normal, foi encontrava-se na representação e na insistência de Agnes em seu desejo de toda uma vida de ser aquilo que ela sempre soube que era. Dentro das representações, seus desejos vinham essencialmente de fontes misteriosas e desconhecidas, e resistiam a todas as vicissitudes postas por um ambiente ignorante, que ela tentava forçar, embora sem sucesso, uma linha arbitrária de afastamento de um curso normal de desenvolvimento. Agnes enfatizava repetidamente, “eu sempre quis ser uma garota; eu sempre me senti como uma garota; e eu sempre fui uma garota, mas um ambiente errado forçou a outra coisa em mim”. Em muitas ocasiões

de nossas conversas, foi perguntado como ela explicava o desejo que resistia às exigências do ambiente. Suas respostas invariavelmente elaboravam o tema, “não há explicação”.

Dada a adesão de Agnes à distinção feita pelas pessoas normais entre o homem natural normal, e a mulher natural normal, havia menos ambiguidade para Agnes em distinguir entre ela mesma como homem ou mulher do que havia em distinguir entre ela mesma como uma mulher natural e um homem homossexual. A mesma extensão dos exageros de sua biografia feminina, da masculinidade de seu namorado, de seu pênis anestesiado, e coisas semelhantes, forneceram a característica em que ela continuamente insistia: uma identificação consistentemente feminina. Muito do realismo instrumental que ela canalizava para o gerenciamento do seu status sexual escolhido, tinha por objeto administrar, então, suas circunstâncias de modo a evitar o que ela tratava como uma identidade errada e degradante. Confundir as duas coisas era uma questão de erro objetivamente avaliado, ignorância e injustiça por parte dos outros. Suas defesas, que lhe custavam muito em efetividade e orientação da realidade, tinham por objetivo manter sob cuidado as distâncias entre sua feminilidade natural normal, e os homens homossexuais. De tempos em tempos no curso de nossos encontros, quando eu dirigia a conversa para os homossexuais e travestis, Agnes tinha uma grande dificuldade, simultaneamente gerenciando seu fascínio pelo tópico e a grande ansiedade que a conversa parecia gerar. O quadro que ela apresentava, então, era o de uma depressão branda. Suas respostas se tornavam empobrecidas. Ocasionalmente sua voz se interrompia, quando ela negava o conhecimento disso ou daquilo. Havia uma insistência repetida de que ela não era, de maneira alguma, comparável. “Não sou como eles,” insistia continuamente. “No ensino médio eu me desviava claramente dos garotos que agiam como maricas... de qualquer um com um problema anormal... Eu os evitava completamente e chegava ao ponto de insultá-los só para me afastar deles... Eu não queria que me vissem conversando com eles, porque alguém poderia relacioná-los a mim. Eu não queria ser classificada como eles”.

Assim como as pessoas normais frequentemente terão dificuldade de entender

“porque uma pessoa faria isso”, i.e., de se engajar em atividades homossexuais, ou de se vestir como um membro do sexo oposto, Agnes também manifestava a mesma falta de “entendimento” por tal comportamento, embora seus relatos caracteristicamente fossem feitos com indiferença impassível, e nunca com indignação. Quando foi convidada por mim a se comparar com homossexuais e travestis, achou a comparação repulsiva. Embora quisesse saber mais, quando propus que um travesti que estava sendo visto por outro pesquisador estava interessado em conversar com ela, ela se recusou a ter qualquer contato com ele. Ela tampouco considerou conversar com qualquer um dos pacientes que mencionei que estavam sendo vistos e que tinham experiências semelhantes à dela. Quando eu disse a ela que um grupo de cerca de dezessete pessoas em São Francisco, que haviam feito, ou estavam planejando fazer, uma operação de castração, estavam interessadas em se encontrar e trocar experiências com pessoas com problemas semelhantes, Agnes disse que não poderia imaginar o que elas teriam para falar com ela e insistiu que elas não tinham nada a ver com isso.

Como vimos, ela insistia que seus genitais masculinos eram uma peça que o destino lhe pregou, um azar pessoal, um acidente, acima de tudo “estava além do meu controle”, cuja presença nunca aceitou. Tratava seus genitais como um crescimento anormal. Ocasionalmente falava deles como um tumor. Com genitais descartados como sinais essenciais de sua feminilidade, e necessitando de sinais essenciais e naturais de sexualidade feminina, ela relatava, ao invés disso, o desejo de toda a vida de ser uma mulher e os seus seios proeminentes. Seus sentimentos, comportamento, escolhas de companheiros, e assim por diante, autodescritos como femininos, nunca foram retratados como questões de decisão ou escolha, mas foram tratados como tão dados quanto um fato natural. Assim como eles eram mostrados em seus relatos, seu exercício natural teria sido mostrado desde o começo, ela insistia, não fosse por um ambiente mal orientado, frustrante, sem compreensão.

Antes de tudo ela contava seus seios como insígnia essencial. Em várias ocasiões em nossas conversas, ela expressou o alívio e a alegria que sentiu quando notou, aos doze anos, que seus seios

estavam começando a se desenvolver. Ela disse que escondeu essa descoberta de sua mãe e irmãos, porque “não era da conta deles”. Estava claro nas suas observações posteriores que ela queria dizer com isso que temia que eles considerassem o desenvolvimento de seus seios como uma anormalidade médica e por causa da sua idade e incompetência jurídica, eles poderiam decidir, independentemente e contrariamente aos seus desejos e ao que ela sentia, submeter-la tratamento médico e, portanto, arriscaria a perda dos seios. Orgulhava-se particularmente do tamanho dos seus seios, assim como orgulhava-se de suas medidas. Antes da operação, estava temerosa de que “os médicos na U.C.L.A.” decidissem entre eles, e sem consultá-la, e na hora da operação, que o remédio para sua condição consistia em amputar seus seios, ao invés do seu pênis e do escroto. Após a operação, por causa das mudanças endocrinológicas e por outras razões, ela perdeu peso. Seus seios ficaram menores, a medida de seu peito baixou de 38 para 35 polegadas. A angústia que ela mostrou foi suficientemente aparente para ter sido considerada por nós como um dos fatores constituintes de uma depressão pós-operatória curta, mas severa. Quando os Departamentos de Endocrinologia e Urologia terminaram o trabalho médico, mas antes da operação, ela se permitiu um otimismo brando, que manteve sob vigilância pesada e lembrança contínua de que a decisão não estava mais em suas mãos, e lembrando a si mesma, a mim, a Stroller e a Rosen, que em ocasiões anteriores, mais particularmente depois dos exames em sua cidade natal, depois de se permitir um grande otimismo, ela foi deixada com “nada além de encorajamento. Apenas palavras”. Quando pediram para ela se apresentar ao Centro Médico da U.C.L.A. e disseram que a decisão havia sido tomada para amputar o pênis e fazer a vagina artificial, ela falou da decisão com grande alívio. Ela falou da decisão médica como uma vindicação autorizada de suas alegações à sua feminilidade natural. Mesmo as complicações após a operação forneceram episódios de vindicação prazerosa. Por exemplo, após a operação, ela desenvolveu uma incontinência uretral branda, para a qual já havia sido aconselhada pelo médico a usar absorventes. Quando observei bastante feliz que essa era certamente uma nova experiência para ela, ela riu e ficou obviamente feliz e lisonjeada.

Houve muitas ocasiões em que minhas atenções a lisonjearam no que diz respeito a sua feminilidade; por exemplo, segurando seu braço enquanto a guiava até o outro lado da rua; almoçando com ela no Centro Médico; oferecendo para pendurar seu casaco; aliviando-a do peso de sua sacola; segurando a porta do carro para ela, enquanto ela entrava; preocupando-me com seu conforto antes que fechasse a porta do automóvel e tomasse meu próprio assento atrás do volante. Em momentos como esse, seu comportamento lembrava-me que ser mulher para ela era como ter recebido um presente maravilhoso. Era em tais ocasiões que ela mais claramente exibia as características dos “120% mulher”. Em tais momentos, ela agia como uma iniciada recente e entusiasmada da irmandade, a que seu coração sempre desejou pertencer.

ADQUIRINDO AS PROPRIEDADES ADSCRITAS DE MULHER NATURAL, NORMAL

A mulher natural, normal era para Agnes um objeto adscrito. Em comum com as pessoas normais, ela tratava sua feminilidade como independente das condições de ocorrência e invariável a vicissitudes de desejos, acordos, escolha aleatória ou voluntária, acidente, considerações de vantagem, recursos disponíveis, e oportunidades. Permanecia para ela a coisa temporalmente idêntica acima de todas as circunstâncias históricas e prospectivas e experiências possíveis. Permanecia a coisa idêntica na essência sob todas as transformações imagináveis de aparências, tempo e circunstâncias reais. Isso resistia a todas as exigências.

A mulher adscrita, natural, normal era o objeto que Agnes buscava adquirir para si mesma.

Dois significados de “aquisição” são significativos ao se falar de Agnes tendo adquirido seu status de mulher. (1) Tornar-se mulher representava para ela uma ascensão de status em relação àquele de homem, que era para ela de menor valor que o status de mulher. Para ela, ser uma mulher a fazia um objeto, de longe, mais desejável aos seus próprios olhos e, como era realisticamente convencida, aos olhos dos outros também. Antes da mudança e depois também, a mudança para mulher, não apenas representou uma elevação de si mesma como uma pessoa

digna, mas era um status, ao qual ela literalmente aspirava. (2) O segundo sentido de aquisição refere-se às tarefas de assegurar e garantir para si mesma os direitos e obrigações adscritas a uma mulher adulta pela aquisição e uso de habilidades e capacidades, pela mostra eficaz de aparências e performances femininas, e pela mobilização de sentimentos e propósitos apropriados. Como no caso da pessoa normal, os testes de tais trabalhos de controle ocorreram sob o olhar e na presença de outros homens e mulheres normais.

Embora as reivindicações da sua feminilidade natural pudessem ser antecipadas, elas não poderiam ser dadas como certas. Muitas questões serviam como lembranças obstinadas de que sua feminilidade, embora reivindicada, poderia ser reivindicada apenas a custo de vigilância e trabalho. Antes da operação, ela era uma mulher com pênis. A operação em si substituiu um conjunto de dificuldades por outro. Assim, depois da operação ela era uma mulher com uma vagina “feita pelo homem”. Em suas palavras ansiosas, “Nada que é feito pelo homem pode, de algum modo, ser tão bom quanto algo que a natureza faz”. Ela e seu namorado concordavam com isso. De fato, seu namorado, que nos relatos dela se orgulhava de ser duramente realista, insistia nisso e ensinava isso para ela, para sua concordância desanimada. Além disso, sua vagina totalmente nova provou ser recalcitrante e delicada. Logo depois da operação desenvolveu-se uma infecção pelo uso do molde. Quando o molde foi removido, aderências foram formadas e o canal não mais recebia um pênis do tamanho do molde. Manipulações manuais para manter o canal aberto tiveram que ser feitas fora da vista de outros e com o cuidado que a natureza desse trabalho privado mantém oculta. Essas manipulações causaram dor. Durante muitas semanas depois da operação ela sofreu desconforto e foi exasperada e humilhada por incontinência fecal e uretral. Isso foi seguido por outra hospitalização. Houve mudanças de humor e sentimentos de que ela havia perdido a perspicácia, a agilidade e a definição de seus pensamentos. Mudanças de humor imprevisíveis produziram brigas severas com seu namorado, que ameaçava deixá-la se ela mostrasse qualquer outro sinal de raiva para com ele. Além disso, havia a lembrança de que, embora ela agora tivesse a vagina, ela tinha com

ela uma biografia masculina. Ela dizia, “há uma grande lacuna em minha vida”. Além disso, havia o fato de que a mudança para uma aparência pública feminina havia sido feita apenas três anos antes. A maioria dos ensaios anteriores havia sido em sua imaginação. Assim, ela ainda estava aprendendo a agir e a sentir como uma mulher. Estava aprendendo esse novo papel apenas com a função de realmente representá-lo. Havia riscos e incertezas envolvidos. O trabalho de assegurar e garantir os direitos de mulher, vindo a merecer tais atribuições através de suas realizações — através de seu sucesso em representar o papel feminino — portanto, a envolvia em circunstâncias, cuja característica relevante era que ela sabia algo vitalmente relevante para os termos aceitos da interação que os outros não sabiam, e que ela era de fato engajada nas tarefas incertas de passagem.

Quais eram algumas questões que depois e/ou antes da operação Agnes era obrigada a esconder?

1. Antes da operação a insígnia contraditória de sua aparência feminina; os genitais masculinos mascarados.
2. Que ela foi criada como um garoto e, portanto, não tinha uma história para corresponder à sua aparência como uma mulher atraente.
3. Que ela fez a mudança apenas três anos antes e ainda estava aprendendo a agir como a coisa, pela qual queria ser tomada.
4. Que ela não era capaz, e não seria capaz, de preencher as coisas esperadas dela pelos homens que estivessem atraídos por ela precisamente, na medida em que era bem sucedida em se colocar acima, como uma mulher sexualmente atraente.
5. Havia uma vagina feita pelo homem.
6. Que ela queria o pênis e o escroto removidos e uma vagina construída em seu lugar. Depois da operação, que ela tinha uma vagina que havia sido construída da pele de um pênis amputado, e os lábios, da pele de um escroto perdido.
7. Havia as questões a mascarar sobre os

serviços sexuais que seu namorado exigia que ela de alguma maneira satisfizesse.

8. Havia o que ela fizera, e com a ajuda de quem, para alterar sua aparência.

9. Havia as atividades de controle ativo de pessoas em torno dela para conseguir a operação, mais particularmente dos médicos e da equipe de pesquisa na U.C.L.A., e, é claro, da equipe médica durante os anos quando ela procurou ajuda médica.

Agnes procurou ser tratada e tratar os outros de acordo com o status sexual legítimo, embora isso fosse acompanhado de um segredo profundo e obscuro, que estava relacionado não com as habilidades e a adequação com a qual ela encenava o status, mas com a legitimidade de sua ocupação. Para Agnes, encenar o novo status vinha acompanhado de sentimentos de que ela sabia de alguma coisa que a outra pessoa não sabia, de cuja revelação ela estava convencida e temia que a arruinaria. A transferência de status de sexo envolvia a suposição de um status legítimo, cuja revelação envolvia grandes riscos, degradação de status, trauma psicológico, e perda de vantagens materiais. Esse tipo de passagem é totalmente comparável à passagem encontrada em submundos políticos, sociedades secretas, refugiados de perseguição política, ou negros que se tornam brancos. No caso de Agnes, a passagem é de especial interesse, porque a mudança de status sexual foi acompanhada do fato de ela cuidar marcada e deliberadamente para que sua nova identidade fosse segura contra algumas contingências conhecidas e muitas desconhecidas. Isso foi feito via gerenciamento ativo e deliberado de sua aparência como um objeto perante outras pessoas. Ela enfatizava a maneira apropriada de se expressar e o gerenciamento de relações pessoais. O trabalho teve que ser feito em situações conhecidas com o conhecimento mais hesitante, tendo incerteza marcada sobre suas regras de prática, com riscos severos e prêmios importantes simultaneamente envolvidos, um não estando disponível sem o outro. Punição, degradação, perda de reputação, e perda de vantagens materiais eram questões em risco, se a mudança fosse detectada. Em quase toda situação de

interação, a relevância do segredo operava como conhecimento de contexto. Sua preocupação em escapar da detecção tinha um valor da mais alta prioridade. Quase toda situação tinha o aspecto, portanto, de um teste de “caráter e aptidão”, real ou potencial. Seria menos acurado dizer que ela passou, do que ela estava continuamente engajada no trabalho de passagem.

PASSAGEM

Chamarei de “passagem” de Agnes o trabalho de adquirir e assegurar os direitos de viver como mulher natural, normal, tendo continuamente que prever a possibilidade de detecção e conseqüente ruína, implícita nas condições socialmente estruturadas. Suas situações de atividade — um número bem grande delas — eram cronicamente de “esforço estruturado”. Podemos pensar nelas como situações socialmente estruturadas de crise potencial e real. Sociologicamente falando, a ênfase é uma “ênfase normal”, no sentido de que a ênfase ocorreu precisamente por causa de suas tentativas ativas de aquiescer com uma ordem legítima de papéis sexuais. Cada um da grande variedade de exemplos estruturalmente diferentes requeria vigilância, engenhosidade, persistência, motivação sustentada, pré-planejamento, que era acompanhado continuamente de improvisação, e continuamente, astúcia, inteligência, conhecimento, e de forma muito importante, de seu desejo de lidar com “boas razões” – i.e., ou fornecer, ou estar pronta para fornecer, justificativas razoáveis (explicações) ou evitar situações, nas quais explicações fossem requeridas.

A passagem não era um assunto que agravada a Agnes. Era necessário para ela. Agnes tinha que ser mulher. Gostando ou não, ela tinha que fazer a passagem. Ela gostava de seu sucesso, e temia e odiava suas falhas. Quando pedi a ela para me contar as “coisas realmente boas” que haviam acontecido, ela falou sobre seu primeiro emprego depois do retorno à sua cidade natal; a diversão em encontros em grupo na sua cidade natal, depois da mudança; viver com sua colega de quarto em Los Angeles; sua habilidade como estenografa; uma sucessão de empregos cada vez melhores; a operação oito semanas depois, quando a nova vagina tinha boa aparência, estava finalmente cicatrizando sem dor, e, para a surpresa dos cirurgiões, estava respondendo a

seus esforços em adquirir cinco polegadas (12,7 cm) de profundidade. “É claro que a melhor coisa que já aconteceu comigo foi Bill”.

Quando perguntei a Agnes se havia quaisquer “coisas realmente ruins” que haviam acontecido com ela, o esforço na tentativa de responder era tão evidente que achei necessário modificar a questão e perguntar, ao invés disso, algumas coisas que foram “coisas ruins, mas não tão ruins”. A isso, ela respondeu, “Ser percebida (nos anos correspondentes ao ensino fundamental e especialmente no ensino médio) e ser notado que eu não tinha quaisquer amigos, ou companheiros, ou algo assim”. (Depois de pausa). “Eu não tinha amigos, porque não reagia de forma normal a qualquer tipo de relacionamento. Eu não podia ter um namorado. Eu não queria um namorado. Por causa do jeito que eu era, eu não podia ter namoradas também, então lá estava eu... Eu não tinha amigos porque não conseguia reagir de forma normal a qualquer tipo de relacionamento”. Perguntei por que ela não poderia ter amigos. “Como eu poderia ter namoradas? Como poderia ter amigos?” Minha pergunta: por que não? “Eu provavelmente sentia que seria impossível. Na escola, eu não ficava de gracinha com as garotas, ou me enturmava, ou fazia qualquer coisa desse tipo, porque, então, eu estaria sendo muito visada”. A partir de outras descrições dela, os momentos particularmente difíceis podem ser brevemente, mas, é claro, não exaustivamente, enumerados, como os seguintes: crescer; os três anos no ensino médio; a vida em casa imediatamente após a mudança, as atitudes da família, vizinhos, e antigos amigos depois que ela retornou de Midwest City; o desapontamento agudo, quando foi dito a ela que nenhuma ação poderia ser tomada depois de seus exames e da laparotomia exploratória na sua cidade natal; controlar as exigências de seu namorado, Bill, de relação sexual; o episódio com Bill, quando ela finalmente revelou para ele que ela tinha um pênis entre suas pernas; controlar suas conversas conosco na U.C.L.A., na esperança de que a decisão fosse favorável e de que a operação fosse feita logo; seu medo de que os médicos decidissem amputar seus seios invés de seu pênis, e que ela estava comprometida com uma operação, a decisão não estando mais dentro de seu controle; após a operação, sua convalescença,

que durou aproximadamente seis semanas, as quais foram marcadas por depressão moderada, rápidas mudanças de humor, as quais era incapaz de controlar, ou justificar para si mesma e para o seu namorado, e uma sucessão de brigas severas com o namorado; uma vagina recalcitrante, que não cicatrizava apropriadamente e tinha apenas a fração da profundidade que ela esperava; uma infecção severa na bexiga, que exigiu outra hospitalização; a redução do tamanho de seus seios de 38 para 35 polegadas (96,5 para 89 cm) e o medo constante de que o pênis era, afinal, necessário para manter sua aparência feminina; a mudança no relacionamento com Bill nos três meses seguintes à operação; e finalmente, antecipadamente, Los Angeles, se seus planos de casamento não se materializarem.

As “situações realmente e boas” foram aquelas nas quais o trabalho de passagem permitiu-lhe os sentimentos, e permitiu-lhe tratar os outros e ser tratada pelos outros, como uma “garota normal e natural”. As “coisas realmente ruins” foram as situações, nas quais o trabalho de controle, por várias razões, fracassou ou pressagiava fracassar. Apenas retrospectivamente elas adquiriram os aspectos dramáticos de sucessos ou fracassos. Para nossos interesses, os casos críticos foram aqueles que tiveram de ser tratados durante seu curso. Que tipos de situações foram essas? Como ela conseguiu, durante seu curso, chegar a entender-se com elas? Em muitas dessas situações e de alguma forma, apesar do caráter socialmente estruturado das crises, ela conseguiu alguma aproximação do controle rotineiro e da “vida habitual”.

Um caso ilustrativo pode ser usado para introduzir nossa discussão dessas questões.

Antes de comparecer a um exame físico para um trabalho que depois obteve com uma grande companhia de seguros, e porque ela tivera exames físicos similares anteriormente, Agnes decidiu que devia autorizar o exame do médico a prosseguir até o seu abdômen inferior. Se o médico então prosseguisse, ou desse qualquer indicação de examinar a área genital, ela decidira alegar recato e, se isso não fosse suficiente para impedir o médico, ela simplesmente sairia, talvez fingindo recato, ou, se necessário, não dando desculpa alguma. Seria muito preferível desistir do emprego a arriscar ser revelada, com uma

condição sendo dependente, é claro, da outra.

Em caso após caso, a situação a ser controlada pode ser descrita em geral como uma, na qual a realização de metas corriqueiras e satisfações consequentes envolveram consigo um risco de exposição. Ela empregou uma estratégia, pela qual estava preparada para sair, se a exposição parecesse provável, apesar do custo de sacrificar essas vantagens. Sua situação característica na passagem foi uma, na qual tinha de estar preparada para escolher, e frequentemente escolhia, entre proteger a identidade feminina e atingir metas ordinárias. Sua situação crônica foi aquela, na qual ambas as condições tinham de ser simultaneamente satisfeitas por seu gerenciamento deliberadamente ativo. A coisa que ela sabia que os outros não sabiam era que as duas condições —conseguir obter oportunidades para satisfação institucionalizada e corriqueira, minimizando o risco de revelação — foram classificadas em uma prioridade fixa: a segurança devia ser protegida primeiro. As satisfações comuns deviam ser obtidas apenas se as condições prévias da identidade protegida pudessem ser satisfeitas. Riscos nessa direção requeriam o sacrifício das outras satisfações.

Uma variedade de situações nos fornece variações sobre esse tema essencial.

OCASIÕES DE PASSAGEM

Para ajudar a reunir meus pensamentos sobre as várias ocasiões pelas quais Agnes teve de passar, tentei pensar nessas situações como um jogo. Quando o fiz, apenas uma quantidade comparativamente pequena do material que foi coletado de Agnes pode ser tratada sem encontrar severas incongruências estruturais. Além disso, os materiais que podem ser concebidos sob os auspícios de um jogo, enquanto facilitavam comparações entre as ocasiões de passagem, também não parecem ser particulares às experiências de Agnes na passagem sexual. Os materiais que são particulares à passagem sexual são difíceis de explicar com a noção de um jogo por causa das incongruências estruturais que são geradas, ao se aplicar o modelo.

As seguintes propriedades formais de jogos facilitam a análise de um conjunto desses materiais, mas interferem na do outro conjunto.

(1) Há a estrutura peculiar de tempo dos

jogos e eventos nos jogos. Para os jogadores, em qualquer momento do jogo, está potencialmente disponível para cada um o conhecimento de que, a um dado momento, o jogo terá chegado ao fim. (2) Se as coisas derem errado, é possível para o jogador “sair” do jogo ou mudar para outro jogo, e assim por diante. (3) Estar “no jogo” envolve, por definição, a suspensão de pressuposições e procedimentos da vida “séria”. Muitos comentaristas de jogos tomaram conhecimento desse aspecto ao falarem do jogo como um “mundo artificial em microcosmo”. (4) As biografias mútuas que são estabelecidas para jogadores como uma função de sua jogada conjunta real fornecem precedentes que são particulares às interações desse jogo. (5) Uma jogada completada de um jogo consiste em um episódio encapsulado. As regras e o curso real completado da jogada fornecem ao episódio seu caráter total como uma trama de relevâncias. (6) Caracteristicamente, o sucesso e o fracasso podem ser claramente decididos, e um ou outro resultado é ordinariamente muito pouco sujeito à reinterpretação. Jogadores não precisam esperar desenvolvimentos fora da partida do jogo para permitir decisões quanto ao que o episódio significava. (7) Na medida em que os jogadores estão comprometidos a se submeterem às regras básicas que definem o jogo, as regras básicas fornecem para os jogadores as definições de consistência, efetividade, i.e., de ação racional e realista nessa situação. De fato, ações em aquiescência com essas regras básicas definem, em jogos, “jogo limpo” e “justiça”. (8) Embora estratégias possam ser altamente improvisadas e embora as condições de sucesso e fracasso possam, durante o curso da partida, ser incertas para os jogadores, as regras básicas do jogo são conhecidas e são independentes dos inconstantes estados presentes do jogo e da seleção de estratégias. As regras básicas estão disponíveis para o uso pelos jogadores e são presumidas pelos jogadores como estando disponíveis como conhecimento requerido que os jogadores têm antes das ocasiões, nas quais essas regras podem vir a ser consultadas para decidir entre alternativas legais. (9) Dentro das regras básicas, procedimentos de eficácia instrumental estrita são, em princípio, adotáveis por qualquer jogador, e cada jogador pode assumir isso para si

mesmo, ou para o seu oponente, ou insistir nesses procedimentos para si mesmo e seu oponente sem empobrecer sua compreensão do jogo.

O jogo esclarece várias das ocasiões de passagens de Agnes como uma trama de possibilidades ambientais relevantes e sua estrutura operacional. O jogo se aplica, por exemplo, a seu controle sobre o traje de praia. A situação problemática foi a de simultaneamente acompanhar amigos, homens e mulheres, à praia local de Santa Mônica, sem arriscar sua revelação. Dispositivos instrumentais forneceram soluções adequadas ao problema. Agnes usou roupas íntimas apertadas e trajes de banho com uma saia. Nas suas palavras: “não sei por que, é um milagre, mas não aparece nada”. Ela se juntava à multidão, correspondendo ao entusiasmo para se banhar, se ou até ficar claro que um banheiro ou o quarto de uma casa particular estaria disponível, no qual pudesse trocar seu traje de banho. Banheiros públicos e automóveis deviam ser evitados. Se as instalações necessárias não estivessem disponíveis, desculpas seriam fáceis de se dar. Como ela apontou, é permitido não “estar no clima” para se banhar, apesar de se gostar muito de ficar na praia.

Do mesmo modo, Agnes falou sobre seu desejo de ter um emprego que fosse comparativamente próximo e preferencialmente a uma distância que lhe permitisse ir a pé de sua residência, e, em todo caso, um que permitisse o uso de transporte público. Apesar de Agnes dirigir automóveis, ela não tinha um. Ela temia um acidente, que poderia levá-la a ficar inconsciente, e então colocá-la em risco de exposição.

Outro exemplo. Depois de chegar a Los Angeles, ela dividiu um quarto com uma amiga. A situação foi conduzida através de um trato com sua amiga de uma respeitar a privacidade da outra e evitarem uma a nudez uma na presença da outra. Em uma ocasião, um problema surgiu para Agnes. Enquanto tirava seu vestido, ela expôs a cicatriz de uma laparotomia exploratória. Uma pergunta amigável da colega de quarto foi recebida com a explicação de que se tratava de uma operação de apendicite. Agnes contou para mim que ocorreu a ela, ao dizer isso para a sua colega de quarto, que poderia permanecer a pergunta, para a sua colega de quarto, sobre por que uma operação de apendicite deveria deixar

uma cicatriz tão grande e feia. Ela ofereceu, portanto, a explicação não-solicitada de que “houvera complicações”, e contou com o fato de que a colega de quarto não tinha conhecimento médico suficiente para saber a diferença.

Um jogo mais complicado, mas, ainda assim, um no qual os recursos do jogo foram empregados, ocorreu na ocasião em que o amigo de seu irmão visitou sua casa depois de o irmão ter se casado. Agnes, seu irmão, sua cunhada e sua prima, Alice, por quem Agnes tinha intensos sentimentos de rivalidade, estavam na sala de estar quando o amigo do irmão entrou. Depois, o irmão saiu do aposento com o amigo para levá-lo até o carro. Quando o irmão voltou à sala, disse que o amigo perguntou a ele: “quem é aquela garota bonita?”. Agnes disse que sua prima, Alice, presumiu que o amigo falava sobre ela. Quando o irmão disse ironicamente que fora Agnes a pessoa citada, Alice ficou furiosa. Agnes, aqui, dependia da disciplina familiar para protegê-la contra a humilhação. Mas essa mesma disciplina familiar, apesar de permitir vitória, azedava a vitória também. Agnes descreveu um incidente estruturalmente similar quando estava fazendo compras com seu irmão, e foi tomada pela atendente como esposa dele. Agnes sentiu-se lisonjeada e deleitada. Seu irmão não gostou disso, de forma alguma. Ela podia confiar no fato de que seu irmão respeitaria o segredo de família, mas também podia confiar nele para lembrá-la depois o quanto ele desaprovava a mudança.

Namorar, tanto em sua cidade natal quanto em Los Angeles, antes de começar a sair com Bill, fornece outras ocasiões que exibia as propriedades de jogo de caráter episódico, pré-planejamento, e uma confiança no conhecimento instrumental de regras que ela poderia assumir serem conhecidas e ligadas às várias partes de uma forma mais ou menos similar. Apesar de um interesse em encontros com os meninos, ela recusava-os. Apresentações prévias eram a ordem do dia, mais particularmente, porque elas permitiam-lhe adiar o encontro até que ela e suas amigas tivessem consultado umas às outras sobre a verificação do caráter do novo pretendente. Amassos foram tratados de acordo com a regra: sem amassos no primeiro encontro; talvez no segundo. Como Agnes disse, “Se você beija um menino no primeiro encontro e diz não no

segundo, então você tem problemas.” Um pouco de carícias era permitido, mas, sob circunstância alguma, abaixo da cintura. Ela se encantava com o pensamento de que algum menino era um “lobo”, mas não sairia com um lobo. De qualquer forma, havia segurança em números, de modo que múltiplos encontros e festas em casas e na igreja eram preferíveis. Agnes não bebia. Dizia nunca ter ficado bêbada e que nunca permitiria a si mesma ficar bêbada.

Um dos episódios estruturados como um jogo trabalhados de forma mais complexa ocorreu, quando Agnes teve de fornecer amostra de urina, quando foi examinada como parte de um exame físico para um emprego com uma companhia de seguros. No dia em que se candidatou para o emprego, e no momento da entrevista pessoal, um exame físico foi agendado para o mesmo dia. Ela tinha pouco tempo para se preparar. Para controlar os riscos envolvidos em ter de expor seu corpo, achou necessário improvisar. Foi requisitada a fornecer uma amostra de urina, e o médico pediu-lhe que usasse o urinol em seu escritório. Ela esperava um toailete com uma porta. A ameaça residia no fato de que a enfermeira, que tinha liberdade para entrar no escritório, entrasse enquanto Agnes estivesse manipulando seus genitais. Agnes inventou a desculpa para o médico, depois de sentar-se no urinol, quando deliberadamente não fez nada, de que não conseguiu urinar, mas que ficaria feliz em entregar a amostra mais tarde, naquele dia. Quando ele concordou, ela voltou ao seu apartamento, onde morava com uma garota. Então ocorreu a ela que talvez fosse possível determinar o sexo de uma pessoa por seu exame de urina. Sem saber se isso era ou não verdade, e sem saber quão completa a análise de urina seria, mas sentindo-se indisposta a correr qualquer risco em ambas as possibilidades, disse à sua colega de quarto que tivera uma pequena infecção de rim e que tinha medo de que, se a infecção aparecesse na urina, seria recusada para o trabalho. A amiga fez o favor de fornecer a ela uma garrafa de urina, a qual Agnes apresentou como sendo sua.

Em outra ocasião, ela acabara de conseguir um emprego como secretária jurídica como a única moça no escritório para uma pequena firma de dois advogados que haviam acabado de começar sua prática. Agnes estava encantada com

o emprego, mais particularmente porque não tinha qualificações para tal no momento em que foi contratada. Seus empregadores, sem condições de arcar com mais despesas, estavam dispostos a ter uma funcionária menos qualificada para minimizar os custos. Esse acordo não poderia ter sido melhor para Agnes, já que ela tinha, tanto a oportunidade de um trabalho mais interessante, quanto uma chance de melhorar suas habilidades estenográficas. Vários meses depois de o trabalho começar, a operação de castração foi agendada na U.C.L.A. Era necessário então arrumar uma licença do emprego para fazer a operação, mas também arranjar uma licença, que garantisse que seus empregadores contratariam apenas um substituto temporário. Era sua meta secundária que lhe fosse dada uma carta de recomendação por eles no caso de ela não ter condições de retornar a tempo, e que a carta dissesse que ela trabalhara lá por seis meses, ao invés dos dois meses reais, a fim de que não lhe fosse requerido posteriormente explicar sua ausência para outro empregador, visto que ela já tinha um histórico de trabalho com vários intervalos curtos, e, obviamente, para que continuasse trabalhando como secretária jurídica. Isso foi arranjado através de cirurgiões urologistas da U.C.L.A, que ligaram para seus empregadores e disseram a eles, em trato com Agnes, que ela seria temporariamente hospitalizada devido a uma grave infecção de bexiga.

Uma das ocasiões de passagem mais dramáticas, semelhantes a um jogo, consistiu em uma série de eventos que culminaram na viagem a Midwest City, sua mudança de aparência, e seu retorno pra casa. Agnes fez a viagem em agosto de 1956. Durante vários meses antecedentes à viagem, preparou-se para a mudança. Disse que, em cerca de dois meses, perdeu vinte e cinco libras (11,34 kg). Isso produziu a silhueta atraente com a qual depois apareceu na U.C.L.A. A dieta foi autoimposta. Ninguém da família, disse Agnes, tinha qualquer conhecimento de seu plano e do lugar que a silhueta feminina atraente em desenvolvimento tinha em seus planos. Ela lidou com as perguntas de vários membros da família protestando: “todo tipo de pessoa entra em dieta, não entra?”. Gastou um tempo considerável em seu quarto ensaiando as ações que pareceriam apropriadas para sua nova aparência. Sua família entendeu que a viagem a Midwest City consistiria

em um mês de férias, o qual ela iria passar com sua avó. Agnes tinha muitos parentes em Midwest City, que não a viam há anos. Ela planejou contato mínimo com eles durante sua estadia, ficando na casa de sua avó. Embora tivesse parentes em várias outras cidades, Midwest City foi escolhida por ser uma cidade grande. De acordo com o plano, no fim de agosto, ela deixou a casa da avó de manhã cedo, sem deixar recado ou qualquer outra indicação dos motivos para sair, ou de seu paradeiro. Em um quarto de um hotel no centro, colocou roupas femininas e foi a um salão de beleza local, onde seu cabelo, que era curto, foi aparado e rearranjado no corte italiano popularizado por Sofia Loren. Planejava permanecer em Midwest City e obter um trabalho lá, tendo escolhido a cidade, disse ela, porque era um lugar grande o suficiente para fornecer oportunidades de emprego e o anonimato necessário, mas também porque era grande o bastante para permitir-lhe evitar seus parentes. Se eles se encontrassem, ela pensou, os parentes não a reconheceriam, porque ela já não os via havia muitos anos. Além disso, se ela se encontrasse com eles e eles perguntassem, ela negaria quem era. Ela contava com um fato: “a maioria das pessoas não insistiria, de qualquer modo, que a conheçam”. Como ela acabou descobrindo, “eu não planejava com cuidado o suficiente”. Confrontada com a necessidade de ter de ganhar a vida por si só, sem ter experiência alguma de trabalho prévio para falar, sem saber como proceder para encontrar o emprego de que precisava, tendo apenas habilidades básicas como datilógrafa, e ainda, sentindo-se incerta quanto a suas habilidades como uma mulher, ficou apavorada com as chances de fracasso. Quando perguntei por que ela não voltava para sua avó, ela respondeu: “como eu poderia? Ela nem saberia quem eu era. Ela tinha setenta e dois anos. Como eu poderia dizer a ela algo desse tipo?”. Finalmente, ela tinha muito pouco dinheiro; como ela disse, “apenas o suficiente para voltar pra casa”. Na tarde do dia em que fez a mudança, telefonou para a mãe, dizendo a ela o que havia feito, e, de acordo com o relato de Agnes, sob os pedidos da mãe, voltou para casa de ônibus em seus novos trajes femininos, naquela mesma noite. A viagem se tornou agradável, disse ela, devido aos galanteios de diversos soldados.

OCASIÕES DE PASSAGEM QUE O MODELO DE JOGO NÃO ANALISA APROPRIADAMENTE

Há muitas ocasiões que falham em satisfazer várias propriedades de um jogo. Quando o jogo é usado para analisá-las, a análise contém incongruências estruturais.

Uma ocasião desse tipo ocorria muito frequentemente: Agnes, agindo como um “aprendiz secreto”, aprendia, como ela disse, “a agir como uma garota”. Sua abordagem foi mais ou menos assim: Agnes e seus parceiros de interação seriam direcionados a uma meta mutuamente compreendida e valiosa, enquanto, ao mesmo tempo, uma outra meta de valor equivalente, para a qual a outra pessoa contribuía, permanecia conhecida apenas por Agnes, e cuidadosamente escondida. Em contraste com o caráter episódico das ocasiões que foram descritas anteriormente, tal ocasião era caracterizada por sua natureza continuada e em desenvolvimento e. Além disso, suas “regras” são aprendidas apenas durante o curso da própria interação, como uma função da participação real, e pela aceitação dos riscos envolvidos.

Várias pessoas eram importantes em seus relatos, com quem ela não apenas agia como uma garota, mas aprendia, com elas, como agir como uma garota. Uma importante instrutora-parceira foi a mãe de Bill, em cuja casa passou grande parte de tempo como uma futura possível nora. A mãe de Bill tinha ascendência indonésia e holandesa, e trabalhava como costureira. Enquanto ensinava Agnes a cozinhar pratos holandeses para agradar a Bill, ela também ensinava Agnes a, antes de qualquer coisa, cozinhar. Agnes disse que a mãe de Bill ensinou-lhe sobre costura e tecidos; ensinou-lhe quais roupas devia vestir; discutiam lojas de roupas, compras, estilos que eram apropriados para Agnes, e as práticas do lar.

Agnes falou das “longas repreensões” que recebia de Bill sobre ocasiões nas quais ela havia feito algo que ele desaprovava. Uma tarde, ele voltou do trabalho por volta das cinco horas e encontrou-a tomando sol no gramado em frente ao apartamento dela. Ela aprendeu bastante com os seus argumentos detalhados e raivosos sobre os modos como essa “exibição na frente de todos esses homens voltando pra casa do trabalho” era ofensiva para ele, mas atraente para outros

homens.

Em outra ocasião, recebeu uma lição de Bill sobre como uma garota devia se portar em um piquenique. Ele fez isso analisando com raiva os defeitos da namorada de um colega, que insistira, em sua explicação raivosa: em querer as coisas ao seu próprio modo; em oferecer suas opiniões, quando ela deveria estar se omitindo; em ser áspera em seu comportamento quando devia estar sendo meiga; em reclamar, ao invés de aceitar as coisas como elas eram; em demonstrar sua sofisticação ao invés de ser inocente; em agir de forma indecente, ao invés de abjurar quaisquer reivindicações de igualdade com homens; em exigir ser servida, ao invés de procurar dar ao homem com quem estava prazer e conforto. Agnes citou Bill com aprovação: “não pense que os outros tomarão seu partido, quando você agir assim. Eles sentem pena pelo cara que tem de ficar com ela. Eles ficam pensando, onde foi que ele arrumou essa garota!”

Com suas colegas de quarto e círculos mais amplos de amigas, Agnes fazia fofocas, análises de homens, festas e comentários após encontros. Não apenas ela adotou a pose de aceitação passiva de instruções, mas aprendeu também o valor da aceitação passiva como um traço de personalidade feminina desejável. A rivalidade com sua prima, por toda a sua perniciosidade, forneceu-lhe instruções ao forçar uma reflexão sobre as coisas que estavam erradas com sua prima, reivindicando para si mesma qualidades que contrastavam com aquelas que encontrou para criticar na prima.

Nessas ocasiões, Agnes era requerida a cumprir os padrões de conduta, aparência, habilidades, sentimentos, motivações e aspirações, enquanto simultaneamente aprendia quais eram esses padrões. Para ela, aprendê-los era um projeto contínuo de autoaperfeiçoamento. Eles tinham de ser aprendidos em situações nas quais ela era tratada pelos outros como se os soubesse em primeiro lugar, como era de se esperar. Eles tinham de ser aprendidos em situações, nas quais ela não podia indicar que os estava aprendendo. Eles tinham de ser aprendidos através da participação em situações nas quais se esperava que ela soubesse as próprias coisas que lhe estavam sendo simultaneamente ensinadas.

Uma ocasião que era muito parecida com

essa do aprendizado secreto era aquela na qual ela permitia que o ambiente lhe fornecesse as respostas às questões que ele mesmo criava. Vim a pensar nisso como uma prática de “seguimento antecipatório”. Isso ocorreu, sinto dizer, com desconcertante frequência em minhas conversas com ela. Quando li as transcrições, e escutei de novo as entrevistas gravadas, enquanto preparava este artigo, fiquei horrorizado com o número de ocasiões, nas quais eu não conseguia decidir se Agnes estava respondendo às minhas perguntas, ou se aprendia a partir das minhas perguntas, e, mais importante, se a partir de pistas mais sutis, tanto anteriores quanto posteriores às minhas perguntas, quais respostas serviriam. Um outro exemplo: na ocasião do exame físico para o emprego em uma companhia de seguros, o médico examinador apalpou seu abdômen. Agnes estava incerta quanto ao que ele “procurava sentir”. “Talvez ele estivesse procurando sentir meus ‘órgãos femininos’” (claro que ela não tinha algum), “ou algo duro”. Para todas as perguntas sobre dor ou desconfortos, ela respondeu que não havia coisa alguma. “Quando ele não dizia nada, eu deduzia que não encontrara nada incomum.”

Outro conjunto comum de ocasiões surgia, quando ela se engajava em conversas amigáveis sem ter informações biográficas, ou de afiliações de grupo, para trocar com seu interlocutor. Como Agnes disse, “você pode imaginar todos os anos em branco que tenho que preencher? Dezesseis ou dezessete anos da minha vida que tenho de inventar. Tenho de ser cuidadosa com as coisas que digo, apenas coisas naturais que podem escapar... Eu nunca digo coisa alguma sobre meu passado que de alguma forma faça uma pessoa perguntar como foi meu passado. Digo coisas gerais. Não digo algo que possa ser mal interpretado”. Agnes disse que com homens conseguia passar por uma participante interessante de uma conversa, encorajando seus interlocutores masculinos a falarem sobre eles mesmos. Interlocutores femininos, ela disse, interpretavam o caráter geral e indefinido de suas informações biográficas, sobre as quais falava de forma amistosa, como de uma combinação de sua afabilidade e recato. “Elas provavelmente deduziam que eu apenas não gosto de falar sobre mim mesma”.

Houve muitas ocasiões, cuja estrutura era de forma tal que não continha critério algum pelo

qual se poderia dizer que uma meta tivesse sido alcançada, um aspecto intrínseco às atividades do jogo. Ao invés disso, o sucesso em controlar a interação presente consistia em ter estabelecido, ou sustentado, uma personalidade de valor e atraente, em agir em uma situação presente que fosse consistente com as situações precedentes e prospectivas que a personalidade apresentada formulava, e para os quais as aparências presentes eram evidências documentárias. Por exemplo, Agnes disse que logo estava claro para ela, depois de começar a trabalhar para a companhia de seguros, que ela teria de se demitir do emprego. As tarefas eram tediosas e não exigiam habilidades específicas, e havia pouca chance de progresso. As poucas inovações que fez para tornar o trabalho mais interessante lhe trouxeram apenas alívio temporário. Ela desejava muito melhorar suas habilidades e estabelecer um histórico trabalhista mais expressivo. Por essas razões, quis sair daquele emprego para um melhor, mas teria tido de desistir disso perante a oposição de Bill. Estava convencida de que ele não daria crédito para qualquer uma dessas razões, e que, ao invés disso, usaria as razões que ela desse como evidências das deficiências da sua atitude em relação a trabalho. Ele advertira a ela de que, para ele, demitir-se por tais razões não era aceitável e que, se ela se demitisse, tal ato iria apenas refletir novamente sua imaturidade e irresponsabilidade. Quando Agnes, apesar disso, se demitiu, ela se justificou, dizendo que tal ato estava completamente fora de suas mãos. Fora demitida devido a um corte de pessoal. Isso não era verdade.

Um outro conjunto de ocasiões de passagem são particularmente resistentes a análises como um jogo. Essas ocasiões têm características de serem contínuas e em desenvolvimento; de terem um significado de aparências presentes em retrospectiva-prospectiva; de cada estado presente da ação ser idêntico em significado à situação-como-foi-desenvolvida-até-então; nas quais metas corriqueiras não podiam ser abandonadas, adiadas ou redefinidas; nas quais o compromisso de Agnes de aquiescência com a mulher natural e normal estava sob ameaça crônica, ou em contradição aberta; e nas quais as soluções estavam, não apenas fora de seu alcance, mas também além do controle daqueles com quem tinha de lidar. Todas essas situações,

tanto através de seus relatos, quanto de nossas observações, eram estressantes ao extremo.

Uma dessas “ocasiões” assim consistiu nas tarefas contínuas, às quais Agnes se referiu como “permanecer discreta”. Agnes disse que isso era um grande problema no ensino médio. Ela insistia, “para deixar claro”, que isso não era mais a preocupação dela, e que havia sido substituído por um medo de ser exposta. O fato, contudo, é que isso permaneceu como uma questão muito preocupante. Minha impressão é a de que Agnes disse isso devido à forma como o problema havia sido trazido à tona em nossa conversa. Eu o introduzira para ela, ao relatar a ela os comentários de E.P., um paciente do sexo masculino, sobre sua preocupação em permanecer discreto. Descrevi E.P. para ela como uma pessoa que era muito mais velha que ela, havia sido criada como mulher, e, aos 18 anos, se submetera a uma operação de castração, a qual removeu um pênis vestigial. Disse a ela que E.P. continuara a se vestir como uma mulher, mas queria ser tratado como um homem; e que a mudança para E.P. ocorrera apenas alguns anos antes. Descrevi a aparência de E.P. e illustrei sua preocupação em permanecer discreta com a explicação de E.P. de que “esse tipo de coisa vexatória sempre acontece comigo”, i.e., ser abordada em um bar por um homem que diz: “com licença, eu e meu amigo ali fizemos uma aposta. Você é homem ou mulher?”. Agnes imediatamente detectou a “anormalidade” de E.P. e negou veementemente que ela e E.P. seriam, de alguma forma, comparáveis. Nesse contexto, ela disse que não reconhecia que o problema de permanecer discreta ainda fosse um problema para ela.

Agnes descreveu o problema de permanecer discreta no ensino médio através de relatos sobre a forma como evitava ser conspícua: nunca comendo no refeitório do colégio; não ingressando em clube algum; restringindo seus movimentos físicos; geralmente evitando conversas; evitando, a qualquer custo, “aqueles garotos que tinham algo de afeminado”; vestindo uma camisa folgada um pouco maior que seu número, e sentando-se com os braços dobrados à sua frente, curvando-se para a frente sobre a carteira de forma que seus seios não aparecessem; evitando escolhas de companhia, tanto feminina quanto masculina; sentando-se no canto mais

distante da sala em todas as aulas, sem participar de discussões, pois assim, como Agnes disse, “dias inteiros se passariam e eu não diria uma só palavra”; e seguindo uma rotina rígida de tempo e movimentos nos arredores do colégio, pois, assim, conforme seus relatos, sempre entrava pelo mesmo portão no pátio e pela mesma porta para a sala de aula, seguindo o mesmo caminho para seu lugar, chegando na mesma hora, saindo pela mesma saída, seguindo o mesmo trajeto para casa, e assim por diante. Essa explicação aparecera em resposta à minha pergunta: “houve alguma situação ruim em particular?”, a qual ela respondeu: “eu não sei de alguma situação ruim em particular, mas apenas que essas coisas que eram tão óbvias que você não podia esconder... minha aparência geral... era bem óbvio que não era masculina, muito masculina”. Apesar de tudo isso, Agnes tentou chegar a um ponto de equilíbrio em suas roupas. Disse que se vestia “basicamente da mesma forma”, tanto nos anos referentes ao ensino fundamental, quanto no ensino médio. Seu vestuário típico consistia em calças de veludo cotelê branco e uma camisa aberta no pescoço, a qual ajeitava de forma a ficar parecida com uma blusa folgada. A blusa folgada como um dispositivo de gerenciamento foi ensinada a ela por seu irmão. Mesmo com os seios em desenvolvimento, ela preferia vestir sua blusa enfiada para dentro das calças de maneira bem justa. Mudou apenas devido à desaprovação de seu irmão, que era poucos anos mais velho que ela e ia à mesma escola, e que se sentia constrangido pela aparência dela, por causa de seus traços femininos, e a repreendia por vestir-se como uma garota. Seu irmão insistia para ela afrouxar a blusa. Também era seu irmão quem reclamava do fato de ela carregar os livros como uma garota, e quem demonstrou para ela como carregá-los como um menino, insistindo para que ela assim o fizesse.

Um outro exemplo de uma “ocasião de desenvolvimento contínuo” consistiu em ela ter de lidar com opiniões de amigos, vizinhos e familiares após retornar de Midwest City. Esses foram círculos que Agnes alegou “saberem tudo sobre a Agnes de antes”. Na primeira parte de suas observações, quando esse tópico surgiu, ela havia afirmado severamente que o problema de permanecer discreta não era um problema “nem

mesmo quando voltei de Midwest City para casa”. Poucos momentos depois, nessa mesma conversa, quando questionei-a melhor sobre o quê sua mãe, seu irmão e irmãs, amigos antigos, amigos de sua mãe, e vizinhos, tinham a dizer, e como a trataram após seu retorno, Agnes respondeu “essa era uma situação tão diferente que ninguém na cidade sabia como lidar com isso”. Então, após dizer: “todo mundo me tratava bem; melhor do que haviam me tratado antes, e me aceitaram. Eles só queriam saber o que se passou”, ela mudou sua história. Do momento de seu retorno de Midwest City até a partida para Los Angeles, a vida foi descrita por ela como “terrível”. Excetuou suas experiências de trabalho em seu primeiro emprego em sua cidade natal. Em uma entrevista posterior, disse que nunca retornaria à sua cidade natal. Após a operação de castração ter sido realizada na U.C.L.A, falou do quanto desejava deixar Los Angeles, porque sentia que muita coisa sobre ela era conhecida, e muitas pessoas sabiam sobre ela, “todos esses doutores, enfermeiras, internos, e todo o mundo”.

Uma parte dessa situação era a rivalidade entre ela e sua prima Alice e a combinação de rivalidade e desaprovação mútua que existia entre Agnes e sua cunhada. Após seu retorno de Midwest City, havia uma desaprovação aberta e expressões premeditadas de raiva de sua cunhada, sua tia, e, mais particularmente, seu irmão, que continuamente queria saber “quando ela iria parar com essa coisa”. Agnes disse que essas memórias eram dolorosas e que odiava lembrar-se delas. Obter seus comentários sobre elas requereu considerável esforço com resultados questionáveis, devido à proeminência de suas recusas e idealizações. Ela repetia: “eles me aceitaram”, ou negava que pudesse ser esperado dela saber o quê os outros estavam pensando.

Outra “ocasião” disse respeito ao gerenciamento mal-sucedido, por todas as partes envolvidas, da ferida na de Agnes por ocasião de um trato feito após ela ter largado o ensino médio de continuar sua educação com um tutor, que era fornecido pelas escolas públicas. Agnes não retornou ao colégio em setembro de 1957, naquele que seria o seu último ano. Ao invés disso, de acordo com os relatos de Agnes, sua mãe providenciou com o vice-diretor do colégio os serviços de um professor oferecido pelo sistema

de escola pública, que ia todos os dias à sua casa. Agnes era muito evasiva em dizer o que ela e sua mãe haviam conversado a respeito disso, e que tipo de acordo as duas poderiam ter feito, ou não, sobre sua educação escolar e seu tutor. Agnes declarou não ter informação sobre esse acordo e alegou não saber o que sua mãe pensou sobre o acordo, ou o que sua mãe discutira especificamente com o vice-diretor. Agnes alegou depois ser incapaz de se lembrar quanto tempo cada uma das sessões tutoriais durou, ou por quanto tempo as visitas domiciliares continuaram. A imprecisão e aparente amnésia nos levaram a acreditar que essas eram memórias, as quais Agnes dissera odiar “lembrar”. Agnes chegou a descrever, embora brevemente, o período durante o qual teve lições como um período de grande descontentamento e conflito crônico com sua mãe. Desde as minhas primeiras perguntas sobre esse descontentamento, Agnes insistiu que, apesar de ter tido muito tempo a disposição, e que ela retrospectivamente viu que poderia ter tirado mais proveito disso, “sentia-me como uma reclusa... Eu queria sair e conhecer pessoas e me divertir. Antes de ir para Midwest City, eu mal podia suportar sair de casa. Depois de voltar, eu queria começar a sair e ter uma vida social e pública, e lá estava eu, enfiada em casa sem ter nada para fazer”. Junto disso, Agnes forneceu o breve comentário de que o professor especial também ensinava a outros alunos que, como Agnes os descreveu, eram “de alguma forma, anormais”. Dada a recusa geral de Agnes em considerar sua condição como aquela de uma pessoa anormal, era meu sentimento que ela talvez recusasse fazer outros comentários devido a uma recusa geral em reconhecer de alguma forma que ela fosse “anormal”, bem como à sua insistência em que, exceto por uma interpretação errônea e um ambiente hostil, ela teria sido capaz de agir e sentir-se “naturalmente e normalmente”.

Uma das mais dramáticas “ocasiões não-analisáveis como um jogo” começou com a operação de castração e durou aproximadamente seis semanas. Começando com a convalescença no hospital imediatamente posterior à operação, Agnes tentou sustentar a privacidade nos cuidados pós-operatórios com sua vagina, fazendo ela mesma o banho de assento e trocando ela mesma os curativos da ferida. Insistiu em fazer isso fora

da vista das enfermeiras e internos, dos quais se ressentia. Por seus relatos, aparentemente, as enfermeiras também se ressentiam dela. A vagina não se curou apropriadamente. Uma infecção se desenvolveu logo após a operação. Um grande molde de plástico do tamanho de um pênis teve de ser removido para facilitar o processo de cura com o resultado de que adesões se desenvolveram e o canal fechou-se sobre toda a sua extensão, incluindo a abertura. A profundidade pretendida foi perdida, e tentativas de recuperá-la por manipulação manual foram feitas, tanto pelo cirurgião encarregado, quanto, sob seus conselhos, por Agnes. As tentativas de ambos produziam dor severa. Por quase uma semana após a alta do hospital, houve um gotejamento fecal e uretral com ocasional perda de controle fecal. Os movimentos eram dolorosos e restritos. A nova vagina requeria atenção e cuidados quase contínuos. A vagina havia sido ancorada à bexiga e isso, junto com a pressão sobre o intestino delgado, criou sinais mistos, de modo que, à medida que a bexiga se expandia sob o fluxo de urina, Agnes sofria vontade de defecar. Uma infecção na bexiga desenvolveu-se. Ela foi acompanhada por dor contínua e ocasionais espasmos abdominais severos. A amputação dos testículos perturbou o balanço androgênio-estrogênio, o que precipitou mudanças imprevisíveis de humor. Discussões com Bill seguiram-se, e ele rapidamente perdeu a paciência e ameaçou abandoná-la. Apesar de uma campanha para desencorajar sua mãe de vir para Los Angeles, ficou cada vez mais óbvio a Agnes que a situação estava além de seu controle, e que ela não podia esperar controlar sua convalescença por si mesma. Isso motivou a ansiedade adicional de que, se sua mãe aparecesse, Agnes dificilmente estaria em posição de impedir Bill, e a família de Bill, de descobrirem a terrível última coisa que sua mãe e ela sabiam sobre Agnes, que Bill e sua família não sabiam, i.e., que Agnes havia sido criada como um menino. Até ser re-hospitalizada devido aos espasmos da bexiga, ela administrou os cuidados da vagina e sua doença em geral passando seus dias na cama da casa de Bill, retornando à noite para seu próprio apartamento. Logo, era necessário manter controle do segredo perante a mãe de Bill, a quem havia sido contado apenas que ela tivera uma operação por “problemas femininos”. Ademais, ela sofreu

uma depressão moderadamente grave com surtos de choros inexplicáveis e incontroláveis, inquietações e profundos sentimentos de nostalgia, que eram tão estranhos a ela quanto imprevisíveis. Bill a repreendia severamente por sentir pena de si mesma, e insistia em saber, embora ela não pudesse dar respostas, se seus problemas eram físicos, ou se ela era “sempre daquele jeito”. Ela reclamou para mim que seus pensamentos e sentimentos haviam perdido sua acuidade, que achava difícil se concentrar, que se distraía facilmente, e que sua memória falhava. Como uma complicação adicional, ela se tornou temerosa de sua depressão e pensava que ia “ficar louca”.

Após um ataque particularmente grave de espasmos de bexiga, Agnes foi readmitida ao hospital, e remédios foram administrados. Os espasmos foram contidos; injeções de testosterona começaram a ser aplicadas; a infecção de bexiga foi controlada; o canal vaginal foi reaberto e iniciou-se uma rotina, primeiro de manipulação manual do canal e depois de manipulações com o uso de um pênis de plástico. Ao fim de aproximadamente seis semanas, a depressão foi curada totalmente. A vagina estava cicatrizando, restando apenas irritabilidade, e, sob o uso consciente do molde por Agnes, ela havia alcançado a profundidade de cinco polegadas (12,7 cm), estando apta a inserir um pênis de uma polegada e meia (3,81 cm) de diâmetro. As brigas com Bill cessaram, sendo substituídas por uma espera antecipatória por parte, tanto de Agnes, quanto de Bill pelo momento em que a vagina estivesse pronta para a relação sexual. Agnes descreveu seu relacionamento como: “não é da mesma forma que era no começo. Nós somos como pessoas casadas há anos, agora”.

A completa variedade de ocasiões analisáveis como um jogo e não-analisáveis como um jogo estiveram presentes vez por outra, de uma forma ou de outra, quando Agnes descreveu seu relacionamento com Bill. Se, para Agnes, todos os caminhos levavam a Roma, eles assim o faziam ao se encontrarem no namorado como um ponto de junção comum. Para ilustrar tal passagem, no curso de uma de nossas conversas, atendendo ao meu pedido, Agnes recitou em sucessão detalhada os eventos de um dia comum, e considerou para cada um a possibilidade de agir

diferentemente do modo como agira. A cadeia de consequências relatadas levava a Bill, e, a partir dele, aos segredos e ao “problema” dela. Isso ocorreu a despeito dos eventos corriqueiros com os quais a “cadeia de relevâncias” começou. Então pedi a Agnes que começasse com algo que ela sentisse valer muito a pena, que imaginasse algo que pudesse alterar tal coisa para o pior e que me dissesse o que aconteceria então, e após isso, e assim por diante. Ela disse: “a melhor coisa que já aconteceu comigo foi Bill”. Daí nós dois rimos da ineficácia da tentativa.

Discutíamos Bill em cada conversa que tínhamos. Se ela estivesse discutindo a confiança em si mesma como uma mulher, a imagem de Bill estava próxima, como alguém com quem ela podia se sentir “natural e normal”. Quando discutia seus sentimentos de fracasso, de ser uma mulher inferior, degradada, Bill fornecia a ocasião quando esses sentimentos eram mais intensamente confrontados, pois ele era a única outra pessoa, além dos médicos, para quem havia voluntariamente revelado sua condição. Após a revelação, seus sentimentos de ser uma mulher inferior foram em parte amenizados pela certeza de Bill de que ela não precisava se sentir inferior porque o pênis não era algo que ela podia ter evitado, e, em todo caso, não era um pênis sexual, era um tumor ou “algo como um crescimento anormal”. Bill estava envolvido em suas considerações quanto às suas aspirações de emprego, atitude de trabalho, disciplina de trabalho, salários, chances de promoção, conquistas profissionais. Mencionei antes suas “lições” sobre como uma garota devia se comportar, por meio das quais, sem saber como a estava ensinando, ele estava fazendo exatamente isso. Nas ocasiões seguintes à realização de afazeres domésticos, em suas relações domésticas, em sua conduta com companheiros estranhos, na sua conduta em Las Vegas, na ânsia dele pela operação e na insistência de que, se ela não podia “obter uma ação dos médicos na U.C.L.A que querem apenas fazer pesquisas em você”, que ela abandonasse os médicos da U.C.L.A. e arranjasse um médico que pudesse ajudá-la, nas relações sexuais, no companheirismo, e nos ensaios para casamento, em tudo isso Bill era direta ou indiretamente relevante.

Já propus anteriormente que as ocasiões

de passagem envolveram Agnes no trabalho de alcançar o status referido da mulher natural e normal. A relevância de Bill neste trabalho atenuou considerações de utilidade estrita e efetividade instrumental na escolha de estratégias de Agnes, e em suas avaliações da legitimidade de seus procedimentos e seus resultados. Dentre todos os seus relatos, aqueles que implicavam Bill são invariavelmente os mais resistentes à análise de jogo. Uma das incongruências estruturais mais obstinadas, que resulta quando a análise de jogo é usada, consiste no caráter histórico-perspectivo da biografia mútua que suas interações íntimas construíam, e o uso difuso ao qual essa biografia mútua poderia ser e era determinada por cada um deles. É a relevância difusa dessa biografia que ajudou a tornar compreensível o quanto fora de si estavam os medos de Agnes quanto à revelação a Bill, e como ela era particularmente resistente em contar para mim como a revelação havia ocorrido. Apenas próximo ao fim de nossas conversas e, então, apenas na única ocasião na qual insisti que ela me contasse, ela me contou a história, que então foi contada de forma derrotada e aos pedaços. A biografia mútua nos auxiliou, também, a compreender como a possibilidade de revelação se tornou cada vez mais inevitável a ela, e como a revelação ganhou cada vez mais as proporções de uma intensa agonia.

Devo restringir minha atenção a duas ocasiões, cada uma tendo sido representada por uma questão que Bill teve, a qual Agnes, enquanto ficou na situação e precisamente devido ao fato de não ter outra opção senão de assim ficar, encontrou dificuldade agonizante em responder. Antes da operação, e antes de Bill saber da condição de Agnes, sua pergunta era: “por que sem relações sexuais?” Após ele saber, sua pergunta relatada era “sobre o que são todas as conversas na U.C.L.A? Se os médicos da U.C.L.A. não prometiam coisa alguma a ela, por que ela não desistiu deles e foi a um médico que poderia fazer algo por ela, como faria por qualquer outra pessoa?”

Agnes conheceu Bill em fevereiro de 1958. Ela tinha seu próprio apartamento. Bill ia lá após o trabalho e passava o restante da noite. Havia uma grande quantidade de amassos e carícias. Enquanto Agnes permitia carinhos e afagos, não permitia que Bill colocasse as mãos entre suas pernas. A princípio, ele a repreendia

por provocação. Agnes respondeu às primeiras exigências dele por carinhos e relações sexuais alegando ser virgem. Isso não era suficiente para ele, pois, de acordo com a história de Agnes, ela ansiava desejosa “e passionalmente” por fazer amor (ela negou que atividades sexuais estimulassem nela ereções). Como uma condição para continuar o namoro, Bill exigiu uma explicação satisfatória. Ela disse a ele que sofria de uma condição médica que a proibia de ter relações sexuais; que a condição não podia ser remediada imediatamente; que requeria uma operação; que, depois da operação, eles poderiam ter relações sexuais. Ela falava apenas geral e vagamente sobre a “condição”, o que motivou a curiosidade de Bill a um ponto tal que ele novamente insistiu em conhecer a condição em detalhes. Agnes disse a ele que ela não era especialista o suficiente para fornecer essa informação, mas que a conseguiria através de seu médico em Northwest City, que estava cuidando dela. Temerosa de que Bill fosse deixá-la, Agnes retornou a Northwest City, onde pediu a seu médico para escrever a Bill uma carta a respeito de sua condição. A carta do médico, escrita deliberadamente com a ajuda de Agnes, falava apenas de modo geral sobre “uma condição” que não podia ser corrigida até ela completar 21 anos, porque uma operação realizada anteriormente poderia colocar sua vida em risco, o que obviamente era mentira. Apesar de Bill não saber disso, a resposta, mesmo assim, não o satisfaz. Ele insistiu que ela contasse exatamente o que havia de errado, e, depois de uma discussão severa, seguinte a uma relação sexual frustrada, ele fez disso uma condição para qualquer namoro ou casamento. Mais uma vez ela tentou apaziguá-lo contando a Bill que o que havia lá era repulsivo para ela e seria repulsivo para ele, ao que ele respondeu: “o que pode ser tão repulsivo? Tem algum montinho aí?”. Ela estava convencida de que tinha a escolha de não contar a ele e perdê-lo, ou de contar a ele com a esperança de que ele entenderia, e, se não entendesse, ela o perderia. Finalmente, contou a ele. Nas muitas ocasiões quando pedi a ela para relatar como ele finalmente se convencera — por exemplo, se ele fizera uma inspeção— ela se negou a fornecer qualquer outro comentário. Insistia que tinha direito a uma vida privada e sob circunstância alguma iria revelar como ele havia sido convencido. À

minha pergunta: “o que ele sabe?”, sua resposta invariavelmente era “ele sabe o que você sabe” ou “ele sabe tudo o que os médicos sabem”. Ela não dizia nada mais. Agnes disse que antes da revelação “estava como em um pedestal”. Desde então ela disse que não era mais capaz de sentir, como havia sentido antes, que ela era “sua rainha”. Agnes disse que passeios para olhar vitrines de lojas em busca de mobília de casa e discussões de planos de casamento ocorriam antes da revelação. “Desde abril”, quando retornou para casa com a carta do médico, não houve mais conversas sobre o casamento, “devido à dúvida de todos os envolvidos”. Seu relato não devia ser julgado por aquilo que parecia ser. Conversas posteriores ocorreram precisamente por causa da dúvida. Alguma parte, portanto, do que Agnes estava falando ao dizer “não houve outras conversas” referia-se à degradação que ela sofrera por finalmente ter de dizer a Bill que tinha um pênis e um escroto entre suas pernas, e que isso estava por trás de todas as suas tentativas frustradas de procurar fazer amor.

Os sentimentos que persistiram após a revelação de que ela era uma mulher inferior foram acompanhados, primeiro, pelo pensamento repulsivo de que talvez Bill fosse “anormal”. Ela descartou isso ao se lembrar de que Bill se apaixonara por ela antes de saber sobre sua condição; ao se lembrar das histórias que ele contara a ela de seus casos de amor e êxitos sexuais; e ao reconsiderar o fato de que ele julgava isso como “mais ou menos um tumor ou algo parecido com isso”, e que ele começou a incitar uma operação para corrigir a condição. Em diferentes momentos no curso de nossas conversas, ela insistiu que não havia nada em sua conduta, aparência, caráter, tratamentos relativos a ela ou a outras mulheres, e tratamentos a homens que “parecesse com homossexuais”. Por homossexuais, ela queria dizer homens com aparência afeminada, que se vestiam como mulheres. Achava a possibilidade dessa “anormalidade” repulsiva, dizendo que não poderia suportar vê-lo de novo se ela pensasse “de alguma forma” que ele fosse “anormal”. Após a operação, obtivemos um relato da aparência de Bill e de suas maneiras através de um médico residente da urologia que se encarregou de seu caso. O residente encontrara Bill um dia, quando Bill estava saindo do quarto de Agnes no hospital.

Ele a visitava regularmente enquanto ela estava no hospital. O residente relatou que se espantou pela pequena estatura de Bill, seus belos traços morenos e maneira delicada. Ao deixar a sala, Bill piscou os olhos para o residente de forma a dizer “eu e você sabemos o que está ali dentro”. Estávamos relutantes em acreditar no relato do residente, uma vez que seu despreço por Agnes era evidente por outros motivos. Ele opunha-se firmemente à decisão de operar, alegando que a operação não era nem necessária, nem ética. Era sua convicção de que havia sido feito sexo anal, uma convicção que se sustentava devido à flexibilidade do esfíncter anal. A respeito da fonte desconhecida de estrogênios, ele preferia a hipótese de que Agnes, ou sozinha, ou em companhia de outros, por muitos anos obtivera-os de uma fonte exógena. Apesar de nossas tentativas de falar com Bill, ele recusou todos os contatos.

No que diz respeito à segunda questão, as ocasiões de passagem de Agnes consistiram em justificar para Bill sua “escolha” dos “doutores na U.C.L.A.”. A tarefa de justificar para Bill suas visitas à U.C.L.A. surgiu como um tópico em quase todas as nossas conversas, não apenas anteriores à operação, como também após a operação, embora por diferentes razões, obviamente. Bill insistiu que ela deveria pedir para os doutores da U.C.L.A. tratarem-na “sem toda essa palhaçada. Eles estão te enrolando. Eles não vão fazer coisa alguma. Eles só querem fazer pesquisa. Você é só uma cobaia pra eles”. Em resposta a isso, Agnes, em nossas conversas matinais aos sábados, pressionava por um compromisso definitivo o mais breve possível. Disse repetitivamente que não tinha condições de discutir com ele, porque “da forma como ele está pensando, está perfeitamente certo. Mas eu sei de algo que ele não sabe”. (Que ela fora criada como um menino e que a forma específica pela qual ela era de interesse para nós tinha de permanecer oculta em suas discussões com Bill). Agnes tinha de lidar com a impaciência de Bill tentando convencê-lo de alguma forma que estava nas mãos certas na U.C.L.A., dada a impaciência de Bill com a lentidão do procedimento, e o caráter misterioso das conversas das manhãs de sábado, as quais ela justificou a ele devido à nossa insistência na pesquisa. Ela tinha de reconhecer a insistência dele de que ela não precisava tolerar toda essa “baboseira”, e de que ela não poderia discutir a

alegação dele de que, devido ao fato de ela ter algo errado, deveria insistir conosco para que nós, ou fizéssemos algo quanto a isso, ou a liberássemos. Ainda assim, paralelamente a isso, Agnes tinha a meta adicional de se sujeitar a uma operação feita por mãos competentes a um custo mínimo ou nulo, mas, para conseguir isso, tinha de se comprometer com a pesquisa, não apenas devido à condição anatômica com a qual Bill estava preocupado, mas que era somente uma pequena parte de nossos interesses de pesquisa. Interesses de pesquisa adicional foram direcionados ao fato de que ela foi criada até os 17 anos como um homem. Então, Agnes era incapaz de responder a Bill, porque, em suas próprias palavras, “isso é algo que eu sei que ele não sabe. Então, a meu ver, ele me considera mais ou menos como alguém vindo aqui e sendo frustrada, ou iludida, ou confundida por médicos que pensam ‘ah, aqui temos uma jovem garota que não pensa muito e podemos, você sabe, fazer algumas pesquisas com ela’... Esse é o meu grande problema, porque não posso discutir com ele e não posso mostrar que ele está errado nesse sentido, porque, no sentido em que ele está pensando, ele está perfeitamente certo. Mas, na verdade, se eu me sentisse dessa forma, eu estaria completamente errada. É por isso que tenho de esperar. É porque sei de algo que ele não sabe. É por isso que tenho de esperar”.

Em seguida à operação, Agnes precisou novamente de argumentos, porque estava com medo da sua depressão e do enxame de dificuldades durante as primeiras semanas de convalescença. Como ela disse, trocou um conjunto de problemas por outro. Estava assustada com o que estava acontecendo. Entre outras coisas, ela queria a garantia de que não estava “louca” e confidenciou que obteve alívio considerável ao conversar conosco, mas era inteiramente incapaz de explicar isso a Bill. Quando discutia isso com Bill, ou ele não dava a mínima, ou queria sua garantia de que seus problemas psicológicos eram devidos inteiramente a mudanças físicas após as operações, e de que ela não era aquele tipo de pessoa, i.e., temperamental, irritável, autopiedosa, chorosa, egoísta, e de que esse não era seu caráter “real”. Mesmo após a vagina haver começado a cicatrizar adequadamente e a depressão haver se dissipado, ela ainda estava disposta, e, na verdade, desejava, continuar as conversas semanais. Uma

parte de seu desconforto estava relacionada às características funcionais de sua vagina e à dúvida se Bill lhe prometeria casamento antes ou depois de haverem tido relações sexuais. Ela tomava como certo que tinha de permitir ao Bill ter relações com a nova vagina antes do casamento. Como ela disse, “É para isso que serve, é para relações sexuais”. Outra parte de sua preocupação consistia na incerteza que ela sentia ao perceber um relacionamento modificado com Bill, ao comparar os preparativos presentes com o que haviam sido, muitos meses antes. Ela percebia também que o relacionamento mudaria ainda mais nos meses seguintes. “Agora”, disse ela, “somos como pessoas casadas há anos”. Nesse tempo, ela expressou, também, a convicção de que sabíamos mais sobre Bill do que ela, e sabíamos mais do que estávamos dizendo. Em uma das últimas entrevistas, ela perguntou, pela primeira vez em todas as nossas conversas, se eu daria a ela minha opinião sobre Bill e se eu achava que Bill fosse “anormal”. Respondi que eu sabia sobre Bill apenas o que ela havia contado sobre ele, que nunca o havia visto ou conversado com ele, e que seria injusto dar a ela essa opinião.

Que Agnes estava fazendo a passagem conosco é um aspecto do modo como nossa pesquisa foi conduzida com ela; seu problema era o de obter uma operação competente, garantida e de baixo custo, sem “submeter-se à pesquisa”, com o que ela queria dizer protegendo sua privacidade. Assim, embora ela tenha mostrado sua disposição em fazer “todos aqueles testes” e organizar o baralho (Q-deck test) de acordo com várias instruções, ela mesma forneceu evidências de dissimulação. Havia sido dado a Agnes o baralho para levar para casa consigo e organizar, e devolver o baralho organizado ao psicólogo na semana seguinte. Agnes disse que Bill estava sempre querendo ver como ela arranjava as cartas, “mas misturei todas as cartas, então ele não conseguiu descobrir nada”. (Agnes riu). Outra medida de sua passagem conosco é encontrada nos “segredos” que Agnes conseguiu, entretanto, proteger. A despeito de um total de aproximadamente setenta horas de conversas combinadas com nós três e conversas adicionais com vários membros da equipe dos Departamentos de Urologia e Endocrinologia, e a despeito do fato de questionamento direto

e indireto haver sido tentado para obter informações, houve ao menos sete áreas críticas nas quais nada obtivemos: (1) a possibilidade de uma fonte exógena de hormônios; (2) a natureza e extensão da colaboração que ocorreu entre Agnes e sua mãe e outras pessoas; (3) qualquer evidência utilizável, além de quaisquer achados detalhados relacionados a seus sentimentos masculinos e sua biografia masculina; (4) para que seu pênis havia sido usado, além de urinação; (5) como ela satisfazia sexualmente a si mesma e aos outros, e, mais particularmente, ao seu namorado, tanto antes quanto depois da revelação; (6) a natureza de quaisquer sentimentos, temores, pensamentos e atividades homossexuais; (7) seus sentimentos sobre si mesma como uma “mulher falsificada”. Alguns detalhes sobre o modo como essa passagem conosco foi controlada podem se tornar claros na seção seguinte, na qual aspectos específicos de seus dispositivos de gerenciamento são discutidos.

Se Agnes estava fazendo a passagem conosco, deve ser declarado com toda a franqueza que houve muitos momentos, de fato, quando eu estive fazendo a passagem com ela. Houve muitas ocasiões nas trocas de ideias entre Agnes e eu, nas quais foi necessário para mim deixar de lado seus pedidos por informações, de forma a evitar qualquer mostra de incompetência, e para manter o relacionamento com Agnes. Por exemplo, fui incapaz de dizer a ela se havia, ou não, diferença entre a urina masculina e a feminina. Havia vários aspectos legais sobre o caso, sobre os quais ela fez perguntas que eram bastante óbvias como perguntas quando foram feitas, mas não haviam ocorrido a mim, nem eu tinha a mínima ideia de quais seriam suas respostas adequadas. Quando ela estava sofrendo pela danificação da bexiga e do intestino, perguntou se eu poderia lhe dizer quanto tempo aquilo continuaria e o que ela poderia esperar que acontecesse em seguida. Em várias ocasiões anteriores à operação, ela quis saber se eu poderia lhe dizer o que sabia sobre a provável decisão. Várias vezes, ela me perguntou detalhes sobre a operação e a natureza do cuidado pós-operatório. Ela fez perguntas anatômicas. Uma dessas estava relacionada a uma misteriosa “coisa dura” que ela havia encontrado na parte de cima do novo canal vaginal. Ela presumiu que eu seria capaz de lhe dizer o que era isso. Minha

esposa havia feito um trabalho de graduação com o hormônio relaxina e seus efeitos na sínfise púbica em porquinhos-da-índia. Identifiquei a coisa dura como a sínfise púbica e disse a ela o que a relaxina faz por meio do relaxamento espetacular dessa cartilagem antes da passagem das cobaias neonatas pelo canal vaginal. Tive de esperar com secreto fervor que, ao transferir a história para humanos, que eu não estivesse contando a ela inteiramente uma história da carochinha, em parte porque eu teria gostado de dizer a verdade, mas talvez, ainda mais importantemente, para preservar a amizade, a conspiração, e o pressentimento de que estávamos em uma liga um com o outro, que não havia segredos entre nós, porque eu já sabia muitas coisas privadas a seu respeito, e nada que ela pudesse me contar mudaria de forma alguma nossa simpatia por ela, ou nosso desejo de fazer o que pudéssemos para vê-la feliz e bem. Minha resposta típica, portanto, era descobrir tanto quanto podia a respeito do que ela queria saber, e por quê, e assegurar a ela que eu podia responder suas perguntas, mas que era pelo seu melhor interesse que ela devia pedir a Stoller, o médico, para lhe dar as respostas, porque as respostas a essas perguntas eram reconhecidamente de grande importância para ela, e, portanto, ela requeria respostas autorizadas. Devo confessar que essa foi uma resposta improvisada que ocorreu na primeira ocasião em que Agnes me pegou desprevenido. Uma vez que funcionou, porém, passei a tê-la como estratégia para usar em ocasiões posteriores. É de interesse adicional que, a despeito dessas garantias, Agnes não podia me perguntar, aparentemente ela sabia que não podia me perguntar, nem eu teria estado preparado para lhe dizer verdadeiramente, se ou como a decisão de operar seria modificada, se ela revelasse as respostas aos sete pontos sobre os quais queríamos que ela nos contasse, mas sobre os quais não pudemos obter informação alguma dela.

REVISÃO DE DISPOSITIVOS DE GERENCIAMENTO

Em contraste com homossexuais e travestis, era convicção de Agnes de que ela era naturalmente, originalmente, realmente, afinal, mulher. Nenhuma zombaria ou disfarce acompanhou essa alegação, pelo que pudemos observar. A esse respeito, Agnes

compartilhava, ponto por ponto, da perspectiva das pessoas “normais”.

Mas importantes diferenças existiam, entretanto, entre Agnes e as pessoas “normais”. As pessoas normais são capazes de levantar essas alegações sem um segundo pensamento, enquanto, para ela, essas alegações a envolviam em incertezas sobre as respostas dos outros. Suas alegações tinham de ser amparadas e gerenciadas por perspicácia, intencionalidade, habilidade, aprendizado, ensaio, reflexividade, teste, revisão, feedback, e assim por diante. Seus direitos adquiridos de tratar os outros e ser ela mesma tratada como mulher natural foram adquiridos como resultado do gerenciamento bem-sucedido de situações de risco e incerteza. Revisaremos de algumas das medidas pelas quais ela foi capaz de assegurar e garantir suas alegações.

Seus dispositivos foram conduzidos dentro das condições e motivados por um conhecimento de si mesma que não interessavam, em quase toda ocasião de contato com os outros, a nenhuma outra pessoa, mas eram, entretanto, importantes para ela. Como notei, o conhecimento oculto de si mesma era visto por ela como uma revelação potencialmente degradante e prejudicial. Ela estava realisticamente convencida de que haveria quase nada que pudesse servir como um remédio disponível, pelo qual outras pessoas pudessem ser “ajustadas”, se a revelação ocorresse. A esse respeito, os fenômenos da passagem de Agnes são suscetíveis às descrições de Goffman do trabalho de gerenciar impressões em ordens sociais estabelecidas. Essa susceptibilidade, porém, é apenas superficial, por razões que serão aparentes durante o curso da discussão.

Quando digo que Agnes alcançou suas reivindicações de ser-lhe atribuído o status de mulher natural pelo gerenciamento bem-sucedido de situações de risco e incerteza, não quero dizer com isso que Agnes estivesse envolvida em um jogo, ou que isso fosse para ela uma questão intelectual, ou que o controle do ego para ela se estendesse ao ponto de poder trocar com algum sucesso, além de com alguma facilidade, do papel de um sexo para o outro. Já mencionei várias evidências disso. Outras evidências podem ser citadas. Mesmo em imaginação, Agnes achava, não apenas difícil contemplar-se agindo de modo “masculino”, como também achava isso repugnante. Algumas

memórias eram tão excepcionalmente dolorosas para ela, a ponto de serem perdidas como fundamentos de ação deliberada. Quando ficou sabendo que a decisão de operar havia sido tomada, o conhecimento de que estava comprometida com a operação como decisão foi acompanhado por um temor de que, quando estivesse sobre a mesa, porque a decisão estaria então inteiramente fora de suas mãos, os médicos, sem consultá-la, decidiriam amputar seus seios, em vez de seu pênis. O pensamento provocou uma depressão branda, até que ela foi assegurada de que nada do tipo seria o caso. A mulher natural era uma condição que suas várias estratégias tinham de satisfazer. Agnes não era uma jogadora. A “mulher natural” era uma entre muitas restrições institucionais, “certezas irracionais”, uma coisa, na qual ela insistia diante de todas as indicações contrárias e as seduções de vantagens e metas alternativas. Isso atenuava o caráter deliberado de seus esforços, a disponibilidade real, além do exercício de escolhas, e a consistência de sua aquiescência com normas de estrita utilidade e efetividade em suas escolhas de meios. Isso fornecia “restrições” ao exercício de certas propriedades racionais de conduta, particularmente daquelas propriedades racionais que são fornecidas, quando certos jogos são usados como modelos procedimentais para formular propriedades formais de atividades práticas.

Não apenas é necessário enfatizar as deficiências da análise de estratégia ao discutir seus “dispositivos de gerenciamento”, mas a própria expressão “dispositivo de gerenciamento” é apenas temporariamente proveitosa. Ela é útil porque permite um relato sequencial desses dispositivos. Pela mesma razão que facilita a sequenciação, também obscurece os fenômenos com os quais é necessário chegar a um acordo. *Esses fenômenos consistem em Agnes em cursos de ação contínuos direcionados para o domínio de suas circunstâncias práticas através da manipulação dessas circunstâncias como uma trama de relevâncias.* O aspecto problemático encontrado repetidamente é o papel obscuro e pouco conhecido que o tempo desempenha ao estruturar a biografia e as perspectivas de situações presentes durante o curso de ação como uma função da própria ação. Não é suficiente dizer que as situações de Agnes são representadas no decorrer do tempo, nem é de forma alguma suficiente considerar esse

tempo como o tempo de relógio. Há também o “tempo interno” da recordação, da lembrança, da antecipação, da expectativa. Toda tentativa de lidar com os “dispositivos de gerenciamento” de Agnes, desconsiderando esse tempo, funciona bastante bem desde que as ocasiões fossem episódicas em sua estrutura formal; e todas as análises de Goffman, ou tomam episódios como ilustração, ou tornam episódicas as situações que seu esquema analisa. Mas análises estratégicas falham sempre que esses eventos não forem episódicos. Então, para manter a análise em boas condições, é requerido o exercício de ingenuidade teórica, e uma sucessão de escolhas teóricas, uma composta com base na outra, com o uso frenético de metáfora, na esperança de trazer esses eventos a uma representação fiel. Essa advertência pode ser resumida, embora pobremente, apontando que seria incorreto dizer de Agnes que ela fez a passagem. O modo ativo é necessário: ela está fazendo a passagem. Por mais inadequada que seja essa expressão, porém ela resume os problemas de Agnes. Serve também para nossos problemas de descrever acuradamente e adequadamente quais foram os seus problemas.

Após enumerar alguns de seus dispositivos de gerenciamento, discutirei suas circunstâncias práticas, com o propósito de tratar seus dispositivos como manipulações de suas circunstâncias práticas, concebidas como uma trama de relevâncias.

DISPOSITIVOS DE PASSAGEM

Agnes usou diversos dispositivos, todos eles bastante familiares, para conseguir não nos dar informações. O mais importante é que Agnes empregou o eufemismo—transformando a coisa sobre a qual estivesse falando em algo amplamente melhor, mais valioso, bonito e agradável do que poderia ter sido, na realidade. Alguns exemplos: a descrição de Agnes do primeiro emprego que teve, após seu retorno de Midwest City, foi pouco melhor do que uma resposta “blá-blá-blá”. “Ah, tudo era simplesmente maravilhoso”; “foi o melhor emprego que tive na vida”; “todo mundo era tão legal; os acordos eram tão harmoniosos”; “ainda me correspondo com todas as meninas de lá”; “era uma festa”; “todo mundo transbordava de amizade e animação”. Suas obrigações específicas foram negligenciadas em seu relato. Quando

foi pressionada, não as achou “nem um pouco” interessantes para discutir. Como vimos, também, o caráter feminino de sua história anterior foi exagerado, enquanto as evidências de que havia sido criada como um menino foram suprimidas.

Outro modo de reter informações foi falar em generalidades, ou usar a alusão, ou referências cautelosas e impessoais, ou falar no modo impessoal. Passamos a considerar que era isso o que ela estava fazendo quando dizíamos que Agnes estava “evasiva”. Outro dispositivo favorito foi fingir que não sabia do que se falava, ou negar que algo de que se havia falado anteriormente tivesse realmente sido mencionado alguma vez.

Quando tornávamos inevitável que ela discutisse conosco algo sobre o que ela não quisesse falar, ela usava o que passamos a chamar de “legalismos”. Ela respondia e insistia que estava respondendo corretamente ao sentido literal das palavras e da pergunta. Ou, se eu propusesse haver recordado algo que Agnes houvesse dito em uma ocasião anterior, ela me faria ater à recordação literalmente acurada do que exatamente havia sido dito. Um dispositivo favorito foi permitir que outras pessoas, e, em muitas de nossas conversas, eu, conduzíssemos a conversa, para ver em que direção o vento estava soprando, antes de oferecer uma resposta. Ela tinha um modo de permitir que o ambiente lhe ensinasse as respostas que esperava para as suas próprias perguntas. Ocasionalmente, Agnes denunciava esse artifício, perguntando-me, após uma troca de ideias, se eu pensava que ela havia dado uma resposta normal.

Nas muitas situações em que sabia o bastante, ela havia mapeado antes todos os desenvolvimentos alternativos possíveis e havia decidido as condições de sua escolha de um curso ou outro, antes de ter de exercer essas escolhas. Por exemplo, ao se preparar para a possibilidade de cair fora do exame físico, caso o médico prosseguisse até examinar seus genitais, Agnes considerou bem, anteriormente, a variedade de modos como o médico poderia responder, quando ela se recusasse a permitir que o exame prosseguisse. Ela disse: “Nunca fui examinada por um médico, e não pretendo ser”. Perguntei a Agnes qual ela pensava que teria sido a resposta do médico, se ela não permitisse o exame genital. Ela disse: “Pensei que ele tomaria isso por, ah, idiossincrasia, ou algo assim”.

Onde fosse possível fazê-lo, e, particularmente, onde houvesse ganhos importantes e riscos importantes envolvidos, Agnes “esquadrinhava” a situação secretamente, de antemão. Ela tentava se fazer conhecedora de situações críticas antes de ter de encontrá-las. Por exemplo, ela queria muito candidatar-se a um exame para um serviço público, mas temia que o exame físico para o serviço público fosse muito completo. Lembrou-se de que seu senhorio, um bombeiro, havia tido de fazer um exame para serviço público, e então combinou de conversar com ele. Ela desejava evitar ter de explicar a ele sua relutância em arriscar um exame, em que ela poderia não passar: “Ele não percebeu nada do que eu estava realmente perguntando a ele a respeito do meu problema. Foi que—eu fiz as perguntas de maneira casual. Eu disse, bem, assim—você tem mesmo que fazer um exame físico, não é? Ele diz, ah, é mesmo. Eu disse, ah é? De que tipo? É um exame completo, mesmo? Eles julgam o quanto você é feliz, ou algo assim? Não, ele disse, não é assim tão completo, é um exame realmente leve”.

Ela era particularmente adepta a fornecer informações que levariam a outra pessoa longe de considerar a possibilidade de que ela houvesse sido criada como um menino. “Francamente, não quero que ninguém confira. Com conferir, quero dizer mais ou menos investigar minha vida passada. ... Não acho que seria muito possível, a não ser que se deparassem com alguma coisa, para descobrir algo sobre mim quando era mais nova, mas. . . .” Portanto, ela evitava dar informações em formulários de empregos que motivassem os empregadores a “conferir”. Ela descreveu seu procedimento ao preencher esses formulários: “Quando é feita a pergunta: ‘Você passou por alguma operação importante?’, sempre digo não. ‘Você tem algum defeito físico?’, sempre digo não. ‘Você se ofenderia com um exame físico muito completo?’, sempre digo não. Digo que não protestaria, porque, se disser que sim, provavelmente eles notariam isso no formulário e iriam querer uma explicação. Então eu mais ou menos deixo isso passar, para que não fique muito visível. Se eu começasse a fazer coisas assim, provavelmente acabaria numa situação muito pior. Quero dizer, é mais difícil encontrar emprego, ou algo desse tipo. De qualquer forma,

não acho que tenho de dizer a verdade sobre esse tipo de coisas”. Agnes resumiu o caso para si mesma: “É necessário para mim contar pequenas mentiras leves grande parte do tempo, e acho que há aquelas que . . . aquelas que são necessárias e tem de ser necessárias para se chegar a resultados”.

Algumas dessas pequenas mentiras brancas eram prefiguradas, muitas eram improvisadas. Quanto aos questionários de emprego, suas respostas características mostravam vários aspectos: (1) Ela selecionava aquelas respostas que, pelo que estimava, pareceriam não requerer uma explicação posterior. (2) As respostas, embora fossem falsas quanto a sua biografia, eram plausíveis como respostas do tipo de datilógrafa que ela fingia ser, respostas que levantavam antecipações que ela tinha esperanças de poder satisfazer tão logo estivesse no emprego. (3) Ela dependia de sua habilidade de improvisar explicações satisfatórias para quaisquer discordâncias que pudessem ser detectadas. Agnes estava altamente sintonizada e conhecia em detalhes as expectativas convencionais em uma gama extremamente vasta de situações cotidianas que ela tinha de encontrar: “sempre estou consciente” de contingências. Sua consciência dos funcionamentos rotineiros, normalmente nunca percebidos de outra maneira, das estruturas sociais, e seu interesse e disposição em tratá-los como fundamentos de suas próprias ações, emprestam às ações de Agnes seu sabor “manipulativo”. Para usar as palavras de Parsons, no conhecimento de Agnes das exigências de uma ordem estável, ela designou clara prioridade de relevância à célula de “adaptação”.

Foi necessário a Agnes continuar a estar alerta para as tarefas de impedir que as atribuições da mulher natural fossem confundidas com as atribuições alternativas de homem, homossexual masculino, e assim por diante. Um senso inevitável de duplo entendimento ocorreu particularmente em suas discussões com médicos e comigo. Ela estava sujeita ao impulso de “avaliar” ou “ajustar” aqueles com quem falava, cujas observações poderiam ter sido bastante inocentes, mas cujas imputações, conforme as detectava, com ou sem intenção, eram muito desconfortáveis para ela—imputações de falsa mulher, aberração, homossexual masculino, mulher anormal, e assim por diante. A mulher natural era, naturalmente, a

única escolha. Em muitas ocasiões, comigo, Agnes insistiu que eu “consertasse as coisas”. Em muitas ocasiões, ela insistiu que eu não estava dizendo algo corretamente, a razão sendo que a prioridade de relevância estava obscurecida pelas imputações erradas. Por exemplo, certa vez, revi alguns materiais que ela havia apresentado, sobre seus sentimentos na época em que estava morando com sua colega de quarto, em Los Angeles, e as primeiras festas que tiveram. Ela disse: “Eu sentia que elas sentiam que eu era completamente normal e natural, e isso mais ou menos me dava um sentimento natural de satisfação, sabe, ser vista desse modo”. Eu recapitulei: “Você quer dizer ser tratada como mulher, é isso o que está dizendo?” Agnes respondeu: “Não como mulher, não ser tratada como mulher—ser tratada completamente normalmente, sem absolutamente nenhuma consideração pelo meu problema”. Nas ocasiões com ela, nas quais empreguei o modo de falar que ela estivera “agindo como uma mulher”, eu recebia uma variação ou outra do tema essencial: Eu sou uma mulher, mas os outros entenderiam mal, se soubessem como fui criada, ou o que tenho entre as pernas. A exigência conversacional de que eu falasse de Agnes como mulher natural era acompanhada pela exigência: “Eu quero que você entenda isso da maneira certa”. Por exemplo: “Não me senti assegurada porque esperava agir normalmente. Eu não esperava agir de nenhum outro modo”. Ou então, não era que a ocasião da primeira festa com suas colegas de quarto fosse “particularmente prazerosa”. Eu tinha caracterizado aquela ocasião como particularmente prazerosa, ao que sua réplica afiada e irritada foi: “O que você quer dizer com isso? Não foi particularmente prazerosa. Eu disse que era a primeira vez na minha vida em que eu estava me divertindo, saindo com as pessoas e fazendo coisas diferentes. . . Nada particularmente prazeroso. Tudo foi, eu diria, natural!”

Uma outra preocupação sua para que eu entendesse as coisas certo tinha a ver com minhas anotações. Em uma ocasião, ela perguntou o que eu estava escrevendo e pareceu um pouco desconfortável com o fato de que as sessões estavam sendo gravadas, embora o desconforto tenha desaparecido depois da quarta ou quinta sessão. Após uma reflexão momentânea, ela pareceu reconciliada com a gravação, dizendo: “É claro que você pode sempre voltar à gravação e

corrigir suas anotações. Uma pessoa, não importa o quanto for inteligente, pode entender mal o que outra pessoa está dizendo, se for dito sem as explicações apropriadas—algo que é dito pode ter um respaldo—tenho certeza de que os outros médicos provavelmente gostariam de ouvir as conversas e, onde houver algo assim eles poderiam . . . usar isso para ter um respaldo para o caso”.

Finalmente, Agnes literalmente me proibiu de “entender mal” as “razões” e “explicações” que me forneceu para suas ações. Ela também estava muito preocupada em manter o contraste entre sua biografia e suas perspectivas, e o modo como apareceriam na ficção, em jogos, brincadeira, fingimento, zombaria, disfarce, suposição, mera teorização, e assim por diante. É possível que Agnes tivesse percebido, por si mesma, o elo íntimo entre o modo como interpretações posteriores podem ser determinadas pelas precedentes, estabelecidas nas histórias mutuamente conhecidas de suas interações com uma pessoa ou outra, e, é claro, particularmente em suas histórias com médicos e com Bill. Conosco, a possibilidade de um “mal-entendido” não só motivava a possibilidade adicional de uma decisão desfavorável a respeito da operação, mas, por causa da confiança que havia sido construída, levantava uma perspectiva sórdida de traição.

Várias vezes em nossas conversas, Agnes enfatizou o caráter ensaiado de algo que ela chamava de “displicência”, termo com o qual queria dizer a apresentação de uma aparência casual. Ela falou várias vezes sobre uma “displicência” ensaiada. “Parece que você está sendo muito displicente, mas—quando você repara nas circunstâncias, então pode dizer que não está de forma alguma sendo displicente”. Agnes enfatizava a importância da aparência de casualidade que fosse acompanhada por uma vigilância interna. Quando observei a ela: “Então, enquanto pode parecer que você está sendo casual, na verdade você não está, você não se sente casual. É isso o que você está dizendo?” A isso, ela replicou: “Não exatamente. Apenas me sinto casual, no sentido de que me sinto normal e natural, e tudo, mas estou consciente . . . de que eu . . . devo tomar cuidado, desse jeito”, a que ela depois acrescentou: “Mas lembre-se de que ainda sou uma moça normal”. Como uma tática que acompanha a casualidade ensaiada, Agnes disse

que preferia evitar quaisquer testes, e que ela tentava, onde fosse possível, avaliar de antemão a severidade e suas chances de completar com sucesso um teste, ao qual pudesse ser submetida. Ela preferia claramente evitar quaisquer testes, em que achasse que poderia fracassar.

DISPOSITIVOS DE GERENCIAMENTO COMO MANIPULAÇÕES DE UMA TRAMA DE RELEVÂNCIAS: CHEGANDO A UM ACORDO COM AS “CIRCUNSTÂNCIAS PRÁTICAS”

Os sociólogos têm se interessado há muito tempo pela tarefa de descrever as condições da vida social organizada sob as quais os fenômenos da racionalidade na conduta ocorrem. Uma dessas condições é continuamente documentada nos escritos sociológicos: a rotina como condição necessária da ação racional. As propriedades racionais de ação, que são de interesse a esse respeito, são aquelas que são particulares à condução dos afazeres cotidianos. Max Weber, em sua distinção negligenciada entre a racionalidade substantiva e a racionalidade formal, e quase sozinho entre os teóricos em sociologia, usou essa distinção entre os dois conjuntos de racionalidades em toda a sua obra.

As relações entre a rotina e a racionalidade são incongruentes apenas quando são vistas de acordo com o senso comum cotidiano, ou de acordo com muitos ensinamentos filosóficos. Mas a pesquisa sociológica aceita, quase como um truísmo, que a habilidade de uma pessoa agir “racionalmente” — isto é, a habilidade de uma pessoa, ao conduzir seus afazeres cotidianos, calcular; agir deliberadamente; projetar planos de ação alternativos; selecionar antes da série real dos eventos as condições sob as quais seguirá um plano ou outro; dar prioridade, ao selecionar meios, à eficácia técnica; se importar com a previsibilidade e desejar “surpresa em pequenas quantidades”; preferir a análise de alternativas e consequências anteriores à ação, ao improvisar; se importar com questões sobre o que é para ser feito e como é para ser feito; estar consciente, desejar e exercer a escolha; ser insistente quanto à estrutura “refinada”, em contraste com a “grosseira”, em caracterizações no conhecimento de situações que se considera conhecimento valioso e realístico; e todo o resto — que essa habilidade depende

de a pessoa ser capaz de tomar como dado, de confiar em uma vasta gama de aspectos da ordem social. Na condução de seus afazeres cotidianos, para a pessoa tratar racionalmente um décimo dessa situação, que, como um iceberg aparece acima da água, ela deve poder tratar os nove décimos que ficam por baixo como um contexto, não questionado e, o que talvez seja ainda mais interessante, inquestionável, de questões que são demonstravelmente relevantes para seu cálculo, mas que aparecem sem sequer serem notadas. Em sua famosa discussão sobre os contextos normativos de atividade, Émile Durkheim deu grande valor ao fato de que a validade e a inteligibilidade dos termos declarados de um contrato dependiam de termos não declarados e essencialmente não declaráveis, que as partes contratantes tomavam como certos ao firmarem suas transações.

Esses aspectos, em que se confia, que se tomam como dados, do contexto da situação de uma pessoa, isto é, os aspectos de rotina da situação que permitem a “ação racional”, são comumente referidos no discurso sociológico como os costumes e hábitos folclóricos. Nesse modo de falar, os costumes descrevem as formas, nas quais a rotina é uma condição para o aparecimento da ação racional, ou, em termos psiquiátricos, para a operacionalidade do princípio de realidade. Os costumes têm sido usados, portanto, para mostrar como a estabilidade da rotina social é uma condição que capacita as pessoas, no curso de dominar e controlar seus afazeres cotidianos, a reconhecer as ações, crenças, aspirações, sentimentos umas das outras, e assim por diante, como razoáveis, normais, legítimos, compreensíveis e realísticos.

As ocasiões de passagem de Agnes e seus dispositivos de gerenciamento põem em relevo a relação problemática, no seu caso, entre a rotina, a confiança e a racionalidade. Ao considerarmos essas ocasiões de passagem e dispositivos de gerenciamento com respeito a essa relação problemática, podemos conseguir nos libertar do mero “diagnóstico” ou da ênfase de Goffman nos episódios. Pode-se admitir, em concordância com a acuidade da visão “maliciosa” de Goffman, que os membros de uma sociedade, geralmente, e Agnes, de um modo particularmente dramático, estão muito preocupados com o gerenciamento de

impressões. Podemos admitir, também, a acuidade e argúcia de suas descrições dessa preocupação. Não obstante, se se tentar reproduzir as características da sociedade real povoando-a com membros do tipo de Goffman, o que nos resta são incongruências estruturais do tipo das que foram discutidas em seções anteriores deste trabalho.

Uma revisão das ocasiões de passagem e dispositivos de gerenciamento de Agnes pode ser usada para argumentar sobre como Agnes era experiente e eficaz em dissimular. Teríamos de concordar com Goffman em que, como suas pessoas que estão engajadas no gerenciamento de impressões, ela era uma mentirosa consumada, e que, como na sociedade produzida pelos membros dissimuladores de Goffman, mentir proporcionou a Agnes e a seus interlocutores efeitos conservadores para os aspectos estáveis de sua interação socialmente estruturada.

Mas um ponto problemático no procedimento interpretativo de Goffman emerge com completa clareza, quando suas visões são usadas para analisar outros aspectos do caso de Agnes. O problema gira em torno da ausência geral, com a qual a deliberação, o cálculo, ou o que Agnes chama de sua “consciência”, entra como propriedade do trabalho de gerenciar impressões, para os membros de Goffman. Nas aplicações empíricas das noções de Goffman, uma pessoa é continuamente tentada a pressionar o informante com exasperação: “Ora, vamos lá, você deve saber mais do que isso. Por que você não confessa?” O caso de Agnes nos ajuda a ver a que esse problema pode ser legítimo.

Agnes tratou com deliberação, cálculo e gerenciamento expresso (i.e., da maneira como Goffman gostaria de que todos os seus informantes confessassem, se seu modelo de análise for considerado correto) questões que os membros (a) não apenas tomam sob confiança, mas (b) requerem uns dos outros, para seus julgamentos mútuos de normalidade, razoabilidade, inteligibilidade, racionalidade e legitimidade, que eles tratam de maneira confiante e confiável, e (c) requerem uns dos outros que evidências de confiança sejam fornecidas sempre que a deliberação, o cálculo e o controle expresso sejam usados ao controlar os problemas da vida diária. Agnes teria desejado agir dessa forma confiante, *mas a rotina como condição para o gerenciamento*

eficaz, calculado e deliberado de circunstâncias práticas era, para Agnes, especificamente e cronicamente problemática. Desconsiderar seu caráter problemático, ela estava convencida, era arriscar-se à revelação e à ruína. Portanto, uma revisão do seu caso permite o reexame da natureza de circunstâncias práticas. Também nos leva a pensar no trabalho de gerenciamento de impressões—no caso de Agnes, isso consiste nos seus “dispositivos de gerenciamento” de passagem—como tentativas de chegar a um acordo sobre as circunstâncias práticas como uma trama de relevâncias durante as ocasiões continuadas de transações interpessoais. Finalmente, nos permite perguntar de que se trata essa “preocupação” com gerenciamento de impressões, ao vermos como uma preocupação com as “aparências” está relacionada a essa trama de relevâncias.

No curso de uma de nossas conversas, Agnes havia questionado a necessidade de mais alguma pesquisa. Ela queria saber como isso daria respaldo a suas chances de operação. Ela queria saber também se isso ajudaria “os médicos” a chegar aos “fatos verdadeiros”. Perguntei a Agnes: “Quais você imagina que sejam os fatos?” Ela respondeu: “Quais eu imagino que sejam os fatos, ou quais eu penso que todos os outros pensam que sejam os fatos?” Esse comentário pode servir como tema ao elaborarmos as circunstâncias práticas de Agnes como uma trama de relevâncias. O tema para ela da natureza de suas circunstâncias práticas foi fornecido ainda em outro comentário. Antes da operação, eu havia perguntado a ela sobre as discussões e atividades, nas quais ela e Bill poderiam ter se engajado como preparação para o seu casamento. Em suas respostas, ela retratou suas discussões com Bill como predominantemente voltadas para a necessidade da operação. Ela deixou minha questão firmemente de lado com o comentário: “Você não conversa sobre o quanto vai se divertir em Nova York, quando está afundando em um navio no meio do oceano. . . . Você se preocupa com o problema que está presente”.

CIRCUNSTÂNCIAS PRÁTICAS

As circunstâncias de Agnes foram impressionantes pela severidade com a qual eventos passados e futuros foram relacionados e regulados como uma arena pelo relógio e o

calendário. Seus futuros eram futuros datados, mais particularmente como as ações e circunstâncias presentes eram informadas pela suposição de um remédio potencial para “seu problema,” que tinha de ter ocorrido em algum tempo definido. O fato de ter havido muitos anos, durante os quais nenhuma data assim havia sido marcada não divergia nem um pouco do caráter definido desse futuro, muito embora sua data específica do calendário fosse inteiramente desconhecida. Agnes era solicitada por desempenhos específicos, não só a estabelecer domínio sobre essa arena, mas, por seu desempenho, a estabelecer seu valor moral, também. Para ela, a pessoa moralmente digna de valor e a “mulher natural, normal” eram idênticas. Na sua busca por empregos, no gerenciamento do namoro, em suas aspirações ao casamento, em sua escolha de companhias, no gerenciamento da família dos amigos de Northwest City, as tarefas de adquirir o status da mulher natural, normal tinham de ser cumpridas em um dado tempo. Talvez em nenhum lugar isso surja mais dramaticamente do que nas brigas que anteciparam a revelação a Bill, e na terrível recalitração da nova vagina, que consistiu em um aspecto tão central da depressão pós-operatória. Seu constante recurso à autorreavaliação consistia na comparação contínua dos resultados antecipados e reais, na monitoração contínua de expectativas e recompensas, com esforços intensos para acomodar e normalizar as diferenças. Agnes despendia uma grande quantidade de esforço para colocar sempre mais áreas de sua vida sob representação conceptual e controle. Expectativas em áreas da vida, que, para pessoas mais capazes do que ela de tomar como certa sua sexualidade normal, pareceriam estar muito longe dos interesses de crítica e revisão do “conhecimento de senso comum” da sociedade, eram, para ela, questões de deliberação ativa e crítica, e os resultados dessas deliberações estavam ligados a níveis supremos em sua hierarquia de planos. Os conteúdos de biografias e futuros eram altamente organizados com respeito a sua relevância para o status adquirido de mulher natural. Era realmente difícil para ela encontrar alguma área que ela não pudesse, em poucas e breves etapas, tornar relevante para o prêmio.

Havia muito pouco de uma atitude de “pegar ou largar” por parte de Agnes em relação

à sequência passada, presente ou futura dos eventos. Agnes raciocinava da seguinte maneira: Eu passei por momentos terríveis no ensino médio, não tive companhia quando criança, fui criada como menino, tenho este rosto e estes seios, tive encontros e me diverti com as amigas de modo normal e natural como as garotas fazem, perdi dezessete anos, porque um ambiente equivocado não reconheceu o caráter accidental do pênis e se recusou a tomar uma atitude, então eu mereço o status, pelo qual, infelizmente, me encontro na posição de ter de pedir. Para Agnes, a possibilidade de ser-lhe conferido tratamento como a uma mulher natural, normal era uma possibilidade moral. Ela considerava suas chances em termos de merecimento e culpa. Ela achava repugnante considerar que uma enumeração desses fatores serviria, ou deveria servir, na forma de probabilidade, meramente para fixar a possibilidade de que ela fosse “mulher”. Com respeito àquele passado, bem como à sua validação antecipada de suas alegações, a ocorrência de um remédio para a sua condição tinha uma exigência moral. Para ela, tinha de haver e devia haver um plano e uma razão para o modo como as coisas haviam acontecido, e também para como teriam finalmente ocorrido. Muito poucas coisas poderiam ocorrer para Agnes, baseando-se em sua relevância para o “seu problema”, de uma maneira accidental ou coincidente. Agnes era motivada a buscar por padrões e pelas “boas razões” para que as coisas ocorressem como ocorreram. Os eventos do ambiente de Agnes acarretavam, para ela, como aspectos invariáveis, que eles podiam realmente e potencialmente afetá-la e podiam ser afetados por ela. Referir-se a isso como egocentrismo de Agnes, caso se fique apenas nisso, pode ser seriamente enganoso. Para Agnes, sua convicção de que havia captado a ordem dos eventos combinados ao seu redor de uma forma acurada e realista consistia na convicção de que suas avaliações tinham de ser testadas, e eram passíveis de teste, sem jamais suspender a relevância daquilo que ela sabia, daquilo que tomava como sendo fato, suposição, conjectura e fantasia, por causa de suas feições corporais e posições sociais no mundo real. Eventos cotidianos, suas relações e sua trama causal não eram de forma alguma questões de interesse teórico para Agnes. A possibilidade de

considerar o mundo de outra maneira, “só para ver aonde isso leva” — uma suspensão e reordenação de relevâncias peculiar que os teóricos científicos empregam habitualmente — era, para Agnes, uma questão de jogada inconsequente; como ela mesma falava: “ são apenas palavras”. Quando foi convidada a considerá-lo de outra maneira, o convite correspondeu a uma proposta de se entregar a um exercício ameaçador e repugnante. Não era parte do interesse de Agnes agir em alteração ativa do “sistema social”. Em lugar disso, ela buscou seu remédio como um ajuste a este sistema. Nunca se poderia considerar Agnes uma revolucionária ou utopista. Ela não tinha “causa” e evitava essas “causas”, ao contrário do que se encontra frequentemente entre homossexuais que procuram reeducar um ambiente hostil, ou que perscrutam aquele ambiente, em busca de evidências de que ele não era o que parecia ser, mas, ao invés disso, continha, de forma mascarada, os tipos idênticos aos quais ele era hostil e punitivo. Desafios ao sistema eram, para Agnes, nada mais que riscos sem chances de sucesso. Ela queria “estar dentro”. O “comitê de credenciais” estava errado.

O tempo desempenhava um papel peculiar ao constituir para Agnes a significação da sua situação presente. Quanto ao passado, vimos a proeminência com a qual ela historicizava, compondo para si mesma e nos apresentando uma biografia socialmente aceitável. Já comentamos o fato de que o trabalho de selecionar, codificar, tornar consistentes vários elementos em uma biografia gerou uma biografia que era tão consistentemente feminina que nos deixava sem informações sobre muitos pontos importantes. Dois anos de árduas atividades femininas forneceram-lhe um insumo fascinante de novas experiências, sobre as quais esse processo de historicizar operava. Sua atitude perante sua própria história requeria sempre novas releituras da trilha que se desenrolava atrás de si, à medida que ela buscava, lendo e relendo o passado, evidências para amparar e unificar sua autoestima presente e aspirações presentes. Antes de mais nada, Agnes era uma pessoa com uma história. Ou, talvez mais precisamente, estava empenhada em práticas historicizantes que eram hábeis, incessantes e tendenciosas.

Quanto aos eventos futuros, fica-se impressionado com a prevalência com a qual

suas expectativas eram expectativas do momento certo na sequência dos eventos. Havia pouca “folga” tolerável a esse respeito. Agnes olhava para o momento certo para informar-se do caráter dos eventos. Os eventos não “simplesmente ocorriam”. Eles ocorriam com ritmo, duração e fases, e ela olhava para estes como parâmetros de seu significado e para reconhecê-los pelo “que realmente são”. Importava-lhe muito pouco os eventos caracterizados em si mesmos; ela interessava-se sobretudo por suas determinações temporais, como ritmo, duração e fases. Era uma característica proeminente do “realismo” de Agnes que ela se dirigisse a seu ambiente com uma expectativa da série programada de eventos. Ficamos impressionados com a argúcia e extensividade de sua recordação. Uma parte importante dessa impressão derivou da facilidade com a qual ela datava eventos e combinava sequências recordadas em cronologia rigorosa. O efeito dessa orientação era o de assimilar eventos tanto passados, quanto futuros, ao status de meios para atingir fins e conferir ao fluxo de experiência um sentido ininterrupto de intencionalidade prática.

Com facilidade quase memorável, um estado de coisas presente tomado como dado podia ser transformado em um estado de possibilidades problemáticas abertas. Até mesmo pequenos desvios daquilo que ela tanto esperava como requeria que acontecesse poderiam ocorrer para ela como extraordinariamente bons ou ruins em suas implicações. Ela havia adquirido, no máximo, uma rotinização instável de seus afazeres diários. Poderia-se esperar que sua preocupação com o teste prático e a extensão da deliberação, do cálculo, e tudo o mais, seriam acompanhados pelo uso de normas impessoais para avaliar suas decisões nos domínios sensível e factual, i.e., que ela saberia sobre o que estava falando, e que o que alegaria ser um caso real assim o era. Nada era assim. Agnes não considerava suas avaliações sensíveis e factuais, certas ou erradas, baseando-se em regras impessoais, lógico-empíricas. Suas regras de evidência eram de caráter muito mais primitivo. Poderiam ser resumidas em uma frase: estou certa ou errada baseando-me em quem concorda comigo. Particularmente, ela olhava para pessoas superiores em status para testar e manter a diferença entre o que, em sua situação,

ela insistia serem “fatos verdadeiros”, e o que contava como “meras aparências”. Estar certa ou errada era, para Agnes, uma questão de estar, em essência, correta ou não. Em questões relevantes para suas chances avaliadas de exercer seus direitos alegados ao status da mulher natural, normal, ela não aceitava facilmente a ideia de estar errada em qualquer grau. Para ela, a exatidão de suas avaliações de eventos era publicamente verificável, no sentido de que outras pessoas tipicamente como ela (i.e., mulheres normais) experimentaram o que ela havia experimentado de forma extremamente próxima com a maneira como ela havia experimentado esses eventos. Ela desconfiava de uma caracterização se seu sentido parecesse ser peculiar ou particular para ela e temia essa interpretação como não realista. Querendo colocar a ênfase de realidade em eventos—temendo e suspeitando a suposição—ela insistia que os eventos reais eram aqueles que fossem verificáveis por pessoas situadas semelhantemente. Situadas semelhantemente, repetindo, significava pessoas situadas como uma mulher normal. Embora admitisse que houvesse outros no mundo com problemas como os dela, nem com eles, nem com mulheres normais, era possível uma comunidade de entendimento, baseada em sua possível permutabilidade de pontos de vista. “Ninguém”, Agnes insistia, “poderia possivelmente entender realmente pelo que tenho passado”. Ao decidir a objetividade de suas avaliações de si mesma e de outros, Agnes considerava, antes de qualquer coisa, e buscava tomado como dado, que ela fosse normal e que era como os outros.

AGNES, A METODÓLOGA PRÁTICA

As práticas de Agnes conferem às mostras de sexualidade normal em atividades cotidianas uma “perspectiva por incongruência”. Elas fazem isso tornando observável que e como a sexualidade normal é realizada através de mostras testemunháveis de conversa e conduta, como processos duráveis de reconhecimento prático, que são realizados em ocasiões singulares e particulares como uma questão de fato, com o uso por parte dos membros de contextos “vistos, mas não notados” de eventos corriqueiros, e tais que a questão situada: “que tipo de fenômeno é a sexualidade normal?”—a questão de um

membro—acompanha aquela realização como seu aspecto reflexivo, reflexividade que o membro usa, da qual depende, e a qual glosa, para avaliar e demonstrar a adequação racional, para todos os fins práticos, da questão indexical e de suas respostas indexicais.

Falar seriamente de Agnes como uma metodóloga prática é tratar como realidades seus estudos contínuos das atividades cotidianas como metodologia dos membros para produzir decisões corretas quanto à sexualidade normal em atividades cotidianas. Seus estudos muniram-na de conhecimento sobre como os aspectos organizados de cenários ordinários são usados pelos membros como procedimentos para tornar aparências-de-sexualidade-habitual passíveis de decisão como uma questão de fato. O escrutínio que ela fazia das aparências; suas preocupações com motivação, relevância, evidência e demonstração adequadas; sua sensibilidade aos dispositivos de conversa; sua habilidade em detectar e gerenciar “testes” foram alcançados como parte de seu domínio de tarefas sociais triviais, mas necessárias, para assegurar direitos ordinários de viver. Agnes estava equipada autoconscientemente para ensinar às pessoas normais como as pessoas normais fazem a sexualidade acontecer em situações corriqueiras como uma questão de fato óbvia, familiar, reconhecível, natural e séria. Sua especialidade consistia em tratar os “fatos naturais da vida” da sexualidade socialmente reconhecida, socialmente controlada, como uma produção controlada, de forma a tornar esses fatos da vida verdadeiros, relevantes, demonstráveis, testáveis, contáveis, e disponíveis para o inventário, a representação apressada, a anedota, a enumeração, ou a avaliação psicológica profissional; em suma, de forma a, inevitavelmente em harmonia com os outros, tornar esses fatos da vida visíveis e narráveis—explicáveis—para todos os fins práticos.

Em associação com os membros, Agnes de alguma forma aprendeu que e como os membros fornecem uns para os outros evidências de seus direitos de viverem como homens e mulheres bona fide. Ela aprendeu com os membros como, ao fazerem a sexualidade normal “sem terem de pensar sobre isso”, eram capazes de evitar mostras que fornecessem fundamentos ratificáveis para a dúvida de que um membro fosse sexualmente

o que parecia ser. Entre as mais críticas dessas mostras estavam particularidades indexicais situadas da conversa. Agnes aprendeu como embutir essas particularidades em conversas face a face, de forma a gerar biografias crescentemente narráveis e mútuas.

As práticas metodológicas de Agnes são nossas fontes de autoridade para o achado, e política de estudo recomendada, de que pessoas normalmente sexuadas são eventos culturais em sociedades, cujo caráter como ordens visíveis de atividades práticas consiste nas práticas de reconhecimento e produção dos membros. Aprendemos com Agnes, que tratava pessoas sexuadas como eventos culturais que os membros fazem acontecer, que as práticas dos membros por si produzem a sexualidade normal, observável-narrável, das pessoas, e o fazem apenas, inteiramente, exclusivamente em ocasiões reais, singulares, particulares, através de mostras reais testemunhadas de conversa e de conduta comum.

AGNES, A ARTÍFICE DA PESSOA RELATÁVEL

As tensões desmedidas na vida de Agnes eram parte e parcela das práticas concertadas com as pessoas normais, através das acontecia como evidência demonstrável, para todos os fins práticos, a “mulher normal, natural” como um objeto moral e uma forma moral de sentir e agir. As práticas de passagem de Agnes nos permitem discutir dois entre muitos fenômenos constituintes que configuravam a pessoa normalmente sexuada como uma realização contingente e prática: (1) Agnes, como um caso reconhecível da coisa real, e (2) Agnes, a pessoa idêntica.

(1) O caso da coisa real. Da forma como Agnes se considerava um membro e um objeto no ambiente de pessoas normalmente sexuadas, este incluía não somente homens com pênis e mulheres com vaginas, mas, porque também a incluía, incluía uma mulher com um pênis, e, em seguida à operação, uma mulher com uma vagina feita pelo homem. Para Agnes, e para os médicos que recomendaram a operação como a coisa “humana” a se fazer, os cirurgiões retificaram o equívoco original da natureza. A admissão pesarosa de Agnes: “Nada que o homem faz é tão bom quanto algo que a natureza faz” exprimiu a verdade social realista de um membro a respeito de reivindicações de sexualidade normal. Ela, sua

família e os médicos concordavam em que lhe havia sido concedida uma vagina como o órgão que era dela por direito, que ela havia resistido à anomalia como um acidente do destino, e que, por causa de um engano cruel, ela havia sido a vítima de severas penalidades devido a um mal entendido, enquanto conduzia as tarefas de viver da melhor forma que podia como um “caso da coisa real” incompreendido. A operação forneceu a ela e aos outros evidências do caráter socialmente realista de suas alegações.

Agnes havia testemunhado, em infinitas demonstrações feitas por pessoas normais, que e como as pessoas normais acreditam que a sexualidade normal, como um caso da coisa real, é um evento em seu direito próprio e é avaliável em seus próprios termos, e que a explicabilidade da sexualidade normal podia ser distinguida pelo estudo de como os membros normalmente sexuados aparecem ao senso comum, leigo ou profissional. Essas não eram as suas crenças. Nem ela poderia crer nelas. Ao invés disso, para Agnes, em contraste com as pessoas normais, o reconhecimento corriqueiro da sexualidade normal como um “caso da coisa real” consistia em uma realização séria, situada e predominante que era produzida em concerto com os outros, por meio de atividades, cujo próprio sucesso predominante e ordinário sujeitava seu produto ao “prejuízo do mundo” de Merleau-Ponty. Sua angústia e triunfos residiam no observável, que era particular a ela e incomunicável, das etapas pelas quais a sociedade oculta de seus membros suas atividades de organização, e, assim, leva-os a ver seus aspectos como objetos determinados e independentes. Para Agnes, a pessoa normalmente sexuada observável consistia em trabalho inexorável, organizacionalmente localizado, que fornecia o modo como esses objetos surgem.

(2) A pessoa idêntica. Os modos pelos quais o trabalho e as ocasiões de passagem foram obstinadamente inflexíveis às tentativas de Agnes de rotinizar suas atividades diárias sugerem o quanto estão profundamente encaixadas nas aparências-de-sexualidade-normal para o reconhecimento dos membros em cenas corriqueiras como tramas de relevâncias inevitáveis e não percebidas. Os dispositivos de gerenciamento de Agnes podem ser descritos como medidas pelas quais ela tentava exercer

controle sobre o conteúdo modificado e a trama modificada de relevâncias. Voltados, em seu curso, para adquirir a identificação temporal de si mesma como a mulher natural, normal, seus dispositivos de gerenciamento consistiam no trabalho, por meio do qual ela solucionava continuamente o problema da constância do objeto estava continuamente sob solução. Seus “dispositivos “ consistiam no seu trabalho de tornar observável, para todos os fins práticos, a valiosa pessoa sexuada que permanece visivelmente idêntica a si mesma através de todas as variações de aparências reais.

Agnes frequentemente tinha de lidar com essa constância explicável como uma tarefa e de um modo deliberado. Seu trabalho de gerenciamento consistia em ações para controlar a textura cambiante do que era relevante. Era essa trama que ela e os outros consultavam em busca de evidências de que ela era a mesma pessoa, originalmente, em primeiro lugar, e o todo o tempo, que havia sido e continuaria a ser. Agnes estava bem consciente dos dispositivos que usava para tornar visível a constância da valiosa e idêntica mulher natural, normal. Mas sua pergunta: “dispositivos para quê?” inseparavelmente acompanhava essa consciência.

Com essa pergunta, Agnes zombava de discussões científicas sobre papéis sexuais, que retratam como os membros estão empenhados em tornar explicável a sexualidade normal. Ela achava divertido e inocente considerar as atividades de uma pessoa normal e as suas como atividades daqueles que desempenham, ou fazem, um papel, que sabem e buscam estabelecer e legitimar a aquiescência a expectativas socialmente padronizadas de sexualidade normal com suas “consequências funcionais” sobre as quais, antes de encontrar ocasiões reais, nas quais se apliquem, a pessoa normal pode “conversar”, dadas as várias coisas que pode estar fazendo com algo que seja “dito”, e, na ocasião real, usá-las para exercer a escolha entre formas de conversa e conduta apropriadas. Igualmente divertidas eram as variedades de pessoas normalmente sexuadas certificadas psicologicamente, cujas possibilidades, segundo uma versão favorecida, são fixadas cedo na vida pelas estruturas sociais da família de infância como um programa complicado de reforços; ou a pessoa normal

biológica que é, afinal, de um sexo ou de outro, pelo excedente que permanece na coluna apropriada, quando os sinais são avaliados aritmeticamente; ou a pessoa normal sociológica, para quem a sociedade é uma tabela de organização, de forma que “posições” e “status” sexuais e seus possíveis desvios sejam designados e legitimados como uma condição para manter essa tabela de organização e por outras “boas razões”.

Cada um fornece um método corriqueiro para teorizar, a partir de um reconhecimento, um fenômeno problemático e demoníaco: *o incessante gerenciamento de si mesma como a mulher natural, idêntica a si, constante, e como um caso da pessoa real e valiosa, por meio de demonstrações ativas, sensatas, orientadas judiciosamente, inevitavelmente visíveis, em situações práticas de escolha de senso comum.*

A preocupação permanente de Agnes era que esse fenômeno estivesse acontecendo. Seus dispositivos estavam continuamente direcionados, de fato, consistiam em um gerenciamento maquiavélico de circunstâncias práticas. Mas, para gerenciar de maneira maquiavélica suas cenas de atividade, ela tinha de confiar em seus aspectos relevantes e estar segura de que seus companheiros normais estavam fazendo isso também. Ela diferia das pessoas normais, em cuja companhia e com cuja ajuda não reconhecida ela “gerenciava” a tarefa de produção de manter essa confiança em boas condições. Aí, encontramos sua perspicácia, sua sensibilidade, sua discriminação na hora de selecionar, sua preocupação e conversa, e suas práticas hábeis para fornecer, reconhecer “boas razões” e usá-las e torná-las verdadeiras. Enumerar os dispositivos de gerenciamento de Agnes e tratar suas “racionalizações” como se estivessem direcionadas ao controle de impressões e deixar passar dessa forma, o que se faz usando o ideal clínico de Goffman, eufemiza o fenômeno ao qual seu caso chama a atenção. Na condução de seus afazeres cotidianos, ela tinha de escolher entre cursos alternativos de ação, muito embora o objetivo que estava tentando atingir muito frequentemente não estivesse claro para ela antes de ter de desempenhar as ações, por meio das quais algum objetivo poderia, no final, ter sido realizado. Nem havia ela tido quaisquer garantias de quais poderiam ser as consequências

da escolha, antes ou além de ter de lidar com elas. Nem havia regras claras que ela pudesse consultar para decidir a sabedoria da escolha, antes de que a escolha tivesse de ser exercida. Para Agnes, as rotinas estáveis da vida cotidiana eram realizações “desengajadoras” asseguradas por cursos ininterruptos, momentâneos e situados de improvisação. Em todos esses estava a presença habitual da conversa, de forma que, como quer que a ação se desse, mal ou bem, seria requerido dela que se “explicasse”, que fornecesse “boas razões” para ter agido como fez.

É bem conhecido que as pessoas “racionalizam” as ações passadas, situações presentes e perspectivas futuras de si mesmas e dos outros. Se eu estivesse falando somente disso, este relato consistiria em mais uma versão autorizada do que todos sabem. Ao invés disso, usei o caso para indicar por que é que as pessoas requerem isso umas das outras, e para constatar novamente, como um fenômeno sociológico, como “ser capaz de dar boas razões” não apenas depende, mas contribui para a manutenção de rotinas estáveis de vida cotidiana, na medida em que essas rotinas são produzidas de “dentro” das situações como aspectos das situações. O caso de Agnes nos instrui sobre o quanto “estabilidade de valor”, “constância de objeto”, “controle de impressão”, “comprometimentos com aquiescência a expectativas legítimas”, “racionalização” estão intimamente ligados ao trabalho inevitável do membro de chegar a um acordo sobre as circunstâncias práticas. É com respeito a esse fenômeno que, ao examinar a passagem de Agnes, estive preocupado com a questão de como, durante o curso temporal de seus engajamentos reais, e “conhecendo” a sociedade apenas de dentro, os membros produzem atividades práticas estáveis, explicáveis, i.e., as estruturas sociais das atividades cotidianas.

APÊNDICE DO CAPÍTULO CINCO

Em fevereiro de 1967, enquanto o presente volume estava sendo impresso, eu soube por intermédio do meu colaborador Robert J. Stoller, Doutor em Medicina, que Agnes lhe tinha revelado em outubro de 1966 que ela não era um indivíduo do sexo masculino com anomalia biológica. Transcrevo, mediante autorização, este importante trecho do texto recém-concluído de seu livro *Gender Identity* :

“Há oito anos, quando esse programa de pesquisa havia completado apenas um ano, encontramos uma paciente com um tipo excepcional de um distúrbio ainda mais raro: síndrome dos testículos feminilizantes - uma condição, em que se detecta que os testículos produzem estrogênios em quantidade suficiente para inibir a masculinização do feto do sexo masculino, o que resulta no desenvolvimento de órgão genitais femininos e de caracteres sexuais secundários femininos na puberdade. O que diferenciava esse caso particular dos demais era o fato de que a paciente tinha características sexuais secundárias completamente femininas (seios e outros tipos de distribuição de gordura subcutânea; ausência de barba e de pelos no peito e nas pernas; feminilização da cintura pélvica; pele macia e muito feminina) apesar do pênis de tamanho normal e dos testículos. As vísceras abdominais indicavam um indivíduo normal do sexo masculino. Após uma longa bateria de exames, incluindo análise microscópica do tecido testicular, concluímos que os achados eram compatíveis com o diagnóstico de produção de estrogênio pelos testículos. Um relatório sobre esses achados foi publicado (vide nota número 6 deste capítulo). Na época desse diagnóstico, a paciente contava com 19 anos de idade e vivia como uma garota havia dois anos sem levantar qualquer suspeita. Até onde ela conseguiu se lembrar, ela queria ser uma menina e se sentia como uma menina, ainda que tivesse consciência de que tinha um corpo de menino e era tratado como tal pela família e pela sociedade. Levamos em consideração a possibilidade de ela ter tomado estrogênios por conta própria; mas, por fim, descartamos tal hipótese pelas razões a seguir: 1) ela negou veementemente ter tomado estrogênios na época em que ela nos revelou tantos outros detalhes de seu passado, que poderiam ser igualmente constrangedores; 2) mesmo depois de passar pelo processo cirúrgico que tanto queria, ela continuou negando ter tomado estrogênios; 3) para que tivesse efetivado as alterações biológicas encontradas nos exames clínicos e laboratoriais, ela teria que ter tomado o medicamento certo na dosagem e época certas, ainda na puberdade, para que seu corpo atingisse o estado em que se encontrava aos 19 anos de idade; a nosso ver, essa quantidade de informação sobre endocrinologia e de conhecimento sofisticado sobre a maturação feminina estaria muito além das possibilidades dessa pessoa aos 12

anos de idade. Não há casos na literatura médica de Endocrinologia de indivíduos do sexo masculino que tenham recebido doses substanciais de estrogênios a partir da puberdade; 4) ela foi acompanhada de perto durante a internação pré-operatória e seus pertences foram revistados; não foram encontrados estrogênios; logo após a remoção dos testículos, ela entrou em menopausa, o que forneceu boa prova de que os testículos eram a fonte dos estrogênios; 5) quando os testículos foram examinados ao microscópio e enviados a especialistas de outros centros médicos para confirmação, o tecido foi avaliado como sendo capaz de produzir síndrome dos testículos feminilizantes; 6) exames pós-operatórios revelaram que os testículos continham mais do que o dobro de estradiol presente em um homem adulto normal;

Não sendo considerada um caso de transsexualidade, ela teve os órgãos genitais cirurgicamente transformados de forma que o pênis e os testículos foram removidos e uma vagina artificial foi constituída a partir da pele do pênis. Ela logo se casou, mudou de cidade e passou a viver totalmente como uma mulher. Ela subsequentemente manteve contato ao longo dos anos e, de vez em quando, eu tinha a chance de conversar com ela e saber como estava levando a vida.

Cinco anos mais tarde ela voltou, tendo feito a passagem com sucesso para a condição de mulher, trabalhando como uma mulher e levando uma vida sexual satisfeita e bastante ativa, como uma mulher jovem, bonita e com muitos amigos. Ao longo dos anos, ela tinha aprendido todos os pormenores da feminilidade das mulheres da mesma faixa etária e da classe social a que ela pertencia, tendo observado cuidadosamente o comportamento de suas amigas. Pouco a pouco, ela ficou mais tranquila em relação a quaisquer possíveis defeitos de sua feminidade; a certeza mais importante ela obtinha dos homens com quem fazia amor, os quais nunca reclamaram de que havia uma mínima suspeita sequer do seu corpo. Contudo, ela ainda não estava convencida de que sua vagina era normal o bastante; então a encaminhei a um urologista que, por sua reputação, estava em posição privilegiada para falar com ela como uma autoridade; ele disse a ela de maneira muito clara que seus órgãos genitais estavam acima de qualquer suspeita. [...]

Logo após as boas notícias que

ela recebeu do urologista, no meio da nossa conversa, com a maior descontração e sem qualquer cerimônia, depois de ter escondido de mim por oito anos, ela confessou que nunca tinha tido qualquer anomalia biológica que a feminilizasse, e que tomava estrogênios desde os 12 anos de idade. Nos primeiros anos de nosso contato, ela disse não só que sempre tivera a esperança de que quando crescesse teria um corpo de mulher, mas também que isso começou na puberdade, ocorrendo de forma espontânea, gradual mas constante. Em compensação, ela, então, revelou que assim que entrou na puberdade, na época em que sua voz tinha começado a ficar mais grossa e seus pelos pubianos começavam a se desenvolver, ela passou a roubar estilbestrol da mãe, que tomava a medicação em consequência de uma histerectomia total. Ainda quando criança, ela começou a prescrever para si mesma o medicamento, dizendo ao farmacêutico que estava buscando o hormônio para a mãe e pagando o medicamento com o dinheiro que pegava da bolsa da mãe. Ela não imaginava quais seriam os efeitos, mas sabia que aquela era uma substância feminina; tampouco fazia ideia da quantidade que teria que usar, mas tentava seguir mais ou menos a dosagem que a mãe tomava. Ela manteve isso por toda a adolescência; por ter começado, por acaso, a tomar o hormônio na época certa, ela conseguiu inibir o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários que seriam produzidos pelos androgênios e, ao invés disso, os substituiu por aqueles que resultaram dos estrogênios. Não obstante, seu corpo continuou a produzir androgênios, tanto que desenvolveu um pênis adulto de tamanho normal, com capacidade de ereção e orgasmo, até que a excitação sexual foi suprimida aos 15 anos. Então, ela se tornou uma “mulher” jovem, linda de se ver, mesmo com um pênis de tamanho normal. [...]

Meu desgosto de saber disso foi compensado pela minha admiração de ver que ela fez essa jogada com muita habilidade. Agora que podia ser franca comigo, pela primeira vez ela relatou muito mais novidades sobre a infância e permitiu que eu conversasse com sua mãe, algo que tinha sido proibido nesses oito anos”.

Essa novidade transformou o presente artigo num exemplo dos mesmos eventos que ele descreve, i.e., em um relatório situado. De fato, se o leitor fizer uma releitura do artigo à luz dessas

revelações, descobrirá que a leitura fornece uma exibição de vários fenômenos predominantes no estudo etnometodológico: 1) que a relatibilidade reconhecidamente racional das ações práticas é uma realização prática feita por um membro, e 2) que o sucesso dessa realização prática consiste no esforço, pelo qual uma situação, ao mesmo tempo em que consiste numa organização reconhecida e familiar de atividades, também mascara para os membros os hábitos de ordenação prática dos membros e, assim, leva os membros a enxergarem as características dessa situação, as quais incluem a descrição dos eventos dessa situação, “como objetos determinados e independentes.”

Após as revelações de Agnes, Stoller aproveitou a ocasião para gravar em fita 15 horas de entrevistas com ela e sua mãe. Conduziremos um estudo posterior utilizando os detalhes dessas revelações a fim de analisar o fenômeno supracitado. Planejamos, com o uso dos novos materiais, analisar novamente as primeiras conversas gravadas, verificar as gravações subsequentes e fazer uma releitura do presente artigo. Para assinalar essa intenção, chamamos o artigo original de Parte 1.

Notas

1 Em colaboração com o doutor Robert J. Stoller, Instituto de Neuropsiquiatria, Universidade da Califórnia, Los Angeles. A segunda parte, escrita apenas por Garfinkel, é o apêndice a este capítulo, que na edição original, aparece ao final do livro.

2 A. D. Schwabe, David H. Solomon, Robert J. Stoller, e John P. Burnham, “Pubertal Feminization in a Genetic Male with Testicular Atrophy and Normal Urinary Gonadotropin”, *Journal of Clinical Endocrinology and Metabolism*, 22, N° 8 (August, 1962), 839-845.

3 genitais foram destruídos como parte de feridas mortais heróicas, etc.

4 Nem assim é necessária informação adicional que compare Agnes com as pessoas normais no que diz respeito à possibilidade de que os normais aceitem melhor a escolha voluntária do que ela a aceitou. Por exemplo, várias pessoas leigas, às quais se contou sobre o seu caso, expressaram considerável simpatia. A simpatia residiu no fato de que ela deveria ter sido confrontada com a escolha em primeiro lugar.

5 Parsons trata o conceito de “adscrição” como um “conceito relacional” Qualquer característica de um objeto pode ser tratada pelo ator de acordo com a regra

de sua invariabilidade para considerações sobre adaptação e realização de objetivos. A tal propriedade para o trato de quaisquer características de objetos sociais Parsons chama de “adscrição”. O sexo de uma pessoa é uma ilustração comum disso, mas não pelas propriedades do sexo, mas porque, e somente porque, o sexo das pessoas é frequentemente tratado dessa maneira.

6 Nota: A seguinte descrição alternativa do período de duas semanas seguintes imediatamente à operação foi escrita por Robert J. Stoller. As razões para incluí-la são esclarecidas na conclusão do estudo.

“Uma das ‘ocasiões não analisáveis como um jogo’ mais dramáticas começou com a operação de castração e durou por aproximadamente dois meses. Começando imediatamente no estágio pós-operatório, Agnes tentou manter sua privacidade ao controlar os cuidados com sua vagina preparando ela mesma os banhos de assento prescritos e mudando suas próprias vestes cirúrgicas. Ela insistiu em fazer isso fora da vista de enfermeiras e funcionários do hospital, o que pode ter contribuído para o ressentimento que as enfermeiras sentiam por ela. Imediatamente no estágio pós-operatório, ela desenvolveu trombo-flebite bilateral das pernas, cistite, contratura do meato uretral, e apesar do molde plástico que foi inserido dentro de sua vagina no momento da cirurgia, havia uma tendência do canal vaginal a contrair-se. Ela também requereu pós-operatoriamente vários procedimentos cirúrgicos menores para modificação dessas complicações, e também para posicionar o tecido do ex-escroto para fazer o lábio externo parecer mais normal. Apesar do molde plástico, o canal da vagina recém-feita tinha uma tendência a fechar e cicatrizar, o qual requeria intermitentes manipulações do molde e dilatações diárias. Essas condições não somente eram dolorosas ou desconfortáveis, como também, apesar de menores, uma vez que eram frequentes, produziam a preocupação crescente de que o procedimento cirúrgico não terminaria com o resultado desejado de uma funcionalidade e conjunto aparente de uma genitália feminina normal. Apesar de essas condições tensas terem sido cuidadosamente tratadas (e, eventualmente, com sucesso), no momento em que ela estava bem o suficiente para ir para casa, essas complicações ainda não estavam totalmente resolvidas. Durante sua primeira semana em casa, havia dificuldades, com ocasional incontinência urinária e fecal. Além disso, suas atividades físicas tinham de ser restritas devido à dor. A cistite não se curou imediatamente com tratamento, mas persistiu por algumas poucas semanas, produzindo sintomas desagradáveis, variando de frequência urinária, urgência e ardência ao urinar até surtos de considerável dor pélvica. Cerca de duas semanas após a cirurgia, um outro grupo de sintomas muito desagradáveis se desenvolveu. Ela gradualmente se tornou cada vez mais fraca e cansada, ficou apática, perdeu seu apetite, perdeu uma grande quantidade de peso, de forma que seus seios e quadris tornaram-se notavelmente menores, sua pele perdeu a aparência macia e vivaz e se tornou pálida; ela perdeu interesse em sexo; e rapidamente tornou-se cada vez mais deprimida, sendo sujeita a repentinos ataques de choro incontrolável. A primeira vez em que ela foi vista por nós após seu retorno para casa, ela apresentou essa situação. Pareceu uma depressão típica e moderadamente severa. Pareceu ser uma forte evidência de que um erro fora cometido. A operação fora realizada primariamente por razões psicológicas; fora o julgamento da equipe

médica que a sua identidade estava tão fortemente fixada na direção feminina que nenhuma forma de tratamento poderia fazê-la masculina. Além disso, sentia-se que ela era inequivocamente sincera em suas expressões de desespero a respeito de sua situação anatômica anômala, e seus sentimentos de que, se alguém tentasse torná-la um homem, não apenas as tentativas seriam inúteis como também iriam levá-la ao desespero, ou mesmo ao suicídio. Sempre há a possibilidade, quando um paciente faz tais alegações sobre o que eles querem na realidade, de haver mais ambivalência presente do que é observável, e é da responsabilidade dos especialistas fazer a avaliação para determinar que tal grau de ambivalência não existe. Havíamos sentido, sem dúvida, que nossa avaliação era extensiva e adequada e que revelou que essa paciente estava tão bem segura de sua feminilidade tanto quanto estão várias mulheres anatomicamente normais, e que qualquer masculinidade latente ou vestigial presente não era maior em grau ou qualidade que aquela encontrada em mulheres anatomicamente normais. Se esse julgamento estivesse errado, então seria esperado que a incondicionalidade da operação da castração, o fato inalterável e incontestável da perda da genitália masculina iria, quando o paciente estivesse frente a essa realidade, produzir uma severa reação psicológica apenas se a masculinidade escondida e desejos inconscientes de ser um homem fossem fortes o bastante e tivessem passado despercebidos por nós.

Logo, ao sermos confrontados com um paciente severamente deprimido, nós tivemos a evidência presuntiva de que um erro no julgamento havia sido feito e de que o paciente estava agora deprimido por ter perdido sua insígnia de masculinidade. Assim, a clara listagem de todos esses sintomas clássicos de depressão não foi certamente uma ocasião feliz para os investigadores. Contudo, próximo ao fim de seu relato, um sintoma adicional foi mencionado. Ela relatou que estivera tendo episódios cada vez mais frequentes de sudorese repentina, acompanhada por uma sensação muito peculiar a qual começou em seus dedos dos pés e seguiu por suas pernas, passando por seu tronco e chegando até sua face, uma sensação de calor arremetida. Estava tendo acessos de calor devido a uma menopausa cirúrgica. Quando a operação foi realizada e seus testículos removidos, a fonte dos estrogênios que haviam produzido todo o complicado cenário anatômico das características sexuais secundárias de uma mulher foi removida. Logo, ela desenvolvera acentuadamente uma síndrome de menopausa nada diferente do que é frequentemente visto em mulheres jovens que têm seus ovários removidos. Cada um desses sintomas nomeados acima pode ser explicado pela perda crítica de estrogênio (embora isso não seja o mesmo que dizer que a síndrome de menopausa em mulheres anatomicamente normais seja comumente explicada simplesmente devido à diminuição de estrogênio). Nesse momento, exames de hormônio revelaram um aumento no FSH (hormônio foliculo estimulante) urinário e a ausência de estrogênio na urina. Ela foi imediatamente submetida a uma terapia de reposição de estrogênio e todos os sinais e sintomas acima desapareceram. A depressão desapareceu, ela recuperou seu interesse pela vida e sua libido; seus seios e quadris retornaram a seus tamanhos normais; sua pele voltou à sua aparência mais comumente feminina, e daí por diante.

Pode ser interessante mencionar brevemente os achados patológicos dos testículos. Eles estavam severamente modificados em relação aos do homem normal como um resultado da presença crônica de estrogênios em seu meio,

de modo que, em suma, a evidência patológica normal para a produção de esperma fértil era ausente. Várias formas degenerativas e abortivas de espermatogênese foram encontradas nas células anormais. No entanto, nenhum tumor foi encontrado, e não havia evidência de uma ovotétis (isto é, uma condição hermafrodita na qual tecidos ovariano e testicular são encontrados no mesmo órgão). A conclusão do endocrinologista foi a de que Agnes 'apresentou um quadro clínico que aparentou sugerir uma superimposição de um excesso de estrogênio sobre o substrato de um homem normal', o que não pode ser explicado, e o que portanto a fez singular na literatura endocrinológica, é que até mesmo na presença de produção suficientemente abundante de estrogênio para produzir características sexuais secundárias completamente femininas, o desenvolvimento do pênis de tamanho normal na puberdade não foi interrompido. Não há, nesse momento, uma explicação adequada para essa anomalia.

É seguro assumir que os achados da depressão se deram simplesmente devido à perda aguda de estrogênio em seguida à castração. Agnes nunca vivera episódio parecido anteriormente; o episódio foi abruptamente terminado pela administração de estrogênio e tal episódio não ocorreu novamente. Ela está utilizando estrogênio diariamente desde então.

Agnes subsequentemente teve de retornar ao hospital para tratamento posterior de cistite e para um procedimento cirúrgico menor de abrir completamente o canal vaginal. Sua evolução subsequente cirúrgica e endocrinologicamente foi sem intercorrências."

7 Erving Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*, University of Edinburgh, Social Sciences Research Centre, 1956.

8 Esta e as observações no restante deste parágrafo foram obtidas pela revisão dos comentários iluminadores de Hubert L. e Patricia Allen Dreyfus (em sua introdução de tradutores a Maurice Merleau-Ponty, *Sense and Non-Sense* [Evanston, Ill.: Northwestern University Press, 1966], pp. x-xiii) de forma a tornar seu sentido modificado disponível para os meus interesses.

9 Esse conhecimento emprestava às suas descrições desse trabalho um caráter "performativo" inevitável. Essa propriedade de suas descrições da sexualidade normal transformava as exibições que, tanto quanto qualquer coisa, distinguiam para nós sua conversa sobre sexualidade normal da conversa sobre sexualidade normal feitas pelas pessoas normais.

10 Consultada a bibliografia de Stoller, não foi encontrado esse livro. Stoller apresentou o caso de Agnes no *International Psychoanalytic Congress in Copenhagen* (1967), publicou-o no *International Journal of Psycho-Analysis* (1968) e no livro *Sex and Gender* (1968), que teve grande repercussão. Provavelmente a confusão de Garfinkel se deve ao fato de ele ter usado o manuscrito de Stoller, e não o livro, que saiu apenas em 1968, um ano após a publicação dos seus *Estudos de Etnometodologia*. (N T).

DIRETRIZES PARA AUTORES

O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

Tipografia: O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Garamond tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

Citações: as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

Título e dados do autor ou autores: O título do trabalho deverá ser redigido em negrito e com a inicial em letras maiúsculas. O nome do autor ou autores seguirá logo abaixo, indicando a instituição de origem (universidade, departamento, empresa, etc.), a especialidade e o correio eletrônico para contato. Pode se inserir dados biográficos adicionais em uma nota desde que esta não ultrapasse 60 palavras.

Resumo: O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em língua estrangeira (resumo e título). Caso o artigo esteja em português, as línguas contempladas nas traduções do resumo devem ser (obrigatoriamente) o inglês e o espanhol ou, alternativamente, o francês. Se o artigo estiver em inglês utilizar-se-á, além do resumo neste idioma, as suas respectivas traduções para (obrigatoriamente) o português e (alternativamente) o espanhol ou o francês. Mas, caso o texto esteja originalmente redigido em espanhol, a tradução do resumo para o 2º e 3º idioma deverá necessariamente recorrer ao uso do português e do inglês.

Palavras-chave: o texto deve conter entre 3 e 5 palavras-chave assim como Keywords e Palabras-clave (Motsclés), sobre o tema principal, sempre separadas, por ponto.

Texto: o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios

GUIDELINES FOR AUTHORS

THE ARTICLE MUST BE PREPARED THIS WAY:

Typography: The article or another contribution must be prepared with simple space between the lines, Garamond font, 11. The borders or edges of the pages must be as follow: 3 centimeters to the left and superior (above) and 2 centimeters to the right and inferior (below).

Citations: The direct citations have to use the same font, but in another size. In this case, the correct size to use is 10. Don't use different fonts or distinctive sizes in the text. If necessary to put any highlighted part in the text, use the same font in italic.

Title and author's data: The title of the work must be written in bold and com initial letter in capital form e author's name or the authors' names must be put below of the title, showing the author's institution (university, department or similar), the formation, mainly the specialty, as well the e-mail to contact. It can be inserted additional biographic data in a brief note, since that don't exceed 60 words.

Abstract: The article must be accompanied of the abstract in the language that it was written (150-250 words) and its translation for a foreign language (abstract and title). If the article is in Portuguese, the abstract need to be in the same language. Moreover, the abstract must be translate to the English and Spanish and alternatively for the French. If the article is in English, the abstract need to be in the same language and mandatorily is necessary to translate it for the Portuguese and, in alternative cases, to the French or Spanish. Finally, if the text is in Spanish, the translation of the abstract has to be in English and Portuguese.

Keyword: The text must contains between 3 and 5 keywords about the main theme, always separated, like "Palavras-Chave", "Palabras clave", "Keywords" and "Motsclés" by (ponto final).

Text: The text must have between 5.000 and 9.000 words to articles and 3.000 – 5.000 words to commentaries, essays, investigations notes and

como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

Idiomas: o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250 palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras-chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

Ilustrações: as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode-se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que seja legível no caso da edição impressa.

Abreviações e acrônimos: Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

Citações e Referências: as referências, assim como

as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

Notas: as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Garamond) no tamanho 9.

similar productions. Finally, book reviews and academic productions can have between 2.000 words and 3000 words.

Languages: The academic production must be followed of the title in the original language, author's biographic data (limited to the 60 words), abstract in the original language and its respective translations (150-250 words), as well the internal division that the author understands be necessary (usually introduction, theoretical supports, methodology, results, discussion, conclusion, agradecimentos, if pertinent and references). To the articles written in English or Spanish must be send a abstract in Portuguese for us, as well title and keywords and, additionally these parts translated in two others languages.

Illustrations: The illustrations and tables must be inserted on the text. All these elements need to have subtitles, titles and fonts. e table must follow the "Tabular Presentation Rules of the IBGE. Can be used colored images, although the necessity to consider the readability to the use them in paper format, in black and white.

Abbreviations and Acronyms: These should be clearly defined in its first use in the text.

Citations and References: as well as citations in the text, must follow the guidelines of the Brazilian Association of Technical Standards NBR 6023:2002 and 10520:2002.

Notes: The notes should be used only if necessary, and should always come as footnotes, using this same font (Garamond) in size 9.

Informações Gráficas

Formato: 21 x 28 cm

Mancha: 17 x 24cm

Tipologia: Adobe Garamond Pro – Garamond – Sakkal Majalla